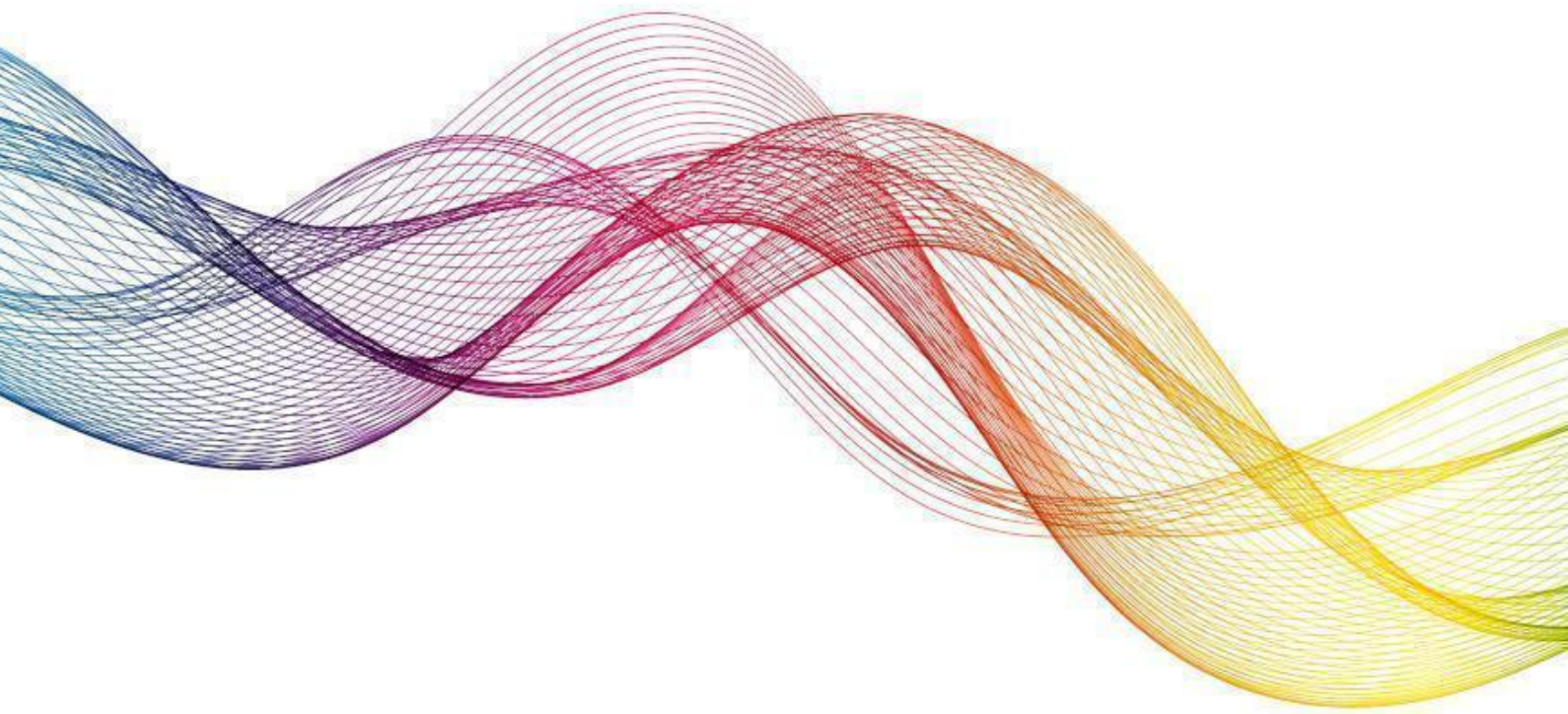


CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM
LOGÍSTICA

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO





FICHA TÉCNICA

PRESIDENTE DO GRUPO FAMETRO

Wellington Lins de Albuquerque

REITORA DO GRUPO FAMETRO

Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

PRÓ – REITORA ACADÊMICA DO GRUPO FAMETRO

Cinara da Silva Cardoso

PROCURADORA INSTITUCIONAL

Alexandra Priscilla Tregue Costa

COORDENADOR EAD

Leonardo Florêncio da Silva

COORDENADORA PEDAGÓGICA EAD

Ana Maria Oliveira de Araújo

COORDENADORA DO CURSO DE LOGÍSTICA

Meg Rocha da Cunha Serra

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – 2023

MSc. Luciano de Pinho Martins- Presidente | MSc. Valdir Pavanelo Jr. – Representante Docente |
Meyer Alberto Abecassis Neto – Representante Administrativo | Bárbara S. Castro Abreu –
Representante Discente | Cristiano Lucio T. Lira – Representante da Comunidade

SUMÁRIO

CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

- Nome da Mantenedora
- Nome e Base Legal da Mantida
- Perfil e Missão da Mantida
- Dados Socioeconômico e Socioambiental da Região

SÍNTESE DA IES

- Breve Histórico da Mantenedora
- Breve Histórico da Mantida
- Organograma

CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

- Nome do curso e modalidade de oferta
- Relato do Processo de Construção/Implantação/Consolidação do PPC
- Endereço de Funcionamento do Curso
- Atos Legais do Curso e Data da Publicação (Autorização/Reconhecimento/Renovação)
- Conceitos do curso (CC, CPC, ENADE)
- Número de Vagas do Curso e Turnos de Funcionamentos
- Carga Horária Total do Curso e Tempo Mínimo e Máximo de Integralização
- Protocolo de Compromisso ou Termo de Saneamento de Deficiência, medidas Cautelares, Termos de Supervisão
- Perfil do coordenador
- Composição da Equipe Multidisciplinar
- Disciplinas em língua estrangeira
- Convênio
- Quantitativo anual do corpo discente, desde o último ato autorizativo (ingressantes matriculados em TCC, participantes de projetos de pesquisa por ano, participantes em projetos de extensão por ano, participantes de financiamento por ano)
- Justificativa para a criação do curso e número de IES que ofertam o curso no Município
 - Demandas de Natureza Econômica
 - Demandas de Natureza Social
 - Demandas Culturais
 - Demandas Políticas
 - Demandas de Natureza Ambiental
 - Número de IES que ofertam o curso no Município

DIMENSÃO 1

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Políticas institucionais no âmbito do curso

Política de Ensino

Política de Pesquisa

Política de Extensão e Responsabilidade Social

Política Ambiental

Política de Direitos Humanos

Política de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica

Políticas Estímulo de Difusão das Produções Acadêmicas

Políticas de Estímulo à Participação em Eventos

Política de Acompanhamento de Egressos

PAPEERI – Programa de Articulação, Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social e Projetos no âmbito do Curso

Atividades do Curso relacionadas ao PAPEERI

Atividades Interdisciplinares do Curso

Atividades Transversais do Curso

OBJETIVOS DO CURSO

Objetivo Geral

Objetivos Específicos

PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Perfil do egresso em consonância com as DCNs

Competências e Habilidades Gerais

Competências e Habilidades Específicas

ESTRUTURA CURRICULAR

Elementos Inovadores da Estrutura Curricular

Matriz Curricular com Quadro de Optativas e Quadro Resumo do Curso

CONTEÚDOS CURRICULARES

Relação das Disciplinas da Matriz com os Conteúdos Curriculares Exigidos nas DCNs

Atividades Transversais de Educação Ambiental e Educação Étnico Racial

Educação para os Direitos Humanos

METODOLOGIA

Metodologia de Ensino a Distância - EAD Fametro

Acessibilidade Metodológica

Desenho Metodológico

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Determinação das DCNS para o estágio supervisionado

Áreas de Estágio, Período, Forma de Integralização da Carga Horária, Critérios de Avaliação e Produto de Estágio

Convênios Para Estágio Supervisionado

Forma de Orientação e Planejamento para Acompanhamento pelo Docente Orientador do Estágio Supervisionado

Forma de Supervisão do Estágio Supervisionado

Forma de Coordenação do Estágio Supervisionado

Práticas do Estágio e Estratégias para a Gestão da Integração entre o Ensino e o Mundo do Trabalho

Gestão de Insumos para Atualização das Práticas do Estágio

ESTÁGIO CURRICULAR - RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA (LICENCIATURA)

ESTÁGIO CURRICULAR - RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA (LICENCIATURA)

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Carga Horária das Atividades Complementares

Forma de Aproveitamento das Atividades Complementares

Aderência das Atividades Complementares à Formação Geral e Específica

Mecanismos Inovadores na Regulação, Gestão e Aproveitamento das Atividades Complementares

Regulamento das Atividades Complementares

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Determinação das DCNS para o Trabalho de Conclusão

Áreas, Período, Carga Horária, Critério de Avaliação e produto do TCC

Forma de Apresentação do TCC

Forma de Orientação do TCC

Forma de Coordenação do TCC

Forma de Divulgação de Manuais Atualizados de Apoio à Produção dos Trabalhos

Forma de Disponibilização dos TCC em Repositórios Institucionais

Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso

APOIO AO DISCENTE

Funcionamento do Acolhimento ao Aluno EAD

Funcionamento do Controle de Evasão

Acessibilidade Metodológica e Instrumental

Intermediação e Acompanhamento do Estágio Não Obrigatório

Apoio psicopedagógico e de Inclusão Social

Nivelamento

[Representatividade Discente e Diretório Acadêmico](#)

[Internacionalização e Mobilidade Acadêmica](#)

[Ações Inovadoras](#)

[Workshop de Empregabilidade, Projeto de Formação de Líderes e Formação de Empreendedores](#)

[Conecta Mundo](#)

[Monitoria](#)

GESTÃO DO CURSO E AS AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA DO CURSO

[Objetivos do Processo de Autoavaliação Institucional e de Curso](#)

[Planejamento da Avaliação Institucional e do Curso](#)

[Relatório Analítico do Resultado da Avaliação de Curso](#)

[Plano de Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso](#)

[Plano de Ação de Melhoria de Gestão](#)

[Divulgação dos Resultados para a Comunidade Acadêmica](#)

ATIVIDADES DE TUTORIA

[Mediação Pedagógica junto aos discentes em momentos online](#)

[Mediação Pedagógica em Momentos Presenciais](#)

[Domínio de conteúdo, de recursos e dos materiais didáticos](#)

[Acompanhamento dos Discentes no Processo Formativo](#)

[Planejamento de Avaliação Periódica por Estudantes e Equipe Pedagógica do Curso e Ações Corretivas e de Aperfeiçoamento das Atividades Futuras](#)

[Atividades Presenciais Obrigatórias](#)

CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES DOS TUTORES

[Alinhamento de Conhecimentos, Habilidades e Atitudes dos Tutores para o PPC, Demandas e Tecnologias Previstas para o Curso](#)

[Avaliações Periódicas da Necessidade de Capacitação de Tutores](#)

[Apoio Institucional para Adoção de Práticas Criativas e Inovadoras para Permanência e Êxito dos Discentes](#)

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

[TICs Planejadas para o Processo de Ensino Aprendizagem](#)

[Viabilização Acessibilidade Digital e Comunicacional por meio das TICs](#)

[Interatividades entre Discente, Docentes e Tutores e Acesso a Materiais e Recursos Didáticos por meio das TICs a quaisquer horas e lugar](#)

[Experiências Diferenciadas de Aprendizagem Baseadas no uso das TICs](#)

AVA

[Materiais, Recursos e Tecnologias do AVA para a Cooperação e Reflexão sobre Conteúdos entre Tutores, Discentes e Docentes](#)

[Acessibilidade Metodológica, Instrumental e Comunicacional no AVA](#)

[MATERIAL DIDÁTICO EAD](#)

[Planejamento da Elaboração e Validação pela Equipe Multidisciplinar do EAD do Material Didático das Disciplinas EAD, em termos de Abrangência, Coerência, Acessibilidade Adequação de Bibliografia, Linguagem Inclusiva e Recursos Inovadores.](#)

[PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS ENSINO APRENDIZAGEM](#)

[Atendimento do Acompanhamento e de Avaliação para a Concepção do Curso](#)

[Avaliação do Ensino Aprendizagem e Autonomia Discente](#)

[Avaliação Diagnóstica](#)

[Avaliação Formativa](#)

[Avaliação Somativa](#)

[Disponibilização dos Resultados das Avaliações de Ensino Aprendizagem](#)

[Planejamento de Ações para Melhoria da Aprendizagem](#)

[NÚMERO DE VAGAS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO](#)

[Número de Vagas](#)

[Estudo Qualitativo e Quantitativo de Adequação do Número de Vagas e Adequação à Dimensão do Corpo Docente e à Infraestrutura Física e Tecnológica](#)

[Formas de Acesso ao Curso](#)

[Do Processo Seletivo](#)

[Da Transferência Externa](#)

[Transferência ex officio](#)

[Do Portador de Diploma de Curso Superior](#)

[Da Reopção](#)

[Do ENEM](#)

[Matrícula](#)

[INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO \(Licenciaturas\)](#)

[Convênios e Integração com as Redes Públicas de Ensino](#)

[Desenvolvimento, Testagem, Execução e Avaliação de Estratégias Didático-Pedagógicas](#)

[Utilização de Tecnologias Educacionais](#)

[Documentação das Experiências proporcionadas pela Integração](#)

[Planejamento/execução de Ações Inovadoras](#)

[INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE – SUS \(Cursos de Saúde\)](#)

[Convênios e Integração com o Sistema Local e Regional de Saúde](#)

Formação Discentes em Serviço e sua Inserção em Equipes Multidisciplinares e Multiprofissionais nos Diferentes Cenários do Sistema e Diferentes Níveis de Complexidade

ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA ÁREAS DE SAÚDE (Cursos da Saúde)

Atividades Práticas de Ensino da Saúde em Conformidade com as DCNs

Regulação para a Orientação, Supervisão e Responsabilidade Docentes para a Inserção nos Cenários do SUS e Outros Ambientes Profissionais

Desenvolvimento de Competências Específicas da Profissão relacionadas ao Contexto de Saúde da Região

ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS

Atividades práticas de Ensino da Licenciatura com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica, da formação de formação de Professores e da Área de Conhecimento da Licenciatura

Distribuição das Atividades de Teoria e Prática ao Longo do Curso

DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL

Núcleo Docente Estruturante – NDE

Composição do NDE

Atribuições do NDE de Acompanhamento, Consolidação e Atualização do PPC

Planejamento dos Estudos e Avaliação Periódica o PPC pelo NDE

EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Equipe Multidisciplinar responsável pela Concepção, Produção e Disseminação de tecnologias, metodologias e recursos educacionais a distância

Plano de Ação da Equipe Multidisciplinar e Processos de Trabalho Formalizados

ATUAÇÃO DO COORDENADOR

Indicadores de Desempenho do Coordenador e sua Publicação

Planejamento da Administração do Corpo Docente

REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO

Regime de Trabalho do Coordenador

Atribuições do Coordenador

Relação do Coordenador com Docentes, Discentes, Tutores

Representatividade do Coordenador nos Colegiados Superiores

Plano Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso sua Documentação e Compartilhamento

Indicadores de Desempenho do Coordenador e sua Publicação

Planejamento da Administração do Corpo Docente

CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO

Relação do Corpo com a Respectiva Titulação

Estudo que Demonstra e Justifica a Relação da titulação dos docentes com seu desempenho de Análise de conteúdos curriculares, Fomento do raciocínio crítico, Estímulo ao acesso à pesquisa de ponta e produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa e da publicação

REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE

Relação do Corpo Docente com o Respectivo Regime de Trabalho

Atribuição dos Docentes e Forma de Registro das Atribuições Individuais Considerando a Carga Horária por Atividade

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE FORA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

Relação do corpo docente com as respectivas experiências profissionais

Estudo que Demonstra e Justifica a Relação da experiência do corpo docente previsto e seu desempenho para a Contextualização, Aplicação da teoria à prática profissional, Promoção da interdisciplinaridade, Análise de competência do perfil do egresso e Atualização contínua

EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA (Licenciaturas)

Estudo que Demonstra e justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Educação Básica do Corpo Docente previsto e seu Desempenho na Exposição de Conteúdo em Linguagem Aderente, Contextualização dos Conteúdos das Disciplinas, Elaboração de Atividades para Alunos com Dificuldades, Avaliação Diagnóstica, somativa e formativa, Liderança e Produção reconhecida

EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

Estudo que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Docência Superior do Corpo Docente e seu Desempenho na Identificação das Dificuldades de Aprendizagem, Contextualização dos conteúdos, Avaliação diagnóstica, formativa, somativa, Liderança e Produção reconhecida

EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Estudo que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Docência na Educação a Distância do Corpo Docente e seu Desempenho na Identificação das Dificuldades de Aprendizagem, Contextualização dos Conteúdos, Avaliação diagnóstica, formativa e somativa, Liderança e Produção reconhecida.

EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Estudo que Demonstra e Justifica a Relação da experiência no exercício da Tutoria na Educação à Distância do Corpo Tutorial e seu Desempenho no fornecimento de suporte às atividades dos docentes, mediação pedagógica junto aos Discentes, Relacionamento com Estudantes, Incremento de Processos de Ensino Aprendizagem, Orientação dos Alunos para atividades e leituras complementares.

ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO

Institucionalização do Colegiado com Representatividade dos Segmentos e Periodicidade e Registro das Reuniões

Fluxo para Encaminhamentos das Decisões, Encaminhamento e Execução.

Avaliação Periódica do Desempenho das Decisões Colegiadas para Implementação ou Ajuste de Práticas de Gestão

TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES

Demonstração de que todos os Tutores são Graduados na Área da Disciplina e da Titulação da sua Maioria

EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES

Estudos que Demonstram e Justificam a Relação entre a Experiência dos Tutores em Educação a Distância e seu Desempenho na Identificação de Dificuldades de Aprendizagem, Exposição do Conteúdo em Linguagem Aderente, Contextualização dos Conteúdos, Adoção de Práticas Exitosas e Inovadoras

INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADORES

Planejamento da Interação entre Tutores, Docentes e Coordenadores

Avaliação Periódica para Incremento na Interação entre os Interlocutores

PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

Relação da Quantidade de Produções do Colegiado do Curso

DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA

ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR

SALA COLETIVA DE PROFESSORES

SALAS DE AULA

ACESSO DOS ALUNOS AOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR

LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA

Laboratórios Básicos do 1º Ano do Curso (CST) ou 1º e 2º Ano (Bacharelados e Licenciatura)

Normas de Funcionamento, Utilização e Segurança

LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

Laboratórios Especializados do 1º Ano do Curso (CST) ou 1º e 2º Ano (Bacharelados e Licenciatura)

[Normas de Funcionamento, Utilização e Segurança](#)

[LABORATÓRIOS DE ENSINO PARA A ÁREA DE SAÚDE \(Cursos da Saúde\)](#)

[Laboratório Específicos e Multidisciplinares em Conformidade com as DCNs](#)
[Abordagem dos Diferentes Aspectos Celulares e Moleculares das Ciências da Vida](#)

[LABORATÓRIOS DE HABILIDADES \(Cursos da Saúde\)](#)

[Laboratório de Habilidades da Atividade Médica ou de Saúde](#)
[Capacitação dos Discentes nas Diversas Competências nas Diferentes Fases do Curso](#)

[UNIDADES HOSPITALARES E COMPLEXO ASSISTENCIAL CONVENIADOS](#)

[Unidades Hospitalares Conveniadas em Condições para a Formação dos Estudantes](#)
[Sistema de Referência e Contrarreferência](#)
[Práticas Interdisciplinares e Interprofissionais na Atenção à Saúde](#)

[BIOTÉRIOS](#)

[PROCESSO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO](#)

[Sistema Informatizada de Gerenciamento do Processo e Uso de Indicadores](#)

[NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS \(Cursos de Direito\)](#)

[Regulamento](#)
[Práticas Jurídicas Simuladas, Arbitragem, Negociação, Conciliação, Mediação](#)
[Atividades Jurídicas Reais](#)
[Visita Orientadas](#)
[Interdisciplinaridade das Matérias Legais](#)
[Avaliação Periódica do Atendimento da Demanda](#)

[COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA \(CEP\)](#)

[COMITÊ DE ÉTICA NA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS \(CEUA\)](#)

[AMBIENTES PROFISSIONAIS VINCULADOS AO CURSO](#)

[Ambientes Profissionais Vinculados ao Curso](#)
[Atendimentos aos Objetivos do PPC para Complementação de Práticas Laboratoriais e/ou Profissionais](#)
[Experiências Diferenciadas de Aprendizagem](#)
[Avaliação Periódica Documentada e Ações de Melhoria](#)

[ANEXOS](#)

[ANEXO I DEPENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS](#)

[ANEXO II REGULAMENTO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR](#)

[ANEXO III EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO EAD](#)

[ANEXO IV LINHAS DE PESQUISA E EXTENSÃO POR ÁREA DE CONHECIMENTO, GRUPO DE PESQUISA E CURSOS.](#)

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

1.1. Nome da Mantenedora

Nome da Mantenedora	Código e-mec da Mantenedora
IME - Instituto Metropolitano de Ensino Ltda.	1416

Base Legal da Mantenedora:

Endereço sede
Av. Constantino Nery, 3000, Chapada, CEP: 69050-000, Manaus/AM

Razão Social
Instituto Metropolitano de Ensino LTDA.

CNPJ
03.817.341/0001-42

Registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas, 14/11/2000 sob o NIRE
132003884-53 e protocolo: 00/021448-5 (Por ser empresa limitada não possui registro em cartório, somente na JUCEA)

Categoria Administrativa
pessoa jurídica de direito privado- com fins lucrativos-sociedade civil

Representante legal
Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

1.2. Nome e Base Legal da Mantida

Nome da Mantida	Código e-mec da Mantida
Centro Universitário CEUNI-FAMETRO	2147

Base legal da IES

Atos legais

Portaria de Credenciamento como Faculdade: nº 1337 de 02/05/2002, Publicação no D.O.U.nº 84, seção 1, 03/05/2002.

Portaria de Recredenciamento: nº 1416 de 09/11/2017, Publicação no D.O.U. 10/11/2017.

Portaria de Credenciamento como Centro Universitário: nº 1610 de 28/12/2017, Publicação no D.O.U. 29/12/2017.

Endereço da Unidade Acadêmica e de funcionamento dos cursos de graduação

Avenida Constantino Nery, 1.937- Bairro Chapada, município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001

Unidade de produção do material didático do EAD: Avenida Constantino Nery, 3000 - Bairro Chapada, município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP: 69.050-000.

Representante legal

Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

Endereço da Sede e suas Unidades na Cidade de Manaus (AM)

Unidades 1 e 2 (Unidade de Produção de Material Didático)	Av. Constantino Nery 3000, Bairro Chapada, CEP: 69050-000
Anexo 3 (Unidade Acadêmica e de funcionamento dos cursos de Graduação)	Av. Constantino Nery 1937, Bairro Chapada, CEP: 69050-000
Unidade Zona Sul (ZS)	Rua Prof. Ernani Simão 1160, Bairro Cachoeirinha, CEP: 69065-060
Unidade Zona Leste (ZL)	Av. Autaz Mirim 8565, Bairro Cidade Nova, CEP: 69088-480

Endereço do Campus Fora de Sede na cidade de Tabatinga (AM)

Campus Fora de Sede - Tabatinga	Av. da Amizade s/nº, Bairro: São Francisco, CEP: 69640-000 Tabatinga/AM.
---------------------------------	--

Endereço das mantidas e pólos do interior do Amazonas	
Faculdade Metropolitana de Itacoatiara	Rua Monsenhor Joaquim Pereira, n. 84, Bairro Centro, CEP: 69100-042, Itacoatiara/AM.
Faculdade Metropolitana de Coari	Rua Independência, n. 220, Bairro Centro, CEP: 69460-000, Coari/AM.
Faculdade Metropolitana de Tefé	Rua Otaviano Melo, n. 238, Bairro Centro, CEP: 69550-085, Tefé/AM.
Faculdade Amazonas	Travessa Cristiane Azevedo, n. 2712, Bairro: Morada do Sol, CEP: 69402-093, Manacapuru/AM.
Faculdade Metropolitana de Parintins	Rua Paraíba, n. 3468, Bairro: Itaúna I, CEP: 69100-042
Faculdade Metropolitana do Pará	Avenida Mendonça Furtado, n. 3016, Bairro: Fátima, CEP: 68040050, Santarém/PA.

1.3. Perfil e Missão da Mantida

Missão
Formar profissionais no Ensino Superior com valores éticos, humanísticos e ambientais, capazes de contribuir para o desenvolvimento da Região Norte.
Valores
Qualidade no ensino; Ética; Humanização; Profissionalismo.
Perfil
A IES tem um perfil que busca a excelência no ensino superior, e com uma política de inclusão socioeducacional.

A Instituição tem como propósito promover ensino, focado na aprendizagem, que permita o desenvolvimento do indivíduo de modo integral, visando à autorrealização e à formação de profissionais com visão tanto generalista quanto multidisciplinar, conscientes do seu papel social de envolvimento com as mudanças.

1.4. Dados Socioeconômico e Socioambiental da Região

O GRUPO FAMETRO tem a sua sede em Manaus, tendo a maioria dos seus empreendimentos situados em plena Amazônia brasileira, a maior e mais biodiversa floresta tropical do mundo, que enfrenta uma série de ameaças. Dentre elas, figura o desmatamento, que elimina a floresta e sua biodiversidade de maneira direta, sobretudo para formação de pastagens e, em alguns locais, para implantação da cultura da soja (FEARNSIDE, 2010). Essas ameaças somam-se às ameaças comuns e primárias como a especulação imobiliária, estabelecimento da posse da terra e abertura de estradas. Elas poderão dizimar rapidamente a Amazônia, a exemplo da Mata Atlântica, caso medidas efetivas não forem adotadas de maneira emergencial. Atualmente se concentra no “arco de desmatamento” ao longo das bordas sul e leste da floresta, mais estradas planejadas abrem áreas novas e extensas na Amazônia Central (FEARNSIDE, 2010).

Diante desse cenário, a questão ambiental tem crescido nas últimas décadas e ganhando novas dimensões, inclusive em âmbito mundial. Uma determinada indústria cultural, que enxerga com clareza a inserção dessas questões nos diversos segmentos da sociedade, tem transformado as questões ambientais em mercadoria (GUERRA, 2008; LADVOCAT, 2009). Mudanças climáticas, aquecimento global e extinção de espécies, por exemplo, são temas bastantes presentes em nosso cotidiano, veiculados por diferentes mídias em propagandas de diversos produtos que consumimos no dia a dia (PEREIRA et al., 2013).

Em função dessa questão, a sociedade reconhece e se preocupa com uma crise relacionada à degradação dos ambientes naturais. Entretanto, a questão não é puramente ecológica e não se relaciona exclusivamente aos impactos antrópicos causados aos ecossistemas naturais (PEREIRA et al., 2013). Juntamente com outros temas como poluição, miséria e fome, os problemas que denominamos ambientais resultam da maneira como nos relacionamos com os demais elementos da natureza nas últimas décadas e, em especial, nos dias atuais (PEREIRA et al., 2013). Dar conta da complexidade relacional dessas questões impõe-se como um dos grandes desafios da sociedade.

O desenvolvimento mundial alcançado nas últimas três décadas explicita uma acumulação sem precedentes e um incremento do abismo entre incluídos e excluídos. Nesse contexto, as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável na Amazônia são centrais e devem ser debatidas pelas Instituições de Educação. É nesse contexto que se insere a política ambiental da IES. Ademais, segundo o último censo do IBGE, o Amazonas tem uma área de 1.559.161.814 km² com população de 3.483.985 habitantes e população estimada de 4.269.995 pessoas em 2021.

A capital Manaus concentra em torno de 60% dessa população, um total de 2.255.903 habitantes (estimado de 2021), distribuídos em uma área de 11.458 km², com 23,7% da população ocupada com um salário médio dos trabalhadores formais de 3,05 salários mínimos e 37,9% da população com renda per capita de ½ salário mínimo (2019), 109.663 matrículas no ensino médio (2020), IDH alto de 0,737 e um PIB per capita de 34.362,71 (2019).

Este contexto faz da cidade de Manaus a 7ª cidade no ranking das cidades mais populosas do país e a 6ª mais rica do país no ranking do PIB das cidades do país. A Zona Franca de Manaus é um modelo de incentivos fiscais que protege a floresta e impede o desmatamento

da região, instalada em 1967 e aprovada até 2.073, a ZFM gera 500 mil empregos diretos e indiretos, com mais de 100 mil novos empregos em 2020.

Dados da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) atestam que em 2021, o Polo Industrial de Manaus- PIM contava com um Setor Industrial consolidado e tecnologicamente avançado, formado por cerca de 600 empresas com projetos incentivados pelos órgãos de desenvolvimento do Estado do Amazonas e do Governo Federal, gerando mais de 100 mil postos de trabalho, sendo que 03 subsetores empregam juntos 60% do total de funcionários do PIM, a área de eletroeletrônicos, duas rodas e de termoplásticos. Esse crescimento aponta para novos desafios econômicos e sociais que implicam em novas e volumosas demandas por serviços educacionais.

2. SÍNTESE DA IES

2.1. Breve Histórico da Mantenedora

O Instituto Metropolitano de Ensino (IME) LTDA, cadastrado no CNPJ 03.817.341/0001-42, sede à AV CONSTANTINO NERY, 3204, CHAPADA, CEP: 69050-001, MANAUS/AM (SEDE ADMINISTRATIVA E POLO EAD), com Registro no Cartório Pinheiro 3º Ofício de Notas. Registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas, 14/11/2000 sob NIRE: 132003884-53 e protocolo: 00/021448-5. Categoria Administrativa: pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos - sociedade civil. Possui código 1416 junto ao MEC.

2.2. Breve Histórico da Mantida

O Centro Universitário CEUNI FAMETRO tem como mantenedora o INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO - IME, com código e-MEC 1416, cadastrada sob CNPJ 03.817.341/0001-42, sede no Endereço: AV CONSTANTINO NERY, 3204, CHAPADA, CEP: 69050-001, MANAUS/AM (SEDE ADMINISTRATIVA DA IES E POLO EAD) Município de Manaus Estado do Amazonas, de Natureza Jurídica: Sociedade Empresa Limitada, com Categoria Administrativa: pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos - sociedade civil, Registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas: 14/11/2000 sob o NIRE: 132003884-53 e protocolo: 00/021448-5 (por ser empresa limitada não possui registro em cartório, somente na JUCEA). Atividade econômica principal: Educação Superior - graduação e pós-graduação, representada legalmente por Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque.

O CEUNI FAMETRO iniciou sua atividade credenciada como faculdade em 03/05/2002, conforme Portaria MEC nº 1337 publicada no D.O.U. em 03/05/2002, reconhecida pela Portaria nº 712 de 08/08/2013, publicada no D.O.U. em 08/08/2013 e com transformação organizacional pela Portaria de Credenciamento como Centro Universitário: nº 1610 de 28/12/2017, publicada no D.O.U. em 29/12/2017, válida por 4 anos, com Endereço na Unidade 1/2: Avenida Constantino Nery, 3000 - Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001. E atualmente está presente nas principais zonas da cidade e nos interiores do estado.

A primeira mantida foi o Centro Universitário CEUNI FAMETRO, com código e-MEC 2147, com sede no Endereço da Unidade I e II, Av. Constantino Nery, 3.000, bairro Chapada, no

município de Manaus, no Estado do Amazonas, CEP: 69.050-000 trata-se de uma instituição de ensino superior privada amazonense de gestão familiar, atuando a 19 anos no segmento educacional.

No ato do credenciamento da IES, dois cursos foram autorizados: Administração com habilitação em Gestão de Negócios e Administração com habilitação em Gestão de Cidades (Portaria nº 1.338, de 02/05/2002) e Turismo (Portaria nº. 1.339, de 02/05/2002). Em outubro daquele mesmo ano, foi autorizado o curso Normal Superior com habilitação em Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil (Portaria nº. 3.003, de 24/10/2002). Em março de 2005, foram autorizadas as habilitações para o curso de Administração (Portaria nº. 724, de 03/03/2005), Gestão Imobiliária, Gestão Hospitalar e Gestão de Marketing.

Em março de 2005, foram autorizados os cursos de Ciências Contábeis (Portaria nº 648, de 01/03/2005) e Serviço Social (Portaria nº 647, de 01/03/2005). Em julho de 2006, foram reconhecidos os cursos de Normal Superior habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Magistério da Educação Infantil e Turismo (Portaria nº 405, de 25/07/2006) e Administração, habilitações em Administração de Cidades, Administração Hospitalar, Marketing, Gestão de Negócios e em Gestão Imobiliária (Portaria nº 233, de 07/06/2006).

Entre 2006 e 2014, o portfólio de cursos saltou dos quatro cursos iniciais para um total de 34 cursos de graduação, aumentando significativamente a área de atuação da IES. Há de se destacar a entrada da IES, no âmbito da formação tecnológica com 13 Cursos de Graduação Tecnológica e a adesão ao PRONATEC no ano de 2013.

Em 2015 a IES solicitou o credenciamento para o ensino a distância, obtendo nota 5. Mais tarde em 2017 a IES foi credenciada como Centro Universitário conforme Portaria MEC nº 1.610, de 28/12/2017 e, na sequência, teve o curso de Medicina aprovado com a nota máxima do MEC, conforme Portaria MEC nº 1.228 de 28 de novembro de 2017, publicada no D.O.U. em 29/11/2017.

Em 2018, o CEUNI FAMETRO possuía 65 cursos, sendo 62 em funcionamento, nas modalidades licenciatura, bacharelado e graduação tecnológica, nas áreas de Exatas, Agrárias, Sociais e Humanas e da Saúde, com um corpo de 319 professores (horistas, parciais e integrais) todos pós-graduados, e 238 técnicos administrativos com formação que vai desde o ensino médio ao doutorado (CENSO, 2019).

Em 2022, oferta 77 cursos de graduação presenciais, 38 cursos de graduação EAD e 87 cursos de pós-graduação lato sensu distribuídos nas respectivas áreas com pesquisa, extensão e responsabilidade social envolvendo todas as áreas, 348 docentes e 567 técnicos administrativos (CENSO 2020).

O Centro Universitário CeUni FAMETRO, tem 19 anos de existência, com um portfólio completo nas três áreas de conhecimento: humanas, exatas, biológicas – incluindo a oferta do Curso de Medicina. Atua nos níveis de graduação (licenciatura; bacharelado e graduação tecnológica). Seu corpo docente é formado por mais de 300 professores (horistas, parciais e integrais) todos pós-graduados nos níveis de especialização, mestrado e doutorado. Conta com corpo técnico administrativo das mais diversas áreas e com formação desde o ensino médio até o doutorado. Todo esse capital humano tem contribuído para que o Centro Universitário

possa atuar nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão, nas diversas áreas do conhecimento, apresentando CI 4, CI EAD 5, IGC 4, figurando como 1ª do ranking das IES públicas e privadas no Estado.

A missão institucional tem permitido a democratização do acesso ao Ensino Superior, tem contribuído para a empregabilidade na cidade de Manaus, e influenciado positivamente os índices de desenvolvimento econômico e humano da cidade de Manaus. Portanto, o Centro Universitário oferece o menor preço entre os cursos de graduação presenciais ofertados, haja vista a política de inclusão socioeducacional, como forma de o aluno ter condições de realizar um curso superior, uma vez que uma parcela significativa da população local é excluída do acesso a este nível de ensino.

A Instituição por meio do seu Plano Anual de Gestão vem progressivamente alcançando melhores resultados no campo acadêmicos e administrativo, os quais podem ser observados por intermédio dos índices oficiais da IES, por meio do crescimento na oferta de número e de vagas em seus cursos, pelo incremento do seu portfólio de cursos de graduação a partir de novas autorizações e por fim no aumento gradual e constante no número de matrículas na IES.

O fato de a IES ofertar cursos por meio de Bolsas e outras formas de financiamento estudantil, corroborando com sua política de inclusão socioeducacional e sua colocação em 1º lugar na preferência dos candidatos ao programa de bolsas da Prefeitura, reforça a nossa credibilidade perante a sociedade amazonense, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 1 – Programas de bolsas e financiamento estudantil /anual:

Programas	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Bolsa Universidade	714	1.599	1.496	896	307	96	96	825	549	1.416
PROUNI (parcial e integral)	836	1.970	2.584	2.264	2.255	1.372	1.372	2.679	-	1.738
FIES	370	2.094	3.712	3.855	3.424	3.243	3.243	2.896	2.383	2.153
Quero Bolsa	-	-	436	1.102	1.577	-	-	-	-	
Educações	-	-	256	351	370	-	-	-	-	
Bolsa Legal	-	-	-	-	1.706	-	-	-	-	

Fonte: Censo (2020)

Neste sentido, em função das demandas sociais e econômicas da região amazônica e do município de Manaus, a IES vem realizando investimentos contínuos em novos cursos e em sua infraestrutura, como também na qualidade de ensino. Esta qualidade é mantida na evolução do CI e do IGC contínuo, temos CI 4, CI EAD 5 e IGC 4, somos a IES com o maior IGC do Estado do Amazonas, consolidando a IES como instituição de reconhecida qualidade no Estado, conforme observa-se na tabela:

Tabela 2 - Evolução do IGC Contínuo da IES:

2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2021	
IGC CONT.	IGC FAIXA	IGC CONT.	IGC FAIXA	IGC CONT.	IGC FAIXA	IGC CONT.	IGC FAIXA	IGC CONT.	IGC FAIXA	IGC CONT.	IGC FAIXA	IGC CONT.	IGC FAIXA	IGC CONT.	IGC FAIXA	IGC CONT.	IGC FAIXA	IGC CONT.	IGC FAIXA	IGC CONT.	IGC FAIXA	IGC CONT.	IGC FAIXA
2,36	3,00	2,35	3,00	2,37	3,00	2,72	3,00	2,84	3,00	2,88	3,00	2,98	4,00	2,99	4,00	2,93	3,00	3,02	4,00	3,07	4,00	3,12	4,00

Fonte: MEC (2009-2023)

O CEUNI-FAMETRO em 2015 foi 1ª no ranking do IGC, em 2016 foi a única instituição IGC 4 no Estado do Amazonas dentre as públicas e privadas. E em 2017 com IGC 3 o CEUNI FAMETRO continuou sendo a IES primeiro colocada no ranking do IGC das IES do Estado, em 2018 novamente 1ª do ranking com o IGC 4, e em 2019 pela 5ª vez consecutiva a 1ª do ranking com IGC 4 conforme se observa na tabela a seguir:

Tabela 3 - Ranking do IGC 2021

N.	Instituição (IES)	IGC 2021	IGC Contínuo
	CENTRO UNIVERSITÁRIO CEUNI - FAMETRO	4	3,121
2	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS- UFAM	4	3,111
3	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS-IFAM	4	2,977
4	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS-UEA	3	2,869
5	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR MATERDEI	3	2,816
6	FACULDADE MARTHA FALCÃO WYDEN	3	2,775
7	FACULDADE BOAS NOVAS	3	2,767
8	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE MANAUS-ULBRA	3	2,661
9	FACULDADE LA SALLE	3	2,607
10	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE	3	2,587
11	FACULDADE ESTÁCIO DO AMAZONAS	3	2,483
12	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FUCAPI	3	2,429
13	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ENSINO SUPERIOR DO AMAZONAS-GIESA	3	2,405
14	FACULDADE UNINORTE	3	2,384
15	ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS-ESBAM	3	2,355
16	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC AMAZONAS	3	2,346
17	UNIVERSIDADE NILTON LINS	3	2,204
18	FACULDADE SALESIANA DOM BOSCO	3	2,190
19	FACULDADE DO AMAZONAS	3	2,156
20	FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE MANAUS	1	0,935



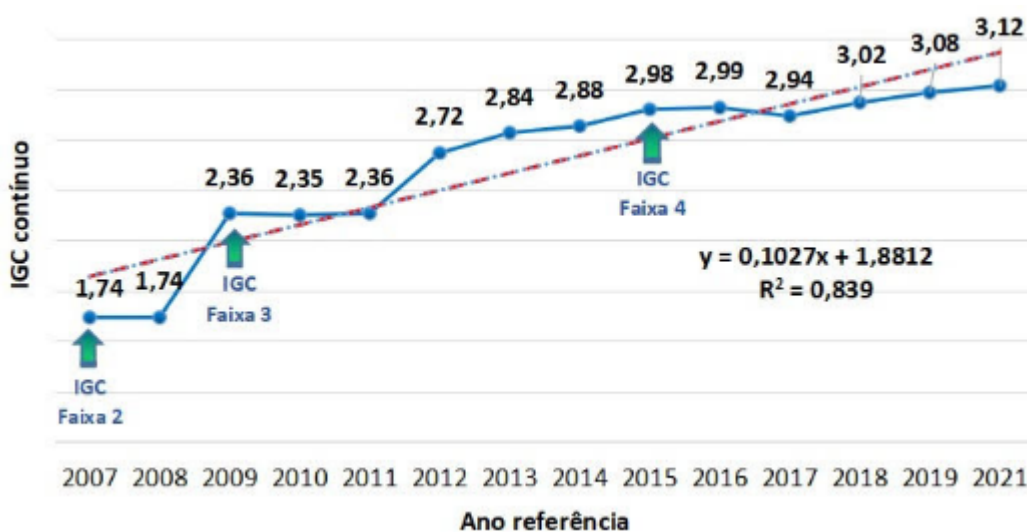
FONTE: BMEC.MEC.GOV.BR



Fonte: MEC (2023)

A figura abaixo, representa a evolução do IGC ao longo 12 anos, esta evolução reforça nossa convicção de que estamos caminhando de maneira contínua na direção do ensino de excelência. No gráfico abaixo, a reta linear ascendente representa a tendência de aumento linear do IGC ao longo do tempo. O coeficiente de determinação da regressão é classificado como forte e positivo.

Gráfico 1 – Evolução do IGC contínuo do CEUNI - FAMETRO de 2007 a 2021.



No que compete à avaliação in loco, a IES também vem demonstrando evolução de seus indicadores de qualidade de ensino nos últimos 09 anos, vide a tabela a seguir de Conceito de Cursos(CC):

Tabela 4 - Conceito das avaliações in loco nos últimos 10 anos

CÓDIGO DO CURSO	NOME DO CURSO	GRAU	VALOR CC	ANO CC
1259764	Medicina Veterinária	Bacharelado	5	2023
1453389	Sistemas de Informação ZL	Bacharelado	5	2023
1458139	Engenharia da Computação	Bacharelado	5	2023

1453384	Ciências Contábeis ZL	Bacharelado	5	2022
1458189	Gestão Comercial	Tecnológico	4	2022
1453385	Estética e Cosmética ZL	Tecnológico	4	2022
1366242	Educação Física	Licenciatura	4	2022
1458190	Gestão Financeira	Tecnológico	5	2022
1453388	Pedagogia ZL	Licenciatura	5	2022
1453382	Administração ZL	Bacharelado	4	2022
1158378	Odontologia	Bacharelado	5	2022
1458188	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnológico	5	2022
1453386	Gestão de Recursos Humanos ZL	Tecnológico	5	2022
1453387	Logística ZL	Tecnológico	5	2022
1351279	Gestão de Recursos Humanos EAD	Tecnológico	5	2022
1351278	Logística EAD	Tecnológico	5	2022
1454539	Direito ZS	Bacharelado	5	2021
1454238	Direito ZL	Bacharelado	5	2021
1497902	Direito EAD	Bacharelado	4	2021
1454540	Enfermagem ZS	Bacharelado	4	2021
1454365	Enfermagem ZL	Bacharelado	5	2021
1497904	Enfermagem EAD	Bacharelado	5	2021

1454541	Psicologia ZS	Bacharelado	5	2021
1454367	Psicologia ZL	Bacharelado	5	2021
1497905	Psicologia EAD	Bacharelado	5	2021
202013628	Credenciamento Campus Tabatinga		5	2021
1532887	Direito Campus Tabatinga	Bacharelado	4	2021
1532888	Enfermagem Campus Tabatinga	Bacharelado	5	2021
1532889	Psicologia Campus Tabatinga	Bacharelado	5	2021
1304677	Farmácia	Bacharelado	4	2019
1285113	Radiologia	Tecnológico	4	2019
1162836	Engenharia de Produção	Bacharelado	4	2019
201601189	Credenciamento EAD		5	2018
1148864	Engenharia Ambiental e Energias Renováveis	Bacharelado	4	2018
1385538	Medicina	Bacharelado	5	2017
1366242	Educação Física	Bacharelado	4	2017
1153405	Fonoaudiologia	Bacharelado	4	2017
1259759	Estética e Cosmética	Tecnológico	4	2017
1156978	Engenharia Elétrica	Bacharelado	4	2017
1259775	Educação Física	Licenciatura	4	2017
1204411	Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico	4	2016

1206130	Marketing	Tecnológico	4	2016
102056	Direito	Bacharelado	4	2015
1150707	Gestão da Qualidade	Tecnológico	4	2015
1149905	Logística	Tecnológico	5	2015
1151561	Design Gráfico	Tecnológico	5	2015
54605	Turismo	Bacharelado	5	2014
1151741	Gastronomia	Tecnológico	4	2014
1152558	Gestão de Produção Industrial	Tecnológico	4	2014
1204410	Construção de Edifícios	Tecnológico	4	2014
82666	Ciências Contábeis	Bacharelado	4	2014
1155584	Segurança no Trabalho	Tecnológico	4	2014
1158558	Petróleo e Gás	Tecnológico	4	2014
1259764	Medicina Veterinária	Bacharelado	3	2014
1043904	Química	Licenciatura	4	2013

Fonte: MEC (2013-2022)

A IES por meio do reconhecimento da sociedade amazonense e investindo cada vez mais na educação superior, e segue ofertando em 2022, um total de 83 cursos de graduação nas diversas áreas e modalidade conforme demonstrado na tabela a seguir presencial e a distância, distribuídos na sede do Centro Universitário e mais três unidades (Zona Leste, Zona Sul e Zona Norte), conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 5 - Cursos de graduação presenciais do Ceuni Fametro

Nº	UNIDADE	CÓDIGO EMEC	CURSO	MODALIDADE	PORTARIA MEC ATUAL	RESOLUÇÃO IES (AUTONOMIA) ATUAL	ATO 2022/1
1	SEDE	54602	Administração	Bacharelado	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
2	ZL	1453382	Administração	Bacharelado		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
3	ZS	1484201	Administração	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
4	SEDE	1458188	Análise e Des. de Sistemas	Tecnológico		Nº 5 de 26/10/2018	Autorização
5	SEDE	99519	Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	PORTARIA Nº 109, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
6	SEDE	1043865	Biomedicina	Bacharelado	PORTARIA Nº 109, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
7	ZL	1453383	Biomedicina	Bacharelado		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
8	ZS	1484215	Biomedicina	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
9	SEDE	82666	Ciências Contábeis	Bacharelado	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
10	ZL	1453384	Ciências Contábeis	Bacharelado		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
11	ZS	1484217	Ciências Contábeis	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
12	SEDE	1151561	Design Gráfico	Tecnológico	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
13	SEDE	102056	Direito	Bacharelado	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento

14	ZS	1454539	Direito	Bacharelado	PORTARIA Nº 1233, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021 DOU 01/12/2021		Autorização
15	ZL	1454238	Direito	Bacharelado	PORTARIA Nº 1164, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 DOU 22/10/2021		Autorização
16	SEDE	1259775	Educação Física	Licenciatura	PORTARIA Nº 914 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018 DOU 28/12/18		Renovação de Reconhecimento
17	SEDE	1366242	Educação Física	Bacharelado	PORTARIA Nº 1021 DE 27 DE SETEMBRO DE 2017 DOU 28/09/2017		Autorização
18	SEDE	104478	Enfermagem	Bacharelado	PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
19	ZS	1454540	Enfermagem	Bacharelado	PORTARIA Nº 1164 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 DOU 22/10/2021		Autorização
20	ZL	1454365	Enfermagem	Bacharelado	PORTARIA Nº 1081 DE 24 DE SETEMBRO DE 2021 DOU 18/10/2021		Autorização
21	SEDE	1156975	Engenharia Ambiental e Recursos Renováveis	Bacharelado	PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
22	SEDE	1148864	Engenharia Civil	Bacharelado	PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
23	ZS	1484220	Engenharia Civil	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
24	SEDE	1458139	Engenharia de Computação	Bacharelado		Nº 3 de 26/10/2018	Autorização
25	SEDE	1458137	Engenharia de Controle e Automação	Bacharelado		Nº 3 de 26/10/2018	Autorização
26	SEDE	1162836	Engenharia de Produção	Bacharelado	PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
27	ZS	1484204	Engenharia de Produção	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização

28	SEDE	1156978	Engenharia Elétrica	Bacharelado	PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
29	SEDE	1458138	Engenharia Mecânica	Bacharelado		Nº 3 de 26/10/2018	Autorização
30	ZS	1458193	Engenharia Mecânica	Bacharelado		Nº 6 de 29/10/2018	Autorização
31	SEDE	1259759	Estética e Cosmética	Tecnológico	PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
32	ZL	1453385	Estética e Cosmética	Tecnológico		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
33	ZS	1484221	Estética e Cosmética	Tecnológico		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
34	SEDE	1304677	Farmácia	Bacharelado	PORTARIA Nº 554 DE 08 DE JUNHO DE 2021 DOU 11/06/2021		Autorização
35	ZL	1458195	Farmácia	Bacharelado		Nº 6 de 29/10/2018	Autorização
36	SEDE	98746	Fisioterapia	Bacharelado	PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
37	ZS	1484206	Fisioterapia	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
38	SEDE	1153405	Fonoaudiologia	Bacharelado	PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
39	SEDE	1151741	Gastronomia	Tecnológico	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
40	SEDE	1458189	Gestão Comercial	Tecnológico		Nº 5 de 26/10/2018	Autorização
41	SEDE	1150707	Gestão da Qualidade	Tecnológico	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento

42	SEDE	1152558	Gestão da Produção Industrial	Tecnológico	PORTARIA Nº 914 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018 DOU 28/12/18		Renovação de Reconhecimento
43	SEDE	1204411	Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
44	ZL	1453386	Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
45	ZS	1484234	Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
46	SEDE	1458190	Gestão Financeira	Tecnológico		Nº 5 de 26/10/2018	Autorização
47	SEDE	1304682	Jornalismo	Bacharelado	PORTARIA Nº 217 de 13 DE MAIO DE 2019 DOU 14/05/19		Reconhecimento
48	SEDE	1149905	Logística	Tecnológico	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
49	ZL	1453387	Logística	Tecnológico		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
50	ZS	1484231	Logística	Tecnológico		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
51	SEDE	1206130	Marketing	Tecnológico	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
52	SEDE	1385538	Medicina	Bacharelado	PORTARIA Nº1228 de 28 DE NOVEMBRO DE 2017 DOU 29/11/2017		Autorização
53	SEDE	1259764	Medicina Veterinária	Bacharelado	PORTARIA Nº 1041 de 23 DE DEZEMBRO DE 2015 DOU 23/12/2015		Autorização
54	ZS	1484207	Medicina Veterinária	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
55	SEDE	104480	Nutrição	Bacharelado	PORTARIA Nº 949 de 30 DE AGOSTO DE		Renovação de Reconhecimento

					2021 DOU 31/08/2021		
56	SEDE	1158378	Odontologia	Bacharelado	PORTARIA Nº 806 de 16 DE DEZEMBRO DE 2016 DOU 19/12/16		Autorização
57	SEDE	99818	Pedagogia	Licenciatura	PORTARIA Nº 914 de 27 DE DEZEMBRO DE 2018 DOU 28/12/18		Renovação de Reconhecimento
58	ZL	1453388	Pedagogia	Licenciatura		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
59	ZS	1484233	Pedagogia	Licenciatura		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
60	ZN	1486415	Pedagogia	Licenciatura		Nº 4 de 10/06/2019	Autorização
61	SEDE	1158558	Petróleo e Gás	Tecnológico	PORTARIA Nº 65 de 28 DE JANEIRO DE 2015 DOU 30/01/15		Reconhecimento
62	SEDE	99652	Psicologia	Bacharelado	PORTARIA Nº 948 de 30 DE AGOSTO DE 2021 DOU 31/08/2021		Renovação de Reconhecimento
63	ZS	1454541	Psicologia	Bacharelado	PORTARIA Nº 566 de 31 DE MARÇO DE 2022 DOU 01/04/2022		Autorização
64	ZL	1454367	Psicologia	Bacharelado	PORTARIA Nº 520 de 14 DE MARÇO DE 2022 DOU 15/03/2022		Autorização
65	SEDE	1043904	Química	Licenciatura	PORTARIA Nº 914 de 27 DE DEZEMBRO DE 2018 DOU 28/12/18		Renovação de Reconhecimento
66	SEDE	1285113	Radiologia	Tecnológico	PORTARIA Nº 497 de 24 DE NOVEMBRO DE 2020 DOU 27/11/2020		Autorização
67	SEDE	1155584	Segurança no Trabalho	Tecnológico	PORTARIA Nº 109 de 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
68	SEDE	82664	Serviço Social	Bacharelado	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
69	SEDE	98595	Sistemas de Informação	Bacharelado	PORTARIA Nº 914 de 27 DE DEZEMBRO DE 2018 DOU 28/12/18		Renovação de Reconhecimento

70	ZL	1453389	Sistemas de Informação	Bacharelado		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
71	ZS	1484236	Sistemas de Informação	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
72	SEDE	54605	Turismo	Bacharelado	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento

Fonte: MEC (2022)

Na modalidade de Ensino a Distância a Instituição oferta 38 cursos de graduação EAD, incluindo o curso de Bacharelado em Enfermagem. E encontram-se em processo de autorização para os Cursos de Graduação EAD em Psicologia e Direito.

Tabela 6 - Cursos de graduação EAD do Ceuni Fametro

Nº	CÓDIGO EMEC	CURSO DE GRADUAÇÃO	MODALIDADE	PORTARIA MEC	RESOLUÇÃO IES (AUTONOMIA)	ATO
1	1478302	Administração	Bacharelado		Res.nº 01 de 12/02/2019	Autorização
2	1597235	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnológico		Res. nº 13 de 01/12/2021	Autorização
3	1517445	Arquitetura	Bacharelado		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
4	1487769	Ciências Contábeis	Bacharelado		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
5	1597255	Educação Física	Licenciatura		Res. nº 13 de 01/12/2021	Autorização
6	1497904	Enfermagem	Bacharelado	Portaria nº 1290 de 25/11/2021 DOU 26/11/2021		
7	1487772	Engenharia Civil	Bacharelado		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
8	1487771	Eng. Elétrica	Bacharelado		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
9	1487776	Estética e Cosmética	Tecnológico		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
10	1600333	Farmácia	Bacharelado		Res.nº 02 de 14/02/2022	Autorização
11	1597236	Gestão Ambiental	Tecnológico		Res. nº 13 de 01/12/2021	Autorização
12	1597235	Gestão Comercial	Tecnológico		Res. nº 13 de 01/12/2021	Autorização

13	1597237	Gestão da Qualidade	Tecnológico		Res. n.º 13 de 01/12/2021	Autorização
14	1351279	Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico	Portaria provisória N.º 370 de 20.04.2018 Portaria definitiva N.º 137 de 21.03.19 D.O.U. 22/03/19		Autorização
15	1597240	Gestão da Tecnologia da Informação	Tecnológico		Res. n.º 13 de 01/12/2021	Autorização
16	1597238	Gestão do Agronegócio	Tecnológico		Res. n.º 13 de 01/12/2021	Autorização
17	1597251	Gestão de Segurança Privada	Tecnológico		Res. n.º 13 de 01/12/2021	Autorização
18	1597243	Gestão de Turismo	Tecnológico		Res. n.º 13 de 01/12/2021	Autorização
19	1597247	Gestão Financeira	Tecnológico		Res. n.º 13 de 01/12/2021	Autorização
20	1597248	Gestão Hospitalar	Tecnológico		Res. n.º 13 de 01/12/2021	Autorização
21	1597249	Gestão Portuária	Tecnológico		Res. n.º 13 de 01/12/2021	Autorização
22	1597250	Gestão Pública	Tecnológico		Res. n.º 13 de 01/12/2021	Autorização
23	1351278	Logística	Tecnológico	Portaria provisória N.º 370 de 20.04.2018 Portaria definitiva N.º 137 de 21/03/19 D.O.U. 22/03/19		Autorização
24	1597246	Marketing	Tecnológico		Res. n.º 13 de 01/12/2021	Autorização
25	1487777	Nutrição	Bacharelado		Res. n.º 15 de 20/08/2019	Autorização
26	1487790	Pedagogia	Licenciatura		Res. n.º 15 de 20/08/2019	Autorização
27	1597253	Processos Gerenciais	Tecnológico		Res. n.º 13 de 01/12/2021	Autorização
28	1487785	Serviço Social	Bacharelado		Res. n.º 01 de 12/02/2019	Autorização
29	1597252	Segurança Pública	Tecnológico		Res. n.º 13 de 01/12/2021	Autorização

Fonte: MEC (2023)

Ainda para a Modalidade de Ensino à Distância o Centro Universitário conta com um parque tecnológico próprio composto por estúdios, equipe gestora, equipe pedagógica, de suporte em tecnologia da informação e tecnologias educacionais, redatores, revisores e designers que contribuem para a oferta de serviços educacionais de graduação;

pós-graduação e cursos livres à distância para 6 polos próprios no interior do Estado do Amazonas e 3 polos na capital (Manaus), em seu plano de expansão conta hoje com 5 polos ativos no interior do Amazonas e mais dois polos em cidades fora do Estado (Boa Vista e Santarém), além de mais 8 polos em fase de implantação. Atualmente o Núcleo de Educação à Distância oferta 38 cursos de graduação.

A IES também atua no segmento da pós-graduação lato sensu e em 2020 com 87 cursos ofertados nas mais diversas áreas do conhecimento:

Tabela 7 - Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu

CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E NEGÓCIOS
Administração Pública e Processo Legislativo
Administração Pública
Auditoria e Perícia contábil
Assistência Social e Família
Contabilidade, Auditoria e Controladoria
Gestão de Negócios com Ênfase em Gerenciamento de Projetos
Gestão Financeira de Negócios e Análise de Risco
Gestão Comercial e Marketing de Negócios
Gestão Organizacional e Recursos Humanos
Gestão de Projetos e Planejamento de Equipes
Gestão de Compras e Suprimentos
Gerontologia e Família
Gestão em Políticas Públicas
Gestão Estratégica de Serviços e Clientes
Gestão de Eventos, Serviços Hoteleiros e Negócios de Turismo
Logística empresarial
Logística Estratégica e Sistemas de Transporte

Logística e Cadeia de Suprimentos

Patrimônio Cultural em Centros Urbanos

Recursos Humanos: Rotinas e Cálculos Trabalhistas

DIREITO

Ciências Criminais

Direito Tributário

Direito Processual Civil

Direito Educacional

Segurança Pública e Direitos Humanos

Psicologia Jurídica

SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL

Audiologia Clínica e Ocupacional

Análises Clínicas

Obesidade e Emagrecimento

Bioquímica

Doenças Tropicais e Infecciosas

Enfermagem do Trabalho

Enfermagem em Cardiologia e Hemodinâmica

Enfermagem em Urgência e Emergência

Enfermagem em Urologia

Enfermagem em UTI

Enfermagem Geriátrica-Gerontologia

Enfermagem Obstétrica

Gastronomia Funcional

Gestão em Políticas Públicas de Saúde

Microbiologia e Imunologia

Neuropsicologia

Nutrição Clínica

Parasitologia e Urinálise

Psicologia Hospitalar

Reabilitação Musculoesquelética e Desportiva

Saúde Coletiva

ARQUITETURA, ENGENHARIA, PRODUÇÃO E CONSTRUÇÃO

Arquitetura e Design de Interiores

Engenharia de Petróleo e Gás Natural

Engenharia de Segurança do Trabalho

Engenharia de Produção e Qualidade nos Processos

Gestão da Construção Civil

Gerenciamento de Obras e Empreendimentos na Construção Civil

Gestão Industrial e Processos Produtivos

Gestão da Produção e Qualidade

Gestão de Projetos em Engenharia e Arquitetura

Gestão em Refino de Petróleo, Petroquímica e Biocombustíveis

Perícia, Auditoria e Gestão ambiental

Planejamento e Orçamento de Obras e Serviços de Engenharia

EDUCAÇÃO

Docência Universitária

Docência da Educação Básica

Gestão de Ensino a Distância (EAD)

Gestão, Supervisão Escolar e Orientação Educacional

Metodologia do Ensino à Docência Superior

Psicopedagogia e Educação inclusiva

Psicopedagogia Clínica e Institucional

CIÊNCIAS, MATEMÁTICA E COMPUTAÇÃO

Banco de Dados

Desenvolvimento de Sistemas para Ambiente WEB

Redes de Computadores

Segurança e Auditoria em Informática

MBA

MBA em Direito Empresarial

MBA em Engenharia da Produção e Serviços e Gestão da Qualidade

MBA em Gestão de Pessoas e Coaching

MBA em Estratégia do Negócio e Competitividade de Mercado

MBA em Gerenciamento de Projetos e Resultados

MBA em Gestão de Restaurantes e Negócios Alimentícios

MBA em Gestão do Varejo e Inteligência Competitiva

MBA em Estratégica de Finanças, Auditoria e Controladoria

MBA em Gestão Estratégica de Metas e Planejamento Organizacional

MBA em Gestão Hospitalar

MBA em Gestão de Finanças e Tributos da Zona Franca de Manaus

MBA em Licitações e Contratos Administrativos

MBA em Recursos Humanos, Gestão de Equipes, Liderança e Resultados

MBA em Supply Chain e Management

MBA em Gestão de Redes Sociais e Marketing Digital

MBA em Lean Manufacturing e Logística

MBA em Gestão De Comércio Exterior e Negócios Internacionais

No que compete à estrutura física, o Centro Universitário tem a sua sede situada em um amplo complexo educacional formado por 4 prédios, e mais três unidades em Zonas distintas da Cidade de Manaus (Zona Leste, Zona Sul e Zona Norte). Em seu complexo educacional, oferta área de convivências, praça de alimentação, auditórios somando 1100 lugares, biblioteca central e setoriais, estacionamento com mais de 2000 vagas, laboratórios para didáticos em todas as áreas de conhecimento, laboratórios de informática com terminais, softwares e acesso à internet para uso de professores e alunos mediante sistema agendado e suporte de um técnico de informática, e 02 unidades móveis com laptops para suporte às atividades acadêmicas. Oferece ainda internet Wi-Fi – disponível em todos os seus prédios e unidades.

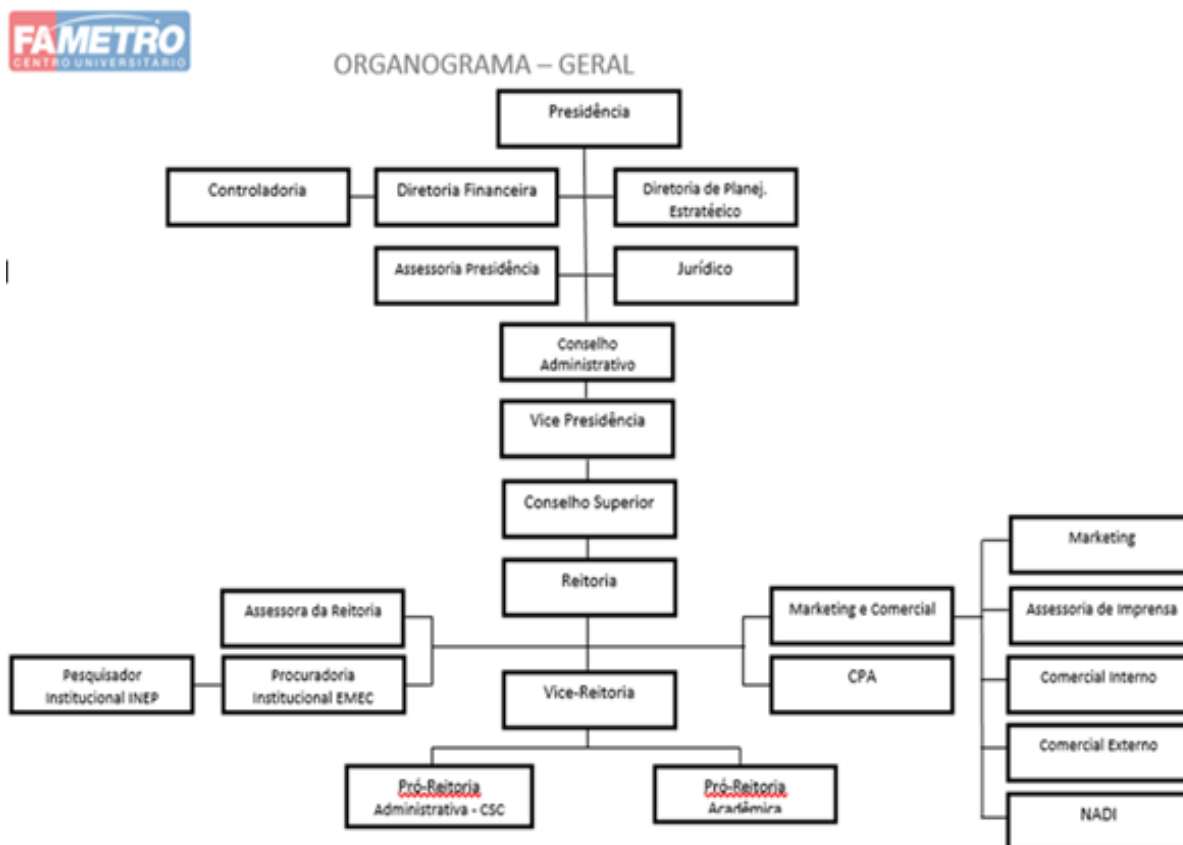
Para os docentes oferta ainda salas de reuniões, espaço para atendimento ao aluno, sala de professores e gabinetes para professores integrais nos 03 turnos. Os Coordenadores de Curso possuem espaço de trabalho adequado, atendidos com a infraestrutura física e de pessoal para o eficiente exercício de suas funções. Estão ainda disponíveis para uso sala de reunião de NDE, Sala da Comissão Própria de Avaliação (CPA). Os alunos são atendidos em suas demandas acadêmicas em espaço apropriado que abriga a Secretaria Acadêmica, o Núcleo de Atendimento ao Aluno (NADI); a Ouvidoria e o Setor de Empregabilidade.

Além da sede e unidades na cidade de Manaus, o CEUNI FAMETRO está em processo de credenciamento do campus fora de sede na cidade de Tabatinga, com processos de autorização vinculados ao credenciamento dos cursos de Direito, Enfermagem e Psicologia (vide tabela abaixo):

Tabela 8 - Cursos em processo de autorização do campus fora de sede CEUNI FAMETRO

CURSO	Nº PROCESSO E-MEC	NOTA
Credenciamento	202013628	05
Direito	202013631	04
Enfermagem	202013632	05
Psicologia	202013633	05

2.3. Organograma



3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

3.1. Nome do curso e modalidade de oferta

Nome do Curso: Curso de Tecnologia em Logística (Tecnológico).

Modalidade de Oferta: Ensino à distância.

3.2. Relato do Processo de Construção/Implantação/Consolidação do PPC

O PPC foi construído pelo NDE do curso observando o Catálogo de Cursos Superiores do Curso Superior de Tecnologia em Logística e as demais diretrizes pertinentes ao ensino superior, o PDI do CEUNI-FAMETRO bem como as necessidades locais e regionais para formação do Tecnólogo em Logística.

A implantação ocorreu a partir da primeira turma do curso com o acompanhamento do NDE e do colegiado e a consolidação ocorre na medida em que se buscam melhorias para o curso com base na análise das avaliações internas e externas, e reuniões periódicas do NDE e colegiado, bem como, por meio da elaboração conjunta do Plano acadêmico-administrativo, o qual prevê ações contínuas de melhorias do curso.

3.3. Endereço de Funcionamento do Curso

Quadro 8a - Endereço de Funcionamento do Curso:

CENTRO UNIVERSITÁRIO CEUNI FAMETRO- UNIDADES 1 e 2 (SEDE DA IES E POLO EAD MANAUS)	AV CONSTANTINO NERY 3000, BAIRRO CHAPADA, CEP 69050-000
CENTRO UNIVERSITÁRIO CEUNI FAMETRO- ANEXO 3 (UNIDADE ACADÊMICA E DE FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO)	AV CONSTANTINO NERY 1.937, BAIRRO CHAPADA, CEP 69050-000

Quadro 8b - Endereço de Funcionamento dos Polos de Oferta:

FACULDADE METROPOLITANA DE PARINTINS	RUA PARAÍBA, N.3468, BAIRRO ITAÚNA I, CEP 69100-042
FACULDADE METROPOLITANA DE ITACOATIARA	TV. CRISTIANE AZEVEDO, 2295 TERRA PRETA - MANACAPURU/AM 69400-000
FACULDADE METROPOLITANA DE TEFÉ	RUA OTAVIANO MELO, N.238, BAIRRO CENTRO, CEP 69550-085
TABATINGA	AV. DA AMIZADE, S/N SÃO FRANCISCO TABATINGA/AM 69640-000

3.4. Atos Legais do Curso e Data da Publicação (Autorização/Reconhecimento/Renovação)

Curso Reconhecido

3.5. Conceitos do curso (CC, CPC, ENADE)

Não se aplica

3.6. Número de Vagas do Curso e Turnos de Funcionamentos

200 vagas na modalidade a distância

3.7. Carga Horária Total do Curso e Tempo Mínimo e Máximo de Integralização

a) Carga Horária Total do Curso: 1.706 h

b) Tempo Mínimo para integralização = 04 semestres; Tempo Máximo = 8 semestres.

3.8. Protocolo de Compromisso ou Termo de Saneamento de Deficiência, medidas Cautelares, Termos de Supervisão

Não se aplica

3.9. Perfil do coordenador

3.9.1. Nome, formação, titulação, tempo de experiência dentro e fora do magistério

- Nome: Meg Rocha da Cunha Serra
- Formação: Ciências Contábeis/Ciências Econômicas.
- Titulação: Mestre em Processos Industriais
- Regime de trabalho: integral
- Experiência dentro do magistério superior: 10 anos
- Experiência fora do magistério superior: 15 anos
- Tempo de gestão de curso de graduação: 3 anos
- Tempo de experiência como Coordenador em Curso EaD: 2 anos
- Tempo de experiência do Coordenador na Educação Básica (para Licenciaturas): Não se aplica

3.10. Composição da Equipe Multidisciplinar

3.10.1 Atribuições da Equipe Multidisciplinar do NEAD

A equipe multidisciplinar tem extrema importância nos processos de ensino em educação a distância, dentre suas principais responsabilidades está a de elaborar e/ou validar o material didático. Conta com “professores responsáveis por cada conteúdo de cada disciplina, bem como os demais profissionais nas áreas de educação e técnica (webdesigners, desenhistas gráficos, equipe de revisores, equipe de vídeo, etc)(Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância). No Centro Universitário FAMETRO, a equipe possui as seguintes atribuições:

- ✓ Assegurar o envolvimento da comunidade acadêmica na modalidade de EaD, mediante a articulação contínua com todos os setores das IES;
- ✓ Propor a estrutura física e de recursos necessários ao desenvolvimento dos cursos e/ou programas de EaD, bem como acompanhar e avaliar a execução do processo de ensino aprendizagem nos Cursos ofertados na modalidade a Distância;
- ✓ Oferecer cursos e/ou atividades formativas de Graduação e de Pós-graduação lato sensu, e de Extensão;
- ✓ Produzir material didático e assegurar sua distribuição no AVA;
- ✓ Garantir a funcionalidade do AVA assim como a sua atualização contínua;
- ✓ Qualificar docentes e técnicos administrativos para atuarem em EaD;

- ✓ Assessorar e dar suporte a todas as iniciativas e experiências em EaD, no âmbito das IES;
- ✓ Apoiar e incentivar a aplicação do conhecimento adquirido em EaD;
- ✓ Estudar, elaborar e difundir modalidades de EaD;
- ✓ Buscar o desenvolvimento de habilidades em novas tecnologias aplicadas à EaD;
- ✓ Propor normas de organização, gestão e avaliação da EaD no âmbito das IES;
- ✓ Promover as melhores práticas pedagógicas em todos os cursos ofertados em EaD;
- ✓ Promover parcerias com outras instituições nacionais e internacionais, públicas e privadas, governamentais e não governamentais;
- ✓ Promover congressos, simpósios e similares sobre assuntos relacionados com EaD;
- ✓ Disseminar tecnologia, metodologias e os recursos educacionais para a EAD.

3.11. Tempo médio de permanência do NDE

O Núcleo Docente Estruturante da Instituição, é a instância dedicada a proceder o acompanhamento do Projeto Pedagógico de Curso, seus membros atuam em regime parcial ou integral, preferencialmente com titulação *stricto sensu*.

Na instituição os Núcleos Docentes Estruturantes participam juntamente com os membros do Colegiado de Curso, do acompanhamento, consolidação e atualização do PPC, promovendo estudos regulares a fim de buscar a melhor integração entre o perfil do egresso, as Diretrizes Curriculares Nacionais e as demandas atuais e futuras do mundo do trabalho.

Cabe ressaltar que existe um Regulamento que orienta a atuação do NDE's na instituição, e que a permanência dos membros deve ser vigente até o ato regulatório subsequente. Assim, em caso de autorização é desejável que a maioria dos membros permaneçam até o ato de reconhecimento de curso e no caso de reconhecimento, seja observada a permanência até a renovação do reconhecimento.

A substituição de membros pode ser realizada mediante solicitação do próprio membro ou a partir de sugestão do colegiado de curso, observando sempre, o caráter de continuidade das ações em curso, bem como a possibilidade de renovação parcial dos membros a fim de garantir um maior engajamento do corpo docente na reflexão qualificada acerca do curso.

3.12. Tempo médio de permanência do Colegiado

O Colegiado da Instituição é a instância dedicada a proceder o acompanhamento do Projeto Pedagógico de Curso, seus membros são o coordenador de curso, os professores do curso e os um discente eleito por seus pares. Na instituição o Colegiado de Curso participa juntamente com os membros do Núcleo Docente Estruturante, do acompanhamento, consolidação e atualização do PPC, promovendo estudos regulares, a fim de buscar a melhor integração entre o perfil do egresso, as Diretrizes Curriculares Nacionais e as demandas atuais e futuras do mundo do trabalho.

Cabe ressaltar que existe um Regulamento no PDI, que orienta a atuação do Colegiado na instituição, bem como a permanência dos membros. Assim, em caso de autorização é desejável que a maioria dos membros permaneçam até o ato de reconhecimento de curso e no caso de reconhecimento, seja observada a permanência até a renovação do reconhecimento.

3.13. Disciplinas em língua estrangeira

A matriz do curso possui as disciplinas de English for the Job Market e de Ethics, Sustainability and Human Rights in Brazil que serão ofertadas em língua inglesa na modalidade remota, além disso a IES mantém convênio com Centro de idiomas que oferece descontos aos discentes de todos os cursos de graduação e pós-graduação como forma de estimular o aprendizado de diferentes idiomas.

3.14. Convênio

A IES possui convênios para intercâmbio e mobilidade acadêmica com as universidades: Évora em Portugal, Bologna na Itália, Oviedo na Espanha, com a Nihon Gakko no Paraguai, com o Santander Universidades que mantém convênio com 85 países e com a PUC/Minas para o DINTER em Direito e UFAM para o mestrado em Engenharia de Produção.

Além dos convênios com empresas para atividades práticas como a Bemol S/A; Futuro Educação Profissional; Secretaria Municipal de Saúde de Itacoatiara; AMAGGI Exportação e Importação Ltda (Pólo Itacoatiara); Secretaria Municipal de Tefé; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - Campus Tabatinga; Moto Honda da Amazônia; Yamaha Motor Componentes da Amazônia Ltda; Inspirah Gestão de Desenvolvimento de Pessoas Ltda; OAB Amazonas.

3.15. Quantitativo anual do corpo discente, desde o último ato autorizativo (ingressantes matriculados em TCC, participantes de projetos de pesquisa por ano, participantes em projetos de extensão por ano, participantes de financiamento por ano)

Tabela 4 - Quantitativo do corpo discente

DISCENTE	2019	2020	2021	2022	2023
Matriculados:	18	54	82	129	172*
Concluintes:	0	0	0	0	0
Estrangeiros:	0	0	0	0	0
Participantes de Projeto de Pesquisa:	0	1	2	1	1

Participantes de Projeto de Extensão:	0	0	0	0	79
Participantes de (Fundo de Financiamento Estudantil - FIES)	0	0	0	0	0*
Participantes de PROUNI	0	0	0	0	0*

- * em andamento

3.16. Justificativa para a criação do curso e número de IES que ofertam o curso no Município

3.16.1. Demandas de Natureza Econômica

O Amazonas, maior extensão territorial do Brasil, possui o maior PIB da região norte e nordeste, atingindo cerca de R\$ 98,754 bilhões em 2019. De acordo com os estudos da SEDECTI - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, o setor da Indústria totalizou um montante de R\$ 29 bilhões, o Setor de Serviços totalizou um valor de R\$ 48 bilhões, e o setor agropecuário contribuiu com R\$ 6,5 bilhões no quarto trimestre de 2019.

A capital do Estado é a cidade de Manaus, que tem uma contribuição expressiva na região com um PIB de R \$73 bilhões de reais, com participação de 78,54% do PIB do estado em 2019. O município de Manaus corresponde a 94,54% da Indústria do Estado.

O polo agropecuário abriga projetos relacionados à produção de alimentos, piscicultura, beneficiamento, dentre outros. O setor terciário, conhecido por abranger as atividades de comércio de bens e prestação de serviços, demonstra expressiva relevância na economia brasileira e não é diferente em Manaus, onde o setor é composto de: Comércio e serviços de manutenção e reparação; Transportes e armazenagem e correio; Serviços de alojamento e alimentação; Atividades imobiliárias e aluguel; Serviços prestados às empresas; Serviços prestados às famílias e associativos; Serviços de informação; Intermediação Financeira, seguros e previdência complementar; Administração, saúde e educação públicas; Saúde e educação mercantis; Serviços domésticos.

O segmento de comércio teve seu grande destaque na década de 80 com o modelo de economia fechada. Atualmente o setor de comércio e serviços possui grande relevância, pois representa 51,92% da participação do PIB da região. E a Câmara dos Dirigentes Lojistas do Amazonas - CDL regulamenta a atividade mercantil realizada pela cidade através da prestação de serviços e comércio. O apoio aos profissionais ativistas no comércio local oportuniza soluções e suporte ao desenvolvimento das atividades comerciais, orientando e defendendo os interesses dos comerciantes e prestadores de serviços.

A Junta Comercial do Estado do Amazonas- JUCEA registrou, no período de 1º de janeiro a 31 de março de 2019, 1.310 novas empresas no Amazonas, um crescimento de 5,3% em comparação a mesma data em 2018. O balanço, ainda, aponta que a maioria das novas constituições, mais precisamente 668 registros, são do tipo Empresa Individual (EI),

empreendedor que atua como o único titular de seu negócio, sendo este uma pessoa física e sem a presença de outros sócios, não se enquadrando como Microempreendedor individual (MEI).

Outro dado interessante é que no segundo semestre de 2019, cerca de 90 lojas de diversos segmentos foram inauguradas em todo o Estado. E comparando o resultado estimado para 2019 de alguns segmentos do varejo com o apurado em 2018, os setores de bens duráveis são os que mais se destacaram, com crescimento de 8%; os semi e não duráveis cresceram em um patamar de 5%, em média. As lojas de móveis e decoração, de materiais de construção, de autopeças e acessórios e as farmácias e perfumarias registraram dois dígitos de aumento nas vendas em comparação a 2018.

A indústria é a base da sustentação da Zona Franca de Manaus, modelo de incentivos fiscais que protege a floresta e impede o desmatamento da região, instalada em 1967 e aprovada até 2.073, a ZFM gera 770 mil empregos diretos e indiretos. Dados da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) atestam que em 2019, só o Polo Industrial de Manaus contava com um Setor Industrial consolidado e tecnologicamente avançado, formado por cerca de 450 empresas com projetos incentivados pelos órgãos de desenvolvimento do Estado do Amazonas e do Governo Federal, gerando mais de 92 mil postos de trabalho, sendo que 03 subsetores empregam juntos 60% do total de funcionários do PIM, a área de eletroeletrônicos, duas rodas e de termoplásticos. Esse crescimento aponta para novos desafios econômicos e sociais que implicam em novas e volumosas demandas por serviços educacionais.

Itacoatiara possui o segundo maior PIB dentre os municípios amazonenses, superado apenas por Manaus, estando caracterizada também como a 406ª maior economia do Brasil. Segundo dados do IBGE, em 2016 seu Produto Interno Bruto foi de R\$ 2 054 829 560 e o PIB per capita era de R\$ 20 860,58 mil, tendo como principais atividades econômicas a prestação de serviços e extração da agricultura.

Parintins é um município brasileiro no interior do estado do Amazonas, Região Norte do país. É o segundo município mais populoso do estado, com 116.439 habitantes, Na economia, a remuneração média do trabalhador parintinense é de 1,8 salários mínimos por pessoa. O índice de ocupação de pessoal em Parintins é de 6,1% (6.974 pessoas). O PIB per capita, ou seja, o Produto Interno Bruto por pessoa, é de R\$ 9.593,89, conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2021.

Tefé é um município brasileiro do interior do estado do Amazonas, Região Norte do país. Sua população, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2021, era de 59.250 habitantes. Sua área territorial é de 23.808 quilômetros quadrados, sendo o quadragésimo oitavo maior município do Brasil em área e o vigésimo terceiro do Amazonas. A principal fonte de renda da cidade é o comércio local e a agricultura, uma vez que são escoados vários alimentos para outras cidades, inclusive a capital, Manaus.

Coari possui o segundo maior PIB do setor industrial com R\$ 1.091.724 bilhão, ou 49% do total do PIB do município, de acordo com dados da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEDECTI. Ainda de acordo com os dados, o PIB dos setor de serviços é R\$ 944.503 milhões, posicionando-se em terceiro lugar atrás de Manaus e Itacoatiara. No PIB do setor da agropecuária está em 15. posição com R\$ 91.542 milhões. A

arrecadação de impostos representa 3,9% do total o PIB (R\$ 84.498 milhões). O município conhecido pela produção de banana, hoje se destaca por produzir petróleo e gás natural, que ocorre em uma região denominada de Urucu. A produção de petróleo gira em torno de 53.500 bbl/d (2007) e de gás natural chega a 10 milhões de m³/d.

Novas oportunidades vêm crescendo de acordo com a evolução social, com o mundo moderno. O surgimento de novas questões sociais, novas lides, que surgem naturalmente nesse processo de evolução e dinâmica cultural e social geram uma nova gama de demanda para os profissionais formados em Logística.

3.16.2. Demandas de Natureza Social

O Amazonas tem uma área de 1.559.161.814 km² com população de 3.480.937 habitantes, população estimada de 4.144.597 pessoas em 2019 e a projeção de 4.477.266 para 2020 (IBGE). A capital Manaus concentra em torno de 60% da população do Estado, um total de 2.182.763 habitantes (estimado de 2019), distribuídos em uma área de 11.458 km². A taxa da população ocupada é de 23,7%, o salário médio dos trabalhadores formais é de 3,05 salários mínimos e 37,9% da população possui renda per capita de ½ salário mínimo (2017).

Com baixa densidade demográfica no interior do Estado, a cidade de Manaus tem sido o lugar para onde fluem os fluxos migratórios do interior do Estado e de outros estados da federação. Este contexto faz da cidade de Manaus a 7ª cidade no ranking das cidades mais populosas do país e a 7ª mais rica do país no ranking do PIB das cidades do país.

O IDH de Manaus é considerado alto de 0,737, entretanto, o mesmo não ocorre na Região Metropolitana de Manaus, também conhecida como Grande Manaus, criada pela Lei Complementar Estadual n.52 de 30 de maio de 2007, que é formada por 13 municípios, em sua maioria, com um IDH abaixo da média nacional, conforme se observa na tabela do IBGE.

Tabela 5: Municípios da Região Metropolitana

Município	Legislação [60]	Área territorial (km ²) [61]	População (2019) [62]	PIB (2016) [13]	IDH-M (2010) [63]
Autazes	30.04.2009 (LC N.64)	7.652,851	39.565	R\$287,7 milhões	0,577 baixo
Careiro	30.04.2009 (LC N.64)	6.096,210	37.869	R\$241,6 milhões	0,557 baixo
Careiro da Várzea	30.05.2007 (LC N.52)	2.627,474	30.225	R\$295,1 milhões	0,568 baixo
Iranduba	30.05.2007 (LC N.52)	2.216,817	48.296	R\$ 636 milhões	0,613 médio
Itacoatiara	30.05.2007 (LC N.52)	8.891,906	101.337	R\$ 2 bilhões	0,644 médio
Itapiranga	30.04.2009 (LC N.64)	4.335,075	9.148	R\$100,5 milhões	0,654 médio
Manacapuru	27.12.2007 (LC N.59)	7.336,579	97.377	R\$ 1,2 bilhão	0,614 médio
Manaquiri	30.04.2009 (LC N.64)	3.973,259	32.105	R\$249,8 milhões	0,596 baixo
Manaus	30.05.2007 (LC N.52)	11.401,092	2.182.763	R\$ 70,2 bilhões	0,737 alto

Novo Airão	30.05.2007 (LC N.52)	37.805,257	19.454	R\$120,5 milhões	0,570 baixo
Presidente Figueiredo	30.05.2007 (LC N.52)	25.412,265	36.279	R\$546,2 milhões	0,647 médio
Rio Preto da Eva	30.05.2007 (LC N.52)	5.815,622	33.347	R\$445,1 milhões	0,611 médio
Silves	30.04.2009 (LC N.64)	3.723,382	9.171	R\$97,9 milhões	0,632 médio
Total		127.287,789	2.676.936	R\$ 76,6 bilhões	0,720 alto

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, no campo da saúde, a mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no Estado é de 17,2 óbitos por mil nascidos vivos, em 2018, e 14, 52 em Manaus, sendo que uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas é que a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil e a expectativa de vida aumentou de 76 para 76,3 anos de idade.

Apesar da diminuição da mortalidade infantil e do aumento da expectativa de vida ao nascer no estado, a projeção 2018 revela que o Amazonas ocupa a 6ª posição entre as unidades da Federação com maior número de mortalidade infantil. Também possui a 6ª pior expectativa de vida ao nascer dentre as unidades da Federação.

Relatório publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE - 2018), avaliou as 45 nações membros ou parceiras da organização. Segundo o estudo, apenas 21,3% dos brasileiros de 25 a 34 anos têm ensino superior completo - o Chile apresentou a taxa de 33,7% para essa mesma faixa etária, a Costa Rica de 31,1% e o México de 23,6%. Para melhorar este cenário, é preciso fortalecer as instituições de ensino superior no Brasil. Ou seja, é necessário investir maciçamente nos professores, na melhoria da qualidade do ensino, no desenvolvimento de pesquisas e em tecnologia.

No campo da Educação Superior, de acordo com os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a região Sudeste domina o ranking. No total, 04 estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo) possuem 1.157 instituições de ensino superior no Brasil, segundo indicadores do Inep.

Na segunda colocação está a região Nordeste, com 432. Em seguida, vem o Sul do país que soma 389 instituições de ensino superior no Brasil. O Centro-Oeste com 235 e por último, o Norte com apenas 152 instituições. Dados do Mapa do Ensino Superior (2019) dão conta que o estado do Amazonas possui taxa de escolarização líquida de 15,0%, que estima o percentual de jovens de 18 a 24 anos matriculados no ensino superior em relação ao total da população nessa mesma faixa etária.

A primeira consideração a se fazer diz respeito à história tardia do ensino superior privado no Estado do Amazonas tendo iniciado pelos idos da década de 1990, portanto existe uma demanda latente pelo acesso ao ensino superior. O estado é formado por quatro mesorregiões (totalizando 62 municípios) e concentra, em suas 21 instituições de ensino superior, 2,1% das matrículas em cursos presenciais do país, ou seja, 140,1 mil estudantes.

A mesorregião do Centro Amazonense detém 94,6% dessas matrículas. Em 2017, na rede privada houve um pequeno aumento nas matrículas, que passaram de 89,6 mil para 90,1 mil. Na rede pública, o decréscimo foi de 2,6%, totalizando 50,0 mil contra 51,3 mil de 2016.

Com 26 IES que oferecem ensino a distância, o estado do Amazonas registrou 26,1 mil matrículas em 2019. Na rede privada, entre 2018 e 2019, ocorreu um acréscimo de 28,7%, chegando a 24,4 mil matrículas. Na rede pública, o crescimento no mesmo período foi ainda mais expressivo, computando 1,7 mil matrículas (contra 765 de 2016). Das quatro mesorregiões do estado, a Centro Amazonense registrou 94,1% do total de matrículas EAD (24,5 mil matrículas).

O número de ingressantes (que iniciam o 1º ano) em cursos presenciais no estado do Amazonas apresentou queda de 5,6%, no período de 2018 a 2019 (44,0 mil para 41,5 mil). Os cursos à distância, no entanto, registraram crescimento de 44,5% no número de ingressantes no mesmo período (de 11,8 mil para 17,0 mil).

O número de concluintes (que finalizam o último ano de um curso), em 2017, ultrapassou 20,0 mil, sendo 17,5 mil em cursos presenciais e 2,5 mil em cursos EAD.

As matrículas nas IES privadas em cursos presenciais tiveram um pequeno crescimento de 0,5% (de 89,6 em 2018 para 90,1 mil em 2019). As IES públicas também computaram queda de 2,6% nas matrículas (51,3 mil em 2016 para 49,9 mil em 2019).

O curso presencial mais procurado no estado do Amazonas foi Direito, com 10,5 mil matrículas. Os 10 cursos mais procurados pelos estudantes no estado do Amazonas em 2017, na rede privada, foram Direito (10,5 mil matrículas), Enfermagem (7,7 mil), Administração (7,1 mil), Engenharia Civil (5 mil), Ciências Contábeis (4mil), Pedagogia (3,8 mi), Psicologia (3,6 mil), Licenciatura em Educação Física (3 mil), Odontologia (2,8 mil), Farmácia (2,5 mil). E os 05 cursos a distância mais procurados foram Pedagogia (4,7 mil), Administração (4,1 mil), Gestão Logística (2,4 mil), Ciências Contábeis (2,2 mil), Gestão de Recursos Humanos (1,8 mil). O curso de Pedagogia teve a maior procura em EAD, registrando mais de 4,7 mil alunos matriculados. Direito foi o curso mais pesquisado na internet, de acordo com dados do mês de janeiro de 2019.

A porcentagem de migração entre os cursos presenciais no estado, em 2017, chegou a 19,7%. No mesmo período, o percentual de migração dos cursos à distância chegou a 37,1%. A procedência de alunos matriculados no ensino superior privado continua predominantemente de alunos do ensino médio público. De acordo com a Secretaria Estadual de Educação. A Rede Estadual de Ensino responde por 93,2% da matrícula do Ensino Médio, são 163.682 alunos, sendo 103.777 na capital e 59.905 no interior do Estado. Na modalidade de Educação de Jovens e Adultos encontram-se matriculados 120.171 alunos, sendo 59.935 na esfera municipal, 59.795 estadual e 441 particular.

Porém, os dados críticos são os 23,2% de alunos que interromperam seus estudos na capital, e 20,1% abandonaram os estudos no interior, conforme dados de 2006. A educação brasileira e, em especial a do Amazonas, indica uma questão paradigmática que implica em mudanças e inserções de medidas corretivas ao fluxo escolar se reflete em todas as unidades federadas, qual seja, toda criança e todo jovem aprendendo, e o abandono escolar, que reflete pressões sociais que fazem com que crianças e jovens interrompam seus estudos.

Já a Educação Profissional representa 11.533 matrículas, sendo 7.282 na capital e 4.251 no interior, dessas 2.064 são na dependência administrativa federal, 5.813 estadual e 3.656 particulares. Constatou-se um crescente aumento da oferta de profissionalização aos jovens do interior, considerando o aumento da oferta, porém é necessária que esta profissionalização esteja voltada para a especificidade do desenvolvimento sustentável dos municípios do interior.

A educação no Município de Manaus possui uma taxa de analfabetismo de 2,1%, menor que o nível nacional (6,8%). A taxa de analfabetismo no Amazonas foi a 8ª menor dentre as capitais. A maior foi em Rio Branco (7,5%) e a menor foi em Porto Alegre (1,2%), de acordo com os dados do IBGE em 2018. Sua taxa de escolarização de ensino médio de toda a sua população é de 52,7% e a de ensino superior é de 14,8%, sendo a média brasileira de 16,5%.

O Amazonas foi a 26ª rede estadual no crescimento da nota da Prova Brasil de Língua Portuguesa e 23ª posição entre as redes estaduais no ranking da Prova Brasil de Matemática em 2017. Os dados educacionais apresentados demonstram a relevância dos investimentos em educação.

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH mede o nível de desenvolvimento humano dos países utilizando como critérios indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). Nesse sentido, observa-se diante de todos os dados apresentados que apesar de Manaus apresentar um IDH considerado alto, a maioria dos municípios da Região Metropolitana ainda carece de investimentos em educação, saúde e economia para que desenvolvam uma menor dependência da capital e melhoria da qualidade de vida para seus habitantes.

Ademais, o Amazonas terá de qualificar 142 mil trabalhadores em ocupações industriais nos níveis superior, técnico, qualificação e aperfeiçoamento entre 2019 e 2023 de acordo com dados do Mapa do Trabalho Industrial.

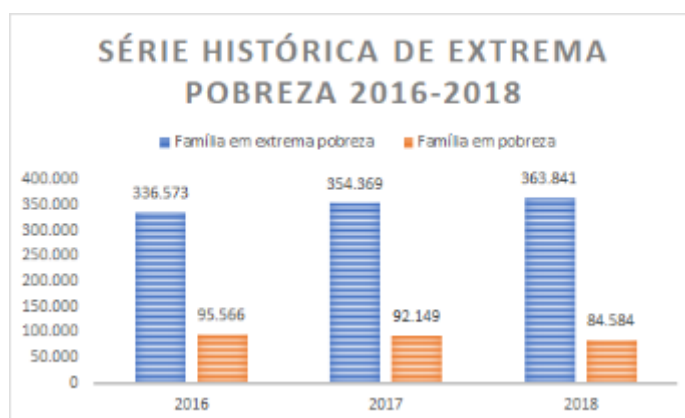
Em Manaus, apesar de a cidade possuir o maior crescimento populacional brasileiro, ainda enfrenta de forma mais severa o problema da escassez de profissionais, o Estado do Amazonas tem investido em média 25% de sua arrecadação, cumprindo sua obrigação como manda a Constituição, mas no ranking do investimento em educação ocupa as últimas posições quando se observa que estados como o Amapá, Mato Grosso do Sul, Paraná, Espírito Santo, São Paulo, Ceará e Sergipe investem em média 30% de sua arrecadação.

A capital Manaus foi preparada econômica e estruturalmente por meio de incentivos fiscais para receber empresas multinacionais, agora cabe a ela o constrangimento do não oferecimento de mão de obra especializada, variável importante na decisão baseada nos custos e benefícios dos investimentos iniciais no Brasil.

A pobreza se manifesta de diversas formas e não apenas na dimensão econômica. Levando em consideração esse entendimento no Amazonas, as vulnerabilidades se manifestam nas dimensões de disparidades regionais, econômicas, sociais e culturais. Quanto aos indicadores de vulnerabilidades, apontam-se o econômico e o território no contexto amazônico, situações essas, que fragilizam os vínculos familiares e as respostas para a necessidade mais primária das pessoas quando perpassa pela falta de renda. O indicador

econômico das famílias no Amazonas aponta o grau de vulnerabilidade vivenciado, como aponta o gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Série histórica de extrema pobreza:



Das 586.067 residências apontadas pelos dados do CECAD (2019) em relação às condições das habitações, 17,15% (100.511) das famílias encontram-se em precárias condições de moradia. Quanto ao acesso aos serviços de infraestrutura, 18,52% (108.540) das residências não possuem rede de esgoto adequado; 9,5% (55.699) dos domicílios não contam com iluminação adequada; 33,69% (197.446) das residências no Amazonas não têm acesso à rede geral de distribuição de água tratada. Essas famílias suprem suas necessidades de água potável a partir do uso de poços ou nascentes, cisternas e outras formas de acesso à água. Outro aspecto quanto ao acesso de abastecimento de água é que 11,16% das residências localizadas na zona urbana não têm água encanada: dependem do uso de poços e nascentes para suprir suas necessidades.

Ao analisar o cenário atual da região Norte é possível constatar que o mesmo apresenta os piores índices de utilização dos serviços de saúde no País (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012;

STOPA et al.,2017) enfrentando baixa disponibilidade de profissionais da saúde ao se comparar com outras regiões.

Análises das regiões de saúde na Amazônia demonstraram baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 46% e apontaram que as políticas de saúde do governo federal para a região padecem de baixa institucionalidade, descontinuidade e limitada sensibilidade às especificidades regionais (GARNELO et al.,2018). As iniquidades de acesso ao Sistema Único de Saúde comprometem a garantia de cuidados primários de saúde para populações rurais e para outros grupos em situação de vulnerabilidade.

Os dados regionais também evidenciam as maiores taxas de incidências de câncer do colo do útero do país, com nítida tendência temporal de crescimento (26,24/100 mil). Em 2019, a taxa padronizada pela população mundial foi de 12,58 mortes por 100.000 mulheres, representando a primeira causa de óbito por câncer feminino nesta região, onde o câncer do colo do útero ocupa o primeiro lugar e os óbitos por câncer de mama ocupam o segundo lugar no país (INCA, 2019;2021).

Ademais, a educação no Município de Manaus possui uma taxa de analfabetismo de 2,1%, menor que o nível nacional (6,8%). Porém, ainda assim, a escolaridade ainda está diretamente relacionada ao maior percentual das gestantes infectadas com HIV na região (SILVA et al.,2017).

Em Manaus, apesar de a cidade possuir o maior crescimento populacional brasileiro, ainda enfrenta de forma mais severa o problema da escassez de profissionais, o Estado do Amazonas tem investido em média 25% de sua arrecadação, cumprindo sua obrigação como manda a Constituição, mas no ranking do investimento em educação ocupa as últimas posições quando se observa que estados como o Amapá, Mato Grosso do Sul, Paraná, Espírito Santo, São Paulo, Ceará e Sergipe investem em média 30% de sua arrecadação.

Outro fator relevante, de acordo com o MS (2019), no Brasil, Manaus apresentou o maior número de casos novos (2.201) de Tuberculose (TB) em 2018, com o maior coeficiente de incidência e mortalidade por TB, principalmente nas idades entre 20 e 24 anos (MS,2019). Dos 2.863 casos novos de tuberculose registrados em 2020, 2.080 são em Manaus (72,70%), e os demais 783 (27,30%), no interior do estado.

Ainda em 2020, 154 pessoas morreram de tuberculose no Amazonas (uma taxa de mortalidade de 3,7 óbitos por 100 mil pessoas). De janeiro a fevereiro de 2021, foram registrados 370 casos no estado, sendo 270 notificações em Manaus. Os indicadores são monitorados pelo Programa Estadual de Controle da Tuberculose da FVS-AM (PECT/FVS-AM).

No que diz respeito às taxas de incidência de dengue, doença de Chagas aguda, esquistossomose, hanseníase, hepatite A, leishmaniose tegumentar, leptospirose, malária e tuberculose, o indicador mostrou que 40,5% dos municípios brasileiros apresentam alta criticidade, sobretudo nas regiões Norte (OPAS,2020). Sendo os principais indicadores “proporção de pobreza”, “lixo no entorno”, “esgoto no entorno” e “famílias chefiadas por mulheres”.

Quando se fala em populações vulneráveis, a região norte apresenta o maior contingente populacional indígena e de ribeirinhos do Brasil, encontrados principalmente nos interiores do Estado do Amazonas. Na Amazônia, vivem cerca de 306 mil indígenas sendo os

municípios de São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Olivença e Tabatinga os de maior população absoluta indígena entre os municípios do Brasil, com 61,4% vivendo na zona rural e na maioria das vezes em regiões distantes que axiomáticamente inviabilizam o acesso ao sistema público de saúde (IBGE,2019)

Conforme art. 196 da Constituição Federal de 1988, a saúde é um direito de todos e dever do estado, entretanto a igualdade no acesso é algo que se deixa a desejar, uma vez que os ribeirinhos muita das vezes, precisam se deslocar de onde residem para outra comunidade, cidade e até mesmo outro município, acarretando gastos extras na renda familiar ou até mesmo impedindo aquele cidadão de buscar o sistema de saúde, por falta de condições financeiras, causado pela falta de cobertura que a saúde deveria proporcionar para essa população (BRASIL GB, et al., 2016).

Dessa forma, a oferta à saúde é um importante desafio para o Sistema Único de Saúde (SUS) para populações indígenas, ribeirinhas e demais populações interiorizadas, que por motivações diversas e, em especial por residirem em áreas remotas, em margem de rios ou em ramais, tem seu direito de acesso à serviços de saúde dificultada no Estado do Amazonas, ficando mais predisposta ao risco de inúmeras doenças como malária, tuberculose, hepatites, anemia grave, principalmente entre crianças, infecções sexualmente transmissíveis, entre outras.

3.16.3. Demandas Culturais

Em referência aos aspectos culturais do estado do Amazonas, temos uma grande contribuição da nossa população através da miscigenação dos índios com os nordestinos que migraram para o Amazonas durante o período do Ciclo da Borracha. Além desta herança, o período de extração da Borracha deixou ícones da nossa cultura que são conhecidos mundialmente e que geram um comércio expressivo de souvenirs, lembranças e objetos locais que fazem referências aos principais atrativos turísticos como o Teatro Amazonas, Palácio da Justiça, Alfândega, dentre outros.

Observa-se também, outros pontos turísticos que ressaltam a riqueza dos nossos rios como o Encontro das Águas e o Parque Nacional de Anavilhanas e a Floresta Amazônica, considerada o pulmão do mundo e Patrimônio da Humanidade. Outros patrimônios socioculturais do estado do Amazonas também merecem destaque são o Festival de Parintins, mundialmente conhecido pela rivalidade de dois bois bumbás no município de Parintins, Festival da Canção de Itacoatiara, Festa do Cupuaçu em Presidente Figueiredo, Festival Internacional de Tribos do Alto Solimões, em Tabatinga, entre outros.

O Estado conta com as seguintes diretorias ligadas a Secretaria de Cultura: Administrativa e Financeira; Eventos; Teatro Amazonas; Museus; Centros Culturais; Corpos Artísticos; Parques e Praças Culturais; Liceu de Artes e Ofícios Cláudio Santoro de Manaus; Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro/Unidade Parintins; Patrimônio Histórico; Galeria do Largo; Departamento de Literatura; Bibliotecas.

E o resumo dos projetos/programas/serviços da SEC são: Programas: Liceu Manaus e Parintins - ações artísticas e culturais no ensino das artes: cursos regulares e livres nos segmentos da música popular e erudita, dança, teatro, artes plásticas, artes visuais, audiovisuais, cursos especiais e de aplicação pedagógica (orquestra e corais), Gestão de

Educação a Distância: Plataforma Virtual de Arte e Cultura Amazônica, quanto a gestão administrativa, recursos humanos, financeiros, infraestrutura e logística das ações artístico-culturais, da Secretaria de Estado de Cultura.

Espaços públicos e Centros Culturais: Povos da Amazônia, Largo de São Sebastião, Palácio da Justiça, Palácio Rio Negro, Professor Gilberto Mestrinho/Sambódromo, Amazonino Mendes (Parintins), Usina Chaminé, Indígena Ajuricaba, Popular Galeria do Largo de São Sebastião Museus: Seringal Vila Paraíso e Casa Eduardo Ribeiro Palacete Provincial. Parques: Senador Jefferson Peres e Rio Negro. Praças: Antônio Bittencourt, Heliodoro Balbi. Teatros: Amazonas, Instalação. Biblioteca Pública

Corpos Artísticos: Balé Experimental do Corpo de Dança do Amazonas; Balé Folclórico do Amazonas; Coral do Amazonas; Corpo de Dança do Amazonas; Grupo Vocal dos Corpos Artísticos; Madrigal da Casa de Música Ivete Ibiapina; Orquestra Amazonas Band; Orquestra Amazonas Filarmônica; Orquestra de Câmara do Amazonas; Orquestra de Violões do Amazonas; Orquestra Experimental Amazonas Filarmônica. Principais eventos: Carnaval e Carnaboi, Festival de Ópera, Festivais Folclóricos, Multieventos, Ações de Arte e Cultura, Atividades de Cultura Popular.

Quanto às tendências para a cultura do Estado, uma visão sistêmica da cultura é necessária, buscando o diálogo e as parcerias entre as mais diversas secretarias de governo, como SEDUC, SEAS, SEJUSC, SEJEL, etc, com visão intersetorial das ações e desenvolvendo projetos em conjunto. Outro grande desafio de uma nova gestão cultural para o Estado, gira em torno da popularização e interiorização da cultura de uma forma geral.

O município de Itacoatiara conta com importantes monumentos, museus, parques, balneários, teatros e eventos de grande repercussão, como o Festival da Canção de Itacoatiara (Fecani), considerado o maior evento de música da Região Norte do Brasil. A cidade tem como cartão-postal a Avenida Parque, inaugurada em 1928, sendo inspirada na famosa avenida parisiense Champs Elysée.

Na cidade de Tefé, é possível identificar várias construções que são expressões do patrimônio cultural material, como o Seminário São José, a Missão e a Igreja Matriz de Santa Tereza, construções muito divulgadas como pontos turísticos para quem vem conhecer a região. Além desses, há também os vestígios arqueológicos, embora, devido a processos naturais e à dinâmica de desenvolvimento do espaço urbano, estes já não sejam tão conhecidos pela população, especialmente pelos mais jovens.

O município de Parintins é conhecido mundialmente por sediar o Festival Folclórico de Parintins, considerado Patrimônio Cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Localiza-se à margem direita do rio Amazonas. A vegetação, típica da região amazônica, é formada por florestas de várzea e de terra firme, tendo, ao seu redor, um relevo composto por lagos, ilhotes e uma pequena serra.

Uma das principais características culturais de Tabatinga é a presença de diversas etnias indígenas, como Ticunas, Kokamas e Mayorunas, que mantêm vivas suas tradições e costumes. Eles têm uma forte conexão com a natureza e valorizam seus rituais e cerimônias, como a Festa do Boto, uma celebração que homenageia o lendário boto-cor-de-rosa do Rio Amazonas.

A necessidade de ampliar os equipamentos e a utilização dos aparelhos culturais nos bairros de Manaus e nos municípios mais distantes da capital, valorizando e incentivando a produção e a divulgação da cultura popular, indígena e afro amazônica. Além de apoio e incentivo para organização de grupos de cultura popular nos bairros e municípios, e respeito ao protagonismo dos grupos e organizações já existentes nessas localidades.

3.16.4. Demandas Políticas

O Estado ocupa em 2019 a 26ª posição no ranking de competitividade, Pilar Infraestrutura, com nota 11, 2 pontos, numa escala que a pontuação vai até 100. Assim, o Plano Plurianual do Estado do Amazonas- PAA 2020-2023 tem como diretriz a Modernização da Gestão Pública com as seguintes ações por áreas:

Saneamento- acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água e outras doenças transmissíveis; reduzir o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo; ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades relacionadas à água, saneamento, dessalinização, eficiência no uso da água, tratamento de efluentes; alcançar o acesso universal e equitativo à água potável; reduzir a poluição; implantar a gestão integrada dos recursos hídricos.

Urbanismo- administrar e gerenciar recursos públicos destinados às despesas com serviços de energia elétrica, água e esgoto e telefonia.

Desburocratização e Governo Digital- contratar consultorias especializadas; planejar e gerir políticas públicas, modernizar estruturas organizacionais e processos administrativos; fortalecer mecanismos de transparência; modernizar a gestão de informações e integrar sistemas de tecnologia da informação; metrologia e qualidade industrial.

Infraestrutura e Logística de Integração- promover o desenvolvimento sustentável; pavimentar rodovias (07 projetos para execução com meta de 400 km de ramais a serem pavimentados); duplicar a rodovia AM-070; modernizar a rodovia AM 010; disponibilizar casas populares à população de baixa renda; reduzir riscos de desastres; urbanizar as favelas; aumentar a urbanização inclusiva e sustentável; garantir que pobres e vulneráveis tenham direitos iguais aos recursos econômicos, acesso a serviços básicos e micro finanças.

Transportes- expandir a interligação logística de modais de transporte entre municípios e comunidades do estado para alcançar aumento do escoamento da produção agrícola e promover maior acesso da população à educação e à saúde; melhorar a segurança e a acessibilidade dos transportes; implantar políticas de migração planejadas.

Infraestrutura- proporcionar acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes; facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas.

Energia- modernizar e fortalecer o sistema de iluminação pública; aumentar a participação de energias renováveis na matriz energética global.

Quanto à moradia, a Superintendência Estadual de Habitação- SUHAB é responsável pelo planejamento, desenvolvimento e execução da Política Estadual de Habitação – PEH e tem

como objetivos elaborar programas e projetos referentes ao setor habitacional de interesse social; construir habitações de interesse social por conta própria ou através de parcerias, intensificar o processo de desfavelamento, mediante o financiamento à construção e aquisição da casa própria, dentre outras.

Entre as ações, a SUHAB está desenvolvendo o programa Minha Casa Minha Vida Sub 50 no interior do Estado. São 43 municípios do Amazonas, com até 50 mil habitantes, que estão aptos ao programa e trabalham com a administração da carteira de mutuários, atuando e realizando campanhas de regularização, como o Programa Casa Legal.

Programa CASA LEGAL: De acordo com a Lei n. 4.577, de 9 de abril de 2018, instituiu-se os Programas de Recuperação de Crédito – PRC e de Regularização de Titularidade dos Imóveis – PRTI, pertencentes ou incorporados à carteira imobiliária da SUHAB. Posteriormente houve a Portaria n. 89/2018, de 22/05/2018, que estabelece os procedimentos para as devidas regularizações de contratos com mutuários.

Continuação do PROSAMIM na capital e no interior, com as devidas correções das falhas socioambientais do programa, especialmente a insuficiência nas indenizações e a inexistência de tratamento de esgoto. Programa com propósito de ajudar na solução dos problemas ambientais, urbanísticos e sociais que afetam a cidade e seus habitantes, especificamente aqueles que vivem abaixo da cota 30m de inundação, tomando como referência o nível do Rio.

O PROSAI MAUÉS também faz parte do rol de propostas apresentadas no Programa de Governo. O objetivo geral é contribuir para a solução dos problemas de saneamento básico, urbanísticos e socioambientais que afetam a qualidade de vida da população e a sustentabilidade socioeconômica do Município de Maués.

Entretanto, não há uma política clara de habitação para o Amazonas. O estudo dos problemas de habitação de interesse social seguido do planejamento da execução de conjuntos habitacionais deveria proporcionar a elaboração de programas e projetos referentes à Política Estadual de Habitação. Porém isso não ocorre. A alienação de terrenos e glebas deve ser uma das áreas de atuação da Superintendência, pois mediante tal instituto as áreas são reservadas à construção de novas moradias de interesse social, uma vez que os beneficiários são em grande parte retirados de residências em situação crítica, localizadas às margens de igarapés, rios e lagoas. Ademais, o processo de desapropriação, desfavelamento e urbanização propicia a recuperação das áreas anteriormente atingidas por ocupação irregular.

De acordo com dados de 2015 do IBGE, o déficit habitacional em todo o Estado do Amazonas é de 128 mil unidades habitacionais. Sendo formado por quatro categorias: moradia de aluguel, áreas de risco, adensamento habitacional e coabitação familiar.

Já a SEINFRA, setor de infraestrutura no Estado do Amazonas precisa passar por uma reestruturação, de modo a sair do viés somente operacional, mas há grandes obras sendo executadas na região metropolitana de Manaus, cuja execução sofre entraves que ocasionam atrasos e prejuízos diversos, quais sejam dificuldades na desapropriação e realocação da rede elétrica. As obras são as seguintes: Obras do ANEL LESTE de Manaus; Obras do ANEL SUL de Manaus; Obras de Duplicação da Rodovia AM-070; Obras do Sistema Viário no Interior do Estado; Recuperação de Orlas no Interior do Estado.

Principais desafios: Implementar um sistema sustentável de pavimentação que inclua os devidos trabalhos de drenagem, sub-base, usando asfalto de qualidade e outros tipos de piso, a fim de promover em cooperação com os municípios, a manutenção do sistema viário e das estradas vicinais visando o escoamento da produção, bem como a manutenção e recuperação das rodovias estaduais; Priorizar os investimentos em pavimentação e recuperação de estradas estaduais e estradas vicinais; Cooperar com o Governo Federal para a recuperação completa da BR 319, auxiliando nas medidas de prevenção na área de meio ambiente e ordenamento fundiário, bem como a implantação de um sistema integrada de controle e monitoramento; Cooperar com o Governo Federal e os Municípios no sentido de ampliar e aperfeiçoar o sistema de transporte aéreo regional; Apoio à expansão do Programa Luz para Todos; Apoio à readequação e/ou implantação de um verdadeiro terminal pesqueiro; Apoio, em parceria com os municípios, à revitalização de quadras de esporte e campos de futebol com incentivo à formação esportiva, preferencialmente em áreas de maior vulnerabilidade social; Promoção de estudos de captação de recursos para criação de mini vilas olímpicas nos municípios, inclusive com Parceria Público-Privada, para a manutenção das vilas.

Em relação à Logística do Estado, a Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias – SNPH tem como principal atribuição desenvolver as vias navegáveis interiores e da navegação no Estado do Amazonas; implantar, promover, manter, fiscalizar a estrutura Estadual para o transporte aquaviário no interior do Estado do Amazonas, abrangendo a navegação e as vias navegáveis interiores. Entretanto, ainda não há uma política de infraestrutura portuária e de hidrovias no âmbito estadual que seja indutora de desenvolvimento e modernização do setor. O Amazonas é o maior estado da federação e o que abriga a maior quantidade de rios navegáveis, os quais na maioria das vezes são a única opção às populações mais pobres e distantes dos grandes centros. A quantidade de embarcações regionais para todo tipo de finalidade é muito grande, porém operam sem nenhum apoio ou fiscalização de um órgão estadual. Não há sinalização hidroviária, não há estudos de batimetria e seu monitoramento, não há organização nos portos de abastecimento de produtos do setor primário, não há, enfim, atividade alguma estruturada para disciplinar, desenvolver, modernizar e facilitar o setor com vistas a oferecer serviços de qualidade e benefícios à população que diariamente precisa utilizar os rios do Amazonas.

Quanto a Gestão da Política da Assistência Social no Estado do Amazonas- a SEAS tem como principais programas: a) Programa Bolsa Família (PBF); b) Programa BPC na Escola com propósito é criar as condições propícias para o desenvolvimento da autonomia, participação social e emancipação da pessoa com deficiência; c) Programa ACESSUAS para promover o acesso de seus usuários a oportunidades no mundo do trabalho das pessoas em situação de vulnerabilidade social. d) Programa Primeira Infância: objetivando a promoção do desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida. e) Ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI que visa a proteção de crianças e adolescentes, menores de 16 anos, contra qualquer forma de trabalho, garantindo a frequência na escola e em atividades socioeducativas, consiste em um auxílio financeiro mensal com transferência direta ao beneficiário.

E seus principais desafios são: Realizar diagnóstico socio-territorial da população em situação de rua; Realizar diagnóstico socioeconômico e socio-territorial para conceder apoio aos municípios na implantação de Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes que tiverem seus direitos violados; Realizar diagnóstico socioeconômico e socio-territorial que evidencie a realidade de risco e vulnerabilidade social a que está sujeita a pessoa idosa e justifique a implantação de serviços institucionais de longa permanência para este público; Propor a criação de um comitê gestor par o fortalecimento da articulação da rede intersetorial de enfrentamento às drogas e à violência nos municípios do estado do Amazonas; Ampliar campanhas de prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes, articuladas com as demais Secretarias do governo de Estado e com a gestão municipal; Fortalecer os conselhos municipais, as conferências, os fóruns de Assistência Social enquanto canais de participação social e espaços de democratização de direitos.

O Estado do Amazonas assinou o Compromisso Todos pela Educação que integra o PDE, com o propósito de melhorar a qualidade da educação.

As diretrizes do Plano Estadual de Educação do Amazonas- PEE 2015-2025 preveem: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da cidadania e erradicação da discriminação; melhoria da qualidade de ensino; formação para o trabalho; ênfase em valores morais e éticos; promoção da gestão democrática; promoção humanística, cultural, científica e tecnológica; valorização dos profissionais da educação; promoção dos Direitos Humanos.

Neste sentido, a Secretaria de Estado de Educação- SEDUC possui os seguintes programas: Sistema de Gestão Escolar do Amazonas (Sigeam- por meio deste moderno sistema de armazenamento e gerenciamento de dados implantado nas escolas da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC) da capital e do interior do Amazonas, todas as unidades de ensino publicam suas informações de ordem administrativa e tendo a possibilidade de gerenciá-las em tempo real.

Programas Pró-Engenharias e RH-TI- com o objetivo de acompanhar os estudantes da rede pública estadual, matriculados no Ensino Médio, e que apresentem aptidão para as áreas de exatas e tendência vocacional para seguir carreira nos vários ramos da Engenharia e também nos de Tecnologia da Informação, o Governo do Amazonas vem desenvolvendo o Programa Estratégico de Indução à Formação de Recursos Humanos em Engenharias (Pró-Engenharias) e também o Programa Estratégico de Indução à Formação de Recursos Humanos em Tecnologia da Informação (RH-TI).

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)- Visando intensificar e aprimorar as ações educacionais direcionadas na rede pública especificamente aos estudantes do 1º ciclo do ensino fundamental, o Governo do Estado aderiu ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

Em atendimento a uma proposta do Governo Federal, várias iniciativas vêm sendo realizadas pela Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC), com intuito de garantir que todos os estudantes matriculados na rede pública estadual estejam efetivamente alfabetizados até os oito anos de idade, ou seja, ao concluir o 3º ano do ensino fundamental.

Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas (Padeam)- o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) investirá 273 milhões de dólares objetivando esta ampliação e otimização da rede pública estadual de educação. Além da operação de crédito internacional, somar-se-á aos investimentos do BID outros o incremento de US\$ 121,826 milhões por parte do Governo do Amazonas.

Os recursos serão aplicados em ações que, no campo da engenharia, visam ampliar em, pelo menos, 33 mil novas vagas a capacidade de atendimento da rede pública estadual de educação do Amazonas e no campo pedagógico, favorecer a aceleração da aprendizagem por meio da expansão de programas como "Reforço escolar" e projeto "Avançar". Os recursos também serão empregados na qualificação profissional da rede de ensino e de assistência técnica pedagógica a professores e escolas.

Programa Ciência na Escola- Com o desenvolvimento de projetos de pesquisa no ambiente escolar, as potencialidades dos alunos são desenvolvidas e suas habilidades acadêmicas destacadas, entre outros, pelo desenvolvimento de projetos e da participação em eventos científicos.

Programa de Reforço Escolar- Com o objetivo de reforçar o aprendizado ministrado em sala de aula o programa beneficia alunos matriculados no Ensino Fundamental permitindo a eles o acesso a aulas extras, que são ministradas no contra turno escolar sob a orientação de uma equipe de monitores, previamente capacitados.

Educação Escolar Indígena- São mais de 50 mil alunos indígenas regularmente matriculados nas redes municipais e estaduais de ensino em todo o Amazonas que recebem um atendimento específico. São, pelo menos, 120 mil índios de 72 etnias localizados nos 62 municípios do Estado.

Na área da saúde a Secretaria de Estado da Saúde- SUSAM é responsável pelos programas e ações de saúde do estado, destacando-se:

Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa- a caderneta auxilia no acompanhamento da saúde, tanto pelas equipes de saúde quanto pelos idosos, seus familiares e cuidadores.

Saúde do homem- Pré-Natal do Homem- o envolvimento masculino no planejamento reprodutivo e na gestação pode ajudar na criação e no fortalecimento do vínculo familiar.

Pessoa com deficiência- Centro Especializado em Reabilitação (CER)- Os CER's realizam diagnóstico, tratamento, adaptação e manutenção de tecnologia assistiva para pessoas com diferentes tipos de deficiências.

Saúde do adolescente- Caderneta de Saúde- Material orienta sobre como lidar com as transformações no corpo e a cuidar melhor de si mesmo, além dos direitos dos adolescentes nesta fase.

Programa nacional de triagem neonatal- o diagnóstico precoce, o tratamento adequado e o acompanhamento médico de algumas doenças podem evitar a morte, deficiências e proporcionar melhor qualidade de vida aos recém-nascidos. Saiba mais sobre o fortalecimento do cuidado aos recém-nascidos e as ações desenvolvidas aqui.

Saúde da mulher- Rede Cegonha- Ação orienta mulheres sobre saúde, qualidade de vida e bem-estar durante a gestação, parto, pós-parto e o desenvolvimento da criança.

Aleitamento materno- orientações sobre a importância da amamentação, os principais benefícios para mãe e para o filho, as orientações do Ministério da Saúde para amamentar de forma tranquila e prazerosa e onde encontrar ajuda em caso de dificuldades.

Programa nacional de segurança do paciente- criado para contribuir para a qualificação do cuidado em saúde em todos os estabelecimentos de saúde do território nacional. A Segurança do Paciente é um dos seis atributos da qualidade do cuidado e tem adquirido, em todo o mundo, grande importância para os pacientes, famílias, gestores e profissionais de saúde com a finalidade de oferecer uma assistência segura.

Manaus possui o maior hospital estadual, o Pronto Socorro João Lúcio Pereira Machado, que atende as principais urgências do Amazonas, localizado no bairro São José Operário. Possui também o Pronto Socorro da Zona Leste Platão Araújo, além da maior maternidade da Região Norte do Brasil, a Maternidade Ana Braga.

Dessa forma, o egresso de Logística possui competências e habilidades para fazer gestão em qual área das organizações incluindo gestão de saúde, que por sua vez, implica administrar empreendimentos de saúde, tanto na esfera pública como privada, avaliar as necessidades da instituição, criar e aplicar políticas públicas.

O planejamento, é parte fundamental da gestão para conduzir o rumo das organizações assim, auxiliar na elaboração de planos de ação, realizar melhoria contínua dos processos e escolher prioridades que produzirão resultados. A função gerencial nos serviços de saúde, é necessário aptidões para atuar na melhoria da qualidade dos serviços ofertados aos usuários, atendendo três dimensões: a dimensão política que se relaciona com a finalidade do trabalho; a dimensão organizacional que induz a organização do processo gerencial e a técnica que se relaciona a prática com o monitoramento e avaliação deste trabalho.

Outra atribuição fundamental do gestor de saúde é habilidade de negociação, ou seja, toma sobre si o papel de mediador de relações, pois é essencial para promover uma gestão compartilhada dos serviços de saúde além de ser uma relação estritamente formal e burocrática, envolve uma relação que abrange afeto e objetivos pactuados de forma coletiva, no sentido de garantir uma gestão participativa. Dentre as habilidades esperadas para um gestor estão a comunicação, visto que ela garante a informação, a alimentação dos sistemas de informação em tempo hábil, a elaboração de relatórios e planos de ação para a melhoria da qualidade das informações em saúde.

3.16.5. Demandas de Natureza Ambiental

A Amazônia é considerada Patrimônio da Humanidade e abriga 50% da biodiversidade de nosso planeta. Na bacia amazônica já foram descritas pela ciência pelo menos 2.000 espécies de peixes, 300 espécies de répteis, 2.600 espécies de aves, e responde por um terço dos recursos hídricos do planeta. Historicamente, a perda da cobertura vegetal na Amazônia está diretamente ligada a práticas criminosas de exploração de terras. É a chamada expansão da fronteira agrícola. Nesse caso, obtida às custas do desmatamento desenfreado.

A queimada é a prática mais comum utilizada com o objetivo de liberação de uma fração de território para a atividade agropecuária, de fundamental importância para o PIB

do Brasil. Com ela, no entanto, uma série de impactos ambientais são imediatamente percebidos, alguns com desdobramentos incalculáveis.

Grande parte dos gases do efeito estufa são emitidos pela queima de combustíveis fósseis e de carvão vegetal, entre outras fontes. E quando imensas áreas florestais são queimadas, a emissão de gases aumenta consideravelmente e também prejudica as pessoas que vivem na floresta. É o caso dos povos indígenas que sobrevivem graças ao uso sustentável que fazem dos recursos da natureza. Há de se considerar também que a ação dos madeireiros interessados nas queimadas é, em muitos dos casos, acompanhada de violência.

Quando despejado nos rios, o mercúrio contamina peixes e quem se alimenta deles, alojando-se em toda a cadeia alimentar. A intoxicação pela substância pode provocar danos neurológicos e malformações em bebês e essa situação gera um grande debate sobre legalização e destinação de áreas como essa para cooperativas de garimpeiros. Mas as relevantes questões ambientais que envolvem a mineração na Amazônia são o primeiro dos obstáculos.

Recuperar o ambiente degradado por anos de exploração custaria milhões e nenhum dos antigos exploradores se importou com isso. Além da derrubada de árvores, a atividade provoca assoreamento de rios, desvia cursos fluviais e cria lagos artificiais que servem como criadouros de mosquitos. Não por acaso, a malária é comum em zonas de garimpo na Amazônia.

Portanto, pensar e ofertar um curso de graduação que tenha como característica o desenvolvimento sustentável, a preservação dos recursos como parâmetro direcionador das suas ações, a partir do que se estipulam os órgãos de controle, é extremamente importante para a atuação e implementação de atividades industriais associadas à sustentabilidade. Isto porque já existem diretrizes que preveem o modelo de tratamento desta problemática, que por sua vez, está definida na Lei 12.305/2010 que versa sobre a implantação de sistemas de logística reversa em setores que representam impacto direto e significativo nos ecossistemas ambientais globais. Visando, sobretudo, a reincorporação de resíduos na cadeia de produção (reciclagem ou reuso), bem como o racional uso de materiais em toda a extensão do processo produtivo das organizações.

3.16.6. Número de IES que ofertam o curso no Estado.

Até a presente data cerca de onze Instituições de Ensino Superior ofertam o Curso de Logística na modalidade EAD no Estado do Amazonas (polos), de acordo com dados do E-mec. (Fonte: <https://emec.mec.gov.br/>)

1. **DIMENSÃO 1** ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1.1. **Políticas institucionais no âmbito do curso**

Uma política se constitui como um conjunto de princípios e diretrizes norteadoras que garantem a direção de programas, projetos e ações que tem como finalidade executar e garantir o alcance dos objetivos institucionais, neste sentido, uma política deve ser sempre pensada em termos sistêmicos e em articulação com a Missão e os Valores, atribuídos.

1.1.1. Política de Ensino

A Política de ensino da IES está fundamentada na construção de relações de ensino/aprendizagem com vistas aos melhores indicadores de qualidade da educação superior, no desenvolvimento de competências do perfil do egresso das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação e no Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos, bem como em uma formação ética e humanística prezando pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão realizada por meio dos programas na graduação e na pós-graduação.

A Política de Ensino da IES considera as diretrizes abaixo:

- -Atender aos requisitos legais educacionais e as orientações das diretrizes curriculares nacionais para a formação do perfil do egresso, considerando, as demandas da região norte, a missão e visão da IES;
- -Promover a articulação permanente entre ensino, pesquisa e extensão, por meio do Programa de Articulação Pesquisa, Ensino e Extensão - PAPEERI;
- -Desenvolver o Ensino para a formação de competências e habilidades prevista na DCN ou catálogos de cursos tecnológicos, considerando os aspectos de atualização curricular; utilização e desenvolvimento de material didático, oferta de componentes curriculares semipresenciais e promovendo a formação de profissionais capazes de atender as demandas econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais da região;
- -Promover a disseminação de valores éticos, humanísticos, ambientais e socialmente responsáveis, por intermédio do Programa de Educação Ambiental e o Programa de Educação para os Direitos -Humanos obedecendo ao que determina a legislação pertinente;
- -Promover a qualidade do ensino e a inovação pedagógica estabelecidos no Programa de Qualidade de Ensino e no Programa de Inovação Pedagógica utilizando-se de metodologias ativas por meio da interação teórico prática, da pedagogia de projetos e acessibilidade pedagógica e atitudinal, ensino interdisciplinar, transversal e flexível com processos de avaliação que tenham como foco a aprendizagem e que se dão de maneira somativa - com base na teoria de resposta ao item e, formativa visando o desenvolvimento de competências;
- -Atender os estudantes, ofertando apoio acadêmico, pedagógico e psicopedagógico necessários ao suporte de sua vida acadêmica e estudantil, tendo como meta o acolhimento ao ingressante, o nivelamento, a monitoria, atividades extracurriculares, a acessibilidade e a permanência do mesmo em condições excelentes de aprendizagem,

bem como o acompanhamento de egresso, por meio do Programa de Apoio ao Discente; Programa de Acessibilidade e Programa de Acompanhamento do Egresso;

- -Promover a gestão participativa por meio dos NDE's e colegiados docentes e discentes, garantindo inclusive a representatividade discente em órgãos colegiados;
- -Desenvolver o Programa de Monitoria, como estímulo à formação de novos quadros docentes.

Focada nessas diretrizes norteadoras, a IES define os seguintes princípios que servirão como base de sua Política de Ensino:

- -Princípio da proximidade: recomenda que o ensino e aprendizagem, sejam quais forem seus métodos e técnicas, inicie pelo conhecimento que seja o mais próximo possível da vida do aluno, partindo dos fatos mais imediatos para os mais remotos, do conhecido para o desconhecido;
- -Princípio da direção: recomenda ao professor o planejamento, a previsão, a sequência lógica, estruturada, do conhecimento, a clareza de objetivos e o enfoque de questões essenciais do conteúdo, sem deter-se em questões periféricas;
- -Princípio da adequação: recomenda que os métodos e técnicas sejam apropriados ao aluno, à natureza e tipo de conteúdo, ao contexto, às fases evolutivas do desenvolvimento e da aprendizagem;
- -Princípio da participação: recomenda que se observem, nos alunos em formação, em todas as áreas, a atividade, o envolvimento, o estudo, a atenção, o trabalho com o conhecimento, a organização, a disposição, a conscientização do valor do estudo, da aprendizagem e seus métodos;
- -Princípio da diversidade: recomenda preservar, em qualquer método de ensino-aprendizagem, o valor de condutas que propiciem a livre manifestação de ideias, a qualificação e acolhimento das pessoas, a confiança, a iniciativa, a criatividade e criação, o respeito às diferenças e à pluralidade;
- -Princípio da vivência: aplica-se à consideração ao conhecimento formado no cotidiano e nas práticas anteriores dos alunos, assim como suas experiências atuais, associando-os aos significados do conhecimento teórico e suas relações com fatos da realidade, da vida;
- -Princípio da descoberta: aplica-se ao conhecimento tanto ao teórico e suas fontes, como ao conhecimento pessoal, de si e do outro, incluindo ainda o conhecimento dos fatos da realidade e a vivência do prazer de aprender;
- -Princípio da construção do conhecimento: refere-se à sua integração, articulação, irradiação à vida, ao cotidiano, onde se encontram os seus significados concretos;
- -Princípio da reflexão: recomenda incorporar aos métodos de ensino-aprendizagem os processos de análise, conclusões e avaliação do conhecimento;
- -Princípio da Interdisciplinaridade e da Transversalidade: pretende-se abordar os conteúdos da formação de maneira a garantir o trânsito interdisciplinar e transversal,

ou seja, os conteúdos devem ser abordados de maneira a evidenciar as relações interdisciplinares e transversais do conhecimento, superando a abordagem fragmentada e isolada o saber.

Uma política se constitui como um conjunto de princípios e diretrizes norteadoras que garantem a direção de programas, projetos e ações que tem como finalidade executar e garantir o alcance dos objetivos institucionais, neste sentido, uma política deve ser sempre pensada em termos sistêmicos e em articulação com a Missão e os Valores, atribuídos.

Núcleos de apoio ao ensino

NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica- responsável por assessorar os projetos de inovação tecnológica dos cursos de graduação, com atribuições de:

- -Analisar e emitir parecer sobre a viabilidade técnica e econômica do licenciamento e da transferência de produtos, processos e serviços oriundos da propriedade intelectual;
- -Deliberar sobre propostas e indicações, representações ou consultas de interesse da Faculdade em matéria de inovação tecnológica e proteção da propriedade intelectual;
- -Estabelecer regras e procedimentos para avaliação e classificação de resultados decorrentes de atividades e projetos acadêmicos da IES em atendimento às disposições da Lei nº 10.973/2004, da Lei nº 13.243/2016 e do Decreto nº 9.283/2018;
- -Estabelecer regras e procedimentos para avaliação de solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma dos artigos 22 e 22-A da Lei nº 10.973/2004;
- -Estabelecer regras e procedimentos para a execução, acompanhamento de pedidos de proteção e manutenção dos títulos de propriedade intelectual da IES;
- -Estabelecer regras e procedimentos para a transferência, licenciamento e comercialização de tecnologias da IES.

NAPA - Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade:

O apoio psicopedagógico na IES dar-se-á por meio de uma estrutura pedagógica/administrativa denominada Núcleo e Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade. Neste espaço, a partir da intersecção da pedagogia com outras áreas de conhecimento, a IES realiza ações de prevenção e de apoio aos alunos com problemas, distúrbios, dificuldades de aprendizagem e ainda aqueles com necessidades educativas especiais específicas de natureza permanente. Para a modalidade de oferta de Educação à Distância, o acadêmico poderá agendar via ambiente virtual um atendimento com os especialistas do núcleo de maneira online, ou solicitar atendimento presencial nos polos vinculados aos cursos.

Para a modalidade de oferta de Educação à Distância, o acadêmico poderá agendar via ambiente virtual um atendimento com os especialistas do núcleo de maneira online, ou solicitar atendimento presencial nos polos vinculados aos cursos.

O NAPA tem como objetivo geral promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem e inclusão do aluno para seu pleno desenvolvimento. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade encontra-se em pasta anexa.

NADI- Núcleo de Apoio ao Discente:

O apoio ao discente do NADI, responsável pela captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos. Para a modalidade de oferta de Educação à Distância, o acadêmico poderá agendar via ambiente virtual um atendimento com os especialistas do núcleo de maneira online, ou solicitar atendimento presencial nos polos vinculados aos cursos. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade encontra-se em anexo a este.

Programas de Ensino

Uma política se constitui como um conjunto de princípios e diretrizes norteadoras que garantem a direção de programas, projetos e ações que tem como finalidade executar e garantir o alcance dos objetivos institucionais, neste sentido, uma política deve ser sempre pensada em termos sistêmicos e em articulação com a Missão e os Valores, atribuídos. Esta Política de Ensino se realiza por intermédio dos seguintes programas institucionais, em anexos:

- PAPEERI – Programa de Articulação de Pesquisa, Ensino e Extensão e Responsabilidade Social Institucional;
- PEA – Programa de Educação Ambiental;
- PEDH – Programa de Educação para os Direitos Humanos;
- PQE- Programa de Qualidade de Ensino e Inovação Pedagógica;
- PAD – Programa de Apoio ao Discente.

Os referidos programas estão disponíveis nas pastas, apêndices do PPC.

Estes Programas Institucionais por sua vez se desdobram no âmbito dos cursos de graduação nos seguintes Projetos institucionais:

- Projeto de Recepção de Calouros;
- Projeto de Nivelamento (Português; Matemática e Informática);
- Projeto de Monitoria;
- Projeto de Atividades Complementares;

- Projeto de Atividades Extracurriculares (Natal solidário; Workshop de Empregabilidade, Escola de Líderes, Escola de Empreendedores);
- Projeto de Acompanhamento do Desempenho Acadêmico;
- Projeto de Monitoramento da Evasão;
- Projeto de Atividade Interdisciplinar;
- Projeto de Atividade Transversal;
- Projeto Artístico Cultural;
- Projetos de Articulação de Ensino, Pesquisa e Extensão
- Projeto de Responsabilidade Social;
- Projeto de Acompanhamento de Egressos.

Os referidos programas estão disponíveis nas pastas, apêndices do PPC.

Ações de Ensino

Desta maneira, a Política de Ensino da IES deve promover ações acadêmico-administrativas no âmbito do ensino que incentivem a produção do conhecimento com qualidade relacionada com o seu contexto regional e sem perder de vista a formação humana, ética e tecnológica integrada a partir das inovações metodológicas, tecnológicas da avaliação continuada, das relações teoria-prática e ensino-serviço, da interdisciplinaridade, transversalidade, da educação para os direitos humanos e do incentivo aos percursos curriculares mais abertos, contemplando as atividades complementares.

Assim o Ensino na Instituição é desenvolvido por meio de atividades acadêmicas curriculares e extracurriculares, que constituem a base da produção de novos conhecimentos, tendo como ponto de partida os saberes já produzidos mediante conhecimentos científicos. A proposta de ensino se estrutura a partir do entendimento de que o ato educativo, dentro e fora da sala de aula, é sempre um ato intencional e interessado. Portanto, os professores devem desenvolver o papel de mediadores no processo de construção do conhecimento, compreendendo o aluno como protagonista no processo de ensino e aprendizagem.

Nesta perspectiva, propõe-se que o ensino deve estar pautado nos princípios de:

- Flexibilização de métodos e concepções pedagógicas;
- Equilíbrio nas dimensões acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão; Respeito à diversidade étnica ideológica, cultural; e
- Valorização dos profissionais envolvidos com os processos de ensino e aprendizagem.

No que compete à construção do currículo, para a graduação, pensamos que os currículos oferecidos devem ainda demonstrar comprometimento com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo em vista princípios norteadores da organização curricular dos cursos de graduação, a saber:

- Flexibilização - sistema integrado e flexível, articulado ao ensino, pesquisa, e ainda possibilidade de o aluno traçar um perfil formativo personalizado podendo cursar disciplinas em outros cursos e aproveitar as mesmas como disciplinas optativas ou atividades complementares. A flexibilidade também é um princípio a ser adotado pela IES, no que diz respeito a acessibilidade pedagógica para os alunos portadores de deficiência ou com dificuldades de aprendizagem, neste sentido são adotados critérios mais flexíveis de tempo para realização de atividades, progressão curricular para que o aluno possa ter seu tempo de aprendizagem considerado no seu percurso formativo.
- Curricularização da extensão - a extensão possibilita ao acadêmico a imersão e de problematização da realidade social devendo este processo ser integrado sempre que possível com a pesquisa e com o próprio ensino.
- Problematização - processo pedagógico desenvolvido por meio de situações problemas, com vistas à elaboração de conhecimentos complexos.
- Contextualização - processo de articulação, diálogo e reflexão entre teoria e prática, incluindo a valorização do conhecimento extraescolar do aluno (práticas sociais e mundo do trabalho).
- Competência - capacidade do docente e do discente de acionar recursos cognitivos, visando resolver situações complexas.
- Interdisciplinaridade e Transversalidade - Processo de intercomunicação entre os saberes e práticas necessários à compreensão da realidade ou objeto de estudo, sustentando-se na análise crítica e na problematização da realidade. Esta, desenvolve-se a partir de atividades e/ou aulas com conteúdo afins de diferentes disciplinas que se entrecruzam pelo viés da interdisciplinaridade, desta maneira estas ações se constituem com este enfoque. E na transversalidade pela discussão de temas de Educação Ambiental e Educação Étnica Racial por meio da Pedagogia de Projetos.
- Educação para os Direitos Humanos - com objetivo central na formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural. Baseada nos princípios de: dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, laicidade do Estado, democracia na educação, transversalidade, vivência e globalidade, e sustentabilidade socioambiental. Esta última, ocorre como conteúdo específico de disciplinas da matriz e também como disciplina optativa.

Sistemática de atualização de currículos e novas competências

Ainda sobre os currículos nossa instituição possui uma sistemática de atualização curricular, como um dos elementos essenciais de sua política de ensino assim, a elaboração, implantação e desenvolvimento de Projetos Pedagógicos de Curso, são pensados a partir de critérios e padrões de qualidade, considerando as diretrizes curriculares nacionais e demais documentos legais pertinentes, tais como o Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos. Consideramos também as Normativas dos Conselhos e Entidades de Classe. Grosso modo, o

processo de atualização curricular da Instituição prediz que os currículos orientem-se por intermédio das seguintes premissas:

- Coerência do currículo com os objetivos do curso;
- Coerência do currículo com o perfil do egresso;
- Coerência do currículo face às Diretrizes Curriculares Nacionais e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia;
- Adequação da metodologia de ensino à fundamentação teórico-metodológica do curso;
- Inter-relação e integração entre as disciplinas;
- Dimensionamento correta e de acordo com a natureza dos conteúdos da carga horária teórico-prático dos componentes curriculares;
- Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas;
- Adequação, atualização e relevância da bibliografia;
- Currículos baseado na prática interdisciplinar e transversal;
- As necessidades do mundo do trabalho e as emergências do mercado de trabalho;
- A realidade local/nacional e global.

Na construção dos projetos pedagógicos adota-se uma concepção que prioriza não só os conteúdos universais, mas também o desenvolvimento de competências e habilidades, na busca do aperfeiçoamento da formação cultural, técnica e científica do alunado. Os projetos pedagógicos dos cursos devem estar sintonizados com os novos paradigmas da educação e da sociedade, garantindo uma formação global e crítica aos envolvidos no processo, como forma de capacitá-los, para o exercício da cidadania, bem como para se tornarem sujeitos de transformação da realidade, apresentando respostas aos grandes problemas da atualidade.

Assim, seguimos a orientação de que mais que a aquisição pura e simples de conhecimento pronto, o currículo deve estar voltado para o desenvolvimento de competências no sentido da orientação do ensino para a formação de competências. Cabe destacar que, os conteúdos são considerados em seu aspecto tridimensional, ou seja, na sua face conceitual, atitudinal e procedimental. É claro que nos passa despercebido que tal divisão só é possível do ponto de vista didático, mas, ressaltamos também, que compreendemos que ao tempo que um conteúdo é um todo unificado, atribuímos complexidade. Isso faz crer que devemos observar em que momento uma dimensão de um conteúdo ressalta e exige do professor uma abordagem metodológica distinta.

Logo, um conteúdo de natureza procedimental, que enseja um saber fazer, deve conter uma articulação entre uma atitude e um conceito, sem que, um procedimento adquira uma faceta mecânica de simples reprodução do que já é feito, retirando, assim, a possibilidade de invenção ou de reinvenção de um saber fazer. Do mesmo modo, um conceito sem um contexto que permita ao aluno localizar a sua aplicação, torna-se um conteúdo desprovido de sentido e de significado. Por fim, a aprendizagem de um conceito e suas possíveis aplicações, a realização de uma prática, sua reelaboração e reinvenção, deve pressupor que o aluno adquira um conjunto de atitudes compatíveis com a sua inserção social, compromisso cidadão, aliado ao desenvolvimento pessoal e profissional. Além do princípio da competência, conforme

apontam as diretrizes curriculares nacionais, entende-se que o processo educacional deve estar centrado nos conteúdos relevantes para a formação do cidadão, respeitadas as especificidades das diferentes disciplinas e o acadêmico deverá ser avaliado na mesma direção, ou seja, no sentido de aferir o desenvolvimento de competências e habilidades, por meio da aprendizagem significativa daqueles conteúdos previstos.

Para além dessa dimensão, entende-se que o desenvolvimento metodológico dos conteúdos requer estratégias que mobilizem e desenvolvam várias competências cognitivas básicas, como a observação, compreensão, argumentação, organização, análise, síntese, comunicação de ideias, planejamento, memorização, etc. Ao selecionar os conteúdos, os professores trabalham conforme suas visões de mundo, suas ideias, suas práticas, suas representações sociais, pois se toda prática educativa apresenta determinado conteúdo, a questão maior é saber quem escolhe os conteúdos, a favor de quem e de como proporá o trabalho sobre estes, aos seus estudantes. Para fazer a seleção de conteúdo de maneira coerente ao que preconiza, estará o seu ensino e, para tanto, nas suas disciplinas, os docentes irão:

- -Tomar como referência a prática profissional, analisar criticamente as formas de seleção e organização dos objetivos e conteúdo, assim como o seu significado no processo de ensino, identificando qual a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática;
- -Discutir a importância da determinação dos objetivos como elementos que orientam o processo, envolvendo a seleção de conteúdo, procedimentos, avaliação e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida;
- -Considerar que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade do aluno, tendo em vista a sua transformação;
- Interligar a formação baseada em competências com os princípios do ensino da IES e as necessidades do mercado.

No que compete os parâmetros para seleção de conteúdos e elaboração de currículos nos Projetos Pedagógicos de Curso, a IES considera que a seleção de conteúdo é o resultado de um universo maior de conhecimentos e saberes conforme o objetivo que se tenha de educação. Para formar um ser humano crítico e participativo na sociedade é necessário selecionar conhecimentos diferentes daqueles que são tradicionalmente escolhidos, priorizando a criticidade. Os Conteúdos são ainda considerados em seus aspectos cognitivos e técnicos, ou seja, como já apontamos, tomando como perspectiva a sua característica conceitual, procedimental e atitudinal, estabelecidas nas diretrizes curriculares pertinentes.

A definição dos conteúdos para elaboração dos currículos a serem desenvolvidos nos diferentes cursos, deve ter em perspectiva:

- I. A análise da realidade e o foco nos aspectos da inserção regional da Instituição;
- II. As dimensões:
 - Sócio antropológico, que considera os diferentes aspectos da realidade social em que o currículo será aplicado. Visam despertar no aluno a consciência para os problemas brasileiros e mundiais, de modo que possa capacitá-los a exercer uma profissão na

sociedade com respostas conscientes e livres para a construção de um mundo onde todos tenham oportunidades iguais, onde todos participem na produção consciente do espaço, exercendo a cidadania e, conseqüentemente, a democracia plena;

- Psicológica, que se volta para o desenvolvimento cognitivo do aluno;
- Epistemológica, que se fixa nas características próprias das diversas áreas do saber tratadas pelo currículo;
- Orientada para o desenvolvimento de competências, os conteúdos a serem ensinados devem estar orientados para a construção das competências e habilidades que estruturam o perfil do egresso de cada curso.

Nesta perspectiva, os Currículos serão ajustados trienalmente considerando o resultado da avaliação interna e externa dos cursos, o resultado do ciclo avaliativo de Avaliações externas, ou sempre que a legislação concernente tiver alteração. São propostas de ações acadêmicas administrativas para a sistemática de atualização curricular são:

- -Manter em pleno funcionamento com reuniões periódicas os Núcleos Docentes Estruturantes dos
- -Cursos para acompanhamento e avaliação contínua dos projetos pedagógicos dos cursos, assumindo lugar de protagonista nesse processo conforme determina a Resolução CONAES Nº 01, de 17 de junho de 2010, a saber:
- -Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- -Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- -Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- -Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação são as suas principais funções.

No processo de atualização curricular é fundamental a participação dos Colegiados na aprovação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos que são por excelência o espaço de discussão próprio das questões pedagógicas e acadêmicas afetas aos currículos.

Assim, os Currículos serão atualizados em periodicidade trienal, ou quando, alguma alteração de fundo e relevante se fizer necessária, advinda de uma determinação legal, normativa ou ainda por algum novo conteúdo surgido. Estas discussões, orientações e deliberações serão registradas em atas de reunião as quais servirão de documento e registro das alterações pretendidas, estas, por sua vez, doravante propostas pelos Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos e aprovadas em colegiado de curso devem primar por assegurar a qualidade dos currículos e conseqüentemente do ensino na Instituição e garantir o atendimento às diretrizes pedagógicas estabelecidas, as seguintes atividades são desenvolvidas.

Destaca-se no processo de construção dos Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação, a participação fundamental do Núcleo Docente Estruturante, com a orientação de realização das seguintes ações:

- -A revisão contínua dos currículos;
- -A atualização de programas ementas, bibliografias e planos de ensino, trienalmente, com a elaboração de Relatório de Estudo,
- -A Adequação do Perfil docente ao componente curricular, considerando o critério de sinergia entre a formação, a produção acadêmica, a experiência profissional fora do magistério e a experiência profissional como docente, com elaboração de Relatório de Estudo;
- -A revisão dos projetos pedagógicos dos cursos trienalmente;
- -A auto avaliação visando ao aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido.
- -Promover a participação dos docentes na elaboração dos projetos pedagógicos é condição primordial para a IES, uma vez que estará proporcionando a integração das equipes, efetivando a responsabilidade e o envolvimento de todos na consecução dos objetivos propostos; e caracterizando tanto o próprio projeto como as ações e metas neles contidas como parâmetro para o direcionamento de todas as atividades, como também para as necessárias avaliações dos respectivos cursos.
- -Elaborar os projetos pedagógicos dos cursos prevendo a articulação das atividades acadêmicas da Instituição, direcionando objetivos e metas destinadas a promover o desenvolvimento integral do aluno, de maneira a conter núcleos interdisciplinares e transdisciplinares e de Educação para os Direitos Humanos predispostos à flexibilização e integração, tendo o Núcleo Docente Estruturante, um papel fundamental nesse processo.
- -Projetar ações de ensino e extensão em estreita correlação com o ensino, para fortalecimento dos currículos de graduação, articulando programas, integrando professores e alunos e proporcionando, dessa forma, o ambiente condutor e desafiador para o desenvolvimento dos conhecimentos e das habilidades, direcionando a qualidade das formações.
- Realizar ações de formação para melhoria dos processos pedagógicos, por meio do Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente.

Por fim, a Política de Ensino do IES pretende realizar os seguintes objetivos:

Objetivo Geral

Promover a construção de relações de ensino/aprendizagem em sala de aula e demais espaços educativos com qualidade socialmente referenciada em índices de avaliações externas e internas, focadas no desenvolvimento de competências expressas no perfil do egresso estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação e no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, na modalidade presencial e a distância, a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Objetivos Específicos

- Elaborar e desenvolver Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, consonantes com as necessidades formativas e do mundo do trabalho para o alcance dos objetivos e da missão institucional, articulados com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- Melhorar continuamente os resultados institucionais;
- Ampliar a oferta nos cursos da IES, democratizando o acesso ao ensino superior, por meio da ampliação de vagas e oferta de cursos nos bairros da região.

Outro aspecto que a política de ensino da instituição estimula é o desenvolvimento e a utilização de material didático-pedagógico produzido a partir das necessidades de formação dos estudantes, neste caso consideramos como material didático pode ser definido como instrumento e produto pedagógico utilizado em sala de aula, especificamente como material instrucional que se elabora com finalidade didática.

Ou seja, o material didático tem a estrita finalidade de ensinar, fortalecendo o ensino. De natureza diversa, os materiais didáticos podem ser físicos ou virtuais e, podem se constituir em um número significativo de tipos e modelos. Considerando a complexidade e amplitude deste conceito, foram considerados materiais didáticos na Instituição, em forma impressa e virtual em processo de elaboração:

- Cadernos de Textos
- Cadernos de Exercícios
- Blogs e sites interativos
- Livros
- Manuais
- Revistas Científicas

O desenvolvimento de material didático-pedagógico é muito importante para a análise e seleção dos conteúdos a serem desenvolvidos dentro dos componentes curriculares, e essa é uma atividade que envolve dedicação do corpo docente e da equipe de apoio técnico da Instituição. A IES, compreende que o desenvolvimento do material didático deve ter critérios estruturados para que os projetos pedagógicos atendam aos requisitos de formação exigidos pelas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais e no Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos, e que também possam expressar o pensamento da Instituição quanto, à cultura, à ciência e à formação profissional cidadã.

A elaboração de materiais didático-pedagógicos exige uma concepção interdisciplinar, capaz de garantir ao mesmo tempo abrangência, atualização e fundamentação, reunindo conhecimento científico (clássico e contemporâneo) e também valorizar a experiência docente (magistério e profissional). Como perspectiva de atendimento à dinâmica do processo de ensino-aprendizagem, o desenvolvimento de materiais didáticos tem o foco na interdisciplinaridade, na aquisição de competências, habilidades e atitudes profissionais

condizentes com as expectativas da sociedade e do mercado de trabalho, balizadas pela proposta curricular do curso.

São diretrizes para o desenvolvimento de material didático-pedagógico da IES:

- -Elaboração de referenciais de conhecimentos fundamentais para a compreensão crítica dos problemas e para a intervenção no contexto social, político e cultural a que se referem;
- -Desenvolvimento de materiais didáticos pelos autores, a interdisciplinaridade que deve ser alcançada na apresentação de problemas reais enfrentados pelos alunos em seu cotidiano e no desenvolvimento do seu processo de trabalho;
- -Fornecer conteúdos mínimos que possibilite a organização do conhecimento prévio trazido pelo aluno, indicar referências e, principalmente, estimular o próprio aluno a buscar novos conteúdos;
- -Propor ferramentas e informações necessárias à pesquisa qualificada de novos conteúdos, a partir das necessidades reais do aluno;
- -Facilitar a aquisição das competências técnicas específicas, como, também, estimular o desenvolvimento de competências necessárias ao trabalho em equipe, à atitude de liderança e à ética profissional;
- -Construir um material que amplie a visão do aluno, que permita o aprofundamento dos assuntos principais, fornecendo sempre uma vasta bibliografia de apoio, sugestões de sites para navegação, textos para complementação dos assuntos abordados, etc.;
- -Estruturar o material de forma clara, que propicie fácil manuseio e identificação de cada uma de suas partes/elementos;
- -Prever a inclusão, no material didático, de seções especiais, como, por exemplo, de questões para reflexão, de dicas, de glossário etc., que se constituem recursos para maior interação do aluno com o material; para dialogar com o texto; e, ainda, para facilitar a navegação (em caso de material virtual) e articulação dos conteúdos. Estas seções, definidas principalmente em função dos objetivos e conteúdo do curso e do público a que ele se destina, devem ser apresentadas de modo a serem claramente identificadas/percebidas pelo aluno quanto ao que elas propõem, devendo estar em perfeita harmonia com o conteúdo e a estrutura do material;
- -Observação quanto à linguagem utilizada, privilegiando sempre a linguagem clara, objetiva e coloquial, adequada às características dos alunos, principalmente quanto a sua escolaridade, idade e interesses.

Em relação à estrutura de um material didático indicamos que deve conter:

- Sumário: o geral, abrangendo os grandes itens contemplados no material;
- Apresentação e/ou Introdução: traz considerações gerais dos autores; objetivos do material/curso, importância dos temas tratados, contexto em que a publicação se situa; agradecimentos (se for o caso);

- Unidades de Aprendizagem: cada unidade pode ter uma página especial de abertura (opcional), que traria, no mínimo, os seguintes elementos: título da unidade, seu respectivo número e os títulos dos subitens que ela compreende;
- Mapa Referencial da Unidade – vem logo após a página de abertura da unidade (caso exista), trazendo informações sobre os grandes blocos temáticos da unidade e os principais assuntos tratados em cada um deles. O desenvolvimento da Unidade propriamente dito, com as atividades ao longo e outras ao final, que necessariamente serão enviadas ao tutor para correção e aferição de nota/conceito.
- Referências bibliográficas: podem ser apresentadas para o material como um todo e, nesse caso, devem vir ao final de todos os textos e antes dos anexos; também podem ser específicas para cada Unidade de Aprendizagem do curso, sendo apresentadas ao final delas.
- Anexos: ainda em relação à estrutura do material didático, é necessário lembrar que existem critérios editoriais pré-definidos para os elementos que deverão compor as capas e as páginas iniciais do material, que antecedem o sumário.

Em relação ao formato, indicamos que em se tratando de um material didático impresso, o seu formato está diretamente relacionado ao seu feitiço, às suas dimensões (largura e altura) expressas em centímetros. O formato é geralmente definido pelos autores em conjunto com o designer, não só em função da estética, mas, principalmente, do objetivo do material, do conteúdo que será veiculado, do público-alvo do curso e da economia de papel, tendo em vista o tipo de corte que será efetuado. São exemplos de formato de material didático impresso:

- Formato A4 – bastante usual, com dimensões de 21 x 29,7cm;
- Formato oblongo – aquele em que a largura da página é maior que a altura;
- Formato almaço – com dimensões de 33 x 44cm, peculiar ao papel almaço, e que, dobrado ao meio, produz o formato ofício;
- Formato tablóide – correspondente à metade do formato corrente de um jornal.

Em relação às fontes, parágrafo e entrelinhas: embora o projeto gráfico de um material didático impresso defina a fonte, o parágrafo e o entrelinhamento que serão adotados nos textos, nos títulos, nas legendas das figuras, nas notas de rodapé etc., é recomendável que o original entregue à empresa encarregada da produção gráfica seja digitalizado segundo alguns critérios, visando normalizar e, assim, facilitar a transposição do texto para o programa de edição apropriado. Dentre os critérios para a digitalização dos originais do material didático, em sua forma final, ressaltamos alguns mais relevantes:

- Editor de texto – Word
- Fonte – Times New Roman, corpo 11
- Parágrafo – justificado

- Entrelinhas – 1,5
- Caixa alta e baixa (Cab) – usar em todo o material, ou seja, nos textos, títulos,
- Legendas de figuras etc.

Com o objetivo de estimular os autores a fazerem uma autoavaliação do material didático produzido, nas suas diferentes etapas de elaboração, sugerimos algumas questões para problematização, são elas:

- Os conteúdos estão dando suporte ao desenvolvimento das competências identificadas;
A linguagem está clara, compreensível, propiciando entendimentos e reflexões;
- As estratégias pedagógicas propostas (atividades, questões para reflexão, uso de imagens, casos etc.) possibilitam que o aluno realize uma atividade consciente, reflexiva e crítica;
- O material permite partir do contexto do aluno, de suas experiências e vivências para que, a partir delas, ele possa construir o seu próprio conhecimento;
- As atividades de avaliação estão contemplando todo o percurso do processo educativo.

1.1.2. Política de Pesquisa

A Política de Pesquisa da IES visa o processo de formação científica, tecnológica, artística e cultural na geração de conhecimentos entre a faculdade e a comunidade externa articulando ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social institucional por meio dos programas e projetos baseados nas DIRETRIZES. A Política de Pesquisa e Iniciação Científica da IES, no nível da graduação e da pós-graduação, com vistas à inovação tecnológica, científica, artístico e cultural, se baseiam nas seguintes diretrizes:

- Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão – visando a responsabilidade social;
- Interação dialógica – por meio do desenvolvimento de relações entre a faculdade e;
- Setores sociais em uma troca de saberes para superação de desigualdades e exclusão;
- Transformação social – estando voltada aos interesses e necessidades das comunidades e para a implementação do desenvolvimento regional e de políticas públicas;
- Pesquisa como processo educativo – na formação de pessoas e de geração de conhecimento baseado na flexibilização da formação discente para uma formação cidadã em que o discente se reconhece agente da garantia de direitos e deveres e ao mesmo tempo técnica onde o aluno obtém competências necessárias e atuação profissional.

Programas de Pesquisa

a) PAPREV

É um programa que visa estimular a produção acadêmica e divulgação de resultados das pesquisas dos projetos de iniciação científica de docentes e discentes da IES. Os docentes que forem participar de apresentação de eventos dessa natureza, receberão uma ajuda de custo por titulação, mediante o atendimento dos seguintes critérios:

- Submissão e aprovação do projeto de pesquisa ou de inscrição em evento científico, tecnológico, artístico ou cultural contemplando as linhas de pesquisa da IES ou eventos relacionados às áreas de formação do PAPEERI conforme edital da coordenação de pesquisa;
- Entrega de relatório com comprovação de participação em anexo;
- Deferimento da direção em Comunicação Interna C.I da Coordenação de Pesquisa de solicitando a inclusão da ajuda de custo no contracheque do docente;
- Parecer analisado pelo setor jurídico para aprovação e em seguida encaminhado para o setor de Recursos Humanos da IES.

O incentivo às publicações científicas, tecnológicas, artísticas e culturais serão estimuladas, com a designação de ajuda de custo, mediante os seguintes critérios:

- Submissão e aprovação da publicação ou de inscrição em evento científico, tecnológico, artístico ou cultural contemplando as linhas de pesquisa ou eventos relacionados às áreas de formação do PAPEERI conforme edital da coordenação de pesquisa;
- Entrega de relatório com comprovação de participação em anexo.

b) PAPEERI

É um programa cujo objetivo é promover a articulação entre o Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Institucional, para a promoção de práticas de ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social na perspectiva da transversalidade Trata-se de um projeto em que existe a inter-relação entre ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social de será realizado por docentes com titulação de mestres e doutores.

c) PROMICT

Este programa institucional de Iniciação Científica e Tecnológica visa a promoção da indissociabilidade em que se assenta a universidade e as instituições de ensino superior. Para o PROMICT, a IES publica edital semestralmente para projetos de IC e de IT, com recursos próprios originados do setor de Extensão - cursos livres da Extensão, para bolsa para os discentes, e forma de desconto no valor de 15% da mensalidade de seu curso. Os projetos terão duração de 01 ano, podendo ser estendido por mais 01 ano. Dentro do PROMICT, tem-se o convênio da IES com o Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq, em que são disponibilizadas 04 bolsas de PIBIT e 02 bolsas de PIBIC.

Para o discente, que desenvolve projetos de IC ou IT com duração de 12 meses, renovável por mais 12 meses de acordo com a necessidade e justificativa do projeto com acompanhamento do orientador (com nível de doutorado e coorientador com nível de mestrado), recebe bolsas do CNPq.

d) PIBIC

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

e) PIBITI

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Ações acadêmico administrativas para a pesquisa, iniciação científica, inovação tecnológica

As ações previstas para a Pesquisa, Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica são:

- Apoio financeiro a discentes e docentes para participação em eventos científicos promovidos por outras instituições ou organizações;
- Apoio financeiro a docentes para publicação de livros e produção de materiais didático pedagógicos;
- Realização do Congresso Científico, aberto a participação da comunidade acadêmica interna e externa, sobre temas emergentes;
- Eventos culturais e artísticos, geridos pela Coordenação de Extensão;
- Realização de Seminário de Iniciação Científica, por meio dos quais os alunos possam divulgar seus trabalhos científicos em anais;
- Portal de Periódicos onde teremos revistas: para a publicação de artigos de docentes e discentes;
- Apoio aos Grupos de Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica - GPEDI que contribuam para promoção da melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento regional.
- Iniciação científica: Objetivando contribuir para a formação na área de pesquisa, oferecendo programa de iniciação científica com bolsas concedidas mediante a apresentação de projetos de pesquisa orientados por professores da área; (Cf. o manual de pesquisa).

O curso estimula a iniciação científica por meio de:

- Incentivar pesquisadores produtivos a envolverem os alunos de graduação no processo acadêmico, otimizando a capacidade de orientação à pesquisa da instituição;
- Despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre os alunos mediante suas participações em projetos de pesquisa;
- Aprimorar o processo de formação dos alunos visando sua qualificação profissional para o setor produtivo e empreendedor;
- O estímulo à formação de estudantes do ensino superior ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e informação;
- Os professores e os alunos dos cursos de graduação vistos como agentes vitais das atividades de Iniciação Científica;
- As atividades de Iniciação Científica desenvolvidas sob a orientação ampla de incentivar o envolvimento de alunos e professores de graduação nas atividades de pesquisa também de natureza extracurricular.

Neste processo a Coordenação de Pesquisa e Inovação é responsável pelo suporte ao desenvolvimento e estímulo de atividades de pesquisa e inovação da IES tendo como objetivo regulamentar a pesquisa institucional e estabelecer definições, critérios de avaliação e instrumentos de apoio à pesquisa. Desta maneira, busca-se promover a pesquisa científica produzida pelo seu corpo acadêmico, baseado no saber local relevante a formação de uma sociedade sustentável com respeito aos princípios éticos e aprimoramento dos processos de ensino, aprendizagem e inovação.

1.1.3. Política de Extensão e Responsabilidade Social

A Extensão da IES é definida como “prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da população”. Isso sugere que a formação profissional só será completa com a aplicação do produto da aprendizagem na sociedade e permite supor que a extensão da IES é fundamental para diminuir as desigualdades sociais existentes, por ser uma associação de processo educativo com as ações culturais e científicas aplicadas à realidade encontrada.

A Política de Extensão da IES visa o processo de formação de pessoas e serviços na geração de conhecimentos entre a faculdade e a comunidade externa articulando ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social institucional por meio dos programas, projetos, cursos, eventos, visitas técnicas e prestação de serviços extensionistas baseada nas diretrizes:

- A indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, visando à responsabilidade social;
- A interação dialógica por meio do desenvolvimento de relações entre a faculdade e setores sociais em uma troca de saberes para superação de desigualdades e exclusão;
- A busca pela transformação social, estando voltada aos interesses e necessidades da comunidade e para a implementação do desenvolvimento regional e de políticas públicas;

- Extensão como processo educativo na formação de pessoas e de geração de conhecimento baseado na flexibilização da formação discente para uma formação cidadã em que o discente se reconhece agente da garantia de direitos e deveres e ao mesmo tempo técnica onde o aluno obtém competências necessárias e atuação profissional;
- Extensão como componente curricular e processo interdisciplinar;
- Extensão como processo solidário.

A indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O princípio da indissociabilidade perpassa duas relações:

- Relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à IES reelaborado e enriquecido;
- Relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir positivamente para a alteração significativa das relações sociais.

Tais relações integram-se organicamente à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a extensão se transforma dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando suporte às mudanças necessárias ao processo pedagógico.

a) Caráter interdisciplinar das ações extensionistas.

A extensão é um dos espaços que propiciam a realização de atividades acadêmicas, possibilitando a interlocução entre as áreas distintas do conhecimento e o desenvolvimento de ações interprofissionais e interinstitucionais. Na medida em que investe numa nova forma do fazer científico, a extensão articula e integra conhecimentos, constituindo-se como um dos profícuos caminhos para reverter a tendência de departamentalização do conhecimento sobre a realidade, revelando o compromisso social da IES na busca de solução dos problemas mais urgentes da maioria da população.

A extensão constitui-se, assim, em canal privilegiado para que a missão social das Instituições de Ensino Superior seja cumprida, visto que, em sendo a Instituição um espaço aberto às discussões que contribuem para a formação técnica, para o exercício da cidadania e para a superação das formas de exclusão, ratifica-se que as ações de extensão devem ser desenvolvidas em direção à autonomia das comunidades, evitando-se qualquer forma de dependência, assistencialismo ou paternalismo, compreendendo o:

- Reconhecimento dos saberes tradicionais e da grande relevância das suas interações com o saber acadêmico.
- As interações entre os saberes tradicionais e o saber acadêmico potencializam a produção do conhecimento, estendendo-a, orgânica e continuamente, à recíproca decodificação e sistematização dos resultados alcançados.

- Incentivo ao debate permanente em torno da realidade regional propiciando a implementação de ações correspondentes às demandas das populações locais.

Observa-se que a Extensão possibilita, ainda, o confronto com a realidade e a efetiva participação das comunidades tradicionais em face da atuação institucional. Ou seja, ao articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável, a extensão viabiliza uma relação transformadora no seio da sociedade. Desta maneira, o espaço das ações extensionistas oportuniza possibilidades ímpares de reflexão acerca da realidade socioambiental da região, debruçando-se sobre questões que afligem as comunidades atendidas. Possibilita, ainda, a construção de alianças e parcerias em defesa dessas populações, contribuindo para o seu fortalecimento enquanto sujeitos de direitos.

Programas de Extensão

A política de extensão da IES se operacionaliza por meio dos seguintes programas:

- PAPEERI – Programa de Articulação Ensino Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social;
- PAPREV – Programa de Apoio a Participação e Realização de Eventos Internos e Externos e à produção Discente e Docente e da Publicação das revistas científicas da IES;
- PEFC – Programa de Educação e Formação Continuada de docentes, discentes e técnicos administrativos.

a) Projetos de extensão

Podem ser encaminhados à coordenação de extensão da IES, propostas de ações de extensão nas modalidades descritas neste Guia de Orientação, em conformidade com as áreas de conhecimento, áreas temáticas e linhas de extensão. Além desses quesitos, cada proponente embasa sua decisão de encaminhamento nos seguintes aspectos:

- Coerência com a missão e valores institucionais;
- Relevância acadêmica, manifestando relação de compromisso com as áreas constantes no projeto pedagógico do curso, bem como aos eixos temáticos de cada disciplina que compõem o currículo, contribuindo para estreitar a relação teoria/prática;
- Relevância social, assegurando ações comprometidas com as expectativas sociais, com o desenvolvimento local e regional e com a consolidação das diferentes manifestações culturais;
- Viabilidade econômica, sendo autossustentáveis ou com custos compatíveis com a disponibilidade de recursos da instituição e, quando possível, gerando receitas através da prestação de serviços;
- Caráter globalizante sistemático (continuidade temporal);
- Articulação com as linhas de pesquisa da graduação e pós-graduação;

- Previsão de parcerias internas e externas de mecanismos de colaboração interinstitucional que assegurem a efetividade das ações, sendo que as parcerias externas devem ser formalizadas através de contrato de risco para ambas as partes;
- Caráter interdisciplinar e/ ou multidisciplinar;
- Relação entre a formação acadêmico-profissional do proponente da ação de extensão e a natureza/área de conhecimento da atividade proposta.

b) Tramitação das Propostas de Extensão

Para efeito de controle interno, as ações de Extensão assumem as seguintes situações:

- Em tramitação (TR);
- Não iniciado (NI);
- Em andamento (AN);
- Interrompido temporariamente (IT);
- Interrompido definitivamente (ID);
- Encerrado (EN);
- Concluído (CO);
- Cancelado (CA).

1.1.4. Política Ambiental

A Política Ambiental da IES, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente (BRASIL, 1981), está orientada no disposto no Artigo 225 da Constituição Federal de 1988, segundo o qual todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Nessa perspectiva, a Política Ambiental Institucional e seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos, têm por objetivo a conservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, necessária à sadia qualidade de vida, visando assegurar condições para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico e cultural na região Amazônica, numa perspectiva ética, humanista e preocupada com as questões ambientais atendidas os seguintes princípios:

- Ação institucional visando assegurar o equilíbrio do meio ambiente, necessário à sadia qualidade de vida, tendo em vista o uso coletivo;
- Planejamento e fiscalização do uso de recursos ambientais;
- Controle de atividades com potencial ou efetivamente causadoras de significativa alteração ambiental;
- Incentivo à pesquisa, ensino e extensão orientados para o uso racional dos recursos naturais, bem como compreensão da dinâmica socioambiental relacionada;

- Educação ambiental crítica em todos os segmentos acadêmicos, inclusive numa perspectiva extensionista, tendo a comunidade como alvo.

Para alcançar os princípios norteadores da presente Política Ambiental, a IES e seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos visam, cotidiana e rotineiramente:

- Compatibilizar as atividades institucionais com a manutenção do equilíbrio e da boa qualidade ambiental;
- Estabelecer critérios e padrões, normativos e procedimentais, para utilização de recursos ambientais;
- Estabelecer padrões e critérios, normativos e procedimentais, para o gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos, observado o disposto no texto da Lei nº 12.305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Desenvolver pesquisa, ensino e extensão orientados para uso racional dos recursos naturais e resolução ou mitigação de questões e conflitos socioambientais;
- Desenvolver programas e projetos de educação ambiental, numa perspectiva crítica e participativa, transversal e interdisciplinar, contínua e permanente, observado o disposto no texto da Lei no 9.795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.


São Instrumentos da Política Ambiental da IES:

- O Dia Mundial do Meio Ambiente;
- A Semana da Responsabilidade Social;
- Cadastro institucional de programas e projetos de educação ambiental;
- Cursos e oficinas de educação ambiental para a comunidade;
- Pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;
- A publicação e a divulgação científica de pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;
- Incentivo ao uso racional de água nos diferentes setores da instituição;
- Incentivo ao uso racional de energia nos diferentes setores da instituição;
- Uso racional da impressão em papel;
- Reutilização de papel para rascunho de documentos extraoficiais;
- A coleta seletiva dos resíduos;
- A utilização de lixeiras para coleta seletiva;
- A criação de postos de coleta de pilhas e baterias;
- A destinação e disposição final adequadas de resíduos sólidos e efluentes líquidos;
- O estabelecimento de critérios e padrões, normativos e procedimentais, de atividades institucionais causadoras de dano ambiental;
- O tratamento e, quando compatível, o reuso da água.

A preocupação da sociedade com o meio ambiente passou a ser uma questão de sobrevivência para as empresas que estão inseridas nesse ambiente e depende dele para se manter competitiva no mercado em que atua. Com isso, a IES por meio do curso desenvolveu os seguintes projetos transversais de educação ambiental.

Quadro 10 - Temas Transversais de Educação Ambiental realizados no curso.

SEMESTRE	ATIVIDADE TRANSVERSAL	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2018/2	Cidade Ecológico: políticas de criação de áreas verdes urbanas.	Para o desenvolvimento desta atividade transversal, os alunos do curso de Logística, primeiramente acessaram o Ambiente Virtual de Aprendizagem, onde constava a atividade proposta na Aba direcionada para Atividade Transversal, nela, consta artigos/materiais didáticos sobre o tema do semestre. O período para realização da Atividade Transversal acompanhou o calendário acadêmico, com isso, o aluno teve	Todos os períodos
2019/1	Questão Social: Uma Análise sob a perspectiva Racial mais Sustentabilidade Empresarial e os Benefícios para a Sociedade.		

2019/2	A Responsabilidade Socioambiental no contexto de Logística da Produção Industrial na Amazônia.	<p>acesso ao material voltado para esta atividade durante o semestre letivo. No decorrer, nosso aluno passou por momentos de leitura e discussão nos fóruns, após esse momento de familiaridade com o tema, o aluno realizou avaliação virtual com duração de 180 minutos, esse tempo inicia quando o aluno aciona o botão "Tentar responder o questionário agora" e conclui, quando clica em "Finalizar" e depois em "Enviar tudo e terminar", a nota do aluno aparece em seguida.</p>	
2020/1	Meio Ambiente: A Logística Reversa no retorno de paletes de uma indústria de bebidas.		
2020/2	Lixo Orgânico e a Logística Reversa		
2021/1	Sensibilização Coletiva e os reflexos do meio amazônico: 		
2021/2	Coleta seletiva como gerador de renda familiar.		
2022/1	Uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmica socioambiental		

1.1.5. Política de Direitos Humanos

Vivemos em uma sociedade profundamente desigual que apresenta indicadores alarmantes de violência e violação de direitos. Os Mapas da Violência (2013, 2015 e 2016) apresentam dados de evolução dos homicídios por armas de fogo no país, dos homicídios de mulheres e revela indicadores gravíssimos de assassinatos de jovens negros.

Vários estudos brasileiros vêm sistematicamente denunciando essa situação, onde alguns elementos são persistentes: além das elevadas taxas de homicídios por armas de fogo e por violência de gênero (quase sempre doméstica, intrafamiliar e sexual) e racial, temos ainda elevadíssimos índices de mortes por acidentes de trânsito e as ocorrências continuadas de abusos, violências e maus tratos de crianças, jovens e idosos, travestis e transexuais, a violência agrária e contra indígenas, entre outras. Essa situação dramática, todavia, ocorre a

partir de padrões históricos de opressão que revela a efetiva concentração destes eventos: na população jovem, negra e do sexo masculino, nas mulheres e nos pobres.

Sabemos também da complexidade e multideterminada que envolve esses fenômenos. Entre os principais fatores que caracterizam a violação de direitos no Brasil encontramos aspectos relacionados a fatores socioeconômicos, conjunturais e estruturais, a fraqueza e descrédito das instituições e a carência do Estado (que deveria ser o maior protetor da vida das pessoas e de seus direitos, mas é com frequência um dos maiores violadores e promotores de mais violência) para administrar a repressão e propiciar a prevenção.

Na dimensão microssocial e da vida cotidiana, é importante destacar a presença de uma cultura naturalizada da violação de direitos em nosso país que se reproduz por meio das formas arraigadas de opressão de populações e segmentos socialmente e historicamente estigmatizados.

Uma forma de intervir nessa situação se encontra nas políticas educacionais, no investimento ostensivo e efetivo em educação, o que exige a restauração da autoridade do Estado para, no mínimo, atenuar essa realidade.

O Estado, além de se constituir como protetor legítimo e como árbitro entre os conflitos que dividem os cidadãos ou os grupos privados têm a competência de fomentar e construir um sistema educacional capaz de disseminar uma cultura dos direitos humanos, dessa forma, faz parte da matriz curricular do curso a disciplina de Direitos Humanos, assim como o tema, que foi trabalhado em Projetos Transversais previstos para os primeiros anos do curso.

1.1.6. Política de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica

A Política de Internacionalização da IES consiste na inserção da IES no contexto internacional por meio da realização de convênios com instituições de ensino estrangeiras, a fim de promover o intercâmbio e a troca de experiências entre diferentes culturas. A IES conta com convênio com o Santander Universidades, com a Universidade de Évora em Portugal, com a Universidade de Bologna na Itália e com a Universidade Nihonn Gakko para intercâmbio docente e discente.

O intercâmbio para a internacionalização é coordenado por uma comissão nomeada e regulamentada, responsável por sistematizar acordos e convênios internacionais e de atividades realizadas durante a mobilidade docente e discente.

A política de internacionalização da IES também consiste na oferta de disciplinas ministradas em língua estrangeira, a saber: disciplina de Inglês e disciplina de Direitos Humanos ofertadas em todas as matrizes curriculares da IES.

As ações para a internacionalização consistem na divulgação dos convênios com as universidades estrangeiras para docentes e discentes por meio de edital, e controle por meio dos formulários nos apêndices do PDI no regulamento de Internacionalização.

E compete à coordenação de ensino junto a Secretaria Acadêmica a responsabilidade de certificar que todas as matrizes constem a oferta das disciplinas em língua estrangeira.

A Política de Internacionalização e Mobilização Acadêmica da IES ocorre por meio do PROGRAMA DE MOBILIDADE E O INTERCÂMBIO ACADÊMICO INTERNACIONAIS DA IES tem como objetivo oferecer oportunidade de estudo a discentes em universidades do exterior, permitir a atualização de conhecimento, interagindo com outras culturas e povos além de estimular iniciativas de internacionalização na IES.

A participação do aluno em atividades de mobilidade e intercâmbio acadêmico internacional tem a duração de um semestre letivo, podendo ser prorrogado por mais um semestre consecutivo.

O IME - INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO LTDA, com sede na AVENIDA CONSTANTINO NERY, 3.000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.817.341/0001-42, doravante denominada Instituição de Ensino Superior (IES), firmou convênio com o BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, instituição financeira com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2235, Bloco A, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04543-011, inscrita no CNPJ/MJ sob o nº 90.400.888/0001-42.

O referido Convênio tem como objetivo a viabilização da participação das IES mantidas pelo IME, no Programa de Bolsas Ibero-Americanas para Estudantes de Graduação Santander Universidades, doravante PROGRAMA, de acordo com a fundamentação contida nos "Princípios Gerais do Programa de Bolsas Ibero-Americanas para Estudantes de Graduação Santander Universidades", devidamente registrados sob nº 5.314.648, junto ao 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo/SP, que se regerá, ainda, pelas seguintes cláusulas e condições.

Liberar a realização no(s) campus (i) da IES de ao menos 04 (quatro) vezes ao ano, de ações de divulgação e apresentação de produtos e serviços bancários, inclusive distribuição de material proporcional, em local de grande fluxo de alunos, professores e funcionários, de acordo com o seguinte procedimento:

- O SANTANDER envia comunicado à IES informando a data em que a ação de divulgação será realizada;
- A IES tem o prazo de 02 (dois) dias, contados do envio do comunicado pelo SANTANDER, para manifestar sua ciência e liberação quanto à realização da ação de divulgação no(s) campus(i).
- Ao aderir a este PROGRAMA a IES se compromete a divulgar a logomarca do SANTANDER UNIVERSIDADES em espaço de destaque de sua homepage, durante a vigência deste contrato, com direcionamento automático (*link*) ao site www.santanderuniversidades.com.br.
- Cumprir, rigorosamente, com o cronograma das atividades relativas ao PROGRAMA, em especial aos prazos estabelecidos no Edital deste convênio, sob pena de rescisão do presente instrumento e conseqüente cancelamento das bolsas ora concedidas.

Para acessar a plataforma disponibilizada pelo SANTANDER, mediante o uso de login e senha, e cumprir o disposto nos Princípios Gerais do Programa e no presente Convênio, a IES indica em até 5 (cinco) dias úteis após a data de assinatura do convênio, a pessoa responsável

pelo PROGRAMA, encaminhando os dados (nome completo, CPF e e-mail) para a caixa universidades@santander.com.br. Após envio dos dados, a pessoa indicada recebe via e-mail a notificação para acessar a plataforma e criar a senha.

A IES assegura o bom uso da senha e login de acesso e compromete-se a não divulgar ou emprestar a senha a terceiros, se responsabilizando por todos os dados inseridos no sistema e a devida adequação aos Princípios Gerais do Programa.

O valor total do presente instrumento é de até R\$ 20.065,80 (vinte mil, sessenta e cinco reais e oitenta centavos), que corresponde ao fornecimento de 02 (duas) bolsas-auxílio no valor em Reais equivalente a €3.000 (três mil euros), no valor unitário de R\$ 10.032,90 (dez mil, trinta e dois reais e noventa centavos), cada bolsa.

1.1.7. Políticas Estímulo de Difusão das Produções Acadêmicas

A Política Institucional de estímulo à difusão das produções acadêmicas tais como: produções científicas, didático pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais envolve ações são executadas por meio de ações, o qual tem auxílio financeiro em forma de ajuda de custo e bolsas a docente dos grupos de pesquisa institucionalizados, alunos e professores ligados ao PAPEERI - Programa de Articulação Ensino, Pesquisa e Extensão e Responsabilidade Institucional mediante submissão e aprovação em editais anuais da coordenação de pesquisa e extensão.

O principal objetivo desta é ofertar ações de estímulo à difusão das produções acadêmicas tais como:

- as produções científicas,
- didático pedagógicas,
- tecnológicas, artísticas e culturais que são executadas pela IES por meio Programa de apoio a participação e realização de eventos internos e externos;
- produção discente e docente, no qual preveem ações de auxílio financeiro, apoio institucional, patrocínio e subvenções a grupos de pesquisa, a publicação de alunos e professores, a participação de sujeitos da comunidade acadêmica em eventos relevantes em âmbito local, nacional e internacional.

A Política de estímulo à difusão das produções acadêmicas será divulgada para a comunidade acadêmica.

1.1.8. Políticas de Estímulo à Participação em Eventos

A IES prevê na vigência deste PDI, a implantação do Programa de apoio a realização de eventos, com o objetivo de apoiar a realização de eventos científicos no Estado do Distrito Federal, sob a responsabilidade de professores e pesquisadores da nossa IES. O Programa é coordenado pela Coordenação de Pesquisa e Extensão mediante a publicação de um Edital anual interno para a seleção de propostas. O apoio previsto é destinado a pesquisadores e professores dos Cursos da IES, responsáveis pela organização de eventos científicos, de abrangência local, regional, nacional, ou internacional, realizados no período especificado em

edital. O apoio prevê a cobertura de despesas com aquisição de passagens aéreas nacionais, hospedagem, inscrição do evento, material de consumo e pagamento de pró-labore a professores convidados e aos discentes como forma de incentivo à produção científica.

São destinadas às propostas selecionadas no âmbito da IES, valores definidos posteriormente, mas que sejam adequados e suficientes para a realização de eventos de médio porte. E a apresentação de proposta segue rigorosamente as condições descritas por ocasião da publicação dos editais.

Candidatam-se ao auxílio previsto no edital, pesquisadores, professores e coordenadores de curso em nível de graduação e pós-graduação, não sendo apoiados eventos que se configurem como reuniões, eventos profissionais, ou eventos de outra natureza, que não possuam as características de eventos científicos.

A avaliação das propostas é realizada por comissão designada pela Direção Geral, em fases que compreendem. A análise técnica da proposta, observando-se a compatibilidade com as exigências do Edital, bem como a suficiência da documentação apresentada, compreendendo: a abrangência do evento, duração e público estimado e a relevância da Temática do Evento para o Desenvolvimento Científico e Cultural da Região.

1.1.9. Política de Acompanhamento de Egressos

A Política de acompanhamento de egressos consiste em uma pesquisa de acompanhamento de egressos dividida em duas etapas: a primeira levanta dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho ao ingressar na faculdade, e na segunda etapa, levanta dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho na situação de egressos. Ao comparar os dados levantados poderemos avaliar de que forma os cursos de graduação da IES estão contribuindo para a empregabilidade, ascensão de carreira e remuneração de nossos egressos.

O PROAE – Programa de Acompanhamento do Egresso tem como objetivo geral o acompanhamento da condição do egresso dos cursos de bacharelado, licenciaturas e tecnológicos da IES como forma de demonstrar a importância da IES para a sociedade amazonense na qualificação da mão de obra para o desenvolvimento da região.

Tendo ainda como objetivos institucionais e educacionais: proporcionar sólida fundamentação humanística, técnica e científica, orientada à compreensão dos conceitos inerentes a cada profissão, o programa de acompanhamento dos egressos dos respectivos cursos de graduação, licenciaturas e tecnológicos da IES é relevante, uma vez que atende aos interesses da própria Instituição, pois esta é uma maneira de verificar o impacto da formação recebida na vida dos nossos egressos, ofertando indicadores que contribuam para qualificar cada vez mais a oferta do ensino.

Considere-se ainda que, para a instituição, este acompanhamento traz dados para avaliar seus cursos, tendo em vista a aproximação desses às demandas do mundo do trabalho. Já para os próprios acadêmicos, ainda cursistas, os benefícios serão traduzidos por meio do acesso à informações dos egressos que subsidiam a melhoria contínua dos cursos oferecidos.

O Acompanhamento do egresso, traduz-se pela responsabilidade social institucional, para a contribuição com o desenvolvimento da região por meio não somente com a qualificação de mão de obra, mas com sua empregabilidade.

Atuação dos Egressos da IES no Ambiente Socioeconômico:

A partir do acompanhamento do trabalho realizado com o acompanhamento do egresso, esperamos que os alunos formados por nossa instituição possam se inserir no mundo do trabalho de maneira crítica e consciente com dentro de princípios éticos e humanístico, com responsabilidade social, reconhecendo o valor das entidades de classe que lhe representarão.

Espera-se, igualmente, que a formação ofertada possa formar egressos com competências éticas, pessoais, profissionais, sócio afetivas, cognitivas e de comunicação que possibilitem a compreensão de si mesmo e do mundo em que vive, através da formação adquirida, agir de forma crítica contribuindo para a vida em sociedade.

Portanto, é Requerida ao Egresso a Capacidade de:

- Dominar conhecimentos que lhe favoreçam maior flexibilidade na sua atuação profissional, possuir capacidade de trabalhar em equipe;
- Desenvolver e praticar atitudes que possibilite aprender a aprender aprendendo;
- Exercer com ética e proficiência as atribuições que lhes são prescritas através de legislação específica de acordo com sua área de atuação;
- Ter atitudes inovadoras e criativas;
- Utilizar diferentes fontes de informações e recursos tecnológicos para construir/reconstruir conhecimento, em seu setor e, na medida do possível, em seu meio;
- Saber intervir na realidade com consciência, espírito crítico positivo e autonomia, como indivíduo e como integrante de uma coletividade;
- Integrar conhecimentos amplos e especializados, para aplicá-los em situações concretas;
- Atuar para além dos preconceitos culturalmente herdados e/ou impostos pelas formas de organização estabelecidas;
- Compreender a diversidade cultural para inserir-se no mundo internacionalizado, inclusive nas relações de trabalho;
- Compreender a importância de ampliar e atualizar o conhecimento e a prática da vida, do mundo e da profissão, de forma permanente e desenvolver meios ou integrar-se nos que lhe são oferecidos para aprender ao longo de toda vida;
- Desenvolver técnicas apropriadas à área de formação, visando ao acompanhamento e à avaliação constante, buscando interagir com o mercado de trabalho na perspectiva de continuidade de sua formação;
- Atuar como empreendedor de ações inovadoras que promovam o desenvolvimento econômico, político, social e cultural, no contexto local, regional e nacional.

1.1.10. PAPEERI – Programa de Articulação, Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social e Projetos no âmbito do Curso

De acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violam o preceito legal.

Este programa dedica-se a promover a indissociabilidade em que se assenta a universidade e as instituições de ensino superior em geral, o que exige, no nível mais abrangente de análise, sempre uma perspectiva ternária que inclua as atividades de ensino, pesquisa e extensão, com igual importância e íntima unidade.

A indissociabilidade é um princípio orientador da qualidade da produção universitária, porque afirma como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético. Ora, a universidade tem sido palco de análises e debates que têm dado destaque seja ao ensino, seja à pesquisa, seja ainda à extensão.

Assim, se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, se ganha terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade).

Enfim, quando a - com frequência esquecida - articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade. Embora se reconheça a importância dessas articulações duais, o que aqui se defende é um princípio que, se posto em ação, impede os reducionismos que se verificam na prática universitária: ou se enfatiza a produção do novo saber, ou a intervenção nos processos sociais, ou ainda a transmissão de conhecimentos na formação profissional.

Envolvidos nessa experiência, podemos refletir um pouco acerca das práticas universitárias, muitas delas isoladas ou, no máximo, duais. Defende-se, assim, duas ideias centrais: a primeira delas é de que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ainda não é levada em conta na prática de muitos docentes, seja porque na graduação a ênfase recai sobre o ensino ou porque na pós-graduação se acentua a pesquisa. A segunda ideia, decorrente de nossa experiência é de que o estágio de docência na pós-graduação é uma excelente forma de investigação do conhecimento abordado em sala de aula.

A perspectiva de um conhecimento plural não beneficia apenas as comunidades que têm seus saberes levados em conta. Como bem mostram os autores citados, particularmente, Santos (2004), a própria universidade renova-se nesse processo. O ensino é, provavelmente, o melhor exemplo dessa renovação, à medida que, integrado ao conhecimento produzido através da pesquisa e aos anseios da sociedade considerados nas atividades de extensão, ganha em relevância e significado para a comunidade universitária.

Desse modo, ensinar termina por ser uma atividade que, ao mediar a pesquisa e a extensão, enriquece e amadurece nesse processo: o professor universitário, ao integrar seu

ensino à pesquisa e à extensão, mantém-se atualizado e conectado com as transformações mais recentes que o conhecimento científico provoca ou mesmo sofre na sua relação com a sociedade, além de formar novos pesquisadores, críticos e comprometidos com a intervenção social. Logo, não há pesquisa nem extensão universitária que não desembocam no ensino.

a) **Objetivos do PAPEERI**

Objetivo geral

- Promover a articulação entre o Ensino; Pesquisa e Extensão, na perspectiva de promover práticas de ensino, pesquisa e extensão na perspectiva da interatividade, por meio do desenvolvimento de projetos que tenham atividades nas três dimensões (Ensino, Pesquisa e Extensão)

b) **Metodologia do PAPEERI**

Os projetos desenvolvidos pelo PAPEERI atende a um edital anual específico e devem ter como princípio:

- Indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social: O princípio da indissociabilidade perpassa duas relações:
- Relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à IES reelaborado e enriquecido;
- Relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir positivamente para a alteração significativa das relações sociais.

Tais relações integram-se organicamente à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a extensão se transforma dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando suporte às mudanças necessárias ao processo.

1.1.10.1. **Atividades do Curso relacionadas ao PAPEERI**

Tendo como princípio os objetivos do PAPEERI da IES, o curso desenvolveu seus projetos no ambiente virtual de aprendizagem, com tutoria EAD e presencial (quando necessário), a temática desenvolvida nos períodos do Curso foram:

Quadro 11 - Atividade desenvolvida PAPEERI:

NOME DO PROJETO DO PAPEERI DO CURSO	Conexão Empreendedora: Orientando Pequenos Negócios na Comunidade Vila Amazonas
-------------------------------------	---

a) **Metodologia de Desenvolvimento do PAPEERI:**

Utilizou-se de metodologias ativas com base na pedagogia de projetos e no paradigma epistemológico socioconstrutivista com desenvolvimento de ações de intervenção na comunidade mediante a realidade local. Todas as atividades previstas em etapas de execução foram trabalhadas no ambiente virtual de aprendizagem e acompanhadas por tutores designados para este fim.

b) Etapas:

- Etapa 1 Ensino - diagnóstico da situação da comunidade, a priori utilizando como base conteúdos curriculares aprendidos em sala de aula e laboratórios;
- Etapa 2 Extensão - intervenção na comunidade com aplicação de ferramentas e metodologias de melhoria;
- Etapa 3 Pesquisa - resumo expandido com fundamentação teórica e análise dos dados comparativos do antes e do depois da ação de intervenção na comunidade.

O projeto abordou inclusive as providências tomadas em âmbito institucional curricular, visando atender as Diretrizes Nacionais de Educação Étnico-raciais e de Educação Ambiental. Atendendo o que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais da lei nº 10.639/03 de 09 de janeiro de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica, alterando a LDB nº 9.394/96 nos seus artigos 26A e 79B, que reconhece a temática como uma política curricular fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira e, por isso, propõe-se a introduzir a temática nos estabelecimentos de ensino afins, de maneira a sensibilizar educadores e educandos da importância social e dos fundamentos da lei, pautados na reeducação das relações étnico-raciais.

Acrescido ainda a Educação Ambiental que é um processo participativo, de modo que o educando assume o papel de elemento central do processo de ensino e aprendizagem pretendido. Participando ativamente dos problemas ambientais em busca de soluções, através de uma conduta ética, condizente ao exercício da cidadania.

Para formalizar e institucionalizar tais ações, a Coordenação e os professores do curso desenvolveram atividades que contemplaram o espaço para o desenvolvimento das temáticas transversais nos dois temas em EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAIS E DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, envolvendo todos os períodos em suas disciplinas que precisam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual.

Estes projetos tiveram como objetivos geral desenvolver por meio de exposição de banners, trabalho em equipes de forma prática, desenvolvendo a comunicação e reflexão dispensando o plenário e a centralização do encontro em uma só pessoa de acordo com os temas de investigação e interpretação do estudo.

O projeto proporcionou inclusive aos acadêmicos do Curso, atividades interdisciplinares que promovem o diálogo entre as disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de garantir a formação integral para compreensão

sistêmica e holística das relações entre diferentes conhecimentos que se comunicam na teoria e na prática.

1.1.10.2. Atividades Interdisciplinares do Curso

O desenvolvimento dos Projetos Interdisciplinares adotaram a metodologia ativa, baseada no desenvolvimento de projetos em situação de oferta presencial e a distância por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem. Em ambos os Casos utilizaram-se metodologias ativas com base no desenvolvimento de uma cultura de leitura e de estudos que incluem acesso a um acervo literário representativo da cultura brasileira e mundial, para que os estudantes pudessem ampliar seu acervo cultural e desenvolvessem competências ligadas diretamente à leituras e interpretação de textos integrando todas as disciplinas do período. Requisitos: leitura individual e participação em oficinas de leitura e interpretação.

O processo de ensino e aprendizagem e o desenvolvimento dos projetos interdisciplinares, deu-se por meio do envolvimento de cada docente e tutor na elaboração das estratégias específicas e inerentes ao conteúdo designado para leitura.

No quadro a seguir constam as atividades interdisciplinares realizadas nos primeiros anos do curso:

Quadro 12 - Atividade interdisciplinar

Semestre	ATIVIDADE INTERDISCIPLINAR	Ações Desenvolvidas	Turmas envolvidas
2018/2	4 Lições da Cacau Show para ter um negócio de sucesso	Para o desenvolvimento desta atividade interdisciplinar, os alunos do curso de Logística, primeiramente acessaram o Ambiente Virtual de Aprendizagem, onde constava a atividade proposta na Aba direcionada para Atividade Interdisciplinar, nela, consta artigos/materiais didáticos sobre o tema do semestre. O período para realização da Atividade Interdisciplinar acompanhou o calendário acadêmico, com isso, o aluno teve acesso ao material voltado para esta atividade durante o semestre letivo. No decorrer, nosso aluno passou por momentos de leitura e discussão nos fóruns, após esse momento de familiaridade com o tema, o aluno realizou avaliação virtual com duração de 180 minutos, esse tempo inicia quando o aluno aciona o botão "Tentar responder o questionário agora" e conclui, quando clica em "Finalizar" e depois em "Enviar tudo e terminar", a nota do aluno aparece em seguida.	Todos os períodos envolvidos
2019/1	Desenvolvimento social no Brasil nas empresas de capital aberto		
2019/2	Desafios Logísticos no Amazonas		
2020/1	A prática da Logística 4.0 no contexto da produção industrial na Júlia		
2020/2	A arte da estratégia		
2021/1	O papel do gestor nas estratégias de qualidade		
2021/2	O papel do gestor nas estratégias de qualidade		
2022/1	A redução dos custos logísticos para as empresas		

1.1.10.3. Atividades Transversais do Curso

A Instituição intenta proporcionar aos acadêmicos do Curso, atividades transversais que promovam a sensibilização para temáticas de Educação Ambiental e Educação Étnico racial como parte importante da formação do acadêmico. O desenvolvimento dos projetos transversais adotaram a metodologia ativa. Em se tratando da oferta de Educação a Distância, os temas transversais foram desenvolvidos, apoiados e orientados por docentes responsáveis e tutores no próprio ambiente virtual de maneira síncrona e assíncrona.

a) Metodologia: uso de metodologias ativas com base na pedagogia de projetos. Requisitos de leituras de artigos científicos de subtemas dos temas geradores Étnico racial e Educação Ambiental e atividades integrando todas as disciplinas do período. Para fins de desenvolvimento deste projeto, as seguintes disciplinas estão diretamente envolvidas, assim como seus respectivos professores.

b) Projetos transversais sobre educação étnico racial e educação ambiental realizados nos primeiros anos do curso:

Quadro 13 – Atividades Transversais do Curso: Educação Ambiental

SEMESTRE	ATIVIDADE TRANSVERSAL	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2018/2	Cidade Ecológico: políticas de criação de áreas verdes urbanas.	Para o desenvolvimento desta atividade transversal, os alunos do curso de Logística, primeiramente acessaram o Ambiente Virtual de Aprendizagem, onde constava a atividade proposta na Aba direcionada para Atividade Transversal, nela, consta artigos/materiais didáticos sobre o tema do semestre. O período para realização da Atividade Transversal acompanhou o calendário acadêmico, com isso, o aluno teve acesso ao material voltado para esta atividade durante o semestre letivo. No decorrer, nosso aluno passou por momentos de leitura e discussão nos fóruns, após esse momento de familiaridade com o tema, o aluno realizou avaliação virtual com duração de 180 minutos, esse tempo inicia quando o aluno aciona o botão "Tentar responder o questionário agora" e conclui, quando clica em "Finalizar" e depois em "Enviar tudo e terminar", a nota do aluno aparece em seguida.	Todos os períodos
2019/1	Questão Social: Uma Análise sob a perspectiva Racial mais Sustentabilidade Empresarial e os Benefícios para a Sociedade.		
2019/2	A Responsabilidade Socioambiental no contexto de Logística da Produção Industrial na Amazônia.		
2020/1	Meio Ambiente: A Logística Reversa no retorno de paletes de uma indústria de bebidas.		
2020/2	Lixo Orgânico e a Logística Reversa		

2021/1	Sensibilização Coletiva e os reflexos do meio amazônico: 		
2021/2	Coleta seletiva como gerador de renda familiar.		
2022/1	Uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmica socioambiental		

Quadro 14 – Atividades Transversais do Curso: Educação Étnico-Racial

SEMESTRE	ATIVIDADE TRANSVERSAL	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2018/2	Mulheres e suas realizações	Para o desenvolvimento desta atividade transversal, os alunos do curso de Logística, primeiramente acessaram o Ambiente Virtual de Aprendizagem, onde constava a atividade proposta na Aba direcionada para Atividade Transversal, nela, consta artigos/materiais didáticos sobre o tema do semestre. O período para realização da Atividade Transversal acompanhou o calendário acadêmico, com isso, o aluno teve acesso ao material voltado para esta atividade durante o semestre letivo. No decorrer, nosso aluno passou por momentos de leitura e discussão nos fóruns, após esse momento de familiaridade com o tema, o aluno realizou avaliação virtual com duração de 180 minutos, esse tempo inicia quando o aluno aciona o botão	Todos os períodos
2019/1	Questão Social: Uma Análise sobre a perspectiva social e sustentabilidade empresarial: Benefícios para sociedade.		
2019/2	A Responsabilidade Socioambiental no contexto da Logística da Produção Industrial da Amazônia.		
2020/1	Os refugiados da Venezuela para a região Norte do Brasil		
2020/2	Sensibilização Coletiva e os reflexos do meio amazônico:		
2021/1	Formação da Família Brasileira: Sob o regime de Economia Patriarcal.		

2022/1	Étnico racial: Racismo nas Organizações	"Tentar responder o questionário agora" e conclui, quando clica em "Finalizar" e depois em "Enviar tudo e terminar", a nota do aluno aparece em seguida.	
--------	---	--	--

1.1.10.4. Iniciação Científica e Tecnológica do Curso

O aluno é incentivado a realizar trabalhos científicos à medida que for ampliando o seu conhecimento teórico. O professor é corresponsável por este objetivo, inserindo artigos científicos e discussão de trabalhos e estando a disposição para orientar os alunos interessados a desenvolverem projetos acadêmicos. No caso da oferta de Educação a Distância, os Projetos foram desenvolvidos, apoiados e orientados por docentes responsáveis e tutores no próprio ambiente virtual de maneira síncrona e assíncrona.

Quadro 15 – Atividades de I.C./I.T. Realizadas

ANO	ATIVIDADE DE I.C./I.T.	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2020/2	A partir das pesquisa bibliográficas oriundas da práticas disciplinares, foi realizado pesquisas bibliográficas e inseri-los no universo de pesquisa científica e publicações em formato de ebooks para fins de divulgação de pesquisa científica do conhecimento desenvolvido no âmbito do curso.	Foi desenvolvido a competência da leitura e escrita científica a partir de projetos paralelos às disciplinas e a produção de artigos e ebooks, configurando-se como prática pedagógica inovadora tendo em vista a não obrigatoriedade de ações de TCC, conforme descrito nas políticas e diretrizes dos cursos superiores de Tecnologia CNCST 2016. Demonstrando o compromisso da IES com ensino, pesquisa e extensão. Produto -Ebook	J

1.1.10.5. Inovação Pedagógica do Curso

Quadro 16 – Atividades de Inovação Pedagógica do Curso

2021	Utilização de Softwares para auxiliar o processo formativo dos alunos, evidenciando a prática e o aprendizado das teorias com a prática.	Consideramos ainda que a Estrutura da Organização Curricular deverá compreender as competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do graduado. Portanto, a articulação é tratada na utilização de ferramentas, como Software FlexSim	3o Períodos
2022	Proposto aos acadêmicos a confecção de produtos com um quesito inovador relacionado à Logísticas de Transportes e suas alternativas na região amazônica de forma estratégica	Ao final da atividade espera-se desenvolver algumas competências e habilidades previstas nas diretrizes do CNCST. Dentre elas, a capacidade de conceber, projetar e analisar produtos; Desenvolver e ou utilizar novas ferramentas e técnicas; Atuar em equipe; Avaliar a viabilidade econômica de projetos Logísticos. E de acordo com o perfil do egresso a capacidade de absorver e desenvolver novas tecnologias.	3º e 4º Períodos

1.1.10.6. Extensão do curso

A coordenação do curso junto com professores e alunos apresentaram e desenvolveram projetos de Extensão baseados nas premissas da Política de Extensão e Responsabilidade Social. As atividades de extensão foram também acompanhadas pelos professores/tutores e realizadas no que compete à parte teórica e de estudos no ambiente virtual de aprendizagem com ferramentas síncronas e assíncronas.

Quadro 17 - Atividades de Extensão realizadas

ANO	ATIVIDADE DE EXTENSÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2019	Projeto: Recursos Ambientais em Itacoatiara	Acompanhamento das ações praticadas de atividades ambientais no Terminal Portuário do Novo Remanso, em Itacoatiara/AM	Todos os períodos vigentes
2020	Projeto Igarapés - Consultoria Logística com os pequenos comerciantes.	Levantamento de dados de processo logístico dos pequenos comerciantes no entorno de Igarapés.	
2021	Projeto: Logística Reversa	Estudo de leis e regulamentações sobre o tema logística reversa e itens foram aprovadas nos últimos anos e verificação do cumprimento das regulamentações.	
2022	Projeto: Recursos Pesqueiros	Estudo das técnicas de gerenciamento e controle de escoamento de produção da produção pesqueira no município de Parintins/AM.	

1.1.10.7. Atividades Complementares do Curso

A atividade complementar visa proporcionar a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com as fronteiras das disciplinas, conteúdo obrigatório e complementar do perfil de egresso pretendido. Para isso, integrar conteúdos através de uma atitude que leve a postura interdisciplinar, atitude de busca, envolvimento, compromisso, reciprocidade diante do conhecimento é o que se procura com estas atividades. Atividades

dinâmicas e voltadas a realidade em que o discente está inserido e com aderência ao curso, devem ser estimuladas a fim de que o acadêmico possa expandir as capacidades de formação.

Quadro 18 – Atividades Complementares Realizadas

ANO	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2019	Semana Pedagógica	Palestra - Apresentação do Projeto Rodoviário Ponte de Safena	Todas
2020	Semana Pedagógica	A CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO E AS CIÊNCIAS DE NEGÓCIOS: TECNOLOGIAS DE GESTÃO	Todas
2021	Semana Pedagógica	SEMANA DE INTERCÂMBIO DE CONHECIMENTO - EIXO GESTÃO E NEGÓCIOS.	Todas
2022	Semana Pedagógica	SEMANA DA PROFISSÃO: QUAL AS MUDANÇAS QUE OS GESTORES TRAZEM PARA O MERCADO DE TRABALHO?	Todas

* demais atividades constam no Regulamento de Atividades Complementares

1.1.10.8. Atividades Extracurriculares do Curso

Quadro 19 – Projetos de atividades Extracurriculares Realizadas no Curso

ANO	ATIVIDADES EXTRACURRICULARES	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2018 2019 2020 2021 2022	- Workshop de Empregabilidade - Palestras do NAPA - Natal Solidário - Escola de Líderes e Empreendedores - Conecta Mundo	Serão desenvolvidas as seguintes atividades semestralmente: - Workshop de empregabilidade: palestras de diferentes profissionais renomados e professores da área, mostrando as principais tendências do mercado; - Palestras NAPA: por meio da equipe pedagógica e professores psicólogos diversos temas serão abordados como acessibilidade, depressão, ansiedade, dentre outros; - Natal Solidário: por meio de uma palestra de um tema atual, os alimentos arrecadados serão doados para uma Instituição de Caridade selecionada semestralmente, com a entrega por meio dos alunos e coordenadores. - A escola de Líderes e Empreendedores visa preparar lideranças e empreendedores na área.	Todos os períodos vigentes

1.1.10.9. Atividades Artísticas Culturais do Curso

Tabela 17 – Projetos de Atividades Artísticas Culturais do Curso

ANO	ATIVIDADES ARTÍSTICAS CULTURAIS	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2018	Projeto artístico-cultural: a logística e o impacto na construção do Mercado Adolpho Lisboa e suas ocupações irregulares no cenário atual.	Espera-se que seja possível analisar como é a organização estrutural do projeto artístico cultural e a vivência de um projeto real na profissão. Os alunos poderão trabalhar em equipe como prevê o CNCST dos cursos de Logística que preconiza este tipo de atuação, além de aplicarem os conceitos práticos da área.	Todas

1.1.10.10. Práticas Exitosas ou Inovadoras do Curso

Quadro 20 – Práticas Exitosas e Inovadoras do Curso

ANO	INOVAÇÃO PEDAGÓGICA	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2019	Iniciação Científica	Desenvolvimento de projeto de Implantação da Indústria 4.0	Todos
2020	Confecção de Ebooks	Construção de Ebooks com artigos científicos	Todos
2021	Projetos de Iniciação Científica	Elaboração de Projetos Científicos: 1 - Estudo de Viabilidade da Piscicultura em um município do Amazonas e o desenvolvimento da cadeia produtiva sustentável para a região Amazônica.	Aluno: Jonas Nascimento da Silva RA 1908024
2022	Projeto de Extensão	A prática da logística 4.0 no contexto da produção industrial na Amazônia	Todas

1.2. OBJETIVOS DO CURSO

Os objetivos do curso de Tecnólogo em Logística são pensados levando em consideração o perfil do egresso e a estrutura curricular, com o intuito de formar profissionais com habilidades específicas e críticas em relação à realidade em que estão inseridos. O curso busca proporcionar uma formação sólida e atualizada, considerando as práticas emergentes no campo da Logística.

O profissional formado em Logística desempenha um papel fundamental no crescimento e desenvolvimento das organizações. Sua atuação é de extrema importância no mercado de trabalho, especialmente na região Norte, e mais especificamente no Amazonas, onde há uma demanda significativa devido ao grande número de empresas no Polo Industrial de Manaus e diversos setores comerciais e de serviços na região. Além disso, o crescimento de empreendedores individuais também torna essencial a presença de um profissional especializado em Logística para estruturar essas organizações.

Dentre as atribuições desse profissional, destacam-se o planejamento, organização, direção e controle dos recursos relacionados ao Logística. Isso inclui a elaboração de

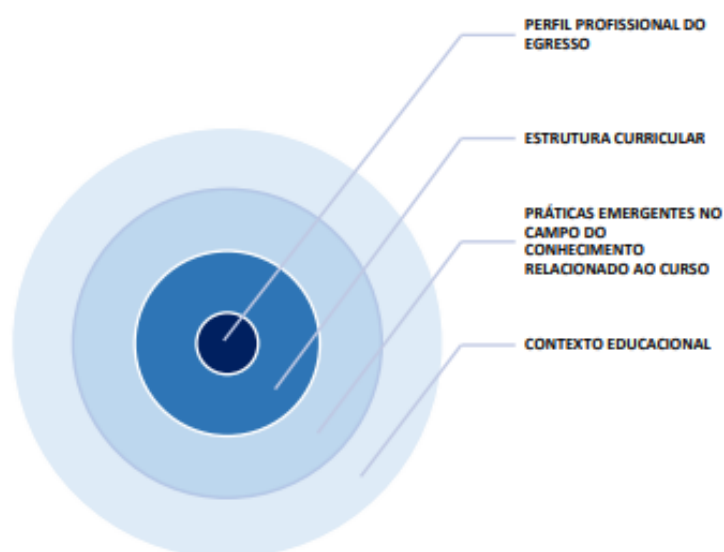
estratégias de Logística, identificação do público-alvo, criação e gerenciamento de campanhas publicitárias, análise de mercado, desenvolvimento de planos de comunicação e promoção, entre outras atividades que visam a maximização do desempenho e resultados das organizações.

O Tecnólogo em Logística adquire conhecimentos teóricos e práticos durante sua formação, estando apto a utilizar diversas ferramentas e técnicas de Logística, tanto tradicionais quanto digitais. Ele é capaz de analisar tendências de mercado, identificar oportunidades, compreender o comportamento do consumidor, desenvolver estratégias competitivas e gerar valor para os produtos ou serviços oferecidos pelas empresas. O profissional formado em Tecnologia em Logística desempenha um papel estratégico no contexto empresarial, contribuindo para o crescimento das organizações, o fortalecimento das marcas, a conquista de novos clientes e o sucesso no mercado competitivo.

Considera-se ainda, a atualidade dos conteúdos e a inserção de conteúdos atuais que entregam as boas práticas em Gestão e Negócios, além de favorecer, por meio do seu processo de atualização curricular sistemática, a constante revisão dos conteúdos abordados com os acadêmicos.

No que diz respeito ainda aos objetivos de um curso de graduação há de se pensar que estes objetivos não só guardam uma relação indissociável com o perfil do egresso, como também apontam para outros elementos que necessitam se apresentar articulados, são eles: matriz, contexto educacional, características loco-regionais e as práticas emergentes na área do conhecimento, neste último item a própria formação mediada por tecnologias e a oferta do Curso de Graduação em Logística na modalidade Educação à Distância, no momento atual configuram-se como práticas emergentes na área. Estas relações se apresentam representadas no diagrama abaixo

Imagem 1 - Objetivos do Curso



1.2.1. Objetivo Geral

Em consonância o Catálogo de Cursos Superiores do Curso Superior de Tecnologia em Logística e as demais diretrizes pertinentes ao ensino superior, o PDI do CEUNI-FAMETRO bem como as necessidades locais e regionais para formação do Tecnólogo em Logística.

Formar um egresso/profissional, no eixo tecnológico para Gerencia as operações e processos logísticos. Promove a segurança das pessoas, dos meios de transporte, dos equipamentos e cargas. Articula e atende clientes, fornecedores, parceiros e demais agentes da cadeia de suprimentos. Elabora documentos de gestão e controles logísticos. Estrutura e define rotas logísticas considerando os diferentes modais. Articula processos logísticos em portos, aeroportos e terminais de passageiros nos diferentes modais. Gerencia e supervisiona o recebimento, o armazenamento, a movimentação, a embalagem, a descarga e a alienação de materiais de qualquer natureza. Gerencia o sistema logístico e sua viabilidade financeira. Gerencia e articula sistemas de manutenção, de suprimento, de nutrição e de atividades financeiras. Avalia e emite parecer técnico em sua área de formação.

1.2.2. Objetivos Específicos

O curso de Logística visa habilitar o profissional para atuar ética e competentemente no mercado de trabalho nas áreas que se propõe. Assim, propiciará ao graduando conhecimentos que o permitirão:

- Gerenciar as operações e processos logísticos, aplicando princípios de eficiência, qualidade e segurança, visando aprimorar a cadeia de suprimentos e impulsionar o desenvolvimento regional.
- Articular e atender clientes, fornecedores, parceiros e demais agentes da cadeia de suprimentos, desenvolvendo habilidades de comunicação e negociação, para estabelecer parcerias estratégicas e fortalecer as relações comerciais na região norte e seus interiores.
- Elaborar documentos de gestão e controles logísticos, utilizando ferramentas e sistemas adequados, para promover a eficiência, transparência e rastreabilidade das atividades logísticas e contribuir para a tomada de decisões fundamentadas.
- Estruturar e definir rotas logísticas considerando os diferentes modais de transporte disponíveis na região, buscando otimizar o fluxo de materiais e reduzir custos operacionais, além de considerar aspectos sustentáveis e de impacto socioambiental.
- Gerenciar e supervisionar todas as etapas do fluxo logístico, desde o recebimento até a alienação de materiais, assegurando a integridade dos produtos, a eficiência na movimentação e armazenamento, e o cumprimento das normas e regulamentações vigentes. Além disso, promover a viabilidade financeira do sistema logístico, buscando equilíbrio entre custos e benefícios.
- Relacionar o conhecimento das regras da linguagem prática com a linguagem específica da profissão, relacionando os conhecimentos das tecnologias da informação e comunicação com a eficácia das tomadas de decisões nos processos administrativos

e de gestão do conhecimento, buscando a aplicabilidade nos sistemas de gestão informatizados das organizações e seus desafios regionais;

- Desenvolver uma postura gerencial voltada para a preservação do ecossistema ambiental e biodiversidade Amazônica, recursos Hídricos da maior bacia hidrográfica do mundo, propiciando o desenvolvimento de uma consciência ético, social, visando ao bem-estar da sociedade, das pessoas com quem trabalha, a partir do delineamento de comportamentos que caracterizem a sensibilidade com as etnias e diversas culturas predominantes na região Amazônica;
- Propiciar o desenvolvimento do raciocínio crítico e a capacidade analítica do aluno, habilitando-o a implementar soluções financeiras em diferentes tipos de organizações e em diferentes cenários;

1.3. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O perfil do egresso é por nós entendido, como o propósito fim de um percurso de formação. Quando afirmamos que é um propósito fim, não o compreendemos como terminalidade, mas sim como a finalização de um ciclo de formação, que se encerra e que se abre a partir de novas necessidades formativas que advém da dinâmica social colocadas de tempos em tempos, e reinterpretadas como novas necessidades do mundo do trabalho.

Firmados neste entendimento, o perfil do egresso além de prevê as competências que serão desenvolvidas em articulação com as necessidades locais e regionais, também deve ter em visão, a necessidade de rever, ampliar ou substituir as mesmas em um processo sistematizado de caráter crítico-analítico, sobre os aspectos mais relevantes da formação, neste caso a formação em Logística.

Assim como previsto no item Ações de Ensino, o processo de planejamento para ampliação do perfil do egresso e novas demandas do mundo do trabalho. Está definido que a revisão dos currículos se dará trienalmente, a partir de um conjunto de princípios estabelecidos. Este processo de atualização estará ao encargo do Núcleo Docente Estruturante em articulação com o Colegiado do respectivo Curso, assim, resumidamente, no ano que marca o seu Triênio, o curso deverá passar por um processo de revisão e atualização, considerando:

- ✓ Os indicadores de Avaliação Ofertados pela Comissão Própria de Avaliação
- ✓ As discussões do Colegiado de Curso, a partir do diagnóstico realizado por seus professores nas reuniões periódicas que estes realizam e por fim;
- ✓ Pela revisão da legislação e da literatura sobre o ensino Logística, objeto de estudos de todos que estão envolvidos no semestre.

1.3.1. Perfil do egresso em consonância com as DCNs

Conforme Conteúdos Curriculares do CNCST e a Portaria N° 459, de 05 de Junho de 2018, para a formação do perfil do egresso as competências a serem desenvolvidas em cada núcleo de formação são tornar-se:

I. humanista, ético, reflexivo, crítico e responsável no desenvolvimento das dimensões econômica, social, ambiental e institucional;

II. inovador, criativo e flexível na execução de suas atividades, com resiliência, visão sistêmica e estratégica;

III. colaborativo e propositivo no trabalho em equipes e no atendimento às expectativas das partes interessadas; e

IV. comprometido com o seu autodesenvolvimento e formação continuada.

1.3.2. Competências e Habilidades Gerais

Para formação do egresso no Curso Superior de Tecnologia em Logística, foram constituídos princípios, com base no rigor científico e intelectual, pautados em perspectiva ética, a fim de capacitar futuros profissionais para analisar diferentes cenários, levando em consideração aspectos éticos, legais, ambientais e técnicos; incorporar práticas inovadoras na logística, integrando ao planejamento estratégico a execução de atividades voltadas para as áreas de escoamento e de movimentação de materiais, colaborando no planejamento organizacional e trabalhar em equipes multidisciplinares.

Competências e Habilidades Específicas

Concebemos uma competência como uma articulação de diferentes saberes (conceitos, atitudes e procedimentos) que convergem para uma atuação responsável, ética e com resolutividade frente às situações que se apresentam no cotidiano da sua profissão, admitimos, a organização das competências e habilidades específicas previstas neste projeto, a partir da organização das mesmas em torno dos núcleos de estudo que funcionam como grandes eixos temáticos, os quais abordam macro competências, tornando mais evidente, quais os saberes indispensáveis para formação do futuro egresso, frente a proposta pedagógica que o curso ensina, assim entendemos que, a partir das unidades de estudos, o conjunto de disciplinas previstas possa promover a aprendizagem na direção do saber; do saber fazer e do saber ter atitudes compatíveis ao excelente exercício profissional, de acordo com os Conteúdos Curriculares do CNCST e a Portaria nº 459 de 30 de Maio de 2018:

I. planejar, organizar, conduzir e controlar sistemas logísticos de qualquer natureza;

II. aplicar as tecnologias de informação e comunicação aos princípios da logística para agregar valor ao produto, serviço e soluções ao cliente;

III. estabelecer processos de compras, identificação e desenvolvimento de fornecedores, além de negociar padrões de recebimento e expedição;

IV. gerenciar o suprimento e a distribuição física por meio das atividades de transporte, manutenção de estoque, processamento de pedidos, aquisição, embalagem, armazenagem, manuseio de materiais, manutenção de informações e programação de produtos;

V. gerenciar a cadeia de suprimentos por meio da integração entre fornecedores e clientes;

- VI. dimensionar e controlar recursos vinculados às operações logísticas;
- VII. implantar soluções para otimizar e racionalizar os processos logísticos;
- VIII. prover níveis adequados de serviços ao cliente a custo razoável; e
- IX. desenvolver o capital humano como vantagem competitiva nas soluções logísticas.

Planejamento para Ampliação do Perfil do Egresso para o Mundo do Trabalho.

Nunca presenciamos em tão pouco tempo mudanças tão significativas na produção da vida material. Os modos de viver, de se comunicar, de estabelecer relações sociais, afetivas modificou-se de maneira substancial, com o advento de novas tecnologias que nos permitiram vencer distâncias sem sair do lugar.

Especialmente nas últimas duas décadas, toda essa mudança tem também alteraram de maneira bastante significativa as relações de trabalho e por consequentemente as maneiras de empregar a força de trabalho – o que chamamos de emprego ou empregabilidade foi aos poucos sendo substituído por uma nova terminologia, a saber – a trabalhabilidade. Estas mudanças contribuíram para alterar o mundo do trabalho, deslocando o foco do emprego para o trabalho, e os dados estatísticos não nos deixam fugir a essa realidade, cada vez mais observamos a diminuição dos índices de emprego em escala mundial.

Assim, o que temos visto é uma nova configuração do mercado de trabalho, onde o mesmo se torna cada vez mais competitivo, exigente, flexível, adotando critérios e padrões cada vez mais altos para a seleção de pessoas, este novo momento testemunhado por todos, traz inúmeros desafios às instituições de Ensino Superior, pois se duas décadas atrás bastava quase que um diploma de graduação para que o emprego estivesse garantido, hoje, o porte de um diploma não é suficiente para a estabilidade de um posto de trabalho.

Nesta nova onda de mudanças também conhecida como a “terceira revolução industrial”, outras capacidades além do conhecimento técnico são necessárias para o ingressar e permanecer empregado, são estas competências novas e habilidades diversificadas que devemos observar no processo de formação dos nossos futuros egressos em todas as áreas do conhecimento.

O acompanhamento do egresso e sua condição de inserção no mundo do trabalho deve ser planejado prevendo a aceitação do nosso egresso a partir da oferta de cursos de graduação orientados para a formação de competências, de processos de avaliação da aprendizagem que sejam de captar a progressiva consolidação das mesmas na consolidação do Perfil do Egresso.

Todo esse esforço deve está aliado com um projeto de formação continuada que seja capaz de oferecer constantes formas de aprimoramento profissional, por meio dos cursos de aperfeiçoamento profissionais disponibilizados, além é claro de oportunidades de participar de novas graduações (segunda graduação) além de obter titulação em modernos cursos de pós-graduação, os quais deve estar alinhado às exigências formativas do mundo do trabalho.

Desta maneira se estabelece um cenário onde a formação teve necessariamente que articular conceitos, habilidades e atitudes numa perspectiva prospectiva, ou seja, que o

processo de formação inicial seja capaz de criar perspectiva de criação e de autonomia para cenários cada vez mais mutáveis e incertos.

Assim para o planejamento institucional que visa uma coerência entre o perfil do egresso e as necessidades do mundo do trabalho em uma perspectiva de ampliação do mesmo em vista de novas necessidades emergentes, a instituição orienta que as atividades propostas no curso busquem:

- ✓ Tratar de atributos futuros do formando de um curso de graduação, ou seja – os perfis correntes referem-se a características de pessoas existentes em cujo desempenho se deseja espelhar;
- ✓ Observem os critérios de concretude, factibilidade e relevância, estabelecidos por MCCLELLAND (1973) para que os descritores de comportamentos fossem realmente úteis ao mundo do trabalho;
- ✓ Relacionar-se com as atividades pedagógicas formativas, mormente comunicar-se com a taxonomia dos objetivos instrucionais de Bloom; e
- ✓ Descrever atributos complexos e flexíveis, exigência da competência intelectual da economia do conhecimento.
- ✓ A partir destas orientações as atividades que serão planejadas deverão considerar:
- ✓ Projetos de formação continuada que permitam o contínuo aperfeiçoamento e ajuste do perfil do egresso com as necessidades emergentes do mundo do trabalho;
- ✓ Realização de pesquisas acerca da aderência dos nossos profissionais formados para identificar possíveis pontos de ajuste e/ou melhoria no perfil do egresso;
- ✓ Promover a contínua interação entre os profissionais atuantes e referência em suas áreas, assim como conselhos fiscais e reguladores da profissão para que tenhamos uma maior integração entre as temáticas abordadas e as projeções profissionais que estes realizam.

Dito isto, corrobora com esse cenário a homologação da Resolução N^o 4, de 13 de Julho de 2005, por se tratar de uma demanda que necessita de constantes atualizações e ajustes a partir da compreensão do momento em que se vive e se insere o contexto de ensino e aprendizagem do curso.

1.4. ESTRUTURA CURRICULAR

Fundamentado em uma perspectiva mais abrangente e dinâmica de currículo, o Curso Graduação em Logística pretende uma estrutura curricular que, em uma análise sistêmica e global, estejam presentes os aspectos flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade pedagógica e atitudinal, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática e, nos casos de cursos a distância, mecanismos de familiarização com essa modalidade.

Na estrutura curricular de um curso a distância devemos pensar também na proposição entre atividades síncronas; assíncronas, na articulação entre teoria e prática e nos aspectos referentes a presencialidade, que, segunda as normativas legais, excetuadas as atividades já previstas como presenciais obrigatórias, poderão abranger um total de 30% da Carga horária

total do Currículo, Como prediz a Portaria Normativa No. 23 de 21 de dezembro de 2017, o Art. 100 se apresenta com a seguinte redação:

“§ 3º A oferta de atividades presenciais em cursos de EaD deve observar o limite máximo de 30% (trinta por cento) da carga horária total do curso, ressalvadas a carga horária referente ao estágio obrigatório e as especificidades previstas nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso. (Incluído pela Portaria Normativa nº 742, de 2018)”

A organização curricular dos cursos superiores contempla o desenvolvimento de competências profissionais e são formuladas em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define a sua identidade e caracteriza o compromisso ético. Assim, em aspectos gerais os indicadores apontados aqui podem ser assim definidos:

- **Flexibilidade:** a proposta curricular de todos os cursos da IES é marcada pela flexibilidade que se materializa na oferta de disciplinas optativas. Além da flexibilidade no âmbito do curso, há flexibilidade intercurso, facilitando a eventual mudança ou reopção por um segundo curso de área de conhecimento comum ou diversa, dado que há disciplinas comuns aos vários cursos, o que contribui para a redução do tempo de formação e motiva o estudante a continuar estudando.
- **Interdisciplinaridade:** os Estudos interdisciplinares estão previstos no currículo e são parte do processo formativo, e avaliativo do aluno. Seus temas são correlatos às temáticas previstas na formação do aluno de forma a contribuir objetivamente com o perfil do egresso e sobretudo, no desenvolvimento das habilidades e competências deste. A interdisciplinaridade do Curso de Logística EaD ocorre por meio de atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas e das relações existentes entre os cursos do eixo de Gestão e Negócios e de outros cursos. Não obstante, pensou-se na relevância da interdisciplinaridade como instrumento de fomento ao desenvolvimento de uma visão sistêmica e integrada desenvolvida ao longo do processo formativo, em dois sentidos: horizontal e vertical. É horizontal aquela interdisciplinaridade obtida dentro do conjunto de disciplinas de um mesmo período e já a vertical, que articula disciplinas de períodos distintos. Desse modo, é dada a possibilidade aos alunos de realizar, em diferentes momentos do curso, atividades que os oportunizam visitar conteúdos já estudados e, acima de tudo, correlacionarem-se os diversos conteúdos no decorrer do curso.

Assim, os Estudos Interdisciplinares, realizados Curso de Logística EaD, tem como objetivo geral a aplicação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos em situações ou problemas teórico-práticos, selecionados de maneira a permitir a integração entre disciplinas, aprofundamento da socialização dos alunos, contextualização dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, organização, pontualidade e desenvolvimento de habilidades. O Estudo Interdisciplinar deve também contribuir para:

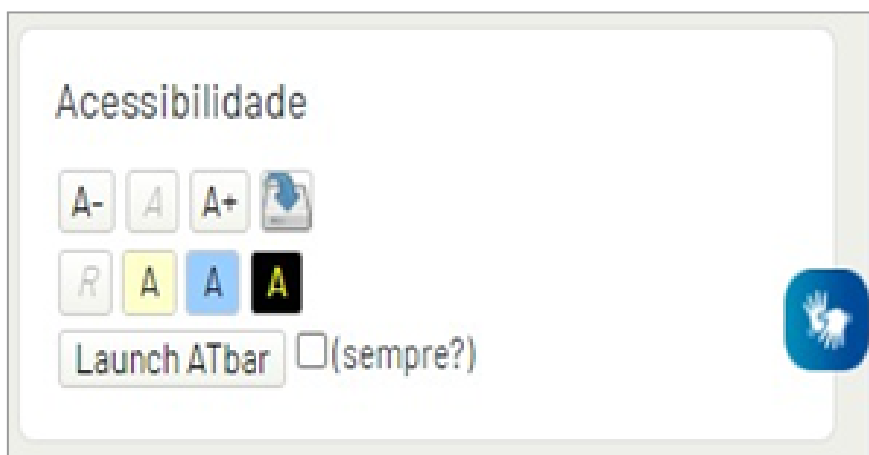
- a) Desenvolver uma proposta de intercomunicação entre disciplinas;
 - b) Despertar nos discentes o gosto pela investigação científica;
 - c) Orientar o desenvolvimento de trabalhos seguindo normas específicas;
 - d) Oportunizar aos alunos atividades práticas nas quais possam vivenciar os conteúdos trabalhados em sala de aula;
 - e) Registrar as conclusões dos participantes do projeto expondo-as aos demais integrantes do curso sempre que possível.
-
- **Acessibilidade Metodológica.** A acessibilidade metodológica está descrita no item 1.37.2 e já faz parte das políticas acadêmicas, especificamente das ações de ensino. No Ambiente Virtual, são disponibilizados recursos de acessibilidade, para alunos de baixa visão, que permitem a ampliação do tamanho de fonte e luminosidade da tela, legenda automática para alunos com surdez e legenda das videoaulas, a fim de viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência. É ainda ofertado o Curso de Libras, como disciplina optativa em todos os Cursos da IES, assim como a contratação de docentes especificamente para esta função, quando necessário e de acordo com a necessidade apresentada pelo estudante.

Imagem 1 - Ambiente Virtual de Aprendizagem



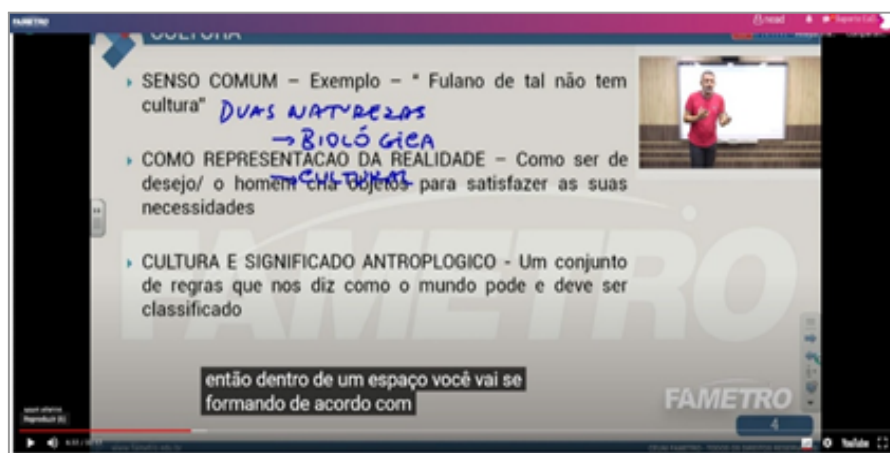
Fonte: AVA Ead Fametro, 2023.

Imagem 2- Acessibilidade



Fonte: AVA Ead Fametro, 2023.

Imagem 3: Acesso às aulas



Fonte: AVA Ead Fametro, 2023.

- Compatibilidade de Carga Horária: organizado de modo seriado semestral, o Curso de Logística Ead é desenvolvido a partir de uma combinação de disciplinas e componentes curriculares segundo uma ordem que conduz a um perfil de qualificações condizentes com as necessidades da formação, com a contemplação dos objetivos e do perfil profissional desejado para o egresso. O currículo proposto propicia a aplicação das principais vertentes teóricas no contexto organizacional, através de atividades propostas alinhadas com as demandas sociais e com as peculiaridades locais tendo em vista a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, embora, compreendendo as especificidades de cada uma dessas dimensões. As disciplinas têm a sua carga horária calculada, considerando a complexidade dos objetos de estudo. A Estrutura Curricular do Curso de Logística Ead contempla disciplinas com 88 horas.
- Articulação entre os Componentes Curriculares: os componentes curriculares previstos para o Curso de Logística Ead, apresentam-se articulados em Núcleos de Estudos, dos quais ensejam um conjunto de habilidades e competências a serem desenvolvidas no decorrer do curso.

1.4.1. Elementos Inovadores da Estrutura Curricular

Quando falamos de elementos inovadores da estrutura curricular, estamos tratando sobretudo de currículo, e o currículo, na dimensão que assumimos, não representa apenas a sequência dos componentes curriculares, mas comumente chamados de disciplinas, dentro de uma organização hierarquizada que atende ao modelo disciplinar. Para falar de inovação ou de elementos inovadores da estrutura curricular é preciso falar de currículo como uma articulação de conhecimentos, saberes e competências que incluem também as experiências, vivências e valores apresentados de maneira integrada, orientada para a formação de competências previstas no perfil do egresso. Nesta perspectiva um fator fundamental nesta dimensão de inovação curricular, é a construção de uma prática curricular, de modo que professores especialistas saiam de dentro dos muros da sala de aula e comecem a incluir em seus programas, temáticas de estudo que estejam articuladas com a realidade do seu entorno, como por exemplo: as mudanças que estão se operando, as necessidades atuais da população, o mundo do trabalho e as novas exigências das carreiras profissionais, bem como as representações e os contatos com a realidade, principalmente por meio da curricularização da extensão.

Alguns avanços já foram produzidos em termos de inovação na estrutura curricular dos cursos de graduação do CeUni-FAMETRO, assim algumas propostas já estão sendo implantadas no âmbito de todos os cursos de graduação do nosso Centro Universitário.

A inserção de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, como mediadora do processo ensino-aprendizagem, por meio do ambiente e a oferta de algumas disciplinas que abordam temáticas instrumentais e transversais na grade curricular, como por exemplo:

- ✓ Ethics, Sustainability and Rights Human
- ✓ English of the Market Job
- ✓ Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

Outros processos têm sido incluídos como estratégias inovadoras na estrutura Curricular, dentre elas podemos citar ainda novas e diversificadas formas de aproveitamento de competências desenvolvidas em contexto externos à academia, além da presença cada vez maior de elementos virtualizados de ensino, o que confere maior flexibilidade de tempo além de conferir a possibilidade de ampliação das oportunidades educacionais com inúmeras possibilidades de ampliação das maneiras de se construir conhecimento.

Já no que compete os cursos a distância, os mesmos apresentam cada vez mais um conjunto de recursos tecnológicos para o apoio pedagógico aos alunos que estão conectados virtualmente ao processo de aprendizagem. No caso específico da graduação em Logística em EAD, as disciplinas que compõem a estrutura curricular contam com um rico ambiente virtual de aprendizagem, acesso a bibliografia virtual das disciplinas, além do uso de laboratórios virtuais e/ou práticas simuladas transmitidas referentes às competências previstas a cada período na estrutura curricular, com vista ao alcance das competências do perfil do egresso.

Tomando como referência os estudos de Daniel Romão da Silva, em seu texto Currículos Inovadores no Ensino Superior (2019), a figura abaixo inspira os movimentos de inovação curricular adotados pela IES.

Figura 1 – Princípios para a inovação curricular



Fonte: adaptado de Gesser e Ranghetti (2011).

Nesta perspectiva, na IES, algumas iniciativas de organização e trato da estrutura curricular vêm sendo praticadas, dentre elas destacamos:

- A Interdisciplinaridade e a Transversalidade como proposta epistemológica a partir do desenvolvimento de projetos.
- A inserção crescente da interlocução dos conteúdos curriculares com o contexto profissional, de maneira precoce e permanente;
- A pesquisa como princípio educativo, articulada ao ensino e a extensão;
- A articulação constante entre teoria e prática;
- A flexibilização curricular por meio da assimilação e novas formas de aproveitamento de competências adquiridas fora da instituição, assim como a articulação entre presencialidade e virtualização por meio de componentes curriculares a distância ou incorporação de atividades virtuais no currículo presencial.

1.4.2. Matriz Curricular com Quadro de Optativas e Quadro Resumo do Curso

No que compete à construção da Matriz curricular, para a graduação, pensamos que as propostas curriculares oferecidas devem demonstrar comprometimento com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo em vista princípios norteadores da organização do trabalho pedagógico nos cursos de graduação. Institucionalmente a IES, admite algumas premissas que devem balizar a construção de bons itinerários de formação, são elas:

- ✓ Coerência do currículo com os objetivos do curso;
- ✓ Coerência do currículo com o perfil do egresso;
- ✓ Coerência do currículo face às Diretrizes Curriculares Nacionais e o Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos (quando for o caso);

Outros princípios também concorrem para que os currículos ofereçam experiências qualitativas de aprendizagem, dentre os quais devemos destacar a acessibilidade pedagógica, a flexibilidade (processo inerente à educação à distância), a constante articulação entre teoria e prática, a possibilidade de inserir e promover processos de ambiência com os espaços profissionais futuros, e por fim, a articulação entre os componentes curriculares que devem promover uma perspectiva menos fragmentada do conhecimento. Observando os destaques acima, a proposta de itinerário de formação que será executada por meio da matriz curricular apresentada, prevê que os acadêmicos possam experimentar a articulação entre teoria e prática no interior dos componentes curriculares, assim como possam também compreender a interpelação entre diferentes saberes com o fito de compreender realidades complexas, neste sentido, o currículo se organiza por meio de núcleos de estudos, onde as disciplinas promovem trocas de saberes que se concretizam em estudos interdisciplinares, os quais irão se construindo no decorrer da formação, no interior dos núcleos, sendo finalizados quando o núcleo de estudos completa o seu ciclo.

Posto isto, a temática que nomeia o Núcleo, é, então, o tema gerador de um conjunto de problematizações que irão gerar as discussões e orientar os estudos a fim de culminar no desenvolvimento de uma atividade interdisciplinar que deverá assegurar a integração de diferentes saberes frente a uma questão específica.

Não nos passa despercebido que a Educação a Distância enseja uma nova forma de aprender, assim, mecanismos de familiarização com a modalidade de educação distância, ao encargo dos docentes/tutores, realiza um importante trabalho de acompanhamento por meio de encontros virtuais, durante os estudos até que o acadêmico alcance a condição de egresso.

A matriz curricular do Curso Logística é composta por 23 (vinte e três) disciplinas obrigatórias e 1 (uma) disciplina optativa. Os conteúdos curriculares são apresentados de forma interdisciplinar entre as áreas de estudo, possibilitando ao aluno a aquisição de uma visão integrada e articulada das áreas de atuação da Logística.

Quadro 21 - Matriz curricular

PERÍODO	DISCIPLINAS	CH
1º	EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	44
		22 - Extensão
	LEGISLAÇÃO E ÉTICA	66
	LEITURA, INT. E PROD TEXTUAL	66
	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	66

	SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA	66
	Total	330
PERÍODO	DISCIPLINAS	CH
2º	CONTABILIDADE BÁSICA	88
	ESTATÍSTICA	66
	FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO	88
	FUNDAMENTOS DE ECONOMIA	66
	RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E SUSTENTÁVEL	66
	ATIVIDADES EXTENSIONISTAS I	66
	Total	440
PERÍODO	DISCIPLINAS	CH
3º	CUSTOS LOGÍSTICOS	66
	CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO E NÍVEL DE SERVIÇO LOGÍSTICO	66
	ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E GESTÃO DE ESTOQUES	66
	GESTÃO DA PRODUÇÃO E OPERAÇÕES LOGÍSTICAS	66
	INTRODUÇÃO À LOGÍSTICA	66
	ATIVIDADES EXTENSIONISTAS II	66
	Total	396
PERÍODO	DISCIPLINAS	CH
4º	OPTATIVA	88
	GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS, DISTRIBUIÇÃO FÍSICA E TRANSPORTES	88
	LOGÍSTICA INTERNACIONAL E LEGISLAÇÃO ADUANEIRA	66
	SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO	66
	PESQUISA OPERACIONAL APLICADA À LOGÍSTICA	66
	ATIVIDADES EXTENSIONISTAS III	66

Total	440
OPTATIVAS	
	CH
Políticas de Educação Ambiental	88
Cultura, Clima e Comportamento Organizacional	88
Educação em Direitos Humanos, Relações de Gênero, Raça e Etnia	88
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	88
Inglês	88
RESUMO DO CURSO	
Carga Horária Total do Curso	1.706
Atividades Complementares	100
Atividades extensionistas	220

1.4.3. Ementário e Bibliografias das Disciplinas Obrigatórias e Optativas

Para a Modalidade de Ensino a Distância, todas as referências bibliográficas que compõem este ementário são de acesso virtual por meio do convênio com biblioteca virtual, para oportunizar ao estudante o acesso pleno aos conteúdos indicados nas ementas das referidas disciplinas.

1º PERÍODO

EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

EMENTÁRIO: Perspectiva teórica para análise do empreendedorismo. O papel econômico e social dos novos negócios. Inovação e o processo de empreender. Vínculos sociais e empreendedorismo. Arranjos produtivos, inovação e competitividade. Temas emergente em empreendedorismo: redes, aprendizagem e expansão de negócios, empresa familiar, empresas de base tecnológica. O papel do empreendedor na criação e desenvolvimento de pequenas organizações. Fundamentos de Extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. AFFONSO, Ligia Maria Fonseca; RUWER, Léia Maria Erlich; GIACOMELLI, Giancarlo. **Empreendedorismo**. Porto Alegre: SAGAH, 2018 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028326/>
2. BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e empreendedorismo**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2019 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582605189/>
3. VELHO, Adriana Galli; GIACOMELLI, Giancarlo. **Empreendedorismo**. 3.ed. Porto Alegre: SAGAH, 2017 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595022492/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ARAÚJO, Ulisses F. **Temas transversais, pedagogia de projetos e mudanças na educação**. São Paulo: Summus, 2014. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/42255>
2. FABRETE, Teresa Cristina Lopes. **Empreendedorismo**. 2.ed. São Paulo: Pearson, 2019 (**Biblioteca virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/173412>
3. HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. **Empreendedorismo**. 9.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2014 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580553338/>
4. SILVA, Marco Ruiz da. **Empreendedorismo**. Curitiba: Contentus, 2020 (**Biblioteca virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/183997>
5. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade na pesquisa científica**. São Paulo: Papyrus, 2022. (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/205124>

LEGISLAÇÃO E ÉTICA

EMENTÁRIO: Conceito de ética, moral, trabalho e direito trabalhista. A evolução humana nas relações de trabalho. A ética e responsabilidade social do profissional. Legislação vigente. Código de ética. Atribuições dos profissionais éticos. As instituições, órgãos oficiais

reguladores e fiscalizadores e entidades de classe da profissão. Contrato de Prestação de Serviço. Fundamentos de Extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARCON, Kenya. **Ética e cidadania**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017. **(Biblioteca virtual Pearson)**

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/183205>

2. PINEDA, Eduardo Soto; CÁRDENAS, José Antonio. **Ética nas Empresas**. Porto Alegre: AMGH, 2009. **(Acervo digital Minha Biblioteca)**

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788563308887/pageid/0>

3. SANTOS, Ana Paula Maurilia dos [et al.] **Legislação e ética profissional**. Porto Alegre: SAGAH, 2019. **(Acervo digital Minha Biblioteca)**

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595029019/pageid/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ANTUNES, Maria Thereza Pompa. **Ética**. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018. **(Biblioteca virtual Pearson)**

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3535>

2. ARAÚJO, Ulisses F. **Temas transversais, pedagogia de projetos e mudanças na educação**. São Paulo: Summus, 2014. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/42255>

3. INGRAM, David. **Filosofia do direito: conceitos-chave em filosofia**. Porto Alegre: Artmed, 2011 **(Acervo digital Minha Biblioteca)**

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536324388/pageid/0>

4. GALLO, Silvio. **Ética e cidadania: Caminhos da filosofia**. Campinas: Papyrus, 2016. **(Biblioteca virtual Pearson)**

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/205950>

5. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade na pesquisa científica**. São Paulo: Papyrus, 2022. (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/205124>

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO

EMENTÁRIO: Métodos de Estudo: Tipos de Análise de Texto, Técnicas de Sublinhar e Esquematizar, Resumos, Fichamentos, Mapa Conceitual. Orientação para Avaliação de Desempenho. Ciência e Conhecimento: Tipos de Conhecimento, Métodos Científicos, Iniciação Científica, Fontes de Pesquisa Científica (Bibliográfica e Eletrônica) e ética na produção científica. Plágio. O Trabalho Científico: Estrutura, Formatação e Construção de Redação Científica (Relatório Técnico e Artigo). Orientações para Apresentação Pública de Trabalhos e Comunicações Orais. Fundamentos de Extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ALEXANDRE, Agripa Faria. **Metodologia científica: princípios e fundamentos**. 3.ed. São Paulo: Blucher, 2021 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/194651>

2. LOZADA, Gisele; NUNES, Karina S. **Metodologia científica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018 (Acervo digital Minha Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029576/>

3. MASCARENHAS, Sidnei A. (Org.) **Metodologia científica**. 2.ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/183213>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ARAÚJO, Ulisses F. **Temas transversais, pedagogia de projetos e mudanças na educação**. São Paulo: Summus, 2014. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/42255>

2. FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia científica: um guia para iniciantes.** Porto Alegre: Penso, 2012 (Acervo digital Minha Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848138/>
3. KOLLER, Silvia H.; COUTO, Maria Clara de Paula; HOHENDORFF, Jean Von (Orgs.) **Manual de produção científica.** Porto Alegre: Penso, 2014 (Métodos de Pesquisa) (Acervo digital Minha Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848909/>
4. MARTINS, Vanderlei; MELLO, Cleyson de Moraes. **Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2016 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37837>
5. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade na pesquisa científica.** São Paulo: Papyrus, 2022. (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/205124>

LEITURA, INTERPRETAÇÃO E PRODUÇÃO DE TEXTOS

EMENTARIO: Diretrizes para leitura. Interpretação: Análise textual, temática interpretativa. Problematização. Análise interpretativa de textos diversos. Semiótica: de gráficos, tabelas, figuras, charges, letras de música e poesia. Produção textual: introdução, desenvolvimento, conclusão. Coesão e Coerência e informatividade. Práticas de produção de textos variados. Revisão e reescrita orientada de textos. Fundamentos de Extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. AIUB, Tania (Org.) Português: **práticas de leitura e escrita.** Porto Alegre: Penso, 2015 (Acervo digital Minha Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584290666/>
2. BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. **Leitura e produção textual.** Porto Alegre: Penso, 2016 (Acervo digital Minha Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584290611/>
3. CASTRO, Nádia S. Estima de [et al.]. **Leitura e escrita acadêmicas.** Porto Alegre: SAGAH, 2019 (Acervo digital Minha Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788533500228/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ALMEIDA, Rita de Cássia Santos. **Práticas de leitura e produção de textos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/114726>
2. ARAÚJO, Ulisses F. **Temas transversais, pedagogia de projetos e mudanças na educação**. São Paulo: Summus, 2014. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/42255>
3. COSTA, Antônio Henrique; BRODBECK, Jane Thompson; AGA, Vanessa Loureiro Correa. **Estratégias de leitura em língua portuguesa**. (Série Por Dentro do Texto) Curitiba: Intersaberes, 2012 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/128279>
4. KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti; PAVANI, Cíara Ferreira. **Prática textual: atividades de leitura e escrita**. 11.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/149603>
5. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade na pesquisa científica**. São Paulo: Papirus, 2022. (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/205124>

SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

EMENTÁRIO: O Dialogo Teórico entre Antropologia e da Sociologia. Seus idealizadores e principais teóricos para a análise das organizações. O homem e a organização da sociedade. Diversidade Cultural e Multiculturalismo; A Cultura e Realidade Social: relações do trabalho, racismo, discriminação, preconceito, as questões de gêneros e étnico raciais. Direitos, cidadania, meio ambiente e movimentos sociais. A perspectivas da Antropologia e da Sociologia na contemporaneidade mundial e brasileira. Procedimentos administrativos e das teias simbólicas nos ambientes organizacionais. Comportamento organizacional, relações de poder e grupos de pressão. Fundamentos de Extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DORETO, Daniela Tech; SCHEIFER, Anderson B.; SALVADOR, Anarita de Souza; SCHOLZE, Martha Luciana. **Questão social, direitos humanos e diversidade**. Porto Alegre: SAGAH, 2018

(Acervo digital Minha Biblioteca)
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595027619/>

2. OLIVEIRA, Allan de Paula. **Antropologia: questões, conceitos e história**. Curitiba: Intersaberes, 2018 (Biblioteca virtual Pearson)
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/161681>

3. OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira de; MELO, Débora Sinflório da Silva; ARAÚJO, Sandro Alves de. **Fundamentos de sociologia e antropologia**. Porto Alegre: SAGAH, 2018 (Acervo digital Minha Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595023826/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ARAÚJO, Ulisses F. **Temas transversais, pedagogia de projetos e mudanças na educação**. São Paulo: Summus, 2014. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/42255>

2. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade na pesquisa científica**. São Paulo: Papyrus, 2022. (Biblioteca virtual Pearson)
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/205124>

3. KOTTAK, Conrad Phillip. **Em espelho para a humanidade: uma introdução concisa à antropologia cultural**. 3.ed. Porto Alegre: AMGH, 2013 (Acervo digital Minha Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580551914/>

4. LOEWE, Daniel. **Multiculturalismo e direitos culturais**. Caxias do Sul: EDUCS, 2011 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3085>

5. MARCON, Kenya J. (Org.) **Sociologia contemporânea**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015 (Série Biblioteca Universitária Pearson) (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/22118>

2º PERÍODO

FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO

EMENTÁRIO: A Administração e suas perspectivas; A Administração e as Organizações; O Ambiente Organizacional; Processo Administrativo; Estabelecimento de relações entre as funções administrativas e as áreas funcionais da Administração. Percepção do papel do Administrador e reflexão sobre o ambiente organizacional; As escolas do pensamento administrativo e seus desdobramentos; Escola Clássica e a Administração Científica e suas decorrências; Escola das Relações Humanas ao comportamento organizacional, Estruturalismo e Burocracia; Escola de Sistemas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MENEGON, Leticia F.; MORENO, André (Orgs.) **Comportamento organizacional**. 2.ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018 (**Biblioteca virtual Pearson**)

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182644>

2. VIZEU, Fábio. **Teorias da administração**: origem, desenvolvimento e implicações. Curitiba: Intersaberes, 2019 (**Biblioteca virtual Pearson**)

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/177812>

3. SOBRAL, Filipe; PECL, Alketa. **Fundamentos de administração**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012 (**Biblioteca virtual Pearson**)

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3283>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BATEMAN, Thomas S.; SNELL, Scott A. **Administração**. 2.ed. Porto Alegre: AMGH, 2012 (Série A) (**Acervo digital Minha Biblioteca**)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788580550825/pageid/0>

2. CLEGG, Stewart; KORNBERGER, Martin. **Administração e organizações**: uma introdução à teoria e à prática. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2011 (**Acervo digital Minha Biblioteca**)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788577808304/pageid/0>

3. JONES, Gareth; GEORGE, Jennifer M. **Administração contemporânea**. 4.ed. Porto Alegre: AMGH, 2011 (**Acervo digital Minha Biblioteca**)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788563308863/pageid/0>

4. SILVA, Reinaldo O. da. **Teorias da administração**. São Paulo: Pearson, 2013 (**Biblioteca virtual Pearson**)

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3789>

5. SOBRAL, Filipe; PECL, Alketa. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro**. 2.ed. São Paulo: Pearson, 2013 (**Biblioteca virtual Pearson**)

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3384>

FUNDAMENTOS DE ECONOMIA

EMENTÁRIO: Microeconomia: Definição dos agentes econômicos: Demanda e oferta; Equilíbrio de mercado; Curva de possibilidade de produção; Teorias da produção e custos; Estruturas de mercado; Caracterização dos conceitos de Excedente e Equilíbrio do Consumidor; Comportamento do produtor a partir das teorias de produção e custos; Excedente do produtor; Estruturas de organização de empresas em concorrência perfeita, monopólio, oligopólio e concorrência monopolística; Variáveis microeconômicas: Crescimento e Desenvolvimento econômico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. IZIDORO, Cleyton (Org.) **Economia e mercado**. 2.ed. São Paulo: Pearson, 2019 (**Biblioteca virtual Pearson**)

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/176632>

2. REMONATO, Roberto Luiz Custódio. **Economia brasileira**. Curitiba: Contentus, 2020 (**Biblioteca virtual Pearson**)

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184834>

3. SILVA, Daniele Fernandes da; SILVA, Rosângela A. **Fundamentos de economia**. Porto Alegre: SAGAH, 2018 (**Acervo digital Minha Biblioteca**)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595028333/pageid/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FRANK, Robert H. **Microeconomia e comportamento**. 8.ed. Porto Alegre: AMGH, 2013 (**Acervo digital Minha Biblioteca**)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788580552454/pageid/0>

2. FRANK, Robert H.; BERNANKE, Ben S. **Princípios de economia**. 4.ed. Porto Alegre: AMGH, 2012 (**Acervo digital Minha Biblioteca**)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788580550979/pageid/0>

3. FOGGETTI, Cristiano (Org.) **Comportamento do consumidor e pesquisa de mercado**. 2.ed. São Paulo: Pearson, 2019 (**Biblioteca virtual Pearson**)

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/176556>

4. MACHADO, Luiz Henrique Mourão (Org.) **Economia brasileira**. 2.ed. São Paulo: Pearson, 2019 (**Biblioteca virtual Pearson**)

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/176631>

5. PINDYCK, Robert; RUBINFELD, Daniel. **Microeconomia**. 8.ed. São Paulo: Pearson, 2013 (**Biblioteca virtual Pearson**)

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/5668>

ESTATÍSTICA

EMENTÁRIO: O universo da Ciência Estatística e suas aplicações no contexto do mundo dos negócios; estudo dos principais conceitos e medidas de estatística descritiva; construção e análise de gráficos e tabelas com ferramentas computacionais; números índices; parâmetro e estimador; distribuições de probabilidade; amostragem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BONAFINI, Fernanda César (Org.) **Estatística**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012 **(Biblioteca virtual Pearson)**

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3052>

2. BONORA JUNIOR, Dorival. **Estatística básica**. São Paulo: Ícone, 2019 **(Biblioteca virtual Pearson)**

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186207>

3. SILVA, Juliane Silveira da; GRAMS, Ana Laura Bertelli; SILVEIRA, Jamur Fraga da. **Estatística**. Porto Alegre SAGAH, 2018 **(Acervo digital Minha Biblioteca)**

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595027763/pageid/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BONAFINI, Fernanda César (Org.) **Probabilidade e estatística**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015 (Coleção bibliografia Universitária Pearson) **(Biblioteca virtual Pearson)**

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/54299>

2. DOANE, David P.; SEWARD, Lori E. **Estatística aplicada à administração e à economia**. Porto Alegre: AMGH, 2014 **(Acervo digital Minha Biblioteca)**

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788580553949/pageid/0>

3. McCLAVE, James T.; BENSON, P. Jorge; SINCICH, Terry. **Estatística para administração e economia**. 10.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009 (Coleção Shaum) **(Biblioteca virtual Pearson)**

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/402>

4. SHARPE, Norean R.; DE VEAUX, Richard D.; VALLEMAN, Paul F. **Estatística aplicada: administração, economia e negócios**. Porto Alegre: Bookman, 2011 **(Acervo digital Minha Biblioteca)**

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788577808656/pageid/0>

5. SPIEGEL, Murray R.; STEPHENS, Larry J. **Estatística**. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2009
(Acervo digital Minha Biblioteca)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788577805204/pageid/0>

CONTABILIDADE BÁSICA

EMENTÁRIO: Noções sobre contabilidade, patrimônio, ativo e passivo, despesa, receita e resultado. Qual a de aplicação da Contabilidade. A teoria de Frei Lucca Paccioli. O método de partidas dobradas. Classificação. Função e natureza das contas. Plano de contas. Atos e fatos administrativos. Escrituração. Técnicas de correção de erros de escrituração. Operação com mercadorias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BONHO, Fabiana Tramontin; SILVA, Felipe Martins da; ALVES, Aline. **Contabilidade básica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018 **(Acervo digital Minha Biblioteca)**

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595027411/pageid/0>

2. SANTOS, Cleônimo dos. **Contabilidade fundamental**. 2.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2019 **(Biblioteca virtual Pearson)**

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/169621>

3. TRAVASSOS, Marcos. **Contabilidade básica**: atualizada pelas leis n. 11.638/2007 e n. 11941/2009 e regras emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022 **(Biblioteca virtual Pearson)**

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198566>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BAZZI, Samir. **Contabilidade em ação**. Curitiba: Intersaberes, 2014 (Série Gestão Financeira)
(Biblioteca virtual pearson)

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/22501>

2. MÜLLER, Aderbal Nicolas. **Contabilidade básica**: fundamentos essenciais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009 (**Biblioteca virtual Pearson**)

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/384>

3. PADOVEZE, Clóvis Luis. **Contabilidade geral**. Curitiba: Intersaberes, 2016 (Série Gestão Financeira) (**Biblioteca virtual Pearson**)

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/42170>

4. SANTOS, Antonio Sebastião dos (Org.) **Contabilidade**. 2.ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2019 (**Biblioteca virtual Pearson**)

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/176557>

5. SAPORITO, Antonio. **Contabilidade geral**: fundamentos e prática do raciocínio contábil. Curitiba: Intersaberes, 2017 (Série Gestão Financeira) (**Biblioteca virtual Pearson**)

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/129463>

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

EMENTÁRIO: Visão histórica e os conceitos ambientais. O paradigma do Desenvolvimento Sustentável. Mudanças climáticas e biodiversidade. A questão ambiental no ambiente dos negócios. A responsabilidade socioambiental e o ambiente empresarial. Sistema de Gestão Ambiental e a série ISO 14000. Modelos de gestão ambiental. Responsabilidade social corporativa. Terceiro setor. O papel das políticas públicas no Desenvolvimento sustentável. Educação ambiental. A integração estratégica nas organizações Socialmente Responsáveis. Administração estratégica nas organizações do Terceiro Setor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CALDAS, Ricardo Melito (Org.) **Responsabilidade socioambiental**. 2.ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2019 (**Biblioteca virtual Pearson**)

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/176760>

2. MIRANDA, Thais. Responsabilidade socioambiental. 2.ed. Porto Alegre: SAGAH, 2017 (**Acervo digital Minha Biblioteca**)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595020337/pageid/0>

3. MENDONÇA, Francisco de Assis; DIAS, Mariana Andreotti. **Meio ambiente e sustentabilidade**. Curitiba: Intersaberes, 2019 (Série Educação Ambiental) (**Biblioteca virtual Pearson**)

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/168146>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ALBUQUERQUE, Antonio Carlos Carneiro de. **Terceiro setor**: história e gestão de organizações. 3.ed. São Paulo: Summus, 2006 (**Biblioteca virtual Pearson**)

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198204>

2. BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento sustentável**: das origens à agenda 2030. Rio de Janeiro: Vozes, 2020 (**Biblioteca virtual Pearson**)

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/201722>

3. ROSA, André Henrique; FRACETO, Leonardo Fernandes; MOSCHINI-CARLOS, Viviane. **Meio ambiente e sustentabilidade**. Porto Alegre: Bookman, 2012 (**Acervo digital Minha Biblioteca**)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788540701977/pageid/0>

4. RUSCHEINSKY, Aluizio (Org.) **Educação ambiental**: abordagens múltiplas. 2.ed. Porto Alegre: Penso, 2012 (**Acervo digital Minha Biblioteca**)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788563899873/pageid/0>

5. SCHNEIDER, Vania Elisabete; BERTOLIN, Taison Anderson; CARRA, Sofia Helena Zanella. **Gestão e tecnologias para o meio ambiente**: visões e ações interdisciplinares. gestão ambiental. v.1. Caxias do Sul: EDUCS, 2021 (Gestão Ambiental, 1) (**Biblioteca virtual Pearson**)

ATIVIDADE EXTENSIONISTA I

EMENTÁRIO: Conceito de extensão universitária. Diretrizes para as ações de extensão. Tipologia das ações de extensão. Desenvolvimento de conteúdo para o formato de mídias digitais, técnicas de metodologias científicas e TICS. Realização de seminários em escolas para divulgação institucional. Desenvolvimento de atividade e projetos que auxiliam na capacidade

de argumentação, criatividade e reforçam os conteúdos das unidades curriculares de forma interdisciplinar, integradas aos temas transversais, os quais expressam conceitos e valores básicos à democracia e à cidadania e obedecem a questões importantes e urgentes para a sociedade contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade na pesquisa científica**. São Paulo: Papyrus, 2022. **(Biblioteca virtual Pearson)**

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/205124>

2. CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (Org.) **Construindo o saber: metodologia científica**. São Paulo: Papyrus, 2022. **(Biblioteca virtual Pearson)**

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/204107>

3. ARAÚJO, Ulisses F. **Temas transversais, pedagogia de projetos e mudanças na educação**. São Paulo: Summus, 2014.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/42255>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. STADLER, Adriano. **Empreendedorismo e responsabilidade social**. Curitiba: Intersaberes, 2014. **(Biblioteca virtual Pearson)**

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6096>

2. MELO, Milena Barbosa de. **Educação em direitos humanos: elementos educacionais e culturais**. Curitiba: Intersaberes, 2021. **(Biblioteca virtual Pearson)**

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/197423>

3. QUINTEROS, Cora Catalina Gaete. **Gestão da sustentabilidade e responsabilidade social**. Curitiba: Contentus, 2020. **(Biblioteca virtual Pearson)**

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/193057>

4. SERTEK, Paulo. **Responsabilidade social e competência interpessoal**. Curitiba: Intersaberes, 2013. **(Biblioteca virtual Pearson)**

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/5534>

5. GALLO, Sílvia. **Ética e cidadania**: Caminhos da Filosofia: Elementos para o ensino de filosofia. São Paulo: Papirus, 2016. **(Biblioteca virtual Pearson)**

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/205950>

3. PERÍODO

CUSTOS LOGÍSTICOS

EMENTÁRIO: Conceitos básicos, distinção entre custos e despesas logísticas; Gerenciamento do custo logístico e sua viabilidade financeira. Formas de controle de estoques e suas influências sobre os custos dos materiais e na tributação; Distinção e controle de custos diretos e indiretos; formas e critérios de departamentalização, apropriação e rateio de custos; Conceitos e aplicações do custo por absorção e custeio direto; sub-produtos e refugos; Gestão e articulação de sistemas de manutenção, de suprimento e atividades financeiras logísticas; Sistema de custeio por atividade (ABC): definições, coleta de dados, estrutura do sistema, custos para tomadas de decisão; margem de contribuição; relação com a determinação do preço ideal de venda, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-raciais. Avaliação e emissão de parecer técnico sobre os temas abordados na disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BARSANO, Paulo Roberto; MONTE, Gerry Adriano; OLIVEIRA FILHO, José Leme de. Tributação e Legislação Logística. São Paulo: Érica, 2014. (Biblioteca Virtual)

2. SILVA, Raimundo Nonato Sousa; LINS, Luiz dos Santos. Gestão de Custos: Contabilidade, Controle e Análise. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013. (Biblioteca Virtual)

3. SILVA, Rodrigo Antônio Chaves. Controle Gerencial dos Custos. Curitiba: Juruá, 2014. (Biblioteca Virtual)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BERTÓ, Dalvio José; BEULKE, Rolando. Gestão de Custos. São Paulo: Saraiva, 2006. (Biblioteca Virtual)

2. BRUNI, Adriano Leal. Gestão de Cursos e Formação de Preços: Com Aplicações na Calculadora HP 12C e Excel, Inclui 150 Exercícios Resolvidos, A Planilha Custos. XLS e o Conjunto de Apresentações Cursos. PPT. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010. (Biblioteca Virtual)
3. MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010. (Biblioteca Virtual)
4. PEREZ JUNIOR, José Hernandez; OLIVEIRA, Luís Martins de; COSTA, Rogério Guedes. Gestão Estratégica de Custos. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010. (Biblioteca Virtual)
5. SOUZA, Marcos Antônio de. Gestão de Custos: Uma Abordagem Integrada entre Contabilidade, Engenharia e Administração. São Paulo: Atlas, 2009. (Biblioteca Virtual)

CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO E NÍVEL DE SERVIÇO LOGÍSTICO

EMENTÁRIO: Conceito e Evolução de Canais de Distribuição; Estratégias de Distribuição para Corporações e para o Varejo; Tipos de Canais; Técnicas de Atacado e Varejo; Nível de Serviços; Desenho de Canais; Seleção de Participantes; Gestão de Canais; Os Preços na Gestão do Canal; Conflitos entre Canais; Instituições de canais de distribuição – franquias; Gestão da Equipe; Canais Eletrônicos; Decisões sobre Canais baseados no Comportamento de Compras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DORNIER, Philippe-Pierre; ERNST, Ricardo; FENDER, Míche (Et al). Logística e Operações Globais: Textos e Casos. São Paulo: Atlas, 2012. (Biblioteca Virtual)
2. FIGUEIREDO, Kleber Fossati; FLEURY, Paulo Fernando; WANKE, Peter (Orgs). Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: Planejamento do Fluxo de Produtos e dos Recursos. São Paulo: 2012. (Biblioteca Virtual)
3. ROCCATO, Pedro Luiz. Venda + Valor Aplicada a Canais de Venda e Distribuição. São Paulo: M. Books, 2012. (Biblioteca Virtual)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimento/Logística Empresarial. 5 ed. Porto Alegre. Bookseller, 2010. (Biblioteca Virtual)
2. NASCIMENTO, Francisco Carlos do; CASTIGLIONI, José Antônio de Mattos. Custos de Processos Logísticos. São Paulo: Érica, 2014. (Biblioteca Virtual)
3. NOVAES, Antônio Galvão. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição, Estratégia, Operações e Avaliação. 3 ed. Rio de Janeiro. Elsevier, 2007. (Biblioteca Virtual)

4. PASCARELLA, Roberto. Gestão de Canais de Distribuição. Rio de Janeiro: FGV, 2014. (Biblioteca Virtual)

5. TADEU, Hugo Ferreira Braga; SALUM, Fabian Ariel. Estratégia, Operações e Inovação: Paradoxo do Crescimento (Estudo de Caso de Empresas Brasileiras e Internacionais) São Paulo: Cengage Learning, 2012. (Biblioteca Virtual)

ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E GESTÃO DE ESTOQUES

EMENTÁRIO: Conceitos práticos de administração de materiais. Procedimentos fundamentais de administração de materiais: cadastramento, gestão, compras, recebimento, almoxarifado, inventário. Classificação de materiais. Aplicação da curva ABC. Relacionamento com fornecedores. A situação atual da administração de materiais no Amazonas: seus aspectos positivos, seus óbices e suas potencialidades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DIAS, Marco A. P. Administração de Materiais: uma abordagem logística. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010. (Biblioteca Virtual)

2. MARTINS, Paulo Renato Campos. Administração de materiais e recursos patrimoniais. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2012. (Biblioteca Virtual)

3. POZO, Hamilton. Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: Uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. (Biblioteca Virtual)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ARNOLD, J. R. Tony. Administração de Materiais: uma introdução. São Paulo: Atlas, 2012. (Biblioteca Virtual)

2. CHIAVENATO, Idalberto. Administração de materiais: uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. (Biblioteca Virtual)

3. GONÇALVES, Paulo Sérgio. Administração de Materiais. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus.2010. (Biblioteca Virtual)

4. TADEU, Hugo Ferreira Braga. Gestão de Estoques, Fundamentos, Modelos matemáticos e melhores práticas. São Paulo: Cengage, 2011. (Biblioteca Virtual)

5. VIANA, João José. Administração de Materiais: um enfoque prático. 1. ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas,2012. (Biblioteca Virtual)

GESTÃO DA PRODUÇÃO E OPERAÇÕES LOGÍSTICAS

EMENTÁRIO: O que são operações? Manufatura e serviços. Cenário atual: práticas, tecnologia, empresas e mercados globais. Cadeia produtiva: visão em rede e os fatores de decisão e gestão da rede. A visão por processos. Operações são processos. Mapeamento e melhoria de processos em operações e serviços. Gargalos. Desperdícios. Procedimentos e Padronização. Processos de Negócios e de Suporte. Qualidade e Melhoria Contínua. O que é capacidade. Medidas de capacidade. Recursos e gestão (homem X máquinas X tempo X demanda). Indicadores de nível de serviço: produção, produtividade Exercícios de capacidade, os service level agreements das operações de serviços. Conceitos. A importância da localização. A influência da globalização. Fatores de decisão. Modelos de decisão: rotas, centro de gravidade, custos espaciais, qualitativos. Conceitos. Visão estratégica do arranjo físico. Aplicações de arranjo físico, tipos. Fatores de decisão. Fábricas, lojas e escritórios. Demanda agregada e plano agregado. Exercícios. Demandas agregadas para serviços – os modelos de centralização de estruturas, os “escritórios-fábricas”. Avaliação e emissão de parecer técnico sobre os temas abordados na disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. PENOF, David Garcia; MELO, Edson Correia de. Gestão da Produção e Logística. São Paulo: Saraiva, 2013. (Biblioteca Virtual)
2. SUZANO, Marcio Alves. Administração da Produção e Operações com Ênfase em Logística. Rio de Janeiro: Interciência, 2013. (Biblioteca Virtual)
3. CAMPOS, Vânia Barcellos Gouvêa. Planejamento de Transportes: Conceitos e Modelos. Rio de Janeiro: Interciência, 2013. (Biblioteca Virtual)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BARSANO, Paulo Roberto; MONTE, Gerry Adriano; OLIVEIRA FILHO, José Leme de. Tributação e Legislação Logística. São Paulo: Érica, 2014. (Biblioteca Virtual)
2. EHRLICH, Pierre Jacques; MORAES, Edmilson Alves de. Engenharia Econômica: Avaliação e Seleção de Projetos de Investimentos. São Paulo: Atlas, 2010. (Biblioteca Virtual)
3. LOBO, Renato Nogueira; SILVA, Damião Limeira da. Planejamento e Controle da Produção. São Paulo: Érika, 2014. (Coleção Eixos). (Biblioteca Virtual)

4. SILVA, Orlando Roque da; VENANZI, Délvio. Gerenciamento da Produção e Operações. Rio de Janeiro: LTC, 2013. (Biblioteca Virtual)

5. SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. Administração da Produção. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009. (Biblioteca Virtual)

INTRODUÇÃO À LOGÍSTICA

EMENTÁRIO: Histórico e evolução logística. Sistema Logístico. O profissional de logística. Cadeia de Suprimentos. Logística integrada. Considerações sobre as principais áreas da logística: Gestão de compras, Gestão de Armazenagem, Gestão de estoque, Distribuição e conceitos dos sistemas de transporte e Frotas (modais), Marketing Empresarial, Sistemas de Informação Gerencial aplicada a logística. Logística reversa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BALLOU, R. H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. (Biblioteca Virtual)
2. Fraporti, Simone; Giacomelli, Giancarlo; Fonseca, Joaquim José Rodrigues da. Logística Internacional. Porto Alegre: SAGAH, 2018. (Biblioteca Virtual)
3. LUZ, C. B. S.; BOOSTEL, I. Logística reversa. Porto Alegre: Sagah, 2019. (Biblioteca Virtual)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ALVARENGA, Antônio Carlos; NOVAES, Antônio Galvão N. Logística Aplicada: Suprimento e Distribuição Física. São Paulo: Blucher, 2011. (Biblioteca Virtual)
2. BALLOU, Ronald H. Logística Empresarial: Transportes, Administração de Materiais, Distribuição Física. São Paulo: Atlas, 2012. (Biblioteca Virtual)
3. BOWERSOX, Donald. Logística Empresarial: O Processo de Integração da Cadeia de Suprimento. São Paulo: Atlas, 2010. (Biblioteca Virtual)
4. CAXITO, Fabiano; SILVA, Barbara Alyne; FORMIGONI, Alexandre, STETTINER, Caio Flavio. Logística: Um Enfoque Prático. São Paulo: Saraiva, 2012. (Biblioteca Virtual)
5. PAOLESCHI, Bruno. Logística Industrial Integrada: Do Planejamento, Produção, Custo e Qualidade à Satisfação do Cliente. São Paulo: Érica, 2011. (Biblioteca Virtual)

ATIVIDADES EXTENSIONISTAS II

EMENTÁRIO: Conceito de extensão universitária. Diretrizes para as ações de extensão. Tipologia das ações de extensão. Desenvolvimento de conteúdo para o formato de mídias digitais, técnicas de metodologias científicas e TICS. Realização de seminários em escolas para divulgação institucional. Desenvolvimento de atividade e projetos que auxiliam na capacidade de argumentação, criatividade e reforçam os conteúdos das unidades curriculares de forma interdisciplinar, integradas aos temas transversais, os quais expressam conceitos e valores básicos à democracia e à cidadania e obedecem a questões importantes e urgentes para a sociedade contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade na pesquisa científica**. São Paulo: Papyrus, 2022. **(Biblioteca virtual Pearson)**

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/205124>

2. CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (Org.) **Construindo o saber: metodologia científica**. São Paulo: Papyrus, 2022. **(Biblioteca virtual Pearson)**

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/204107>

ARAÚJO, Ulisses F. **Temas transversais, pedagogia de projetos e mudanças na educação**. São <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/42255>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. STADLER, Adriano. **Empreendedorismo e responsabilidade social**.

Curitiba: Intersaberes, 2014. **(Biblioteca virtual Pearson)**

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6096>

2. MELO, Milena Barbosa de. **Educação em direitos humanos: elementos educacionais e culturais**. Curitiba: Intersaberes, 2021. **(Biblioteca virtual Pearson)**

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/197423>

3. QUINTEROS, Cora Catalina Gaete. **Gestão da sustentabilidade e responsabilidade social**. Curitiba: Contentus, 2020. **(Biblioteca virtual Pearson)**

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/193057>

4. SERTEK, Paulo. **Responsabilidade social e competência interpessoal**. Curitiba: Intersaberes, 2013. **(Biblioteca virtual Pearson)**

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/5534>

5. GALLO, Sílvia. **Ética e cidadania: Caminhos da Filosofia: Elementos para o ensino de filosofia**. São Paulo: Papyrus, 2016. **(Biblioteca virtual Pearson)**

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/205950>

4. PERÍODO

GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS, DISTRIBUIÇÃO FÍSICA E TRANSPORTES

EMENTÁRIO: Logística. Cadeia de Suprimento e seu Gerenciamento. Evolução da Logística: Primeira Fase Atuação Segmentada. Segunda Fase - Integração Rígida. Terceira Fase - Integração Flexível. Quarta Fase Integração Estratégica (SCM). Participação da Logística na Economia. Manufatura Dispersa e Cadeia de Valor. Acompanhamento um pedido Típico. Compreensão do Ciclo de pedido. Logística de Transporte e Distribuição, Modais de Transporte, Tipos de Carga, Formas de transportes: Multimodais, Intermodalidades, unimodal, Seguintes, Sucessiva. Lei 9.611 de 19 de fevereiro de 1998, Operadores de Serviços Logísticos, Materiais e Embalagens, Centros de Distribuição, Ocupação Volumétrica na Armazenagem, Operações especiais de transportes: Roteirização, Milk Run, Cross-docking, Transit Points, Merge in transit. Dimensionamento e substituição de frotas, Organização e controle de manutenção de frota e equipamentos e instrumentos de apoio, Elaboração e emissão de documentos. Avaliação e emissão de parecer técnico sobre os temas abordados na disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BOWERSOX, Donald J.; COOPER, M. Bixpy; CLOSSO, David J. (et al.) Gestão Logística da Cadeia de Suprimento. 4 ed. Porto Alegre: McGraw Hill/Bookman, 2014. (Biblioteca Virtual)
2. CHOPRA, Sunil; MEINDL, Peter. Gestão da Cadeia de Suprimentos: Estratégias, Planejamento e Operações. 4 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. (Biblioteca Virtual)
3. FIGUEIREDO, Peter. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: Planejamento do Fluxo de Produtos e dos Recursos. São Paulo: Atlas, 2012. (Biblioteca Virtual)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ARBACCHE, Fernando Saba; SANTOS, Almir Garnier; MONTENEGRO, Christopher (et al.) Gestão da Cadeia de Suprimentos. Rio de Janeiro: FGV, 2013 (Série Marketing). (Biblioteca Virtual)
2. CORRÊA, Henrique Luiz. Administração de Cadeia de Suprimentos e Logística: O Essencial. São Paulo: Atlas, 2014. (Biblioteca Virtual)
3. JACOBS, F. Robert; CHASE, Richard B. Administração de Operações e da Cadeia de Suprimentos. 13 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2012. (Biblioteca Virtual)
4. PAOLESCHI, Bruno. Cadeia de Suprimentos. São Paulo: Érica, 2014. (Biblioteca Virtual)

5. XAVIER, Murilo César. Estratégia de Suprimentos: Fornecedores são de Marte Consumidores são de Vênus. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009. (Biblioteca Virtual)

LOGÍSTICA INTERNACIONAL E LEGISLAÇÃO ADUANEIRA

EMENTÁRIO: Comércio exterior. Transporte internacional. Legislação aduaneira. Aplicação do Siscomex no processo de exportação. Atividade logística na exportação e importação de produtos. Potencialidades do comércio exterior no Amazonas. Normas da organização mundial do comércio no direito brasileiro. Direito tributário no comércio exterior. Carga tributária no Brasil e no Amazonas. Demandas logísticas para o desenvolvimento do comércio exterior, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-raciais. Avaliação e emissão de parecer técnico sobre os temas abordados na disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LUDOVICO, Nelson. Logística Internacional: Um Enfoque em Comércio Exterior. São Paulo: Saraiva, 2010. (Biblioteca Virtual)
2. LUZ, Rodrigo. Comércio Internacional e Legislação Aduaneira. 5 ed. São Paulo: Elsevier, 2012. (Série Provas e Concursos). (Biblioteca Virtual)
3. SOUZA, José Meireles de. Gestão do Comércio Exterior: Exportação/Importação. v.4 São Paulo: Saraiva, 2010 (Série Comércio Exterior). (Biblioteca Virtual)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CAPARROZ, Roberto; LENZA, Pedro. Comércio Internacional Esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2012. (Biblioteca Virtual)
2. FARO, Ricardo; FARO, Fátima. Curso de Comércio Exterior: Visão e Experiência Brasileira. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012. (Biblioteca Virtual)
3. ROJAS, Pablo. Introdução a Logística Portuária e Noções de Comércio Internacional. Porto Alegre: Bookman, 2014 (Série Tekne). (Biblioteca Virtual)
4. SERAPI, Carlos. Comércio Exterior e Negociações Internacionais: Teoria e Prática. São Paulo: Saraiva, 2008. (Biblioteca Virtual)

5. ROBLES, L. T. e NOBRE, M. Logística internacional: uma abordagem para a integração de negócios. Curitiba: Intersaberes, 2016. (Biblioteca Virtual)

SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO

EMENTÁRIO: SGI: Sistemas de gestão da qualidade (ISO 9001 e QS 9000 / ISO TS 16949). Sistema de gestão ambiental (ISO 14001). Sistemas de saúde ocupacional e segurança do trabalho (OHSAS 18000 e BS 8800). Promoção da segurança das pessoas nos vários meios de transportes, operacionalização de equipamentos e cargas. Qualidade no projeto de processos. Processos de gerenciamento para a qualidade: planejamento garantia e controle da qualidade. Melhoria da qualidade. Programa 6 sigma. Introdução ao SGI. Comparação entre as normas ISO 9001, 14001 e 18001 e campos de aplicação das normas. Integração dos sistemas de gestão e ações para desenvolver em relação a integração dos sistemas de gestão. Implementação de um SGI, benefícios da integração dos três sistemas de gestão. PAS – Publicly Available Specification (PAS 99:2006). Auditoria da qualidade: Auditorias da qualidade - métodos e técnicas. Norma ISO 19011; Casos práticos de auditoria simulada. Auto- Avaliação das organizações. Equipes de auditoria: criação e constituição. As etapas da realização de uma auditoria em logística. Auditoria do processo de planejamento logístico a longo prazo. Auditoria do processo de melhoria contínua. Avaliação dos indicadores de desempenho. Avaliação e emissão de parecer técnico sobre os temas abordados na disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CARPINETTI, Luiz Cesar Ribeiro. Gestão da Qualidade: Conceitos e Técnicas. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012. (Biblioteca Virtual)
2. MARSHALL JÚNIOR. Isnard; ROCHA, Alexandre Varanda; MOTA, Edmarson Bacelar (et al). Gestão da Qualidade e Processo. Rio de Janeiro: FGV, 2012 (Série Gestão Empresarial). (Biblioteca Virtual)
3. Ribeiro Neto, João Batista M.; José da Cunha Tavares; Silvana Carvalho Hoffmann – Sistemas de Gestão Integrados: Qualidade, meio ambiente, responsabilidade social, segurança e saúde do trabalho – 4a ed.rev. – São Paulo: editora Senac – São Paulo, 2013. (Biblioteca Virtual)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CARVALHO, Pedro Carlos de. O Programa 5s e a Qualidade Total. 5 ed. Campinas: Alínea, 2011. (Biblioteca Virtual)
2. MARSHALL JÚNIOR, Isnard; CIERCO, Agliberto Alves; ROCHA, Alexandre Varanda. Gestão da Qualidade 10 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012. (Biblioteca Virtual)
3. ROTONDARO, Roberto G. (Coord.) Seis Sigma: Estratégia Gerencial para a Melhoria de Processos Produtivos e Serviços. São Paulo: Atlas, 2010. (Biblioteca Virtual)
4. ROUX, Michel; VIEIRA, Darli Rodrigues. Auditoria Logística. Porto Alegre: Elsevier, 2011. (Biblioteca Virtual)
5. SZABO JÚNIOR, Adalberto Mohai. Qualidade Total. Curitiba: Juruá, 2013. (Biblioteca Virtual)

PESQUISA OPERACIONAL APLICADA À LOGÍSTICA

EMENTÁRIO: Medidas Estatísticas, Correlação e Regressão, Distribuições Binomial e Normal. Processo de Tomada de Decisão, Modelos de Decisão. Programação Linear, Método Simplex, Análise de Sensibilidade. Utilização integrada das Tecnologias Computacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ANDRADE, Eduardo Leopoldino de. Introdução à pesquisa operacional: métodos e modelos para a análise de decisão. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. (Biblioteca Virtual)
2. LACHTERMACHER, G. Pesquisa Operacional na tomada de decisões. 5.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2016. (Biblioteca Virtual)
3. MOREIRA, Daniel Augusto. Pesquisa operacional: curso introdutório. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. (Biblioteca Virtual)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BARBOSA, Marcos Antonio; ZANARDINI, Ricardo Alexandre Deckmann. Iniciação à pesquisa operacional no ambiente de gestão. 3.ed. Curitiba: Intersaberes, 2015. (Biblioteca Virtual)
2. HILLIER, Frederick S.; LIEBERMAN, Gerald J. Introdução à pesquisa operacional. 9.ed São Paulo: McGraw-Hill, 2013. (Biblioteca Virtual)
3. LONGARAY, André Andrade. Introdução à pesquisa operacional. São Paulo: Saraiva, 2013. (Biblioteca Virtual)

4. SILVA, Ermes Medeiros da; SILVA, Elio Medeiros da; GONÇALVES, Walter; MURCIO, Afranio Carlos. Pesquisa operacional: para os cursos de administração e engenharia. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2010. (Biblioteca Virtual)

5. TAHA, Hamdy A. Pesquisa Operacional, 8.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008. (Biblioteca Virtual)

ATIVIDADES EXTENSIONISTAS III

EMENTÁRIO: Conceito de extensão universitária. Diretrizes para as ações de extensão. Tipologia das ações de extensão. Desenvolvimento de conteúdo para o formato de mídias digitais, técnicas de metodologias científicas e TICS. Realização de seminários em escolas para divulgação institucional. Desenvolvimento de atividade e projetos que auxiliam na capacidade de argumentação, criatividade e reforçam os conteúdos das unidades curriculares de forma interdisciplinar, integradas aos temas transversais, os quais expressam conceitos e valores básicos à democracia e à cidadania e obedecem a questões importantes e urgentes para a sociedade contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade na pesquisa científica**. São Paulo: Papyrus, 2022. **(Biblioteca virtual Pearson)**

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/205124>

2. CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (Org.) Construindo o saber: metodologia científica. São Paulo: Papyrus, 2022. **(Biblioteca virtual Pearson)**

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/204107>

ARAÚJO, Ulisses F. **Temas transversais, pedagogia de projetos e mudanças na educação**. São <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/42255>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. STADLER, Adriano. **Empreendedorismo e responsabilidade social**.

Curitiba: Intersaberes, 2014. **(Biblioteca virtual Pearson)**

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6096>

2. MELO, Milena Barbosa de. **Educação em direitos humanos: elementos educacionais e culturais**. Curitiba: Intersaberes, 2021. **(Biblioteca virtual Pearson)**

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/197423>

3. QUINTEROS, Cora Catalina Gaete. **Gestão da sustentabilidade e responsabilidade social**. Curitiba: Contentus, 2020. **(Biblioteca virtual Pearson)**

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/193057>

4. SERTEK, Paulo. **Responsabilidade social e competência interpessoal**. Curitiba: Intersaberes, 2013. **(Biblioteca virtual Pearson)**

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/5534>

5. GALLO, Sílvia. **Ética e cidadania: Caminhos da Filosofia: Elementos para o ensino de filosofia**. São Paulo: Papyrus, 2016. **(Biblioteca virtual Pearson)**

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/205950>

OPTATIVAS

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

EMENTÁRIO: Abordagem histórica da temática ambiental sob o enfoque das políticas públicas de Educação Ambiental. Consumo e cidadania. Vertentes contemporâneas em Educação Ambiental. Educação Ambiental no ambiente urbano, rural e em unidades de conservação para compreender as múltiplas e complexas relações que envolvem o meio ambiente na atualidade como responsabilidade de todos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GUIMARÃES, Mauro (Org.) **Caminhos da educação ambiental: da forma à ação**. Rio de Janeiro: Papyrus, 2020 **(Biblioteca virtual Pearson)**

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182437>

2. PELANDA, André Maciel; BERTÉ, Rodrigo. **Construindo valores humanos através da educação**. Curitiba: Intersaberes, 2021 **(Biblioteca virtual Pearson)**

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186189>

3. PINOTTI, Rafael. **Educação ambiental para o século XXI no Brasil e no mundo**. 2.ed. São Paulo: Blucher, 2016 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/158551>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FANTIN, Maria Eneida; OLIVEIRA, Edinalva. **Educação ambiental: saúde e qualidade de vida**. Curitiba: Intersaberes, 2014 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6446>
2. MANSOLDO, Ana. **Educação ambiental na perspectiva da ecologia integral: como educar neste mundo em desequilíbrio?** Belo Horizonte: Autêntica, 2012 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/192466>
3. OLIVEIRA, Marcia Maria Dosciatti de; MENDES, Michel; HANSEL, Claudia Maria; DAMIANI, Suzana (Org.) **Cidadania, meio ambiente e sustentabilidade**. Caxias do Sul: EDUCS, 2017 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/123571>
4. SCHNEIDER, Vania Elisebete; BERTOLIN, Tailson Anderson; CARRA, Sofia Helena Zanella. **Gestão e tecnologias para o meio ambiente: gestão ambiental**. v.1. Caxias do Sul: EDUCS, 2021 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198249>
5. LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Educação ambiental no Brasil: formação, identidade e desafios**. São Paulo: Papyrus, 2015 (Coleção Papyrus Educação) (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/22543>

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, RELAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA

EMENTÁRIO: Estudo do conceito, fundamentos, evolução, legislação e significado contemporâneo dos direitos e garantias fundamentais da pessoa humana. Estudo da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena e as relações étnico-raciais. O debate contemporâneo sobre sexualidade, participação, democracia racial e étnica e faixa geracional. Direitos Humanos e o entendimento sobre a diversidade cultural e religiosa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ANDRATA, Ocir de Paula. **Religião, gênero e sexualidade:** fundamentos para o debate. Curitiba: Intersaberes, 2021 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/187015>
2. BERTHODI, Juliana. **Ética, direitos humanos e direitos da cidadania.** Curitiba: Contentus. 2020 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185299>
3. MELO, Milena Barbosa de. **Educação em direitos humanos:** elementos educacionais e culturais. Curitiba Intersaberes, 2021 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/197423>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ABADÉ, Flávia Lemos; AFONSO, Maria Lúcia Miranda. **Jogos para pensar:** educação em direitos humanos e formação par a cidadania. Belo Horizonte: Autêntica, 2013 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/192578>
2. MONEBHURRUN, Nitish; VARELLA, Marcelo D.; GONTIJO, André Pires. **Proteção internacional dos direitos humanos.** Rio de Janeiro: Processo, 2019 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185326>
3. OLIVEIRA, Glacielli thaiz Souza de. **Gênero, raça e etnia:** identidade e conceitos. Curitiba: Contentus, 2020 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186041>
4. VIANNA, Cláudia. **Políticas de educação, gênero e diversidade sexual:** breve história de lutas, danos e resistências. São Paulo: Autêntica, 2018 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/164118>
5. VIEIRA-SOUZA, Priscila; MATOS, Marcus V. A. B. de. **Imagens da América Latina:** mídia, cultura e direitos humanos. Curitiba: Intersaberes, 2021 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186980>

INGLÊS / ENGLISH

EMENTÁRIO: Análise dos elementos estruturais e linguísticos da Língua Inglesa, explorando tópicos de gramática, de leitura e de compreensão de textos, visando à comunicação escrita e oral básicas, com ênfase nas habilidades comunicativas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BONAMIN (Org.) Marcia Costa. **Oficina de textos em inglês**. São Paulo: Pearson, 2020
(Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184088>
2. FERRO, Jeferson. **Around the world**: introdução à leitura em língua inglesa. Curitiba: Intersaberes, 2012
(Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6079>
3. GREENE, Stephen John. **Estudos avançados da língua inglesa**: compreensão auditiva e comunicação oral. Curitiba: Contentus, 2020
(Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191777>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. LAPKOSKI, Graziella Araújo de Oliveira. **Do texto ao sentido**: teoria e prática de leitura em língua inglesa. Curitiba: Intersaberes, 2012
(Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6436>
2. LIMA, Thereza Cristina de Souza; KOPPE, Carmen Terezinha. **Inglês básico nas organizações**. Curitiba: Intersaberes, 2013
(Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6464>
3. LOPES, Maria Cecília. **Dicionário da língua inglesa**: inglês/português, português/inglês. São Paulo: Rideel, 2015
(Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182066>
4. SILVA, Thais Cristofaro. **Pronúncia do inglês**: para falantes do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012
(Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3520>

5. WALESKO, Angela Maria Hoffmann. **Compreensão oral em língua inglesa**. Curitiba: Intersaberes, 2012 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/9945>

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS

EMENTÁRIO: Manifestações linguísticas no contexto histórico da Língua de Sinais; Teoria que embasa a educação de surdos no Brasil e seus aspectos filosóficos; Política da Educação Inclusiva – Pessoas com surdez; Atendimento Educacional Especializado às pessoas com surdez; Aspectos intrínsecos e extrínsecos ao ensino da Libras; Libras – diferentes gêneros e estruturas, explorando a diversidade de temas e contexto em que se enquadram; Relações entre informações linguísticas do ensino de LIBRAS; Didática e dinâmica na aula com surdos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira; SANTOS, Lara Ferreira dos; LACERDA, Cristina Broalia Feitosa de. **Libras: aspectos fundamentais**. Curitiba: Intersaberes, 2019 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/169745>
2. PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (Org.) **Libras: conhecimento além dos sinais**. São Paulo: Pearson, 2011 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2658>
3. SILVA, Rafael Dias (Org.) **Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS**. São Paulo: Pearson, 2016 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/35534>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BAGGIO, Maria Auxiliadora; CASA NOVA, Maria da Graça. **Libras**. Curitiba: Intersaberes, 2017 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/129456>
2. BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas**. Rio de Janeiro: Autêntixca, 2007 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/192473>

3. GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, surdez e educação**. São Paulo: Autores Associados, 2020 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186577>
4. FERNANDES, Sueli. **Educação de surdos**. Curitiba: Intersaberes, 2013 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6089>
5. SARNIK, Mariana Victoria Todeschini. **Libras**. Curitiba: Contentus, 2020 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186507>

CULTURA, CLIMA E COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

EMENTA: Cultura organizacional e identidade cultural. Personalidade e valores individuais. Clima organizacional: diagnóstico e ferramentas de clima e cultura organizacional. Conflito: conceito, níveis de intensidade, tipos e efeitos. Fontes e estratégias de gestão de conflitos nas empresas. Habilidades comportamentais. A Conduta Humana, Ética e Filosofia, Ética e Moral. Ética, trabalho e cidadania. Ética Profissional. Reflexão acerca da ética contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ROBBINS, Stephen. P; DeCenzo, David. A; WOLTER, Robert. M. A nova administração. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2020. (Acervo digital Minha Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571441170/>
2. ESCORSIN, Ana Paula; WALGER, Carolina. Liderança e desenvolvimento de equipes. Curitiba: Intersaberes, 2017 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/49425>
3. KOPS, Lúcia Maria; SILVA, Selma França da Costa e; ROMERO, Sonia Mara Thater. Gestão de pessoas: conceitos e estratégias. Curitiba: Intersaberes, 2013 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3831>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. MATTOS, Ubirajara Aluizio de Oliveira. Higiene e segurança do trabalho. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2019. (Acervo digital Minha Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595150959/>
2. ROBBINS, Stephen P. Fundamentos do comportamento organizacional. 8.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/455>
3. NEWTON, Richard. **O gestor de projetos**. Pearson Educación, 2011.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1798>

4. MOREIRA, Márcio Borges. McSHANE, Steven I. **Comportamento organizacional: conhecimento emergente, realidade global**. 6.ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. **(Acervo digital Minha Biblioteca)** <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580554045/>
5. SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias. **Medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão**. Porto Alegre: Artmed, 2008. **(Acervo digital Minha Biblioteca)** <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536314945/>

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

No âmbito da curricularização da extensão, o Curso de Logística disponibiliza, pelo menos, 10% da carga horária total em extensão nas áreas de grande pertinência social, conforme estabelece o PNE 2014-2024 (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014). A carga horária está distribuída na matriz curricular do Curso, em disciplinas de Atividades Extensionistas, as quais têm abordagem interdisciplinar e transversal.

Na abordagem interdisciplinar o processo de intercomunicação ocorre entre os saberes e práticas necessárias à compreensão da realidade ou objeto de estudo, sustentando-se na análise crítica e na problematização da realidade. Esta, desenvolve-se a partir de atividades e/ou aulas com conteúdos afins de diferentes disciplinas que se entrecruzam pelo viés da interdisciplinaridade

A abordagem transversal ocorre pela discussão de temas sistematizados pelo Plano Nacional de Extensão e/ou pelos dezessete (17) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), isso por meio da Pedagogia de Projetos.

Nesse sentido, a Política Institucional de Extensão do Curso de Logística abrange as áreas temáticas sistematizadas pelo Plano Nacional de Extensão: Comunicação, Cultura, Direitos humanos, Educação, Meio ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho. Isto, conforme as determinações da Resolução CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que orientam as Instituições de Ensino Superior a integrarem aos Projetos Político Pedagógicos dos Cursos - PPCs e assegurar as atividades de extensão no currículo dos cursos.

Dessa forma, a disciplina de Atividade Extensionista ao longo da matriz curricular de forma longitudinal dedicará toda carga horária dela, à realização de ações extensionistas

previstas em um ou mais tipos de modalidade, tais como: Programas; Projetos; Cursos e Oficinas; Eventos; Prestação de Serviços.

As Atividades Extensionistas são realizadas com vistas à promoção da política institucional de extensão e ao atendimento das necessidades da sociedade, por meio do conhecimento científico e tecnológico, respeitando dos demais tipos de conhecimentos. Sendo assim, possibilita ao acadêmico a imersão, a problematização da realidade social, a contextualização, a centralidade e o protagonismo de sua ação para o desenvolvimento de competências. Logo, este processo deve ser integrado sempre ao próprio ensino e quando possível com à pesquisa.

Quadro 24: Projetos de Atividades Extensionistas

Disciplina	Nome do projeto	Período Letivo
Atividade extensionista I	Saindo do Vermelho - Oficina do Orçamento Familiar	2. Período
Atividade extensionista II	Curso de Gestão de estoque para pequenos comerciantes	3. Período
Atividade extensionista III	Projeto Lean canvas - Desenvolvimento de plano de negócios para pequenos empresários	4. período

Fonte: Própria autora, 2023

Quanto a metodologia, a mesma a ser utilizada será a ABP - conhecida também como PBL - *problem based learning* sigla em inglês que representa uma proposta pedagógica que defende a ideia que a aprendizagem deve ser baseada na solução de problemas, considerando pontos principais como integração multidisciplinar, aplicação do conhecimento para a solução de problemas, aprendizagem focada no aluno, que tem a habilidade de aprender por si próprio.

1.5. CONTEÚDOS CURRICULARES

Os conteúdos Curriculares previstos neste Projeto Pedagógico, guardam uma estreita relação com o perfil do Egresso, e foram pensados na direção de fornecer uma experiência de formação que seja capaz de integrar teoria e prática e conhecimentos inerentes ao exercício da Logística ao tempo que integram a possibilidade de diálogo com a realidade local, trazendo à tona o perfil epidemiológico da região e outros temas emergentes que são particularmente importantes para os profissionais da Região Norte, como por exemplo as políticas de educação ambiental, os direitos humanos e as relações étnico-raciais contemplando o estudo da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena- estes temas por sua vez, serão contemplados em disciplinas específicas ou em estudos interdisciplinares e transversais, com carga horária prevista na matriz curricular do curso - neste caso- se considere a disciplina Estudos Disciplinares, especialmente desenhada para este fim.

Ademais, todos os conteúdos curriculares previstos no itinerário de formação, estão em sintonia com aqueles previstos no Catálogo Nacional de Cursos para o curso de Logística, e se apresentam atuais, bem com as bibliografias indicadas. Os Conteúdos Curriculares são dispostos em disciplinas com carga horária contabilizada em hora relógio.

1.5.1. Relação das Disciplinas da Matriz com os Conteúdos Curriculares Exigidos nas DCNs

No que compete à construção do currículo, para a graduação, pensamos que as propostas curriculares oferecidas devem demonstrar comprometimento com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo em vista princípios norteadores da organização do trabalho pedagógico nos cursos de graduação. Institucionalmente a IES, admite algumas premissas que devem balizar a construção de bons itinerários de formação, são elas:

- Coerência do currículo com os objetivos do curso;
- Coerência do currículo com o perfil do egresso;
- Coerência do currículo face às Diretrizes Curriculares Nacionais e o Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos (quando for o caso);

Outros princípios também concorrem para que os currículos ofereçam experiências qualitativas de aprendizagem, dentre os quais devemos destacar a acessibilidade pedagógica, a flexibilidade (processo inerente à educação a distância), a constante articulação entre teoria e prática, a possibilidade de inserir e promover processos de ambiência com os espaços profissionais futuros e, por fim, a articulação entre os componentes curriculares que devem promover uma perspectiva menos fragmentada do conhecimento.

Observando os destaques acima, a proposta de itinerário de formação que será executada por meio da matriz curricular apresentada, prevê que os acadêmicos possam experimentar a articulação entre teoria e prática no interior dos componentes curriculares, assim como possam também compreender a interpeleção entre diferentes saberes com o fito de compreender realidades complexas, neste sentido, o currículo se organiza por meio de

núcleos de estudos, onde as disciplinas promovem trocas de saberes que se concretizam em estudos interdisciplinares, os quais irão se construindo no decorrer da formação, no interior dos núcleos, sendo finalizados quando o núcleo de estudos completa o seu ciclo.

Posto isto, a temática que nomeia o Núcleo, é, então, o tema gerador de um conjunto de problematizações que irão gerar as discussões e orientar os estudos a fim de culminar no desenvolvimento de uma atividade interdisciplinar que deverá assegurar a integração de diferentes saberes frente à uma questão específica.

Não nos passa despercebido que o Educação a Distância enseja uma nova forma de aprender, assim, mecanismos de familiarização com a modalidade de educação distância, assim a equipe multidisciplinar, realiza um importante trabalho de acompanhamento por meio de encontros virtuais prévios aos estudos, durante os estudos até que o acadêmico alcance a condição de egresso.

Ainda sobre o processo de familiarização com a modalidade a distância dentro do componente curricular “Metodologia do trabalho Científico” o acadêmico terá contanto com conteúdo que ensinam o uso das ferramentas de estudo disponíveis no ambiente, noções de informática básica em nível de usuário e ainda mecanismos de auto-gestão do tempo e da aprendizagem, além de hábitos de estudo que capacitem o aluno para o progredir satisfatoriamente dentro da ambiência de aprendizagem mediada pela tecnologia. Também como parte do Núcleo de estudo 1, está prevista a oferta da disciplina tecnologia da Informação e da Comunicação, que auxiliará a compreensão do aluno acerca das diferentes ferramentas tecnológicas disponíveis.

De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos, o curso de Logística deve ser organizado com base nos conhecimentos de:

- I. Fundamentos de logística;
- II. Marketing Aplicado à logística;
- III. Gestão da Cadeia de Suprimentos;
- IV. Suprimento físico, Administração de Materiais e Distribuição física;
- V. Gestão de Transportes;
- VI. Pesquisa operacional aplicada à logística; VII. Gestão de Custos logísticos;
- VIII. Gestão da produção e operações;
- IX. Logística internacional;
- X. Tecnologia da Informação aplicada à logística;
- XI. Legislação aplicada à logística;
- XII. Logística Reversa;
- XIII. Gestão da qualidade; e
- XIV. Gestão de pessoas

1.5.2. Atividades Transversais de Educação Ambiental e Educação Étnico Racial

Por Transversalidade o CEUNI FAMETRO entende ser a possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na

realidade e da realidade). Assim, a Transversalidade é uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, desenvolvida por meio de Projetos Transversais, os quais são realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração vertical e horizontal dos componentes curriculares de um determinado período em duas áreas temáticas específicas, a saber:

- a) Políticas de Educação Ambiental;
- b) Educação em Direitos Humanos, Relações de Gênero, Raça e etnia.

O Projeto Transversal tem como finalidade proporcionar aos alunos a compreensão da importância de debater esses temas para a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde atuam e vivem, e para uma atuação cidadã dos futuros profissionais formados pela instituição.

O Projeto Transversal também contribui para:

- Debater e obter conhecimento acerca de temas contemporâneos relativos às áreas temáticas identificadas;
- Despertar nos discentes o gosto pelo debate, pela troca de experiência, pela intercomunicação de conhecimentos e vivência e pela tolerância na perspectiva da acessibilidade atitudinal e da consciência ambiental.

Neste escopo, a Transversalidade foi desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, os alunos desenvolvem atividades teóricas e/ou práticas, utilizando como referência temáticas pertinentes a Educação Ambiental e as Relações Étnico-raciais, com destaque para as temáticas culturais locais.

Este tema gerador, por sua vez, deve, necessariamente, concorrer para a integração da realidade refletida à luz de conhecimentos adquiridos e desenvolvidos no percurso formativo dos alunos. Nesta direção, os projetos Transversais fazem parte da pedagogia de projetos, a qual proporciona ao aluno uma reflexão acerca das questões ambientais e étnico-raciais, proporcionando ainda uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento.

Os projetos são planejados ao início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores tutores de um mesmo período letivo, visando à integração transversal dos conteúdos relacionados à Educação Ambiental e Relações Étnico-Raciais, são de caráter permanente e contínuo. Contém ainda, a indicação de quais professores tutores e de quais disciplinas estiveram envolvidas no projeto, trazendo também, a indicação de quais temas poderiam ser abordados referentes às áreas temáticas indicadas neste regulamento. As atividades foram realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, obedecem ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência com as competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso.

1.5.3. Educação para os Direitos Humanos

Esta ocorre como conteúdo específico de disciplinas da grade e também como disciplina optativa, cujo ementário trata dos princípios de: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado, democracia na educação, transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

Direitos Humanos são, modernamente, entendidos como aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política. Pelo contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e garantir. O conceito de "Direitos Humanos" resultou de uma evolução do pensamento filosófico, jurídico e político da Humanidade. O retrospecto dessa evolução permite visualizar a posição que o homem desfrutou, aqui e ali, dentro da sociedade, através dos tempos.

Mas a ressalva maior está no que condiz ao sistema de ensino. Este deve ter a responsabilidade de se enquadrar na formação do Estado Democrático, pois o sistema de ensino deve contemplar a formação do cidadão, desenvolvendo uma visão moderna e bem fundamentada dos direitos civis, políticos e sociais, e também uma consciência mais abrangente dos direitos humanos.

Frente a pergunta de como abarcar o ensino e aprendizagem dos Direitos Humanos no sistema educativo, alinharam-se diversas respostas, pois por um lado estão todas aquelas que podem denominar-se de incorporação dos conteúdos. Estas consideram que é suficiente a inclusão desta temática em alguma das disciplinas existentes, ou, no máximo, o estudo de uma disciplina específica, para que os acadêmicos logrem os objetivos que, sobre este aspecto, orientam a ação do sistema educativo.

Duas objeções podem ser formuladas a esta postura. Uma delas consiste em que atrás desta posição, existe uma concepção meramente declaratória, nominalista, dos Direitos Humanos, que os reduz a um conjunto de informações cuja formulação é suficiente para assegurar sua existência real. Por outro lado, se fundamenta na difundida crítica que se faz dos sistemas educativos em relação ao enciclopedismo curricular. O conjunto de temas ou disciplinas reforça este enciclopedismo e torna mais questionável a ação das instituições de ensino.

O tema direito humanos e cidadania assume papel importante em nossa sociedade, principalmente através das transformações ocorridas nos últimos séculos. A noção de cidadania foi fortalecida, e ganhou novo significado a partir da Constituição Federativa de 1988 que reforçou a ideia de cidadãos como sujeitos sociais ativos que contribuem para o desenvolvimento de um Estado Democrático Social de Direito.

A educação está intimamente ligada à cidadania, desde o ensino primário até o superior, pois é neste cenário imbuído de significação que são apresentados aos estudantes o real valor em ser cidadão. Desta maneira, trabalha-se para despertar no aluno este anseio em se tornar um ser partícipe das transformações sociais. A educação torna-se o pilar para o desenvolvimento e crescimento do sujeito como cidadão, assim:

A educação para a cidadania e os programas educacionais voltados para esse fim pressupõem a crença na tolerância, a marca do bom senso, da razão e da civilidade que faz com que os homens possam se relacionar entre si. Pressupõem também a crença na possibilidade de formar este homem, ensinando a tolerância e a civilidade dentro do espaço e do tempo da escola (SANTOS, 2001).

Os Direitos Humanos e Fundamentais constituem o pilar para a organização de um sistema constitucional e do próprio Estado. As normas constitucionais elaboradas pelo Estado

para a organização da sociedade têm como alguns de seus fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana. A consolidação de tais direitos eleva a condição do cidadão que vive em uma sociedade e zela pelo respeito mútuo. É de grande importância o reconhecimento, pelos cidadãos de seus direitos visto que desta maneira os mesmos podem lutar por melhorias na qualidade de vida.

Ao exercer o papel de cidadão na sociedade, o sujeito visa participar da efetivação dos direitos que o tutelam e da afirmação dos Direitos Humanos e Fundamentais. Desta forma a educação passa a ter um papel essencial no conhecimento e construção de tais Direitos.

Assim, se o conhecimento dos Direitos Humanos deve ser divulgado na sociedade, tanto mais se deve exigir-lo quando se trata de estudantes do ensino superior, pois estes, em face de sua posição privilegiada na sociedade brasileira, devem conhecer a fundo seus direitos e buscar seu reconhecimento na sociedade. Tratar da questão dos Direitos Humanos significa não apenas defender os próprios direitos, é também buscar a defesa dos direitos que envolvem a sociedade como um todo.

Certos desse propósito, a IES, atendendo ao chamado de sua vocação institucional expressa na sua missão institucional, a Educação para os Direitos Humanos é ofertada como prevê os termos legais, conforme dispõe as Diretrizes Nacionais em Direitos Humanos CNE/CP No. 08 de 06/03/2012, em formato de uma disciplina “Educação e Direitos Humanos” em todas as matrizes curriculares dos cursos.

Ademais, a IES vem desde 2017, trabalhando com a Temática das Relações étnico-raciais e indígenas no formato dos projetos transversais, fato que reafirma o compromisso institucional da IES com o desenvolvimento de competências atitudinais em nossos alunos como nosso contributo para a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e tolerante para com as diferenças.

A fim de induzir contato com conhecimento recente e inovador as ações institucionais e respectivas práticas vem propor ações ou disciplinas que articulem os conteúdos estudados no curso com as experiências cotidianas da área, tendo-se como práticas a exemplo recente os Fóruns Virtuais, envolvendo o coordenador e o docente/tutor para compartilhar informações, ideias e experiências que contribuam para obter melhor resultado nos processos de ensino e aprendizagem.

1.5.4 Diferenciais do Curso na área de formação

Dentro do contexto do curso de Logística, que atende às demandas de formação do aluno, o Tecnólogo em Logística passa por transformações constantes para atender as demandas do mercado de negócios e vendas, que se demonstra bastante promissor. Esse profissional desempenha um papel fundamental como estrategista de Logística, sendo essencial para organizações de todos os tamanhos e setores, tanto no âmbito público quanto no privado.

O Tecnólogo em Logística tem como atribuição principal otimizar os processos logísticos e gerenciar as operações de forma eficiente. Para isso, é necessário desenvolver um perfil de liderança e tomar decisões estratégicas no campo da logística. O egresso adquire as

competências necessárias para aplicar conhecimentos, habilidades e atitudes que gerem resultados na área logística.

A área de atuação do Tecnólogo em Logística é bastante abrangente, abrangendo diversos processos relacionados à logística dentro da organização. Isso inclui o planejamento e desenvolvimento de estratégias logísticas, gestão da cadeia de suprimentos, gerenciamento de transporte e armazenagem, análise de custos logísticos, entre outras atividades. O profissional estará apto a planejar e implementar ações alinhadas às estratégias logísticas da organização, coordenando e integrando as diferentes áreas funcionais. Para isso, é essencial o desenvolvimento do capital humano, liderança e trabalho em equipe. Os Tecnólogos em Logística terão conhecimento específico em áreas como gestão de estoque, otimização de rotas, operações de transporte, gestão de qualidade e normas regulatórias, além de habilidades para impulsionar o desempenho e os resultados logísticos das organizações.

1.6. METODOLOGIA

1.6.1. Metodologia de Ensino a Distância - EAD Fametro

A IES busca desenvolver os talentos e competências de seus estudantes para que se tornem profissionais éticos, críticos, empreendedores e comprometidos com o desenvolvimento social e ambiental. Para que esse objetivo fosse atingido, incorporaram-se as premissas apontadas pela Unesco como norteadoras da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser e se apoiar no referencial cognitivista das teorias de aprendizagem para fundamentar suas ações pedagógicas. Os novos conhecimentos são, pois, construídos por meio da relação estabelecida entre o novo conhecimento e o pré-existente.

É esse movimento que torna com base nessa concepção foram estruturadas as metodologias de planejamento, design e acompanhamento de atividades da aprendizagem significativa. Quanto mais os novos conceitos se relacionam, de maneira substancial e não arbitrária, com aqueles que já estão na estrutura cognitiva do indivíduo, mais significativa é a aprendizagem. O que torna necessária a atenção do docente em relação ao levantamento de conhecimentos prévios, que são sempre o ponto de partida para a aprendizagem, já que as informações a que o estudante é exposto, devem sempre adquirir significado para serem incorporadas a um repertório já existente.

Nesse contexto, o Ensino a Distância - EaD surgiu como uma experiência de aprendizagem flexível, dinâmica e conectada, que permite utilizar multimeios de aprendizagem e recursos de interação, tratando-se de um aprendizado colaborativo e conectado com o conhecimento em rede.

A Metodologia estabelecida para o Curso de Logística - EAD é coerente com as bases legais, atende ao disposto no Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos do Curso de Logística, e se encontra em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI), resultando da construção de um processo educativo fortemente baseado em novas tecnologias e metodologias apoiadas na modalidade *web-based*.

No modelo *web-based*, o processo educativo é realizado com base na aprendizagem colaborativa e significativa mediada por docentes e tutores, por meio das TICs. O objetivo é proporcionar uma relação de aprendizagem que supere as dimensões de espaço/tempo e que desenvolva competências, habilidades e atitudes necessárias para a formação dos futuros profissionais.

Com base nessa concepção foram estruturadas as metodologias de planejamento, design e acompanhamento de atividades de aprendizagem, tendo como valores essenciais a autonomia do estudante para estudar e o exercício constante de articulação entre teoria e prática, currículo e vida profissional.

Os 4 Pilares do EAD FAMETRO

É o entendimento institucional que a melhor forma de garantir a qualidade dos processos pedagógicos depende de uma metodologia que sirva de referência para a construção paulatina de recursos de ensino e de aprendizagem. Alinhada com esse pressuposto, a modalidade a distância na Instituição está alicerçada nos seguintes pilares estruturais e que refletem no pedagógico:

■ Material Didático

O Material Didático tem uma função determinante na construção do conhecimento no ensino a distância e se constitui num dos pilares do EAD da IES, por contemplar:

- a promoção de um diálogo permanente com o estudante;
- a base de orientação dos estudantes nas atividades planejadas para o curso e que demandam por si, a necessária interação entre os atores do ensino a distância;
- o fomento a aprendizagem e por conseguinte, ampliação do conhecimento;
- o exercício da reflexão e da crítica dos conteúdos propostos e;
- favorecimento da avaliação da aprendizagem.

■ Tutorias

Configurada como um elemento dos mais importantes no EaD, a tutoria se configura em um processo que permeia toda a formação do estudante no ensino a distância, pois humaniza e personifica a mediação pedagógica na relação ensino-aprendizagem por estabelecer uma relação de confiança entre tutor e estudantes e objetiva:

- melhorar o aproveitamento do estudante em relação às disciplinas e conteúdos abordados;
- customizar o ensino na medida em que parte do nível de conhecimento e dificuldades do estudante;

- adotar ferramentas tecnológicas e naturalizar o uso destas pelos estudantes de forma a otimizar o processo de aprendizagem.

- **AVA**

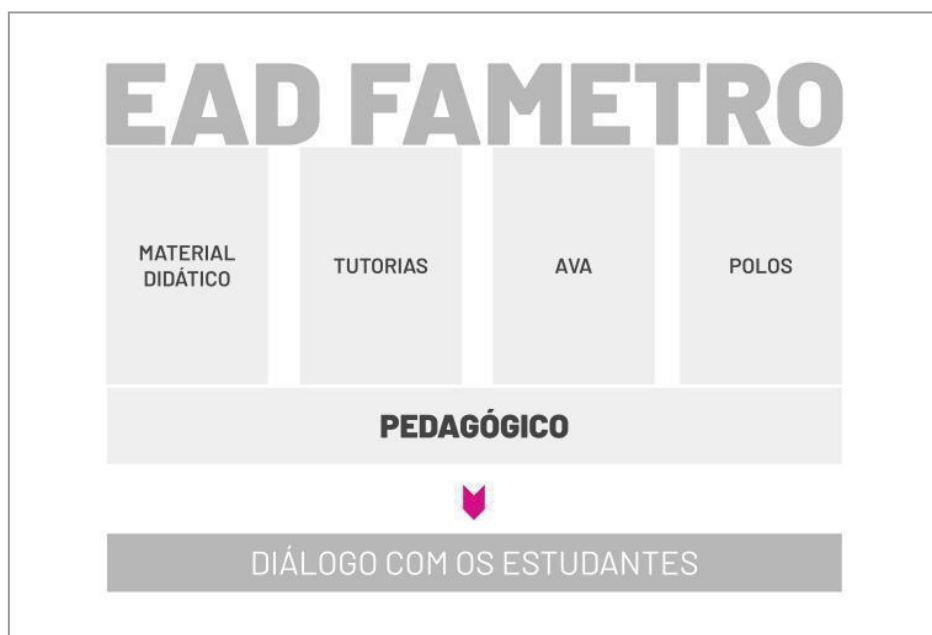
O Ambiente Virtual de Aprendizagem é o sistema de gestão e distribuição dos conteúdos de ensino a distância que promove a interação de todos os atores envolvidos na relação ensino-aprendizagem. O AVA é a sala de aula virtual dos estudantes e no EaD Fametro está estruturado para suportar todas as estratégias metodológicas de ensino, favorecendo:

- distribuição do Material Didático;
- gestão dos estudantes, possibilitando a personificação do ensino;
- acompanhamento do desempenho dos estudantes;
- funcionalidades interativas como: videoaulas, planos de aprendizagem, atividades, nivelamentos, avaliações, dentre outros;
- dinamismo que permite ao estudante desenvolver sua autonomia e responsabilidade com seu desempenho acadêmico;
- flexibilidade que assegura que o estudante personifique seu aprendizado, volte às aulas e revise seu Material Didático de acordo com sua disponibilidade.

- **Polos**

Por se tratar de uma unidade operacional comprometida em fornecer apoio aos estudantes, os Polos EaD da IES estão dotados de infraestrutura necessária e suficiente para suporte aos estudantes, seja na realização das atividades presenciais, seja na resolução de questões administrativas. Assim, os Polos EaD se configuram em uma extensão da Fametro e asseguram aos estudantes o acolhimento necessário para estabelecer e fortalecer a relação com nossos estudantes.

Imagem 3 - EAD Fametro:



1.6.1.1. Acessibilidade Metodológica

A construção de práticas educacionais inclusivas se configura como um dos principais desafios inerentes ao cenário educacional brasileiro, pois pressupõe o desenvolvimento de práticas de ensino e aprendizagem para todos, a partir do respeito às especificidades e as diferenças de cada estudante. Assim, o paradigma educacional brasileiro tem passado por importantes reconfigurações, uma vez que a sociedade contemporânea tenta direcionar suas ações ao ideal de superação de desigualdades e desenvolvimento pleno do ser humano em todas as suas dimensões.

A acessibilidade metodológica Curso de Logística - EaD tem o objetivo de estimular e desenvolver a autonomia discente através de práticas pedagógicas que estimulam a ação em uma relação teoria-prática e se pauta em elementos norteadores da relação ensino-aprendizagem do ensino a distância, e que se configuram a saber:

- Estudo Individualizado e Autoinstrucional: apoiado no conjunto de materiais didáticos que permitem ao estudante ter acesso aos fundamentos necessários para pesquisar, estudar e resolver problemas com autonomia, tendo seu ritmo de aprendizagem respeitado;
- Estudo Mediado: no qual a interação entre estudantes, docentes e tutores auxilia no processo de aprendizagem com trocas síncronas e assíncronas. Nessa perspectiva, é muito importante que os profissionais que desempenham o papel de mediadores pedagógicos, estejam atentos à importância em desenvolverem por meio de suas práticas, um trabalho que atenda às especificidades de todos os estudantes, acrescido a uma diversidade de recursos e condições que possibilitem, de fato, que todos possam aprender e participar equanimemente e com qualidade do processo educativo;
- Estudo Colaborativo: a interação e socialização de conhecimentos construídos nas disciplinas permitem uma troca constante entre estudantes, docentes e tutores;

- Estudo Mobile: através de dispositivos móveis que ampliam as oportunidades de participação e interação na construção do conhecimento e, conseqüentemente, melhores resultados de aprendizagem e de pesquisa;
- A acessibilidade do Material Didático: uso de ferramentas e recursos utilizados no AVA, a exemplo do **VLibras e Launch Atbar**, que favorecem a funcionalidade necessária para o estudante obter êxito no processo inclusivo eliminando barreiras na sua participação no processo educacional, oportunizando igualdade de oportunidades de aprender em condição de similaridade com as demais pessoas;
- Ambiente virtual de aprendizagem: configurado em um sala virtual organizada, que permite que todos consigam entender a estrutura do curso/disciplina e encontrem facilmente as unidades de aprendizagem e recursos e ferramentas disponibilizados.

Dessa forma, a IES entende que educar é uma tarefa que envolve saberes interdisciplinares e que tem o objetivo de proporcionar um aprendizado de qualidade para a promoção humana, tornando-os reflexivos e participativos da vida e sociedade.

1.6.1.2. Desenho Metodológico

Para a apresentação do funcionamento efetivo do curso com o desenho metodológico estabelecido pela coordenação pedagógica e validado por equipe multidisciplinar, se faz necessário a apresentação da estrutura de oferta das disciplinas, dos atores pedagógicos e de métricas que são elementos fundamentais deliberados na concepção do desenho instrucional.

Oferta das Disciplinas

O Curso de Logística é semestral. Neste período há uma divisão da oferta em duas partes, a saber, Etapa A e Etapa B, com duração de dez semanas cada. Na primeira etapa os estudantes cursam duas disciplinas e na segunda etapa cursam três disciplinas.

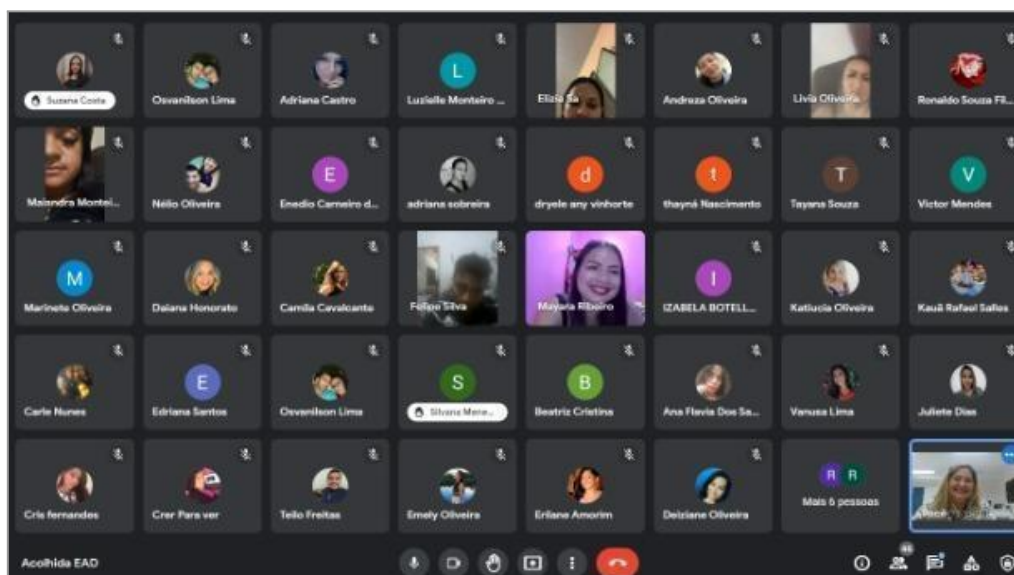
ETAPA A SEMANAS									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
2 DISCIPLINAS DO SEMESTRE									

ETAPA B SEMANAS									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
3 DISCIPLINAS DO SEMESTRE									

A semana 1 é o momento denominado *Semana de Ambientação* para os estudantes, já é institucionalizado, conforme apresentado neste projeto, no item *Apoio ao Discente*.

A *Semana de Ambientação* é o período em que os estudantes, com seus respectivos acessos ao Portal do Aluno e AVA Fametro, podem experimentar os ambientes, testar os recursos, acessar o calendário acadêmico, acessar conteúdos e material didático, ver as atividades e eventos acadêmicas institucionais, interagir, sem a preocupação de estar fazendo algo errado ou não. Assim como preconiza os Referenciais de Qualidade EAD, é um momento fundamental para a familiarização destes com a dinâmica do EAD. Neste mesmo período há programação de eventos no AVA, Acolhimento ao Estudante EAD, por exemplo, que contempla apresentações síncronas com possibilidade de interação, em que o estudante é apresentado às coordenações dos cursos, coordenações EAD e pedagógica, aos serviços institucionais que ele tem à disposição, AVA Fametro, corpo docente e tutorial, dentre outros. É uma semana de produtividade acadêmica e serve como elemento real de integração para os ingressantes, a priori, mas que é aberto a toda a comunidade acadêmica.

Figura 2: Acolhimento aos Estudantes – Tutor



Fonte: Autoria própria

Atores Pedagógicos: Tutoria Online e a Docência

A tutoria desenhada para o curso prevê docentes designados para cada unidade curricular e não por área do conhecimento. Com isso, imprime-se elementos qualitativos, considerando que o docente tutor apresenta as habilidades e competências necessárias tanto para a atuação como docente, bem como para a modalidade EAD. Isso reflete em momentos mais intensos de mediação com os estudantes, em que estes obtêm mais aproveitamento no processo de aprendizagem. O desenho instrucional prevê métrica de tutores vs. estudantes, à medida que o quantitativo de ingressantes no curso aumenta. A docência segue uma lógica similar. Na concepção do EAD Fametro, o tutor pode ser também o docente e vice-versa, desde que haja a qualificação necessária, tais como experiência, formação, dentre outros critérios.

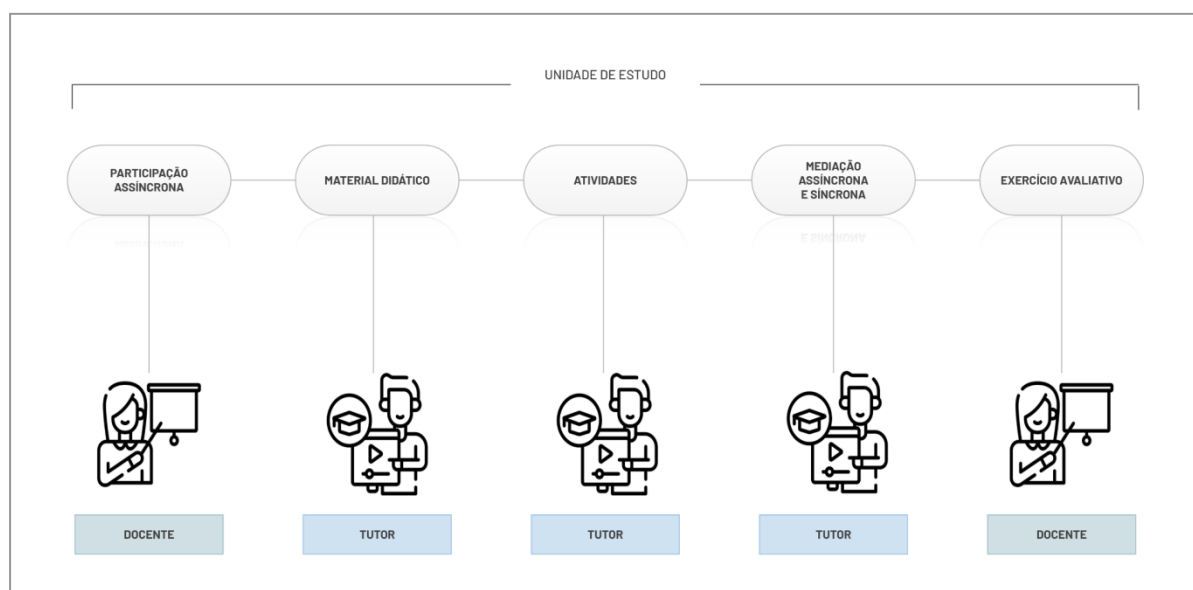
Quadro 22: Métrica tutoria

TUTORIA - Base para um tutor de disciplina						
ALUNOS	CH TOTAL SEMANA	FREQUÊNCIA	SÍNCRONO	PERÍODO	ASSÍNCRONO	PERÍODO
0 a 100	8H	2X SEMANA	1H + 1H	MATUTINO / NOTURNO	6H	SOB DEMANDA
101 A 250	12H	2X SEMANA	1H + 1H	MATUTINO / NOTURNO	10H	SOB DEMANDA
A CADA 250 / 300	14H	2X SEMANA	1H + 1H	MATUTINO / NOTURNO	12H	SOB DEMANDA

Quadro: Métrica docente

DOCENTE RESPONSÁVEL - Base para um docente				
ALUNOS	CH TOTAL SEMANA	FREQUÊNCIA	ASSÍNCRONO	PERÍODO
0 a 100	4H	SOB DEMANDA	4H	SOB DEMANDA
101 A 250	6H	SOB DEMANDA	6H	SOB DEMANDA
A CADA 250 / 300	8H	SOB DEMANDA	8H	SOB DEMANDA

Figura: Desenho instrucional dos atores pedagógicos



Atividades assíncronas

Para as atividades assíncronas previstas, os recursos alocados são o Fórum, Mensagens, Notificações e E-mail.

Recurso/Meio	Item	Momentos	Estratégia pedagógica
FÓRUM 1	Boas-vindas/ Apresentação	FEV/ABR/AGO/OUT	Pré-períodos. Iniciam-se na Semana de Ambientação: promove a receptividade aos estudantes, Apresenta vídeo de boas-vindas e solicita a apresentação dos estudantes e o que estes esperam do curso.
FÓRUM 2	Hora do Café	Vinculação tutor e aluno	Quebra-gelo: Integração por meio de ambiente informal/descontraído.
FÓRUM 3	Discussão/ Dúvidas	Unidades 1 e 2	Tutoria pré-avaliação. Promove discussões sobre os conteúdos das Unidades.
FÓRUM 4	Discussão/ Dúvidas	Unidades 3 e 4	Tutoria pré-avaliação: Promove discussões sobre os conteúdos das Unidades.
FÓRUM 5	Avisos	Durante toda a disciplina	Informes gerais.
MENSAGENS/ E-MAILS	Lembretes	Pré-avaliações	Unidirecionais. utilizando os recursos de mensagens e/ou e-mails.
MENSAGENS/ E-MAILS	Atendimento ao Aluno	Durante toda a disciplina	Bidirecionais. utilizando os recursos de mensagens e/ou e-mails.

Atividades síncronas

Para as atividades síncronas previstas, os recursos alocados são o Jitsy e/ou Google Meet e Chat.

Recurso/Meio	Item	Momentos	Estratégia pedagógica
ENCONTRO 1	Jitsy/Meet	Por disciplina	Apresentação do tutor, boas-vindas, Funcionalidades do AVA, trilha de aprendizagem e Informes gerais. No Acolhimento.
ENCONTRO 2	Jitsy/Meet	Por disciplina	Pré avaliações: Orientações sobre as Parciais das avaliações, procedimentos

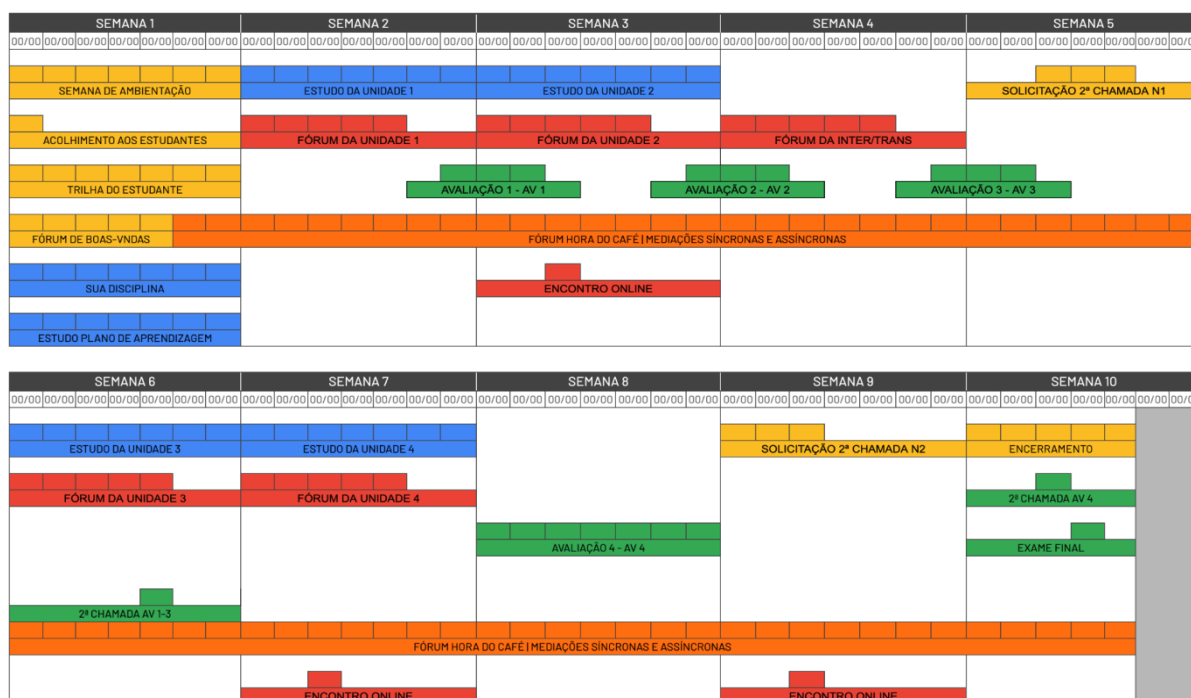
			para elaboração da avaliação, conteúdos a serem estudados, dentre outros.
ENCONTRO 3	Jitsy/Meet	Por disciplina	Pós avaliações / Pré avaliações: Feedback sobre os resultados da AVs, Orientações sobre a avaliação institucional, procedimentos para realização da avaliação, conteúdos a serem estudados, dentre outros.
ENCONTRO 4	Jitsy/Meet	Por disciplina	Pós avaliações. Encerramento. Considerações finais dos alunos quanto a disciplina. Orientações sobre Média final, Exame Final, dentre outros.

Trilha de Aprendizagem

A trilha é um elemento pedagógico norteador essencial na modalidade EAD e que na Fametro é previsto em todos os desenhos instrucionais de cursos ou disciplinas a distância. É um dos primeiros objetos de aprendizagem que o estudante tem contato no AVA e que o auxilia quando este ainda está no período da semana de ambientação.

A trilha proposta e que é aplicada ao curso tem uma estrutura mínima imutável, porém no período letivo do curso pode ser incrementada, conforme necessidade detectada por tutores, docentes, coordenador de curso ou pedagógico.

Figura: Trilha de Aprendizagem Compacta - versão gerencial.



Avaliação

As avaliações são consideradas neste documento a partir de três dimensões: diagnósticas; formativas e somativas. Na Modalidade de Ensino em EAD, essas dimensões se apresentam articuladas em torno de obter, ao fim e ao cabo, um perfil do desempenho acadêmico, que não se restringe unicamente à obtenção de notas. O que se espera é que por meio delas, possamos encontrar uma maneira de monitorar e impulsionar o desempenho dos nossos acadêmicos, com vista ao alcance pleno do perfil do egresso. Neste sentido, no Projeto Pedagógico assim estão metodologicamente assim designadas:

As diagnósticas: as avaliações diagnósticas constituem mais do que instrumentos avaliativos, elas formam uma dimensão da avaliação, adentrando inclusive nos instrumentos das avaliações formativas e somativas, podendo também se constituir como instrumento específico que pode ser aplicado com esse propósito. E quanto ao instrumento avaliativo diagnóstico específico, no primeiro contato com a disciplina, os discentes têm a oportunidade de realizar uma avaliação diagnóstica que serve como subsídio para as abordagens das introduções teóricas das aulas síncronas e para o atendimento pelo professor tutor. Ainda, quanto à dimensão da avaliação diagnóstica nos instrumentos das avaliações formativas e somativas, essa subsiste na ponderação dos resultados de desempenhos dos discentes nos referidos instrumentos para a correção de rumos e aperfeiçoamento do curso.

As formativas são realizadas após as aulas assíncronas em cada unidade da disciplina, quando os discentes responderam ao questionário contendo itens de múltipla escolha sobre os conteúdos estudados na respectiva unidade e em abordagem interdisciplinar. Bem como, são realizadas pela elaboração de produtos dos estudos autoinstrucionais dirigidos, apresentados pelos discentes ao final de cada unidade didática e corrigidos pelo professor da disciplina.

As somativas: são realizadas durante o semestre letivo, em conformidade com o calendário acadêmico e da seguinte forma:

Avaliação 1 (AV1): os discentes realizam uma avaliação interdisciplinar e transversal composta por 5 questões de múltipla escolha com 5 alternativas cada, sendo apenas 1 correta, e com valor de 0,5 pontos cada.

Avaliação 2 (AV2): ao final das unidades didáticas 1 e 2 e conforme calendário acadêmico, os discentes realizam uma avaliação somativa individual composta por 10 questões de múltipla escolha com 5 alternativas cada, sendo apenas 1 correta, e com valor de 0,5 pontos cada.

Avaliação 3 (AV3): ao final das unidades didáticas 1 a 4 e conforme calendário acadêmico, os discentes realizam uma avaliação somativa individual composta por 10 questões de múltipla escolha com 5 alternativas cada, sendo apenas 1 correta, e com valor de 1 ponto cada. Esta avaliação tem peso 2.

A média é composta na seguinte razão:

$$\text{Média} = [(AV1 + AV2 + (AV3 * 2)] \div 3$$

Somam-se as notas da AV1 e AV2. Em seguida, multiplica-se a AV3 por 2. Por fim, soma-se tudo e divide-se por 3 para obter a média. Em seguida a média buscada, assim:

Os discentes que obtêm nessa média aritmética, nota igual ou superior a 5,0 são considerados aprovados (se preenchidas as demais condições).

Os discentes que obtêm nessa média aritmética, nota igual ou superior a 4,0 e inferior a 5,0 realizam o Exame Final Presencial (EFP) (se preenchidas as demais condições).

Os discentes que obtêm, nessa média aritmética, nota inferior a 4,0 são considerados reprovados na disciplina.

Exame Final Presencial (EFP): os discentes aptos à realização do EFP, conforme calendário acadêmico, realizam uma avaliação somativa individual composta por 10 questões de múltipla escolha com 5 alternativas cada, sendo apenas 1 correta, e com valor de 1 ponto cada.

A média final ser composta na seguinte razão: $Média\ Final = (Média + EFP) \div 2$

Somam-se a média obtida anteriormente à nota do Exame Final Presencial e divide-se por 2 para obter a média final.

Os discentes que obtêm nessa média aritmética, nota igual ou superior a 5,0 são considerados aprovados (se preenchidas as demais condições).

Os discentes que obtêm nessa média aritmética, nota inferior a 5,0 são considerados reprovados.

A 2ª Chamada é realizada da seguinte maneira: as provas de 2ª chamada seguem os mesmos formatos e valores das avaliações de 1ª chamada e são realizadas conforme calendário institucional e mediante prévio requerimento na forma dos regulamentos internos da IES. Não há 2ª chamada de Exame Final Presencial.

1.6.2 Metodologia da Articulação do Ensino, Pesquisa e Extensão

Para a promoção da articulação entre Ensino, pesquisa e extensão, a Instituição desenvolve os projetos do Programa PAPEERI, já descritos neste projeto.

1.7. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

1.7.1. Determinação das DCNS para o estágio supervisionado
Não se aplica.

1.7.2. Áreas de Estágio, Período, Forma de Integralização da Carga Horária, Critérios de Avaliação e Produto de Estágio
Não se aplica.

1.7.3. Convênios Para Estágio Supervisionado
Não se aplica.

- 1.7.4. Forma de Orientação e Planejamento para Acompanhamento pelo Docente Orientador do Estágio Supervisionado

Não se aplica

- 1.7.5. Forma de Supervisão do Estágio Supervisionado

Não se aplica.

- 1.7.6. Forma de Coordenação do Estágio Supervisionado

Não se aplica.

- 1.7.7. Práticas do Estágio e Estratégias para a Gestão da Integração entre o Ensino e o Mundo do Trabalho

Não se aplica.

- 1.7.8. Gestão de Insumos para Atualização das Práticas do Estágio

Não se aplica.

1.8. ESTÁGIO CURRICULAR - RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA (LICENCIATURA)

Não se aplica

1.9. ESTÁGIO CURRICULAR - RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA (LICENCIATURA)

Não se aplica

1.10. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 1.10.1. Carga Horária das Atividades Complementares

As atividades complementares são componentes curriculares obrigatórios e têm por objetivo propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento ao Currículo Pleno, uma trajetória diversificada, autônoma e particular, com conteúdos extracurriculares que lhe permitam enriquecer o conhecimento propiciado pelo Curso. Elas são sempre ajustadas entre o corpo discente e a Coordenação do Curso, a qual torna público às modalidades admitidas, de sorte a permitir a sua livre escolha pelo aluno. O estudante de Logística EAD tem que apresentar **100 horas** de atividades complementares como requisito para a conclusão do curso de graduação.

As atividades complementares são convertidas em oportunidades de atualização e de enriquecimento complementando o perfil do formando, possibilitando o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

1.10.2. Forma de Aproveitamento das Atividades Complementares

A realização de atividades complementares, vem se tornando cada vez mais comum entre os estudantes de graduação, por permitir o desenvolvimento de habilidade específicas, em muitos casos não trabalhadas em sala de aula e que não pelo mercado de trabalho, em recintos escolares que são exigidas pelo mercado de trabalho, tais como comunicação, criatividade, proatividade, trabalho em equipe, etc. Dentre essas atividades, as semanas acadêmicas possibilitam o crescimento profissional e pessoal de todas as partes envolvidas, desde a idealização até a sua concretização.

1.10.3. Aderência das Atividades Complementares à Formação Geral e Específica

O Mundo no seu atual estágio de desenvolvimento nunca experimentou mudanças de maneira tão acelerada, e de tanto impacto na vida das pessoas e das organizações. Novas abordagens técnicas, mídias e inovadoras formas de comunicação forçam o espírito humano a repensar suas práticas enquanto indivíduos membros da sociedade e como partícipes do mundo do trabalho.

Nesta perspectiva, assim como mudam as relações humanas, alteram-se também as relações organizacionais, tornando o mercado de trabalho um espaço muito mais dinâmico e flexível. O que outrora era mais duradouro, e podia se dar a partir de modelos fixos de formação, está sendo substituído por formas mais flexíveis de caráter interdisciplinar e transversal.

Assim, embora as unidades curriculares de um curso ofereçam as bases teóricas e conceituais de uma formação e habilitem para o exercício da profissão, as atividades complementares ocupam uma significativa importância na direção de favorecer também a construção de itinerários próprios de formação que atendam os interesses, às necessidades e às vocações inerentes a cada aluno. Elas permitem a diversificação e ampliação do currículo formal por meio de experiências integradoras no âmbito da pesquisa, da extensão e da formação cultural. Desse modo, considerando as habilidades previstas ao perfil do egresso dispostas no dispositivo legal das Diretrizes Curriculares, é fundamental ofertar este espaço ampliado de formação para além da sala de aula.

Os projetos pedagógicos dos Cursos de Graduação contemplam atividades complementares criando diversos mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, mediante estudos e práticas independentes, presenciais e/ou a distância, a saber: monitorias e estágios; programas de iniciação científica; programas de extensão; estudos complementares e cursos realizados em outras áreas afins.

A instituição fornece um conjunto significativo de oportunidades formativas, que ajuda no conjunto do currículo a fortalecer o objetivo do curso e as competências e habilidades também previstas nas Diretrizes Curriculares, às quais estão detalhadas no Projeto Político Pedagógico do Curso. Trata-se, assim, de um esforço para oferecer as condições mais favoráveis para o desenvolvimento de competências, quer sejam aquelas necessárias hoje quer sejam aquelas que nasceram no futuro próximo, o domínio destas no contexto da trabalhabilidade futura.

1.10.4. Mecanismos Inovadores na Regulação, Gestão e Aproveitamento das Atividades Complementares

As Atividades Complementares se constituem em parte integrante o currículo dos cursos de Graduação da Instituição, e devem ser desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico carga horária e ao longo dos semestres letivos, cabendo ao aluno participar de Atividades Complementares que privilegiam a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais.

Ressaltamos que estas podem ser desenvolvidas na própria Instituição ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando a diversidade de enfoque e de espaços formativos para os alunos, quando ofertadas pela Instituição, são ofertadas de modo a não comprometer a carga horária das atividades acadêmicas curriculares, não sendo, portanto, justificativa para faltas em outras disciplinas/componentes curriculares. Neste sentido, para melhor organização delas, o Coordenador de Curso, o Colegiado de Curso e o Núcleo docente estruturante, possuem papel fundamental na identificação daquelas atividades promovidas pela instituição que contribuem para o fortalecimento do perfil do egresso do curso.

Ao Coordenador do Curso compete:

- I. coordenar a oferta e a divulgação das atividades complementares no âmbito de seu curso;
- I. avaliar e realizar o registro de horas complementares dos alunos no âmbito do seu curso, validando-as;
- II. supervisionar o desenvolvimento das atividades complementares quando organizadas pelo seu curso;
- III. definir, ouvido o Colegiado de Curso, as atividades complementares que poderão ser ofertadas em calendário acadêmico do respectivo ano letivo.
- IV. encaminhar à Secretaria Acadêmica - SECAD, o resultado da avaliação das Atividades Complementares, quando for o caso;
- V. informar sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora da Instituição que propiciem pontuações para atividades Complementares;
- VII. participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.

Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelos alunos, são considerados:

A compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento e os objetivos do curso em que o aluno está matriculado;

O total de horas dedicadas à atividade. As Atividades Complementares possuem um importante portfólio de habilidades e competências que são conquistadas pelos alunos do Curso de Graduação em consonância com as Diretrizes Curriculares no que compete ao perfil do egresso a ser construído.

1.10.5. Regulamento das Atividades Complementares

As atividades complementares constituem atividades dos Cursos e compreendem uma carga horária de acordo com cada matriz curricular aprovada pelo Ministério da Educação, desenvolvida no decorrer do curso.

Os alunos realizam atividades complementares desde o 1º semestre do curso até o último semestre. Em virtude do sistema do e-mec não disponibiliza um processo para as atividades complementares à parte, a carga do curso foram distribuídas nos semestres sem a obrigatoriedade de o aluno cursar as horas estabelecidas naquele semestre, mas durante o curso, cumprem no mínimo 4 atividades diversificadas;

As atividades complementares só são contabilizadas a partir da entrada do aluno na IES, e tem como objetivos específicos promover: a aquisição de conhecimentos extracurriculares; participação ativamente, na qualidade de auxiliar, monitor ou estagiário, de atividades de pesquisa, extensão e ensino; produção e/ou apresentar trabalhos acadêmicos próprios. Desenvolver atividades relacionadas com responsabilidade social, cultural, artística e esportiva. O aluno pode escolher quaisquer atividades complementares dentre as listadas no artigo abaixo.

Assim as Atividades Complementares se constituem em parte integrante do currículo dos cursos de Graduação, desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico, componente curricular obrigatório para a graduação do aluno.

Cabe ao aluno participar de Atividades Complementares que privilegiam a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais. Tais atividades são adicionais às demais atividades acadêmicas e contemplam os grupos de atividades descritos no Regulamento.

Por fim, as Atividades Complementares têm por objetivo enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando:

- I. atividades de complementação da formação social, humana e cultural;
- II. atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo;
- III. atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional.

Tais atividades são desenvolvidas na própria IES ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando o alcance dos objetivos previstos.

Ao Coordenador do Curso compete:

I. indicar à Gerência de Ensino e Pesquisa o professor responsável por coordenar as ações das Atividades Complementares no âmbito de seu curso;

II. propiciar condições para o processo de avaliação e acompanhamento das Atividades Complementares;

III. supervisionar o desenvolvimento das Atividades Complementares;

IV. definir, ouvido o Colegiado de Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

V. validar, ouvido o Colegiado de Curso, as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

VI. julgar, ouvido o Colegiado de Curso, a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

Ao Colegiado do Curso compete:

I. propor ao Coordenador do Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

II. propor ao Coordenador do Curso as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

III. propor ao Coordenador do Curso a avaliação das Atividades Complementares não previstas no Regulamento.

Ao professor responsável pelas Atividades Complementares compete:

I. analisar e validar a documentação das Atividades Complementares apresentadas pelo aluno, levando em consideração este Regulamento;

II. avaliar e pontuar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, de acordo com os critérios estabelecidos, levando em consideração a documentação apresentada;

III. orientar o aluno quanto à pontuação e aos procedimentos relativos às Atividades Complementares;

IV. fixar e divulgar locais, datas e horários para atendimento aos alunos;

V. controlar e registrar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, bem como os procedimentos administrativos inerentes a essa atividade;

VI. encaminhar à Secretaria Acadêmica - SECAD, o resultado da matrícula e da avaliação das Atividades Complementares;

VII. participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.

Aos alunos da IES, matriculados nos cursos de Graduação, compete:

I. informar-se sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora da IES que propiciem pontuações para Atividades Complementares;

II. inscrever-se e participar efetivamente das atividades;

III. solicitar a matrícula e a avaliação em Atividades Complementares, conforme prevê este Regulamento;

IV. providenciar a documentação comprobatória, relativa à sua participação efetiva nas atividades realizadas;

V. entregar a documentação necessária para a pontuação e a avaliação das Atividades Complementares, até a data limite estabelecida no Calendário Acadêmico;

VI. arquivar a documentação comprobatória das Atividades Complementares e apresentá-la sempre que solicitada;

VII. retirar a documentação apresentada junto ao professor responsável em até 60 dias corridos após a publicação do resultado.

A documentação apresentada é devidamente legitimada pela Instituição emitente, contendo carimbo e assinatura ou outra forma de avaliação e especificação de carga horária, período de execução e descrição da atividade e toda documentação não retirada no prazo estabelecido neste Regulamento é destruída.

O aluno protocola junto ao professor responsável a entrega da documentação comprobatória para avaliação em Atividades Complementares, no momento que julgar ter os pontos necessários para avaliação, e a documentação comprobatória é entregue até a data limite prevista em Calendário Acadêmico.

Caso o aluno complete o número mínimo de pontos exigidos para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula é realizada, sendo o aluno considerado aprovado, caso o aluno não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula não é realizada.

Se o aluno tiver como único requisito faltante para conclusão do curso e as Atividades Complementares não completarem o número mínimo de pontos exigidos para aprovação, a matrícula é realizada e o aluno é considerado reprovado. A matrícula e a avaliação em Atividades Complementares são realizadas até a data limite para lançamento de notas estabelecida no Calendário Acadêmico. Não é aceita matrícula em enriquecimento curricular em Atividades Complementares.

Por fim, não há dispensa ou convalidação das Atividades Complementares, e no seu processo de avaliação serão considerados:

I. a compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento, e os objetivos do curso em que o aluno estiver matriculado;

II. o total de horas dedicadas à atividade.

Parágrafo único - Somente é considerada, para efeito de pontuação, a participação em atividades desenvolvidas a partir do ingresso do aluno no Curso.

Podem ser validadas como Atividades Complementares:

Grupo 1 - Atividades de complementação da formação social, humana e cultural, estando inclusas:

- Atividades esportivas - participação nas atividades esportivas;
- Cursos de língua estrangeira - participação com aproveitamento em cursos de língua estrangeira;

- Participação em atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, radioamadorismo e outras;
- Participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural;
- Participação como expositor em exposição artística ou cultural.

Grupo 2 - Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo, estando Inclusas:

- participação efetiva em Diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselhos e Colegiados internos à Instituição;
- participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, CIPAS, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares;
- participação em atividades beneficentes;
- atuação como instrutor em palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, desde que não remunerados e de interesse da sociedade;
- engajamento como docente não remunerado em cursos preparatórios e de reforço escolar;
- participação em projetos de extensão, não remunerados, e de interesse social.

Grupo 3 - Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional, estando inclusas:

- participação em cursos extraordinários da sua área de formação, de fundamento científico ou de gestão;
- participação em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;
- participação como apresentador de trabalhos em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;
- participação em projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do Curso;
- participação como expositor em exposições técnico-científicas;
- participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico;
- publicações em revistas técnicas;
- publicações em anais de eventos técnico-científicos ou em periódicos científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional;
- estágio não obrigatório na área do curso;
- trabalho com vínculo empregatício, desde que na área do curso;
- trabalho como empreendedor na área do curso;
- estágio acadêmico;
- participação em visitas técnicas organizadas pela IES;
- participação e aprovação em disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular de interesse do Curso, desde que tais disciplinas/unidades curriculares tenham sido aprovadas pelo Colegiado de Curso e estejam de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.

- participação em Empresa Júnior, Hotel Tecnológico, Incubadora Tecnológica;
- participação em projetos multidisciplinares ou interdisciplinares.

Os estágios referem-se a estágios de característica opcional por parte do discente (estágio não obrigatório). As atividades que se enquadram em mais de um item são pontuadas por aquele que propiciar maior pontuação. O aluno participa de atividades que contemplem os Grupos listados no Artigo 13 deste Regulamento, completando no mínimo 20 pontos em cada um dos grupos, podendo integralizar:

- I. no grupo 1 o máximo de 30 pontos;
- II. no grupo 2 o máximo de 30 pontos;
- III. no grupo 3 o máximo de 40 pontos.

Caberá ao Colegiado de Curso propor ao Coordenador do Curso a pontuação dos itens de cada Grupo acima.

DAS FORMAS INOVADORAS DE APROVEITAMENTO

As atividades classificadas como pertencentes ao grupo 3, tratados no regulamento, terão tramitação distinta, podendo obter aproveitamento duplicado em dois grupos a saber:

- I. atribuição de aproveitamento no grupo 2 (Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo, estando incluídas atividades de extensão) e grupo 3 (Atividades de iniciação científica, inovação tecnológica e de formação profissional).

1.11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

1.11.1. Determinação das DCNS para o Trabalho de Conclusão
Não se aplica.

1.11.2. Áreas, Período, Carga Horária, Critério de Avaliação e produto do TCC
Não se aplica.

1.11.3. Forma de Apresentação do TCC
Não se aplica.

1.11.4. Forma de Orientação do TCC
Não se aplica.

1.11.5. Forma de Coordenação do TCC

Não se aplica.

1.11.6. Forma de Divulgação de Manuais Atualizados de Apoio à Produção dos Trabalhos

Não se aplica.

1.11.7. Forma de Disponibilização dos TCC em Repositórios Institucionais

Não se aplica.

1.11.8. Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso

Não se aplica.

1.12. APOIO AO DISCENTE

A Política de atendimento aos estudantes consiste no suporte acadêmico que a IES oferece por meio de uma gama de serviços como:

- ✓ ações de acolhimento ao ingressante e de permanência;
- ✓ atendimento extraclasse;
- ✓ nivelamento (Português, Matemática; Informática);
- ✓ monitoria (não se aplica à EAD);
- ✓ estímulo à representatividade discente;
- ✓ diretório acadêmico;
- ✓ ouvidoria;
- ✓ portal acadêmico;
- ✓ formação de escola de líderes;
- ✓ formação de empreendedores;
- ✓ apoio psicopedagógico e de acessibilidade;
- ✓ acompanhamento de egressos;
- ✓ internacionalização;
- ✓ apoio financeiro (Programa de Bolsas e Financiamento Estudantil)

Todos os serviços ofertados pelo Programa de Apoio ao Discente, são disponibilizados aos alunos da modalidade presencial e na modalidade à distância. Para tanto far-se-á uso das tecnologias da informação e da comunicação disponíveis, canais de comunicação diversos e pelo ambiente virtual de aprendizagem.

1.12.1. Funcionamento do Acolhimento ao Aluno EAD

O acolhimento aos estudantes EAD se dá como reflexo das políticas institucionais, bem como dos programas inseridos nessa política.

Quando o estudante ingressa na modalidade a distância, há uma programação no calendário acadêmico, ora desenhada num contexto instrucional macro pela Coordenação Pedagógica EAD, em que a primeira semana do calendário acadêmico EAD – que é composto por 10 semanas (Etapa A), mais 10 semanas (Etapa B) – é voltada para a familiarização dos estudantes para com a IES, modalidade de ensino e atividades acadêmico-pedagógicas.

No quadro a seguir, resumo de uma Trilha de Aprendizagem do estudante, com destaque para a semana 1, esta que contempla o Acolhimento aos Estudantes, no período intitulado *Semana de Ambientação*.

SEMANA 1	SEMANA 2	SEMANA 3	SEMANA 4	SEMANA 5
SEMANA DE AMBIENTAÇÃO ACOLHIMENTO AOS ESTUDANTES ENCONTRO COM COORDENADORES E TUTORES CAPACITAÇÃO AVA FÓRUM DE BOAS-VINDAS FÓRUM HORA DO CAFÉ	ATIVIDADE SíNCRONA PLANO DE APRENDIZAGEM CONHEÇA SUA DISCIPLINA MEDIÇÃO SíNCRONA E ASSÍNCRONA MEDIÇÃO SíNCRONA E ASSÍNCRONA MEDIÇÃO SíNCRONA E ASSÍNCRONA	ATIVIDADE SíNCRONA MEDIÇÃO SíNCRONA E ASSÍNCRONA	AValiaÇÃO MEDIÇÃO SíNCRONA E ASSÍNCRONA	ATIVIDADE ASSÍNCRONA MEDIÇÃO SíNCRONA E ASSÍNCRONA

SEMANA 6	SEMANA 7	SEMANA 8	SEMANA 9	SEMANA 10
ATIVIDADE ASSÍNCRONA MEDIÇÃO SíNCRONA E ASSÍNCRONA	ATIVIDADE ASSÍNCRONA - INTER E TRANS AVAlIAÇÃO MEDIÇÃO SíNCRONA E ASSÍNCRONA	ATIVIDADE SíNCRONA E ASSÍNCRONA AVAlIAÇÃO MEDIÇÃO SíNCRONA E ASSÍNCRONA	ATIVIDADE SíNCRONA AVAlIAÇÃO MEDIÇÃO SíNCRONA E ASSÍNCRONA	SEMANA DE ENCERRAMENTO MEDIÇÃO SíNCRONA E ASSÍNCRONA

O Acolhimento está contemplado na programação da Semana de Ambientação e tem a finalidade de acolher os alunos e apresentá-los à metodologia de ensino-aprendizagem da Graduação EAD e, também, aos alunos dos cursos presenciais com disciplinas a distância, além de oferecer o suporte necessário quanto ao uso dos recursos e ferramentas do AVA.

O Acolhimento ocorre de forma virtual através de webconferência para que atenda a todos os estudantes dos cursos a distância da IES. A programação, geralmente, ocorre em três dias distintos, a saber:

- **Dia 1:** Coordenação EAD, Coordenação Pedagógica EAD e Secretaria Acadêmica;
- **Dia 2:** Coordenações de cursos EAD e Tutores EAD;
- **Dia 3:** Tutores EAD e Suporte ao Estudante EAD - Capacitação AVA.

Figura: Print de tela do AVA Fametro com exemplo de programação.



No dia 1, os estudantes são apresentados ao suporte acadêmico EAD que a IES oferece por meio de variados serviços, tais como: o próprio acolhimento ao ingressante, atendimento extraclasse, nivelamento, estímulo à representatividade discente, diretório acadêmico, ouvidoria, portal acadêmico, formação de escola de líderes, formação de empreendedores, apoio psicopedagógico e de acessibilidade, acompanhamento de egressos, internacionalização, e apoio financeiro. Nesse encontro, a abordagem também é direcionada para questões de acessibilidade metodológica e instrumental, apoio psicopedagógico, estágios em geral e intercâmbios.

Todos os pontos abordados são de extrema importância e, por isso, é fundamental a apresentação plena da perspectiva acadêmica aos alunos, pois, os serviços proporcionados pela IES devem ser cristalinos para toda a comunidade acadêmica. Como o NAPA - Núcleo de Apoio Psicopedagógico que recebe demandas espontâneas e dirigidas de alunos com dificuldade de aprendizagem, relacionamento ou psicológica, na qual este atende, orienta e acompanha e ainda promove palestras sobre temáticas ligadas a questões como: suicídio, drogadição, respeito à diversidade, gênero entre outros, e do NADI- Núcleo de Atendimento ao Discente responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de

reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos. Os estudantes assistem e interagem por meio de *chat* de texto em apresentação em torno da modalidade EAD e vida acadêmica.

No dia 2, os coordenadores de curso se apresentam e conversam com seus estudantes, em sessões de webconferência, juntamente com os tutores EAD. Por fim, no dia 3, os tutores EAD, juntamente com a equipe de Suporte ao Aluno, conduzem a capacitação no AVA, para os aprendizes.

Neste novo momento de evolução do mundo digital os núcleos de atendimento que prestam serviços especializados aos nossos acadêmicos passaram por um processo de modernização e passaram também a utilizar de meios digitais para alcançar o maior número de alunos, em todas as localidades onde o CeUni-FAMETRO se faz presente. Desta maneira tanto o NAPA como o NADI, passaram a atuar também pelos meios remotos e online.

NAPA Núcleo de apoio psicopedagógico e de acessibilidade responsável pelo atendimento de demandas espontâneas e dirigidas de alunos com dificuldade de aprendizagem, relacionamento ou psicológica na qual o NAPA atende, orienta e acompanha, e ainda promove palestras sobre temáticas ligadas a questões como: suicídio, drogadição, respeito à diversidade, gênero, cultura de estudo, entre outros.

NADI Núcleo de atendimento ao discente responsável pela captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão de matrículas, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos. Atua tanto com os alunos do presencial quanto na modalidade à distância, na intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados ou voluntários. O NADI também faz a captação das vagas, prepara os alunos para o processo seletivo e acompanha estatisticamente os alunos com estágio não obrigatório.

Desta feita a política de atendimento aos estudantes se dá por meio de programas institucionais validados e aplicados à toda a comunidade acadêmica

✓ PAD – Programa de Apoio ao Discente,

✓ PROCESSO – Programa de Acessibilidade e Inclusão Social Tais programas oferecem melhores condições de continuidade acadêmica aos alunos de nossa instituição.

AÇÕES:

Tais programas oferecem melhores condições de continuidade acadêmica aos alunos de nossa instituição, a saber:

Programas de Bolsas e Financiamento Estudantil (NADI);

São concedidas bolsas de estudos aos alunos que desenvolvem projetos de iniciação científica/pesquisa/extensão, sob a orientação docente. Atualmente, a IES disponibiliza bolsas na forma de desconto nas mensalidades.

a. Bolsa Desconto de Iniciação Científica: a IES, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica, oferece bolsas de iniciação científica, como forma de estimular e apoiar a participação dos estudantes nos projetos de pesquisa desenvolvidos pela Instituição. É um instrumento que proporciona a melhor forma de trabalho com o aluno, incentivando-o a

novas iniciativas e valorizando o seu espírito de empreendimento, curiosidade, interesse e gosto pela investigação.

b. Política de desconto: a IES mantém uma política de desconto de 10% para o vencimento e 10% para convênios. Para os colaboradores, há um desconto de 50%. Convênios Empresa por Contratos.

Financiamento Estudantil:

Programas Governo Federal: FIES E PROUNI;

Programa Municipal: Bolsa Universidade;

Participação nos Programas: Quero Bolsa e Educa mais Brasil;

1.12.2. Funcionamento do Controle de Evasão

O NADI - Núcleo de Apoio ao discente é o setor responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos, como forma de controlar a evasão. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra apensado a este documento.

As coordenações de curso também fazem acompanhamento da evasão e encaminham alunos para o NADI quando levantadas questões como necessidade de apoio financeiro ou de falta de adaptação ao curso para que o discente seja encaminhado para vagas de emprego ou estágio, setor de bolsa, ou para teste vocacional possibilitando a transferência interna para outro curso, e ainda, em se tratando de alguma questão como conflitos interpessoais com colegas de classe ou docente a intervenção é feita via NAPA- Núcleo de Apoio Psicopedagógico.

1.12.3. Acessibilidade Metodológica e Instrumental

Outro aspecto relevante no campo metodológico é a acessibilidade pedagógica e atitudinal, acerca desta questão vale a pena destacar a Acessibilidade. O aumento crescente de estudantes com necessidades educativas especiais e de atendimento pedagógico diferenciado, tem demandando das instituições de ensino superior a implantação e a consolidação de políticas de inclusão e de acessibilidade, que estão para além de garantir o acesso às instalações físicas das IES, mas que sejam ofertadas todo um conjunto de ações que garantam que estes alunos estejam incluídos em condições excelentes de aprendizagem e desenvolvimento.

Neste sentido, o conceito de acessibilidade exige a formulação de políticas institucionais, das quais emergem ações articuladas no âmbito pedagógico e da gestão. Sendo assim, a acessibilidade e a inclusão passam a ser integrante de outro conceito fundamental que é o da Responsabilidade Social, conforme preconiza o documento REFERENCIAIS DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO IN LOCO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES), publicado em 2013. Como indicado neste documento especificamente a responsabilidade social ultrapassa a perspectiva do compromisso para se tornar um dever constituindo a essência de ser das instituições de ensino superior.

Citando a Lei do SINAES, a finalidade de uma instituição de educação superior deve ser a de promover:

[...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (Lei nº 10.861/04 – SINAES).

É neste sentido que a IES, concebeu o seu Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão, observando Decreto nº 5.296/2004, onde as Barreiras de Acessibilidade no campo das edificações, na dimensão urbanística, de transportes, de comunicação e de informações devem ser retiradas e ainda no campo da acessibilidade atitudinal/pedagógica para onde devem convergir todos os esforços para garantir acesso ao currículo onde haja:

- Adequação nos materiais didáticos e pedagógicos;
- Adequação dos mobiliários e equipamentos;
- Adequação de objetivos;
- Adequação de conteúdos;
- Adequação de métodos e didática;
- Adequação nas avaliações;
- Adequação de tempo.

Estas adequações, por sua vez encontram respaldo legal principalmente no Decreto nº 3.298/1999, o qual afirma que as instituições de ensino superior devem oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência. E também no conceito de acessibilidade como a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida presente no Decreto nº 5.296/2004.

Para a IES, a acessibilidade pedagógica entende que a comunidade acadêmica deve desenvolver medidas pedagógicas diferenciadas, compreendendo que as necessidades educacionais são específicas, podendo ser permanentes ou temporárias, a serem consideradas as seguintes características dos/as alunos/as com:

- Altas habilidades e superdotação;
- Deficientes físicos, intelectuais, sensoriais e múltiplos;
- Transtornos mentais, distúrbios de humor e outras situações classificadas pelo CID ou DSMV-TR;
- Transtornos globais;
- Alterações orgânicas como insuficiências.

Neste sentido, nosso programa defende acessibilidade integral enquanto prática institucional entendendo como um dos fundamentos das práticas pedagógicas e de gestão no ensino superior, considerando:

- Mapeamento das necessidades dos estudantes: preenchimento de ficha cadastral, registro de observação em sala de aula, registro de impressões dos professores, registro das impressões dos próprios acadêmicos; mapeamento de estudos e rotina realizados;
- Orientação pedagógica aos coordenadores de cursos e professores;
- Encaminhamento/solicitação de adequações didático-pedagógicas;
- Encaminhamento de adequações de materiais didáticos;
- Promoção de cursos, palestras e eventos de capacitação de funcionários e docentes;
- Trabalho colaborativo com outros profissionais por meio de convênio com entidades e/ou associações que possam contribuir com o desenvolvimento de práticas de acessibilidade;
- Os estudantes e funcionários surdos são acompanhados por profissional intérprete de LIBRAS;
- Empréstimos de materiais para estudantes e servidores: notebooks, gravadores, lupas e ampliadores eletrônicos, bengala;
- Formação em Libras para funcionários, alunos e professores.

1.12.4. Intermediação e Acompanhamento do Estágio Não Obrigatório

O NADI é o setor responsável pela intermediação e acompanhamento do estágio não obrigatório para os alunos dos cursos da IES. O NADI faz a captação das vagas, prepara os alunos para o processo seletivo e acompanha estatisticamente os alunos com estágio não obrigatório.

1.12.5. Apoio psicopedagógico e de Inclusão Social

O apoio psicopedagógico na IES dar-se por meio de uma estrutura pedagógico-administrativa denominada Núcleo e Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade. Neste espaço, a partir da intersecção da pedagogia com outras áreas de conhecimento, a IES realiza ações de prevenção e de apoio aos alunos com problemas, distúrbios, dificuldades de aprendizagem e ainda aqueles com necessidades educativas especiais específicas de natureza permanente.

O NAPA tem como objetivo geral promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem e inclusão do aluno para seu pleno desenvolvimento. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra apensado a este.

1.12.6. Nivelamento

Com o objetivo de recuperar as lacunas deixadas durante a formação dos ingressantes da IES, são oferecidos aos alunos cursos de nivelamento. Considerando a importância do uso da norma padrão da língua portuguesa e o conhecimento dos fundamentos básicos da matemática, são ministrados cursos de Língua Portuguesa e também de Matemática. O nivelamento visa equiparar e ampliar os conhecimentos dos alunos, para que eles possam seguir no curso sem dificuldades para compreender e executar as atividades acadêmicas propostas por todas as disciplinas. Dessa maneira, acredita-se estar atendendo os alunos que estavam temporariamente afastados da vida escolar e aqueles que necessitam de reforço das bases de ensino médio. As aulas são realizadas aos sábados, transmitidas remotamente via web e feita sua divulgação e inscrição no ambiente virtual de aprendizagem, nas disciplinas de Português e Matemática, sem nenhum custo adicional aos alunos.

1.12.7. Representatividade Discente e Diretório Acadêmico

A IES compreende que a representatividade discente é um dos pilares do funcionamento de uma gestão democrática, neste sentido estimulamos a organização dos alunos valorizando a sua participação a partir do Colegiado Discente, formado pelo conjunto de representantes discentes escolhidos de maneira livre por seus pares. Este Colegiado possui um calendário de reuniões semestrais, além disso, os representantes discentes possuem assento no Colegiado de Curso com direito a voz e voto.

A IES oferece infraestrutura para o funcionamento de seu Diretório Acadêmico e incentiva a organização estudantil, conforme prevê o seu Regimento Interno.

1.12.8. Internacionalização e Mobilidade Acadêmica

A IES mantém convênio com instituições de ensino estrangeiras, a fim de disponibilizar o intercâmbio e a troca de experiências entre diferentes culturas, bem como a oferta de disciplinas em língua estrangeira.

1.12.9. Ações Inovadoras

1.12.9.1. Workshop de Empregabilidade, Projeto de Formação de Líderes e Formação de Empreendedores

O Workshop de Empregabilidade é um evento institucional, promovido pelo NADI, para potencializar o processo de inserção dos nossos alunos no mundo do trabalho, estreitando as relações entre as necessidades formativas para a futura empregabilidade e a formação adquirida. Este diálogo, contribui com a inserção e ampliação de novas competências nos currículos da graduação, fortalecendo a formação dos nossos alunos.

Já o Programa da Escola de Empreendedor, que tem como objetivo incentivar o empreendedorismo no âmbito do Ensino Superior da IES, o Programa será oferecido a todos os alunos dos cursos de graduação e tecnológicos, beneficiando muitos alunos que têm o interesse em abrir seu próprio negócio. As ações do Programa visam a educação empreendedora na universidade, a qual surge em um momento muito importante tanto para a empregabilidade quanto para o desenvolvimento do Estado e municípios. As universidades estão diante de um desafio que é a adoção de uma nova postura pedagógica para formar

empreendedores. “Esse projeto é grandioso, porque atingirá alunos de todos os cursos de graduação e tecnológicos ofertados pela IES.

A IES, através do ensino do empreendedorismo, busca a geração de riquezas por meio da capacitação dos seus alunos para a aquisição do conhecimento, da comunicação e da criatividade, podendo conscientizar os seus alunos sobre a riqueza na forma de bens e na forma de capital (humano, social, intelectual, monetário, entre outros). Essa construção passa, evidentemente, pelos processos de produção, concentração, distribuição e ampliação dessas capitais (VOLKER, 2001).

O papel da universidade na formação de empreendedores ganha cada vez mais relevância no contexto do ensino formal. É necessário preparar o estudante para participar de um novo mundo do trabalho no qual a capacidade de iniciativa, flexibilidade e adaptação às mudanças são fundamentais para o êxito profissional. Além disso, o conhecimento produzido na instituição se transforma mais rapidamente em benefício para a sociedade se empreendedores o transformam em serviços e bens disponíveis.

O desafio é inserir o empreendedorismo como conteúdo complementar da maioria dos cursos superiores oferecidos. Diante dele, o Programa da Escola de Empreendedores da IES pretende adotar no ensino superior de modo permanente, o ensino do empreendedorismo em suas práticas pedagógicas.

No que compete a Escola de Líderes, é um espaço de formação de novas lideranças e está voltado principalmente para os representantes de turmas democraticamente eleitos. Por meio de oficinas pedagógicas e workshops os professores do Curso de Logística e de outros Cursos de Gestão abordando temas voltados ao protagonismo juvenil, mediação de conflitos, as competências e habilidades de líderes; *softs skills*, dentre outros temas.

A Escola de Líderes e a Escola de Empreendedores são projetos de caráter contínuo, ofertados a todos os alunos tanto na modalidade presencial e à distância. O Workshop de Empregabilidade ocorre sempre ao final do semestre letivo e é parte integrante do calendário oficial da instituição.

1.12.9.2. Conecta Mundo

O Conecta Mundo Trabalho é um Programa multimídia, com a gravação de vídeos para as redes sociais com a intenção de demonstrar a comunidade externa o trabalho pedagógico realizado nas salas de aulas e demais espaços institucionais, valorizando boas práticas pedagógicas, atuando como ação de estímulo à adoção de práticas inovadoras e articuladoras entre teoria e prática, ressaltando as ações de extensão, pesquisa e inovação no âmbito da IES. Projeto de fluxo contínuo voltado para os cursos na modalidade presencial e a distância.



Posicione a câmera do seu celular para assistir o vídeo na íntegra.

1.12.9.3. Monitoria

Não se aplica ao Ensino à Distância

1.13. GESTÃO DO CURSO E AS AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA DO CURSO

O Projeto de Avaliação Institucional baseou-se em quatro nortes que serviram para um processo avaliativo na perspectiva de aperfeiçoamento institucional:

a) Conscientização e adesão voluntária - a avaliação é algo conquistado e não imposto, a fim de que tenha legitimidade política, pois a imposição não produz absolutamente nada, ao contrário, faz do ato de avaliar algo punitivo e não construtivo;

b) Avaliação total e coletiva - a instituição é avaliada como um todo e não fragmentada, ou seja, em todos os seus setores e o envolvimento de todos os seus colaboradores;

c) Unificação da linguagem - para não haver ruídos na comunicação, é preciso unificar os conceitos, princípios e finalidades do projeto de avaliação institucional;

d) Competência técnico-metodológica - ter uma base científica que direcione o projeto e que propicie legitimidade aos dados coletados.

Além destes parâmetros, a autoavaliação foi desenvolvida tendo em vista as seguintes características:

Processo democrático - possibilitou aos colaboradores envolvidos conhecer os objetivos, procedimentos e aspectos que foram utilizados;

Contextualizada – norteou a instituição a conhecer a demanda de ensino superior no ambiente social onde está inserida, respeitando as diversidades, a história e a cultura institucional;

Flexível – aberta às discussões e mudanças necessárias durante o processo, sem perder de vista a veracidade de seus objetivos;

Incentivadora – promoveu o envolvimento e a participação de toda a comunidade institucional, afastando a insegurança e a desconfiança. Incentivou, também, a veracidade, o livre arbítrio de opiniões, criando valores de aperfeiçoamento e desenvolvimento constante;

Ética – pautou-se em valores morais e éticos, de acordo com a práxis acadêmica e de autoavaliação institucional das comunidades interna e externa à instituição;

Sistemática – o processo avaliativo foi contínuo, regular e sistemático de conhecimento e aprimoramento da realidade educacional avaliada e do próprio processo avaliativo.

Nesta perspectiva, o processo avaliativo constituiu-se em uma oportunidade ímpar para a comunidade acadêmica refletir sobre suas ações e a possibilidade de conhecer e analisar de forma crítica a instituição com vista à qualidade das ações empreendidas acontecendo em dois momentos distintos, ou seja, no âmbito do próprio curso e da Instituição, por meio da CPA - Comissão Própria de Avaliação.

A Avaliação de Curso é feita regularmente e anualmente sempre no início do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos, considerando, também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação in loco e no ENADE.

1.13.1. Objetivos do Processo de Autoavaliação Institucional e de Curso

Objetivo Geral:

Promover a Cultura da autoavaliação e seus resultados, como instrumento de gestão acadêmica e administrativa.

Objetivos Específicos:

Realizar autoavaliação institucional em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;

Realizar autoavaliação de curso em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;

Analisar os dados coletados tendo em vista o subsídio das ações acadêmico/administrativas realizadas no âmbito dos cursos e da instituição.

1.13.2. Planejamento da Avaliação Institucional e do Curso

O processo de autoavaliação é assumido dentro de duas dimensões:

a) A primeira se define como avaliação externa, ou seja, diz respeito aos índices alcançados pela IES (ENADE; IGC; CPC e Avaliação In Loco), o processo de avaliação desses índices é realizado a partir da ampla divulgação dos resultados e da análise detalhada dos indicadores aferidos pelos membros da CPA e do Conselho Maior da Instituição. Os relatórios emitidos pelos organismos oficiais de avaliação são também objeto de análise das instâncias colegiadas (NDE e Colegiado de Curso), os quais por meio de convocação extraordinária analisam, debatem e propõem soluções de melhoria que serão viabilizadas, por meio de ações previstas, planejadas e executadas nos Planos Acadêmicos Administrativos (semestrais) e Plano de Gestão (anual) da IES;

b) A segunda se define como avaliação interna, esta dimensão se desdobra em dois níveis, a saber: o primeiro nível é o Macro institucional, onde a comunidade acadêmica e a sociedade civil avaliam os determinantes macro-institucionais da IES, incluindo a Infraestrutura. O segundo nível compreende os determinantes internos do curso identificados com os itens de natureza pedagógica e acadêmica.

A avaliação Interna é composta por duas avaliações:

Primeiro Nível: Avaliação Macro Institucional

Em acordo com a legislação vigente e atendendo o que preconizam os documentos que norteiam o processo de avaliação institucional, o primeiro nível de avaliação diz respeito à avaliação da instituição a partir de 10 dimensões, da lei 10.861, que institui o SINAES, a saber:

- 1ª Missão Institucional;
- 2ª Política de Ensino/ Pesquisa e Extensão;
- 3ª Responsabilidade Social;
- 4ª A Comunicação com a Sociedade;
- 5ª Política de Pessoal;
- 6ª Gestão Institucional;
- 7ª Infraestrutura;
- 8ª Planejamento e Avaliação;
- 9ª Atendimento ao Estudante;
- 10ª Sustentabilidade Financeira.

Focada nos aspectos macro institucional e protagonizada pela CPA, a avaliação interna tem como foco principal captar os aspectos administrativos e a maneira como os alunos, colaboradores e sociedade organizada percebem o conjunto de atividades que a instituição oferta. Esta avaliação terá como função a complementação da avaliação interna (curso) realizada pela IES. Desta avaliação é gerado o plano de gestão Institucional, o qual possui os seguintes eixos:

Eixo 1 - Políticas de Gestão:

- 1.1 Políticas de Pessoal;
- 1.2 Organização e Gestão da Instituição;
- 1.3 Sustentabilidade Financeira.

Eixo 2. Infraestrutura Física:

- 2.1 Melhorias das Instalações Físicas;

2.2 Equipamentos; Máquinas;

2.3 Plano de Manutenção.

Eixo 3. Políticas Acadêmicas

3.1 Ações de Estímulo ao Ensino;

3.2 Ações de Estímulo a Extensão;

3.3 Ações de Estímulo à Produção Científica e Inovação Tecnológica;

3.4 Ações de Apoio ao Discente;

3.5 Ações de relacionamento com a comunidade externa e interna.

Este plano é elaborado mediante a análise e discussão dos indicadores obtidos pela IES, sendo elaboradas medidas corretivas e de melhoria dos aspectos críticos e estratégicos da IES. Com vigência de 12 meses essas medidas tomadas são reavaliadas em função de sua efetividade na obtenção de melhores resultados e podem ser revistas, ampliadas e ou substituídas por outras de maior eficácia.

b) Segundo Nível: Avaliação de Curso

A Avaliação de Curso será feita regular e anualmente sempre no início do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos considerando também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação in loco e no ENADE.

Etapas da avaliação institucional e ações de melhoria institucional:

As avaliações preveem as seguintes etapas:

Definição dos Instrumentos e Coleta de Dados: Nesta etapa serão definidos as técnicas e os instrumentos para coletar dados quantitativos e qualitativos. Com relação aos docentes, técnico-administrativos e integrantes da direção, toda a população preencherá o instrumento de avaliação. Enquanto, aos discentes a mostra corresponderá a 50% ou 100% do número de matrículas. Os instrumentos serão elaborados pela CPA, mas discutidos com o colegiado de curso e reformulados se necessário, conforme os parâmetros estabelecidos, a partir dos indicadores selecionados pela comissão, dentre as relacionadas previamente pelos envolvidos no processo avaliativo.

Os questionários terão um campo comum que visará à avaliação dos Cursos da IES e um específico para a auto avaliação do discente, do docente, dos integrantes da direção e dos colaboradores da área técnica administrativa.

Eles serão constituídos, prioritariamente, de questões fechadas, embora se reserve o espaço para a expressão de opiniões pessoais que propiciem o aprofundamento qualitativo dos itens previamente construídos. Além do questionário, será utilizada a técnica de grupo focal, a fim de conhecer as concepções e posicionamentos dos discentes e docentes e técnicos -

administrativos sobre questões que envolvem o curso, que vão desde a estrutura física à dimensão pedagógica e administrativa.

Sensibilização da Comunidade Acadêmica e Técnica Administrativa: visando o envolvimento acadêmico, técnico e docente a uma participação efetiva de todos os níveis serão realizadas reuniões com todas as turmas dos diferentes cursos, com docentes e técnicos administrativos para sensibilizá-los quanto à importância da participação e os objetivos de todo o processo avaliativo. Este processo de sensibilização se dá também por meio da divulgação no site institucional, nas páginas oficiais das redes sociais e nos *blogs* dos cursos de maneira sistemática. É também realizado um calendário de atendimento aos cursos nos nossos laboratórios de informática, com um monitor disponível para orientações, a fim de garantir os meios de preenchimento online para alunos que não possuem acesso a equipamentos e informática.

Tratamento dos Dados e Comunicação dos Resultados: a comissão de avaliação encarregar-se-á de apurar os instrumentos e de interpretar os dados por meio do programa de Avaliação Institucional. Os resultados obtidos por meio de questões fechadas serão submetidos a estatísticas descritivas do programa. Enquanto, que os disponibilizados por meio de questões abertas serão categorizados por uma análise de conteúdo (busca de sentido das citações). Os resultados serão comunicados e divulgados a toda a comunidade acadêmica por meio de relatório que incluirá também conclusões e recomendações. A utilização dos resultados será motivo de discussão em reunião com a comunidade acadêmica, após a divulgação do relatório.

Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso: o plano setorial de curso é um instrumento de planejamento interno das coordenações de curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES e a qualidade de ensino que está sendo proposta. São objetivos do Plano:

Realização do planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessários para o planejamento do semestre;

Organização do semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas;

Organização de ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso;

Elaboração de um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

1.13.3. Relatório Analítico do Resultado da Avaliação de Curso

O coordenador de curso recebe o resultado da autoavaliação do curso realizada pela CPA e elabora um relatório analisando os principais pontos positivos e negativos do curso com base na avaliação.

O relatório de autoavaliação apresenta resultados, análises, reflexões e proposições de forma excelente para subsidiar planejamento e ações. Ele constitui-se em um importante instrumento para a revisão das ações institucionais. Nesse sentido, deverá ser elaborado obedecendo à legislação vigente, incluindo a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES N.º. 065, a qual prevê um roteiro a ser seguido. Sendo assim, o Relatório será composto de:

Introdução - constam os dados da instituição, a composição da CPA e o planejamento estratégico de autoavaliação. São informados o ano e o período ao qual o relatório se refere. É informado também se o relatório é parcial ou integral.

Metodologia - são descritos os instrumentos utilizados para coletar os dados, os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil, consultados e as técnicas utilizadas para a análise dos dados.

Desenvolvimento - são apresentados os dados e as informações relativas a cada eixo/dimensão, de acordo com o PDI e a identidade da instituição.

Análise dos dados e das informações - são apresentados os dados conclusivos obtidos no conjunto das avaliações, apontando para as medidas que são tomadas com relação a eles.

Ações previstas com base na análise dos dados - apresenta-se o planejamento das ações, no sentido de conferir sempre maior qualidade aos processos de gestão acadêmica, infraestrutura e de ensino da nossa instituição.

1.13.4. Plano de Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso

O Plano de Gestão Acadêmico Administrativo é um instrumento decorrente do processo de auto avaliação de curso e que serve de plano de ação interno de gestão do curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base na auto avaliação de curso, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:

Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessários para o planejamento do semestre.

Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.

Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.

Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre, é destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador zela pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período, o coordenador do curso encaminha um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos processos pedagógicos.

Submete-se à apreciação superior o calendário de atividades do curso, para que ele possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos, a fim de evitar atropelos ou dificuldades na sua realização. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a contínua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência

dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da IES, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI.

Observa-se o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui, podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidades específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e outros. As atividades extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo, consideradas como atividades complementares.

Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que carecem de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas, nas quais são tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades organizadas a partir da sala de aula virtual, desenvolvidas com os alunos e a com a participação efetiva dos professores tutores, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico.

Neste sentido, podem ser feitos projetos de trabalhos acadêmicos, nos quais, os professores da disciplina do período dividem a responsabilidade pela orientação e compartilham a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros.

A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares é que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, tidas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extracurriculares possuem caráter complementar, informal e não obrigatório. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

Acompanhamento de Egressos: realiza-se um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção dos nossos alunos no mundo do trabalho.

Monitoramento da Evasão: propõe-se a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.

Autoavaliação interna do curso: organizam-se ações tendo em vista a avaliação interna do curso. Essa avaliação ocorre mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação são os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.

Atividades Complementares: as atividades complementares são consideradas atividades curriculares e são propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores consideram o regulamento das atividades complementares institucionais.

Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

Atividades de Incentivo à Produção Científica Discente e Docente: planejar ações de incentivo à produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.

Monitoria: planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos.

Avaliação do Rendimento: planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

Plano Acadêmico Administrativo na documentação anexa.

1.13.5. Plano de Ação de Melhoria de Gestão

O Plano de Melhoria de Gestão Institucional é um instrumento decorrente do processo de auto avaliação institucional e que serve de planejamento de ação interno de gestão da IES, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base na auto avaliação de curso. Após receber os resultados da auto avaliação institucional a direção da IES elabora o Plano de Melhoria de Gestão Institucional que tem como eixos de ação:

- 1.1. Políticas de Pessoal;
- 1.2 Organização e Gestão da Instituição;
- 1.3 Sustentabilidade Financeira.
2. Infraestrutura Física:
 - 2.1 Melhorias das Instalações Físicas;
 - 2.2 Equipamentos; Máquinas;
 - 2.3 Plano de Manutenção;
3. Políticas Acadêmicas;
 - 3.1 Ações de Estímulo ao Ensino;
 - 3.2 Ações de Estímulo a Extensão;

3.3 Ações de Estímulo à Produção Científica e Inovação Tecnológica;

3.4 Ações de apoio ao discente.

1.13.6. Divulgação dos Resultados para a Comunidade e Acadêmica

A divulgação dos resultados da autoavaliação conduzida pela CPA ocorre por meio de um Fórum permanente de discussão, que tem nas nossas instâncias colegiadas, o local privilegiado, os resultados dos processos internos e externos de avaliação e ainda os índices oficiais que dizem respeito aos resultados alcançados pelos alunos no ENADE, nos cursos pelas avaliações in loco, e ainda o CPC e o IGC, serão cuidadosamente analisados. Estes dados são cruzados com os resultados obtidos pela CPA e servem de base para o processo e tomada de decisão tanto no âmbito da gestão quanto no âmbito pedagógico, tendo em vista a constante melhoria de nossos processos institucionais e de nossas ações educativas.

1.14. ATIVIDADES DE TUTORIA

A comunicação com os estudantes envolve todos os atores partícipes do modelo pedagógico EaD elaborado pela IES, porém, a assistência direta aos estudantes depende da boa mediação pedagógica, que ocorre com o apoio permanente de docentes e tutores EaD.

O docente é responsável pelo planejamento e desenvolvimento das disciplinas, precisa criar estratégias de mediação pedagógica que sejam significativas para o estudante, responsabilizando-se por acompanhar o andamento dos estudantes, intervir quando necessário, contribuir, incentivar e somar esforços em prol da construção da aprendizagem, em consonância com a coordenação do curso e coordenação acadêmica e pedagógica do EaD.

Nesse contexto, os tutores EaD colaboram por meio de mediação no AVA, publicam os avisos, acompanham o programa de qualidade e estimulam a participação dos estudantes.

As atividades de tutoria garantem que o estudante tenha um acompanhamento permanente, auxiliado por meio de encontros mediados ao longo do processo educativo. A tutoria EaD garante a efetividade da interação, do atendimento, do suporte aos estudantes e do estímulo ao aprendizado, estabelecendo-se uma relação de proximidade aos docentes no que compete ao planejamento e à condução das disciplinas.

Para apresentação dos materiais instrucionais, organizados em referenciais e complementares, o docente e o tutor trabalham juntos na composição das trilhas de aprendizagem. Aos professores tutores EaD, cabe apoiar a estruturação das trilhas de aprendizagem de acordo com o planejamento e orientação conferida pelo docente. Da mesma forma, ocorre no desenvolvimento e compilação de materiais complementares convergentes aos materiais referenciais. Além disso, o professor tutor EaD apoia nos eventos síncronos e assíncronos, mantém os estudantes informados sobre os eventos da disciplina e faz o acompanhamento dos fóruns e de outras atividades.

O tutor EaD tem como atribuições:

- Prestar informações, sanar dúvidas dos estudantes, e registrá-las;
- Encaminhar ao setor competente os pedidos, as solicitações de informação e as dúvidas dos estudantes;

- Incentivar os estudantes a participarem dos encontros presenciais, dos eventos síncronos (web conferências), dos fóruns e das demais atividades;
- Auxiliar os estudantes na interlocução com o docente da disciplina;
- Mediar os recursos de interação, seguindo as orientações fornecidas pelo docente da disciplina;
- Alertar os estudantes sobre o cumprimento do cronograma de realização e sobre a entrega das atividades de aprendizagem;
- Orientar os estudantes na realização das atividades de estudo, de interação e de avaliação;
- Ter uma atitude proativa de estímulo à aprendizagem, ao sucesso escolar e à permanência;
- Ter participação ativa nas ações direcionadas ao sucesso acadêmico, à permanência acadêmica e à contenção da evasão;
- Sob orientação dos docentes, auxiliar na correção de avaliações e de outros materiais instrucionais quando solicitado.

1.14.1. Mediação Pedagógica junto aos discentes em momentos *online*

A mediação pedagógica no EaD é feita a distância, presencialmente e por meio dos materiais didáticos. À distância, essas mediações ocorrem por meio das ferramentas síncronas e assíncronas do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA Fametro). São interações diárias, sistemáticas e de extrema importância para o desenvolvimento de uma consciência crítica e social em relação à formação pessoal e profissional do estudante.

No EaD, a mediação pedagógica adquiriu papel de suma importância uma vez que o distanciamento físico sempre esteve a exigir recursos, estratégias, habilidades, competências e atitudes diferentes dos convencionais – pautados na exposição oral e no contato face a face. Com a inserção das tecnologias digitais de comunicação no EaD e o desenvolvimento de ambientes virtuais de aprendizagem, a função mediadora tomou um forte impulso, pelas possibilidades e também pelas exigências da configuração desse novo “espaço”. Em ambientes virtuais de aprendizagem, a mediação ocorre por meio de diversos dispositivos que viabilizam a comunicação, tanto síncrona como assíncrona, possibilitando a criação de diversas estratégias para favorecer o diálogo e a participação ativa dos estudantes.

A utilização dos dispositivos de comunicação implica tanto na aquisição de habilidades e competências comunicativas por parte de todos, docentes e discentes, quanto uma preocupação maior com a criação de momentos de interação e de possibilidades concretas da execução de trabalhos colaborativos, com os quais a aprendizagem ocorre de modo participativo. Para isso, o tutor EaD conta com dispositivos de comunicação, como chats, fóruns, entre outros, e necessita planejar como cada um deles e em que momento serão utilizados, e deve preparar-se para atuar, conforme as características e peculiaridades de cada dispositivo, para que a mediação aconteça. Cada um destes dispositivos exige habilidades mediadoras diferenciadas e propiciam diferentes estratégias pedagógicas, que exigem

participação em tempo real ou diferida, possibilitando a expressão, a intervenção e a colaboração para a construção coletiva do conhecimento.

1.14.2. Mediação Pedagógica em Momentos Presenciais

O EaD caracteriza-se por ser um processo composto por duas mediações: a mediação humana e a mediação tecnológica, imbricadas uma na outra. A primeira pelo sistema de tutoria, a segunda pelo sistema de comunicação que está a serviço da primeira para viabilizar a mediação pedagógica. A mediação pedagógica, resultante da concepção planejada entre estas duas mediações, é potencializada pela convergência digital que disponibiliza acesso e portabilidade por meio de dispositivos de comunicação cada vez mais integrados, velozes e potentes.

As tecnologias da comunicação utilizadas no EaD oferecem diversas linguagens que favorecem a aprendizagem. As linguagens oral, escrita, audiovisual e multimídia se fazem presente de modo a facilitar a aprendizagem, tornando o processo mais desafiador, por um lado, e, por outro, sintonizado com a base sociotécnica de nossa sociedade, o que ativa matrizes culturais e abre perspectivas para a EaD. Além das perspectivas, impõe desafios que colocam a todos os atores envolvidos nesse processo em frente a diversas questões relativas à qualidade do ensino, às perspectivas dos alunos quanto à modalidade educativa que estão conhecendo e de novas possibilidades pedagógicas para a prática docente.

A mediação pedagógica em momento presencial ocorre de forma planejada e sistemática, é provisionada para o apoio necessário às atividades práticas do curso, a fim de se ampliar o papel pedagógico e formativo de tais atividades. Além disso, é utilizado para ampliar as fontes de materiais e metodologias disponíveis aos alunos, além de propiciar sua interação e troca de experiências.

A mediação pedagógica em momento presencial favorece um modo de interação entre o mundo interior e o exterior do sujeito, de forma que esse indivíduo possa desenvolver e ampliar suas capacidades. O tutor, nesse processo, é o proponente de atividades que agregam diferentes instrumentos, saberes culturais e ambientes diferenciados oferecendo uma possibilidade de maior desenvolvimento humano. A ele, é dada a tarefa de, por meio da interação em sala de aula, despertar no aluno o interesse de resolver os desafios de cada nova etapa de seu aprendizado e ir se aproximando cada vez mais de um nível mais elevado de aculturação.

Essas considerações nos levam a refletir sobre a importância de uma ação pedagógica consistente devendo ser bem fundamentada teoricamente, na qual, o tutor exerce de forma mais satisfatória seu papel de mediador do conhecimento propondo indagações, questionamentos e desafios por meio de uma prática contextualizada rumo a uma aprendizagem significativa.

1.14.3. Domínio de conteúdo, de recursos e dos materiais didáticos

Para atuar como tutor na modalidade de Educação a Distância, é necessário que o profissional conheça os fundamentos, estruturas, metodologias em EaD assim como o PPC dos cursos, ter experiência em docência, conhecimento em relação ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, habilidade em tecnologia, principalmente no que diz respeito à informática

básica e uso de planilhas e documentos *Office*, conhecimento básico sobre a disciplina e sobre o curso, habilidade para comunicação oral ou escrita, conhecimentos das rotinas de trabalho na modalidade de EaD. Tem que ser proativo, ter equilíbrio emocional e habilidade para lidar com as dificuldades de entendimento dos alunos e assim trabalhar com a interação e valorização dos aprendizes, ter organização e planejamento em relação às suas atribuições, ser assíduo, ter comprometimento e saber trabalhar em equipe.

Os tutores devem apresentar, em seu perfil, as seguintes competências:

- Atuar como mediador: conhecer a realidade de seus alunos em todas as dimensões, pessoal, social, familiar, escolar etc.;
- Oferecer a possibilidade permanente de diálogo, saber ouvir, ter empatia e manter uma atitude de cooperação, assim como proporcionar experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- Possuir conhecimento dos fundamentos, metodologias e estrutura da educação a distância, a fim de sustentar as bases pedagógicas da aprendizagem;
- Possuir habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal, liderança, dinamismo, iniciativa, entusiasmo, criatividade e capacidade para trabalhar em equipes;
- Oferecer experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- Saber lidar com os ritmos diferentes, individuais de cada aluno.

No caso do tutor a EaD, este tem formação em curso no qual exerce a tutoria ou em áreas afins e, necessariamente, com experiência em EaD. Recebe contínuo treinamento interno para melhoria de desempenho e para eventuais adequações na forma de condução do trabalho, que é avaliado periodicamente pelos estudantes, professores e coordenadores de curso e pedagógico.

Todo o material didático da disciplina é disponibilizado com antecedência ao tutor, para que este possa se apropriar do conhecimento, dirimir suas dúvidas e fazer propostas de estudos, assim como o conhecimento dos recursos e ferramentas necessários às suas atividades na tutoria.

1.14.4. Acompanhamento dos Discentes no Processo Formativo

O engajamento do aluno é de extrema importância para sua formação acadêmica. Esse engajamento é possível de ser acompanhado por meio da verificação dos acessos aos materiais didáticos, participação nos fóruns de debates, participação nas videoconferências e em alguns momentos presencialmente por meio de agendamento com os tutores. Isso ocorre para que o aluno esteja sempre em comunicação com tutores e professores para melhor envolvimento e compreensão do que está sendo estudado.

O processo avaliativo, por meio de provas e outras atividades desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, é uma maneira tanto dos tutores, como dos professores e dos alunos, verificarem o aproveitamento e o desenvolvimento em relação a sua aprendizagem. Serve como um parâmetro para perceber se precisa retomar o estudo de algum conteúdo e

aprimorar a questão da prática em relação a esse conteúdo e para que tutores e professores revejam suas práticas e busquem diferentes processos didáticos que possibilitem ao aluno, sanar as lacunas que existirem em relação ao seu aprendizado.

A avaliação é composta por atividades de aprendizagem que são desenvolvidas em cada unidade e formuladas em questões de múltipla escolha, relacionamento, lacunas, verdadeiro/falso, correspondência, ordenação.

Para o acompanhamento do processo educativo são utilizados os seguintes recursos: acompanhamento das atividades do estudante: conjunto de recursos disponíveis no AVA que permitem acompanhar a evolução do estudante e auxiliam docentes e tutores a fazerem orientações pontuais, avaliação do processo pedagógico: recursos oriundos do Analytics que permitem fazer o acompanhamento processual dos indicadores de sucesso acadêmico, da permanência, da evasão, do êxito e do fracasso escolar.

1.14.5. Planejamento de Avaliação Periódica por Estudantes e Equipe Pedagógica do Curso e Ações Corretivas e de Aperfeiçoamento das Atividades Futuras

Todos os Componentes Curriculares voltados para a modalidade de EaD, assim como as avaliações, são trabalhados tendo como foco principal o aluno e sua aprendizagem. O planejamento pedagógico é elaborado tendo como base os parâmetros específicos da modalidade, atendendo as diretrizes curriculares, o perfil do aluno que faz parte do curso e ao desenvolvimento das habilidades e competências destes.

Uma das características da EAD é o acompanhamento sistemático ao aluno e o uso de instrumentos de avaliação que possibilitem a verificação do desenvolvimento do aluno periodicamente, com a finalidade de perceber as deficiências de aprendizagem e, com isso, fazer uso de outras estratégias que contribuam para que o aluno se sinta seguro em relação à sua formação acadêmica.

Os tutores fazem o acompanhamento dos alunos, verificando seu desenvolvimento, atendendo às suas dificuldades que muitas vezes são expressadas por meio dos chats, verificando o rendimento deles de forma a detectar os níveis de aprovação e reprovação e, assim, ter um parâmetro que mostre o nível em que este aluno se encontra individualmente e em relação à turma. Tendo como base esse acompanhamento e esses parâmetros, é feito um trabalho pela equipe pedagógica no sentido de buscar novas estratégias que atuem sobre as deficiências encontradas, com melhorias das atividades e com novas ferramentas, se for o caso. Mas que seja possibilitado a esse aluno ter suas deficiências supridas e sua aprendizagem efetivada. Os tutores, através das ferramentas síncronas e assíncronas, realizam o atendimento sistematizado aos alunos com o objetivo de acompanhar e desenvolver neles as habilidades e competências necessárias à sua formação.

1.14.6. Atividades Presenciais Obrigatórias

As disciplinas ofertadas em EaD têm um grande diferencial, pois o aluno não precisa comparecer à instituição física para estudar e assistir às suas aulas, assim como para tirar as suas dúvidas. Mas há momentos, como para realizar avaliações, defender trabalhos de

conclusão de curso, estágios curriculares, visitas técnicas e aulas práticas que o estudante deve comparecer à IES. As atividades presenciais são provisionadas no calendário acadêmico e divulgadas amplamente à toda comunidade acadêmica, para que possa preparar-se para os encontros presenciais. O corpo tutorial precisa planejar as atividades para realizar a mediação pedagógica com objetivo de desenvolver as habilidades e competências dos alunos e estimular a autonomia acadêmica, sobretudo, assegurar a qualidade da relação ensino-aprendizagem.

1.15. CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES DOS TUTORES

1.15.1. Alinhamento de Conhecimentos, Habilidades e Atitudes dos Tutores para o PPC, Demandas e Tecnologias Previstas para o Curso

Para atuar como tutor na modalidade de Educação a Distância, é necessário que o profissional tenha titulação em programas de pós-graduação, sobretudo, aderência na disciplina referida. Necessita conhecer os fundamentos, estruturas, metodologias em EaD assim como o PPC dos cursos, ter experiência em docência, conhecimento em relação ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, habilidade em tecnologia, principalmente no que diz respeito à informática básica e uso de planilhas e documentos office, conhecimento básico sobre a disciplina e sobre o curso, habilidade para comunicação oral ou escrita, conhecimentos das rotinas de trabalho na modalidade de EaD, ser proativo, ter equilíbrio emocional e habilidade para lidar com as dificuldades de entendimento dos alunos e, assim, trabalhar com a interação e valorização dos aprendizes, ter organização e planejamento em relação às suas atribuições, ser assíduo, ter comprometimento e saber trabalhar em equipe.

Os tutores, presenciais e a distância têm, em seu perfil, as seguintes competências:

Atuam como mediadores: conhecem a realidade de seus alunos em todas as dimensões, pessoal, social, familiar, escolar, etc.;

Oferecem a possibilidade permanente de diálogo, sabem ouvir, têm empatia e mantêm atitude de cooperação, assim como proporcionam experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;

Possuem conhecimento dos fundamentos, metodologias e estrutura da educação a distância, a fim de sustentar as bases pedagógicas da aprendizagem;

Possuem habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal, liderança, dinamismo, iniciativa, entusiasmo, criatividade e capacidade para trabalhar em equipes;

Oferecem experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;

Sabem lidar com os ritmos diferentes, individuais de cada aluno.

Os tutores têm a titulação mínima de Especialista, em curso de Pós-graduação lato sensu, com carga horária mínima de 360 horas, e são selecionados por meio de um processo de análise curricular, entrevistas e testes no ambiente virtual.

No caso do tutor a distância, tem formação em curso no qual exerce a tutoria e, preferencialmente, com experiência em EaD, como aluno ou professor. Os tutores são incentivados a participar de congressos, fóruns, workshops e recebem contínuo treinamento

interno para melhoria de desempenho e para eventuais adequações na forma de condução do trabalho, que são avaliados semestralmente por alunos, professores e coordenadores.

1.15.2. Avaliações Periódicas da Necessidade de Capacitação de Tutores

A capacitação e preparação do tutor, continuamente, é primordial para o desenvolvimento de suas funções. Mesmo possuindo todos os pré-requisitos necessários para atuar com a tutoria, esse profissional passa por constante avaliação, a fim de serem verificados os pontos positivos de sua atuação e àqueles que precisam ser trabalhados para que sua atuação mediante a aprendizagem do aluno, leve aos resultados e objetivos traçados. Essas atualizações são feitas por meio de treinamentos virtuais no AVA da IES, assim como presencialmente em momentos com a coordenação pedagógica, por meio de estudos de casos, análise de artigos e reflexão sobre as ações e desenvolvimento de habilidades e atitudes e estudo do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Para garantir a formação do corpo de tutores com o objetivo de formatar as atitudes e habilidades dentro das funções relacionadas, a IES define algumas características e perfis profissionais fundamentais para o processo de trabalho do tutor. Para a garantia de cumprimento da qualidade e excelência já conhecidos desta IES são estabelecidas políticas para a formação continuada de tutores e que fomentam a sua capacitação e formação continuada.

São elas:

- POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA TUTORES			
- Meta	- Ações	2021	2022
Ter o seu corpo de tutoria atendidos com projetos de qualificação, formação e capacitação docente.	- Ampliar os incentivos para participação em eventos científicos/técnicos e culturais.	X	- X
	- Promover Formação Continuada didático-pedagógica, no início de cada semestre com oficinas, palestras, etc.	X	- X
	- Valorizar a titulação acadêmica, experiência na tutoria e fora dela, produção científica e tecnológica como critério de seleção para admissão de tutores.	X	- X
	- Valorizar a produção científica como critério de ascensão horizontal para níveis sucessivos das categorias docentes.	X	- X

	- Disponibilizar acervo bibliográfico online aos tutores.	X	- X
	- Disponibilizar cursos de extensão realizados pela IES sem custo aos docentes.	X	- X
	- Disponibilizar cursos de pós-graduação com descontos de 50% para atualização.	X	- X
	- Criar programa de Inter formação entre os tutores EAD e professores da graduação presencial.	X	- X
Garantir expansão de domínio dos tutores de novas tecnologias e ferramentas para uso na modalidade EAD.	- Promover Formação específica para criação de videoaulas por meio digital.	X	- X
	- Valorizar e capacitar o uso de ferramentas móveis para complemento do Ambiente Virtual de Aprendizagem.	X	- X

1.15.3. Apoio Institucional para Adoção de Práticas Criativas e Inovadoras para Permanência e Êxito dos Discentes

Para que haja a inserção de disciplinas e cursos na modalidade de EAD, há a realização de planejamento com a finalidade de organizar todo o desenvolvimento do curso. O desenvolvimento das habilidades e atitudes dos alunos é um dos pontos principais. A instituição atua dentro de um modelo pedagógico que é voltado para a prática por meio das metodologias ativas. As atividades que são desenvolvidas pelos professores fazem a relação entre a teoria e situações reais do cotidiano do aluno e do mercado de trabalho dentro da formação que o discente está recebendo.

A Instituição entende que a teoria não alinhada com a prática não forma pessoas e não constrói profissionais capacitados. As atividades aplicadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem são elaboradas tendo sempre como ponto principal a aprendizagem do aluno. Para isso, essas atividades têm o perfil voltado para o dinamismo e atividades que desenvolvam a sua criatividade, além de o desafiar à pesquisa e à inovação.

1.16. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

1.16.1. TICs Planejadas para o Processo de Ensino Aprendizagem

Entende-se por tecnologia da informação os recursos tecnológicos utilizados para mediar a comunicação e os processos de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, o EaD Fametro foi modelado com base na WEB, considerando a pluralidade de linguagens e recursos que

existem e ocorrem por meio dela, bem como por sua abrangência que é global. Portanto, o AVA Fametro, em si, é uma tecnologia digital, que concentra diversas outras ferramentas e recursos tecnológicos educacionais.

Como adoção de tecnologias digitais, o EAD Fametro se utiliza de recursos do mercado, bem como de outros meios desenvolvidos internamente na própria IES, conforme norteado pelo modelo pedagógico EAD, bem como Projeto Pedagógico de Curso. Estes são voltados para o aprender a aprender e o aprender a fazer e promovem a interatividade entre docentes, discentes e tutores. São pensados para serem intuitivos, de fácil manuseio e que permitam aos discentes utilizarem sem dificuldades.

A fim de resultar em uma adequada experiência de aprendizagem, as tecnologias digitais foram pensadas na IES para que:

- Viabilizem por meio de:
 - Diversidade de salas de aula virtuais;
 - Recursos para webconferência;
 - Acessibilidade;
 - Simulação;
- Assegurem por meio de:
 - Plataforma na WEB;
 - Redundância de link de internet com fibra ótica;
 - Servidores próprios;
 - Alta disponibilidade;
- Propiciem por meio de:
 - Desenhos instrucionais de acordo com o curso;
 - Múltiplas linguagens;
 - Facilidade na instalação de plugins;
 - Integrações com recursos de terceiros.

Somados à experiência diferenciada de aprendizagem, forma-se pelo tripé *Interação, Segurança e Inovação*, sobretudo, por ter a WEB como base. O acesso aos materiais e recursos didáticos são assegurados a qualquer hora e local pela alta disponibilidade.

1.16.2. Viabilização Acessibilidade Digital e Comunicacional por meio das TICs

Atualmente, os Ambientes Virtuais de Aprendizagem vêm preparados para serem ferramentas de aprendizagem capazes de diminuir as barreiras comunicacionais e atender as necessidades de quem o utiliza como meio de estudo. São ambientes que estão em constante atualização, facilitando o acesso a todas as pessoas, com ou sem deficiência. O AVA Fametro utilizado pela IES possibilita aos discentes acesso a ferramentas diversificadas que permitem o elo entre a tecnologia e a aprendizagem, adotando formas inovadoras de relacionamento e interação.

1.16.3. Interatividades entre Discente, Docentes e Tutores e Acesso a Materiais e Recursos Didáticos por meio das TICs a quaisquer horas e lugar

Por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela IES, a interação entre docentes, discentes e tutores é facilitada, tornando possível um elo entre todos os polos da Instituição que atuam com EAD. É um diferencial por possibilitar a troca de experiências, de informação e de práticas, que dão solidez na construção do conhecimento. Para a Região Amazônica que tem problemas de logística entre seus municípios, as TICs oportunizam acesso ao conhecimento e à formação acadêmica, abrindo assim, novas possibilidades aos seus educandos, voltadas ao mercado de trabalho. É esse elo de comunicação que existe entre os educandos, os tutores e docentes que fortalece toda a prática pedagógica que o EAD possibilita, apesar da distância física existente.

O aluno que estuda por meio da modalidade EAD na Instituição, tem acesso a materiais e recursos didáticos que estão disponibilizados no AVA Fametro. Esses materiais podem ser utilizados para estudo no próprio ambiente, assim como possibilita ao aluno a impressão, para que ele possa fazer uso físico dos materiais. É uma forma flexível de viabilizar ao aluno estudar da maneira que melhor se adequa ao seu modo de aprendizagem.

Para ter acesso a esses materiais e aos recursos tecnológicos possibilitados pelo AVA, o aluno precisa acessar com o uso de um *login* e senha. Após esse acesso, ele passa a ter a sua disposição todos os recursos didáticos como material escrito, atividades de fixação da aprendizagem, avaliações, jogos, fóruns de debates, chats de interação, videoaulas, *slides* e caderno de anotações. Todos esses recursos didáticos são elaborados e disponibilizados com o objetivo de atuar na sua formação acadêmica e profissional.

1.16.4. Experiências Diferenciadas de Aprendizagem Baseadas no uso das TICs

As Tecnologia Digitais de Informação e Comunicação possibilitam aos alunos da IES, a troca de experiência, ideias, visões diversificadas, entre os diversos pólos e os diferentes cursos que a Instituição possui. Para a aprendizagem do aluno, é uma forma de relacionar o conteúdo estudado e todas essas interações, possibilitando uma reflexão que o leve a aplicar esses conhecimentos à sua realidade de vida e a formação profissional. Dentre os diferenciais oferecidos pela IES por meio das TICs, temos os momentos das videoconferências que possibilitam aos alunos um contato síncrono e ao vivo com os tutores, dando a eles a oportunidade de sanar dúvidas e trocar informações e experiências.

Essas experiências também podem ser evidenciadas através da utilização de software e de laboratórios virtuais, agregando inovação nas práticas pedagógicas já realizadas no curso, aprimorando e trazendo um campo mais abrangente para o discente.

1.17. AVA

1.17.1. Materiais, Recursos e Tecnologias do AVA para a Cooperação e Reflexão sobre Conteúdos entre Tutores, Discentes e Docentes

O AVA é um dos quatro pilares do Modelo EAD estabelecido no EAD Fametro. Os outros três pilares são: Material Didático, Tutorias e Polos.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem do EAD Fametro foi concebido sobre uma *engine Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment)*, que é a plataforma de ensino mais utilizada no mundo. É um recurso *open source* e há uma grande comunidade mundial que trabalha e desenvolve diariamente novos recursos e melhorias para este ambiente, que ficam à disposição para uso, bem como para a própria homologação no ambiente, para garantir, além de recursos inovadores, também requisitos de segurança.

Um dos recursos de segurança e de ordem prática implementado no AVA Fametro envolve uma tecnologia chamada SSO, que é o acrônimo para *Single Sign-On*, ou seja, autenticação única. Na prática, o estudante acessa, por meio de *login* e senha, o Portal do Aluno, que é o local *online* de todos os serviços e acessos acadêmicos à disposição dele, e transita para o AVA Fametro sem a necessidade de nova autenticação para acesso. Tal implemento tecnológico fora executado internamente por equipe de Tecnologia de Informação, o que foi possível, também, pelo fato de o Moodle ser preparado para integrar com a tecnologia em questão.

O AVA Fametro foi preparado para receber materiais didáticos multimídia e recursos de aprendizagem adequados aos projetos pedagógicos dos cursos e à qualidade de ensino pela qual a Instituição preza. São materiais diversificados: textual, áudio, vídeo, além dos recursos de interação, que possibilitam ao educando todo o suporte pedagógico necessário para sua aprendizagem. Para além desses elementos, o AVA foi integrado com uma diversidade de outros recursos, a fim de atender de forma plena o desenho pedagógico e de negócio. Tais recursos contemplam o *Tawk To*, que é utilizado para a abertura de chamados de suporte pelo aluno. Há também os laboratórios virtuais da empresa Algetec/Grupo A, que propiciam aos estudantes, diretamente no AVA, simulações das práticas laboratoriais para diversas áreas do conhecimento, incluindo todos os procedimentos e normas, quando este é um requisito. As bibliotecas virtuais também são recursos que foram incorporados, promovendo uma experiência mais completa aos alunos.

Na concepção original da plataforma (*Moodle*) o AVA possui as seguintes características gerais, conforme descrito pelos desenvolvedores e distribuidores desta aplicação:

- Promove uma pedagogia socioconstrucionista (colaboração, atividades, reflexão crítica, etc.);
- Adequado para aulas totalmente *online* ou híbridas;
- Simples, leve, eficiente, compatível, interface baseada em navegadores de tecnologia simples;
- Fácil instalação em qualquer servidor que suporte o PHP. Exige apenas uma base de dado;

- Independência total da base de dados suporta todas as principais marcas de base de dados;
- A lista de cursos mostra as descrições de cada curso existente no servidor, incluindo acessibilidade para convidados;
- Cursos podem ser categorizados e pesquisados;
- Ênfase em total segurança o tempo todo. Os formulários são todos checados, os dados validados, os *cookies* codificados, etc;
- A maioria das áreas de entrada de texto (recursos, postagens nos fóruns, etc.) podem ser editadas usando um editor HTML incorporado.

Com relação à Administração do site pode-se relacionar a possibilidade de:

- O site é administrado por um usuário administrador, definido durante a instalação;
- A extensão (*plug-in*) Temas permite que o administrador ajuste as cores, fontes, aparência, etc. do site, para atender as preferências personalização;
- Extensões (*plug-in*) com módulos de atividade podem ser adicionadas a instalações existentes do Moodle;
- O código é PHP escrito de forma clara sob licença GNU General Public License (Licença Pública Geral GNU) – fácil de modificar para se ajustar às suas necessidades.

O administrador do ambiente pode, dentro de suas permissões e necessidade, realizar os procedimentos de:

- Os objetivos são reduzir o envolvimento do administrador ao mínimo, ao mesmo tempo em que assegura alta segurança;
- Suporta uma variedade de mecanismos de autenticação através de extensões (*plug-in*) com módulos de autenticação, permitindo fácil integração com sistemas existentes;
- Cada pessoa necessita apenas de uma conta para todo o servidor – cada conta pode ter diferentes acessos.
- Os professores podem ter os privilégios de edição removidos de modo que não possam modificar o curso (por exemplo os tutores de tempo parcial).
- Os endereços de e-mail podem ser protegidos contra exposição, se solicitados.
- Cada professor e/ou tutor pode especificar faixas de horário, e cada compromisso no Moodle é ajustado a esses horários (por exemplo, datas de postagem, datas de cumprimento de tarefas, etc.)
- Composição flexível das atividades do curso – Fóruns, Jornais, Questionários, Recursos, Pesquisas de opinião, Pesquisas, Tarefas, Chats, etc.
- Mudanças recentes no curso desde o último acesso podem ser mostradas na página principal do curso – ajuda a dar um sentido de comunidade.

- Todas as notas para os Fóruns, Jornais, Questionários e Tarefas podem ser vistas em uma página (e baixadas como um arquivo de planilha eletrônica).
- Total acompanhamento e rastreamento dos usuários – relatórios de atividade para cada aluno estão disponíveis com gráficos e detalhes sobre cada módulo (último acesso, número de vezes que leu) bem como uma história detalhada do envolvimento de cada aluno incluindo postagens, etc. em uma página.
- Integração de correio – cópias de postagens no fórum, feedback do professor, etc. podem ser postados em HTML ou texto simples.
- Todas estas funcionalidades são desenhadas e especificadas para garantir a experiência única do estudante de estar num ambiente pensado e projetado pedagogicamente para lhe acompanhar no processo de aprendizagem.

Cabe destacar que internamente na IES também foi criado um sistema chamado SIED – *Sistema Integrador de Ensino Digital*, em que este permite gerenciar as informações cadastrais dos cursos, bem como todo o material didático multimídia armazenado em outros serviços utilizados, por exemplo, o *Google For Education*, o qual a IES é adepta dos serviços. Em suma o SIED faz o *link* entre o Material Didático e o AVA.

Toda a tecnologia empregada na construção do AVA *Fametro* tem o objetivo de garantir tanto os elementos elementares quanto os inovadores. O processo de atualização e de melhorias é constante e apresenta materiais, recursos e tecnologias apropriadas, que permitem desenvolver a cooperação entre tutores, discentes e docentes.



De forma objetiva, os Materiais, Recursos e Tecnologia empregados no AVA *Fametro* se tangibiliza conforme apresentado no quadro a seguir:

MATERIAIS	RECURSOS	TECNOLOGIA
------------------	-----------------	-------------------

Trilhas de aprendizagem e de Estudo Videoaulas Biblioteca virtual Laboratórios virtuais Nivelamento Conteúdos CPJUR Exercícios Transcrições E-books Manuais Tutoriais Repositório acadêmico	Responsividade Ferramentas síncronas Ferramentas assíncronas Calendário Notificações Caixa de mensagens Progressão Relatário de acessos Acessibilidade	Servidores Links de internet Fibra ótica LMS (AVA) Laboratórios para acesso Softwares
--	---	---

A equipe multidisciplinar é a responsável pela deliberação acerca das implementações e melhorias no AVA Fametro. Além do processo orgânico, em que as situações cotidianas do EAD somadas às reuniões de ideação impulsionam as melhorias. Também é disponibilizado na *homepage* do AVA uma pesquisa de sondagem em que os estudantes, espontaneamente, avaliam e deixam a opinião deles, a fim de subsidiar a equipe multidisciplinar para a melhoria do ambiente. O acesso à pesquisa é permanente e a tabulação dos dados é periódica, geralmente ao término e meio de um período letivo, feito tanto pela CPA quanto pela equipe multidisciplinar, e é devidamente documentada.

Figura: Botão com *link* para a pesquisa, encontrado no AVA Fametro.



O estudante encontra a pesquisa no AVA Fametro e no Portal do Aluno, e a gestão, *a priori*, é feita pela CPA.

A pesquisa é aplicada em duas vias, sendo que uma delas utiliza a metodologia NPS - *Net Promoter Score*, e a outra é composta por perguntas com escala de um a cinco, além de uma pergunta aberta, conforme figura a seguir:

Figura: *Print* de tela da pesquisa de satisfação que avalia o AVA Fametro.

Pesquisa de Satisfação

Modo: O nome do usuário será registrado e mostrado com as respostas

Avalie os itens abaixo:

Facilidade de navegação: ❗

1 2 3 4 5

Adequação gráfica e de design: ❗

1 2 3 4 5

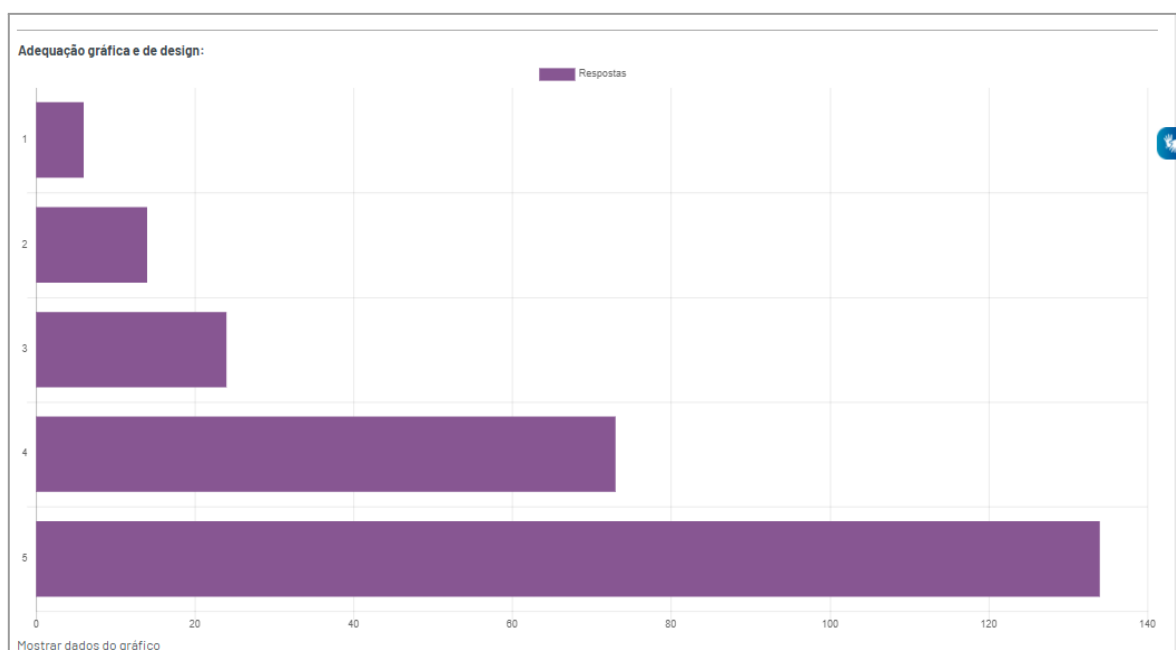
Rapidez no acesso aos conteúdos: ❗

1 2 3 4 5

Algo mais a contribuir?

A ferramenta utilizada para aplicação da pesquisa no AVA é nativa do Moodle e apresenta recursos adequados para a necessidade do modelo EAD Fametro, tais como relatórios na própria tela do ambiente, possibilidade de exportação de dados em diversos formatos para tabulação em outros softwares, formatos estes que podem ser PDF, CSV, Excel, ODS, JSON e tabela HTML.

Figura: Print de tela do gráfico no AVA de um indicador da pesquisa.



1.17.2. Acessibilidade Metodológica, Instrumental e Comunicacional no AVA

O AVA *Fametro* é uma ferramenta de aprendizagem utilizada por meio das TICs, de fácil manuseio. A metodologia aplicada pela IES, que é uma metodologia voltada para a construção do conhecimento, é facilmente percebida por meio dos materiais didáticos disponibilizados e das ferramentas de interação e interatividade. Todos os recursos são disponibilizados de maneira clara com o objetivo de não apresentar nenhum obstáculo ao aluno em relação aos seus estudos.

Alguns módulos usados no ambiente são: Módulo Tarefa, Módulo Chat, Módulo Pesquisa de Opinião, Módulo Fórum, Módulo Questionário, Módulo Recursos, Módulo Pesquisa de Avaliação e Módulo Laboratório de avaliação.

FERRAMENTAS SÍNCRONAS:

São ferramentas cuja principal característica é que todos os participantes iniciem e terminem suas atividades em datas e horários específicos simultaneamente. No AVA da IES, as ferramentas síncronas disponibilizadas são:

CHAT de suporte;

CHAT de tutoria;

VIDEOAULA Live com canal de retorno;

Avaliação online.

Todas as atividades realizadas sob o aspecto síncrono quando se trata de mídias digitais são disponibilizadas em modo assíncrono no AVA e postadas no BLOG da disciplina.

FERRAMENTAS ASSÍNCRONAS:

Neste cenário, as atividades são completadas de acordo com a disponibilidade do estudante. No AVA da IES, as ferramentas assíncronas disponibilizadas são:

Fóruns de curso;

Fóruns de temas;

Questionários online;

Videoaula.

1.18. MATERIAL DIDÁTICO EAD

1.18.1. Planejamento da Elaboração e Validação pela Equipe Multidisciplinar do EAD do Material Didático das Disciplinas EAD, em termos de Abrangência, Coerência, Acessibilidade Adequação de Bibliografia, Linguagem Inclusiva e Recursos Inovadores.

O material didático disponibilizado aos discentes é elaborado por docentes qualificados e validado pela equipe multidisciplinar. Os docentes, denominados conteudistas, manifestam-se para a produção dos materiais didáticos por meio de chamamento institucional. Num primeiro momento, abre-se a oportunidade para professores da IES e, no caso da

insuficiência de candidatos para autoria de cada unidade curricular, estende-se para profissionais do mercado, o que também é positivo pelo fato de se obter uma pluralidade de experiência e repertório, descaracterizando, inclusive, a prevalência de endogenia.

Embora parte dos conteudistas sejam externos, as diretrizes de concepção de conteúdo são rígidas para que se enquadre exatamente com o desenho instrucional estabelecido, independentemente se determinado professor vivencia a cultura da IES.

O EAD Fametro dispõe de 4 estúdios modernos e completos para gravações em geral, principalmente videoaulas. Localizados na Sede, ocupam três andares e são de uso exclusivo do EAD.

O processo de seleção dos conteudistas inicia-se com análise curricular por parte da Coordenação Pedagógica EAD e de Curso, bem como pela Supervisão de Produção de Materiais Didáticos EAD, em que se verificam os seguintes pontos:

- Experiência docente;
- Experiência EAD;
- Formação e titulação;
- Aderência à unidade curricular;
- Experiência com gravações de vídeos.

A partir do momento em que o docente é elegível para a produção de uma disciplina, é submetido a um teste de gravação, com o intuito de verificar a performance e traquejo dele frente às câmeras, bem como sobre o domínio do conteúdo a ser desenvolvido. Os critérios de avaliação são os seguintes:

- Desenvoltura;
- Dicção;
- Postura;
- Adequação da Linguagem;
- Conteúdo/Vivência/experiências.

O material didático das disciplinas dos cursos EAD é elaborado com base na ementa que compõe o PPC de cada curso. As ementas são elaboradas de acordo com as DCNs e os objetivos de formação profissional do curso. Todo o material didático precisa estar de acordo com o que propõe o projeto do curso. Esse material é entregue ao conteudista que recebe orientação em relação a todo o processo de produção, que contempla:

- E-book e livro impresso (com ISBN);
- Slides como apoio para videoaulas;
- Videoaulas e demais vídeos;
- Questões exclusivas;
- Gravação de plano de aprendizagem;
- Gravação de mapa conceitual.

Figura: Foto de livro impresso do EAD Fametro. Todos com registro ISBN.



Tanto os livros impressos quanto os *E-books* apresentam QR CODE para acesso a vídeos e videoaulas que são componentes do material didático. O e-book, além da versão digital, pode ser baixado em formato PDF e impresso.



Figura: QR CODE para acesso ao *E-book* de Empreendedorismo e Inovação.



Figura: QR CODE para acesso a uma videoaula de Empreendedorismo e Inovação.



O professor conteudista é orientado com base nas diretrizes a utilizar a referência bibliográfica indicada no projeto, e fontes complementares atualizadas que estejam de acordo com o que pede a ementa e o PPC do curso. A estruturação do material é voltada para a interdisciplinaridade e, com isso, para a formação profissional que o curso propõe.

O material didático é apresentado no AVA *Fametro* em 4 unidades, com distribuição de conteúdo de modo que facilite a organização e assimilação por parte do estudante. O material de estudo vem acompanhado do plano de ensino da disciplina, de modo que o estudante tem a possibilidade de verificar os objetivos do curso e da disciplina e a metodologia utilizada para o desenvolvimento no processo ensino-aprendizagem.

Todo material didático passa por processo de aprovação por um revisor de conteúdo e correção gramatical que também verifica se o MD está em conformidade com os padrões solicitados para materiais instrucionais em EAD, verifica também se todas as etapas previstas foram concluídas e foram ajustadas quando solicitadas pelo revisor. Além de indicar ao professor conteudista as devidas considerações quanto à estrutura e normas pertinentes, assim como a verificação da coerência do material produzido frente à proposta didático-pedagógica da IES.

No fluxo do processo há validação por parte da Coordenação Pedagógica EAD, para que sejam realizadas as devidas considerações quando em dissonância com as diretrizes pedagógicas da IES e modelo instrucional definido. Após o processo de validação pedagógica o conteúdo é diagramado e postado nos devidos repositórios digitais para compartilhamento e distribuição no ambiente virtual e para os alunos. Essencialmente, esta coordenação deve garantir prioritariamente:

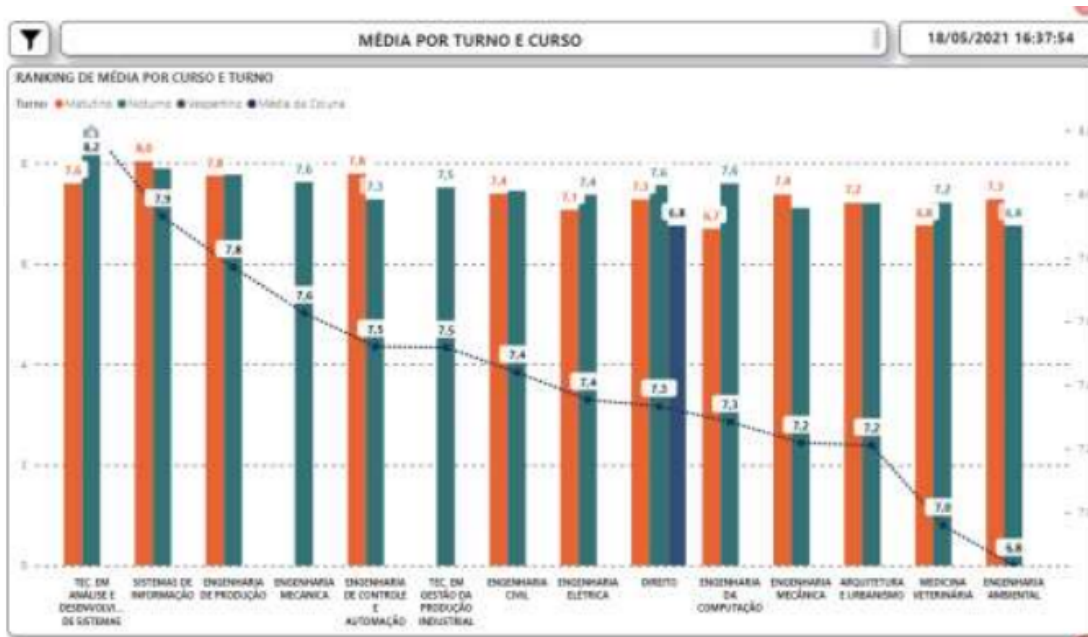
- desenvolvimento da formação definida no projeto pedagógico;
- abrangência e aprofundamento;
- coerência teórica;
- acessibilidade metodológica e instrumental;
- adequação da bibliografia às exigências da formação;
- linguagem dialógica e inclusiva;
- recursos comprovadamente inovadores.

Quanto ao material audiovisual produzido, após a sua produção e edição, realizada pela equipe de produção, passa por processo de validação de qualidade realizado pela equipe multidisciplinar. São verificados itens como qualidade de vídeo, qualidade de áudio, caracteres, edição, dentre outros indicadores. Com a aprovação, os arquivos de mídia são postados nos repositórios em nuvem para integração com o ambiente virtual de aprendizagem e disponibilização aos alunos.

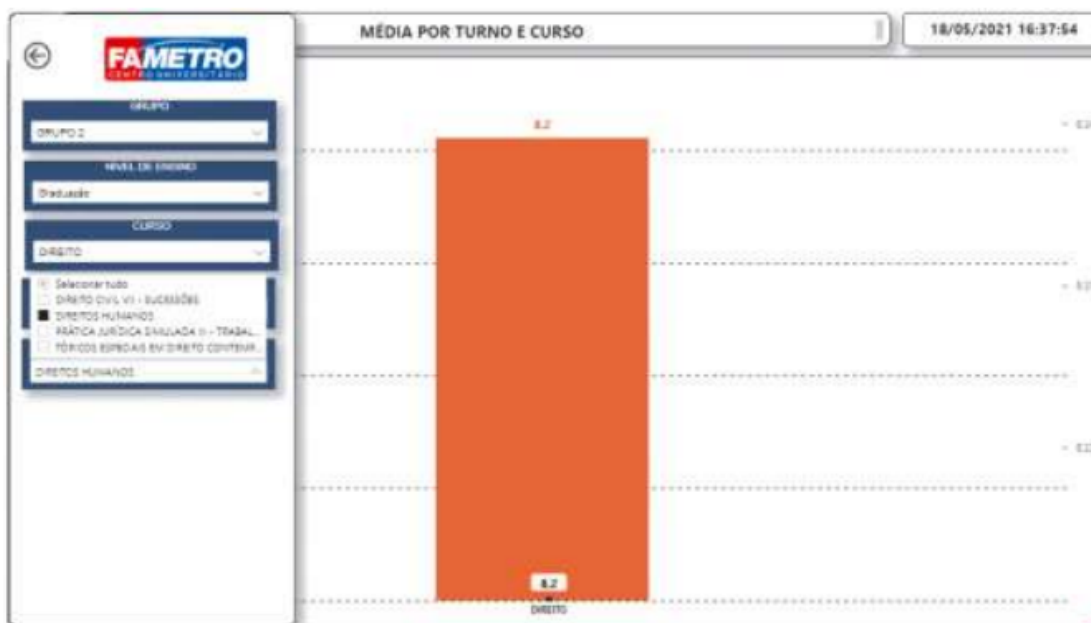
1.19. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS ENSINO APRENDIZAGEM

1.19.1. Atendimento do Acompanhamento e de Avaliação para a Concepção do Curso

As avaliações da aprendizagem são entendidas como ferramentas de interpretação e análise das condições de oferta dos cursos. Por meio dos resultados avaliativos implantados pelo curso o Coordenador e os professores poderão realizar quase que em tempo real os resultados através do acesso ao Portal de Serviços da Fametro, neste ambiente os coordenadores têm a visão completa das notas alcançadas pelos alunos com a visão do rendimento acadêmico por turma, por disciplina e por professor. Esta ferramenta, desenvolvida pelos especialistas em TI da instituição, ofertam indicadores que devem ser objeto de análise do NDE e do colegiado de curso.



Exemplo: Gráfico de Rendimento Turno/Curso



Exemplo: Gráfico de Rendimento Disciplina/Curso

Outra estratégia de acompanhamento se dá pelo acesso ao *input* de questões da avaliação institucional no ambiente digital, o coordenador de curso pode ajustar o nível dos itens avaliativos solicitados aos alunos, para que contribuam no processo de formação visando

o alcance do objetivo do curso, o perfil do egresso com as competências previstas no Projeto Pedagógico de Curso.

1.19.2. Avaliação do Ensino Aprendizagem e Autonomia Discente

A avaliação tem um significado muito profundo, à medida que oportuniza a todos os envolvidos no processo educativo momentos de reflexão sobre a própria prática. Através dela, direciona o trabalho, privilegiando o aluno como um todo, como um ser social com suas necessidades próprias e também possuidor de experiências que devem ser valorizadas na escola. Devem ser oportunizados aos alunos os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade.

Nesse sentido, faz-se necessário redimensionar a prática de avaliação no contexto escolar, onde o professor e o aluno, estão mutuamente implicados, portanto o acesso aos resultados de seu desempenho proporcionam um maior engajamento nas atividades formativas.

Isto posto, é recomendável aos professores que procedam junto aos alunos um momento de reflexão acerca dos erros e também acerca do próprio desempenho ao final do semestre. Neste sentido, o professor pode utilizar uma ferramenta de autoavaliação aberta em que se recomenda a abordagem dos seguintes pontos pelos alunos:

- Determine uma periodicidade.
- Liste seus pontos fortes e fracos.
- Identifique como você reflete os pontos fortes listados.
- Potencialize seus pontos fortes no dia a dia.
- Compreenda seus pontos fracos.
- Encontre meios para utilizar os pontos fracos a seu favor.
- Saiba aonde você quer chegar.

Ou ainda utilizar um instrumento com questões fechadas com um foco mais determinado em certas competências que sejam essenciais ao desenvolvimento do aluno, contudo, tanto em questões abertas, quanto em questões fechadas é fundamental compreender que esse processo de autoavaliação é incorporado às práticas pedagógicas, mostrando claramente as implicações positivas desse processo não só para a formação, como para a vida profissional em curso ou futura.

1.19.3. Avaliação Diagnóstica

A avaliação diagnóstica é utilizada para melhor desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, com objetivo de compreender o estágio de aprendizagem em que se encontra o discente para ajustar e adequar o processo à realidade de cada turma. Dar-se por meio de enquetes, questões ou testes realizados pelos docentes no início de cada semestre.

1.19.4. Avaliação Formativa

A avaliação formativa desenvolve-se no processo ensino-aprendizagem quando os sujeitos são os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas,

viabilizando o redirecionamento das atividades educativas planejadas, no sentido de adquirir as competências estabelecidas.

1.19.5. Avaliação Somativa

A avaliação somativa tem como objetivo conferir notas, tendo como referência as normas e exigências institucionais, acompanham a avaliação formativa através da auto avaliação discente e avaliação do moderador da aprendizagem. A verificação do rendimento escolar é feita ao longo do ano letivo, em cada componente curricular, compreendendo:

Apuração de tempo de permanência no ambiente virtual e frequência às atividades escolares;

Avaliação do aproveitamento acadêmico.

O rendimento acadêmico é aferido com base no cômputo da frequência e dos resultados do aproveitamento nas atividades didático-pedagógicas previstas na programação do componente curricular, sob orientação acadêmica. A avaliação do aproveitamento escolar é entendida como instrumento de acompanhamento contínuo e de caráter construtivo, visando a melhoria da qualidade da aprendizagem através de um processo formativo, permanente e de progressão continuada.

É considerado aprovado no componente curricular o aluno que obtiver:

Frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) às atividades didático-pedagógicas programadas em cada componente curricular;

Média aritmética das notas obtidas nos componentes curriculares, igual ou superior a 5 (cinco)

1.19.6. Disponibilização dos Resultados das Avaliações de Ensino Aprendizagem

Fica assegurado ao aluno o direito de revisão do resultado da avaliação, que é regulamentado em norma específica. Tem direito a matricular-se na série seguinte, o aluno aprovado nos componentes curriculares da série na qual está matriculado. O aluno reprovado em 50% (igual e superior) dos componentes curriculares faz matrícula na série seguinte em regime de progressão parcial. Em caso de nova reprovação, é vedada a matrícula na série subsequente, devendo o aluno cursar apenas os componentes curriculares que determinaram a progressão parcial.

A avaliação adotada em sala de aula tem impacto direto e indireto no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, a IES busca um aperfeiçoamento constante de novas técnicas e metodologias mais eficientes e eficazes através do melhor planejamento e implementação cuidadosa.

Outro aspecto de extrema importância é a utilização constante de outros processos intelectuais de extrema relevância na formação profissional e acadêmica, por exemplo, debates, seminários, palestras e outros, que fornecem os mecanismos necessários para o raciocínio crítico, resolução de problemas e facilidade na transformação de informação em conhecimento. Além disso, a avaliação está aliada a um processo crítico e construtivo a serviço da aprendizagem dos alunos, no que diz respeito às suas capacidades cognitivas e sociais.

A avaliação integra as diversas práticas utilizadas como base do sistema de avaliação institucional. A disponibilização e análise dos resultados dos métodos avaliativos garantem o melhor caminho para garantir a evolução dos alunos. Assim, podemos perceber uma ampla discussão sobre os resultados da avaliação, que se dá pela avaliação diagnóstica, formativa e somativa, podendo vir a ser transformada, para uma educação mais libertadora que tem em sua essência alguns pontos positivos e a partir de velhos elementos, fazer emergir novos, que contribuam, de fato, para a formação do educando de modo coerente com as exigências do atual contexto histórico

1.19.7. Planejamento de Ações para Melhoria da Aprendizagem

O rendimento acadêmico é monitorado pelo Coordenador de Curso por meio dos relatórios de notas expedidos pelo sistema acadêmico, a partir daí, o Coordenador pode acompanhar o desenvolvimento das turmas e localizar problemas importantes que são mitigados por uma ação preventiva e em tempo hábil. O rendimento das turmas é objeto de discussão em Colegiado de Curso e o Núcleo Docente Estruturante, este último para corrigir possíveis distorções no Projeto Pedagógico do Curso, a análise do rendimento acadêmico deve contar também com apoio da Coordenação Pedagógica.

Por outro lado, a cultura da IES é a do reconhecimento do Mérito Acadêmico, assim, uma vez ao ano, a IES celebra em Cerimônia oficial, o maior coeficiente acadêmico por curso e turno, colocando em relevo o esforço e a superação de nossos alunos. Para o acompanhamento, o aluno responde por aplicativo um questionário de percepção acerca da avaliação, o qual se encontra em anexo a este documento.

Em casos mais graves na questão do desempenho de turmas ou individual dos alunos, o Coordenador deve buscar elaborar um trabalho com NAPA, (Núcleo de Apoio Psicopedagógico Acessibilidade e Inclusão) para atendimento individual ou da turma.

1.20. NÚMERO DE VAGAS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO

1.20.1. Número de Vagas

Total
200 vagas

1.20.2. Estudo Qualitativo e Quantitativo de Adequação do Número de Vagas e Adequação à Dimensão do Corpo Docente e à Infraestrutura Física e Tecnológica

O Amazonas tem uma área de 1.559.161.814 km² com população de 3.480.937 habitantes, população estimada de 4.144.597 pessoas em 2019 e a projeção de 4.477.266 para 2020 (IBGE). A capital Manaus concentra em torno de 60% da população do Estado, um total de 2.182.763 habitantes (estimado de 2019), distribuídos em uma área de 11.458 km². A taxa da população ocupada é de 23,7%, o salário médio dos trabalhadores formais é de 3,05 salários mínimos e 37,9% da população possui renda per capita de ½ salário mínimo (2017).

Neste quadro, a cidade de Manaus tem sido o lugar para onde fluem os fluxos migratórios do interior do Estado e de outros estados da federação, dificultando a possibilidade

de desenvolvimento do interior do Amazonas e da Região Norte como um todo, neste contexto faz da cidade de Manaus a 7ª cidade no ranking das cidades mais populosas do país e a 6ª mais rica do país no ranking do PIB das cidades do país. O IDH de Manaus é considerado alto de 0,737. Entretanto, ele não ocorre na Região Metropolitana de Manaus, também conhecida como Grande Manaus, criada pela Lei Complementar Estadual n.52 de 30 de maio de 2007, que é formada por 13 municípios, em sua maioria, com um IDH abaixo da média nacional, conforme se observa na tabela do IBGE.

Tabela 19: Municípios da Região Metropolitana

Município	Legislação [60]	Área territorial (km ²) [61]	População (2019) [62]	PIB (2016) [13]	IDH-M (2010) [63]
Autazes	30.04.2009 - (LC N.64)	- 7.652,851	39.565	R\$ 287,7 milhões	- 0,577 - baixo
Careiro	30.04.2009 - (LC N.64)	- 6.096,210	37.869	R\$ 241,6 milhões	- 0,557 - baixo
Careiro da Várzea	- 30.05.2007 - (LC N.52)	- 2.627,474	- 30.225	- R\$ 295,1 milhões	- 0,568 - baixo
Iranduba	- 30.05.2007 - (LC N.52)	- 2.216,817	- 48.296	- R\$ 636 milhões	- 0,613 - médio
Itacoatiara	- 30.05.2007 - (LC N.52)	- 8.891,906	- 101.337	- R\$ 2 bilhões	- 0,644 - médio
Itapiranga	- 30.04.2009 - (LC N.64)	- 4.335,075	- 9.148	- R\$ 100,5 milhões	- 0,654 - médio
Manacapuru	- 27.12.2007 - (LC N.59)	- 7.336,579	- 97.377	- R\$ 1,2 bilhão	- 0,614 - médio
Manaquiri	- 30.04.2009 - (LC N.64)	- 3.973,259	- 32.105	- R\$ 249,8 milhões	- 0,596 - baixo
Manaus	- 30.05.2007 - (LC N.52)	- 11.401,092	- 2.182.763	- R\$ 70,2 bilhões	- 0,737 - alto
Novo Airão	- 30.05.2007	- 37.805,257	- 19.454	- R\$ 120,5 milhões	- 0,570

	- (LC N.52)					- baixo
Presidente Figueiredo	- 30.05.2007	- 25.412,265	- 36.279	- R\$ 546,2 milhões	- 0,647	- médio
Rio Preto da Eva	- 30.05.2007	- 5.815,622	- 33.347	- R\$ 445,1 milhões	- 0,611	- médio
Silves	- 30.04.2009	- 3.723,382	- 9.171	- R\$ 97,9 milhões	- 0,632	- médio
Total		127.287,789	- 2.676.936	- R\$ 76,6 bilhões	- 0,720 alto	

Fonte: IBGE

A realidade social do Norte do País se apresenta extremamente marcada por desigualdades e índices de desenvolvimento humano que se apresentam ligados principalmente com as condições econômicas e de baixa cobertura de políticas públicas capazes de impulsionar desenvolvimento em todos os campos da vida social e evitar o êxodo dessas populações para as extremidades periféricas do seu centro urbano referente - no caso do Amazonas - Manaus. Neste sentido, destacamos que o número de vagas solicitado pela IES, se apresenta consubstanciado em alguns aspectos relevantes, a saber:

- As características geográficas e culturais da região, devido às longas distâncias, necessitam de profissionais especializados para assumir cargos de gestão e liderança;
- Cenário loco-regional da oferta de saúde a população local;
- Oferta local de espaços de formação e demanda por serviços de gestão na Região, pois cada pólo de oferta possui suas demandas específicas e fazem necessário a formação de gestão para atender as características loco regionais;

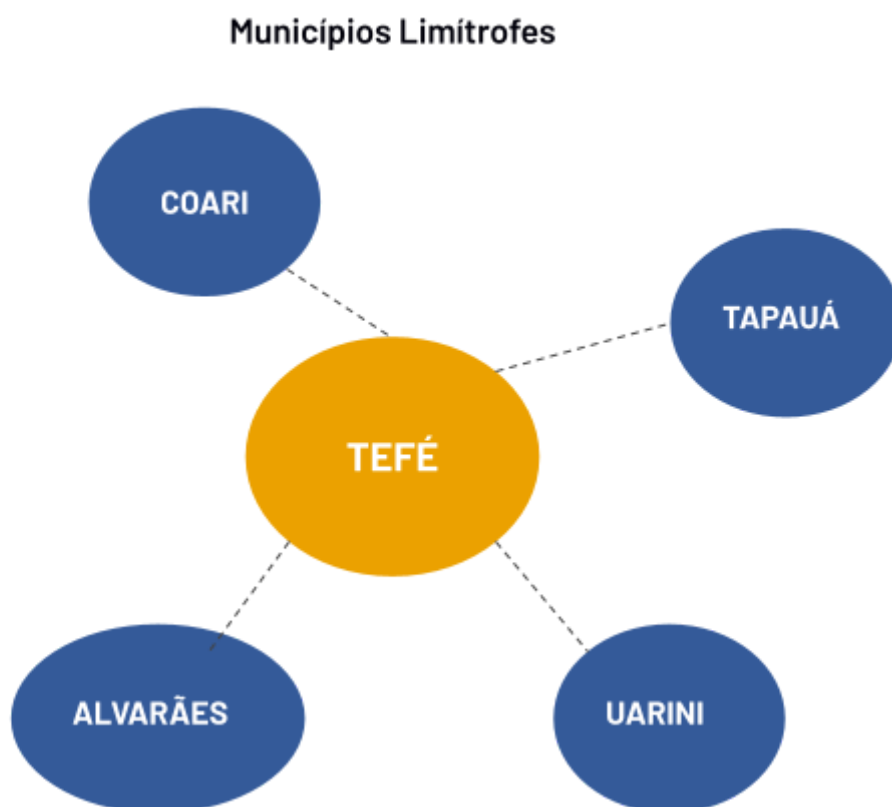
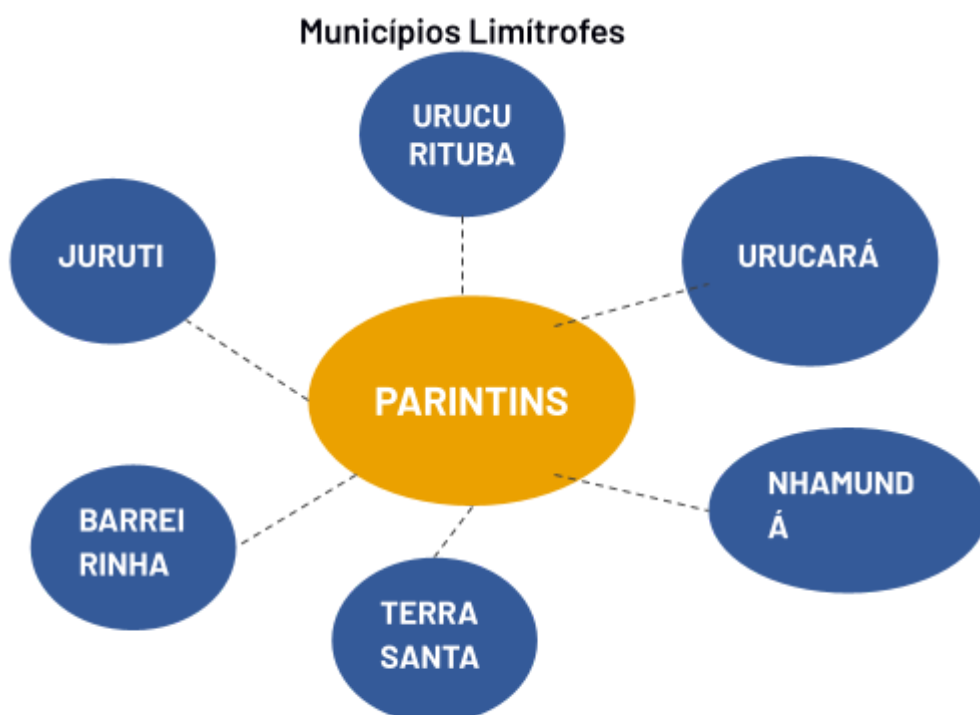
Do ponto de vista do primeiro ponto elencado acima, o Estado do Amazonas é um estado com características geográficas e culturais bastante peculiares, com seus 62 municípios, formado pelo encontro de várias culturas, é entre as regiões brasileiras, a mais extensa, com uma área de 3.869.637km², correspondendo a 42,27% do território brasileiro, sendo formada por sete Estados: [Acre](#), [Amapá](#), [Amazonas](#), [Pará](#), [Rondônia](#), [Roraima](#) e [Tocantins](#).

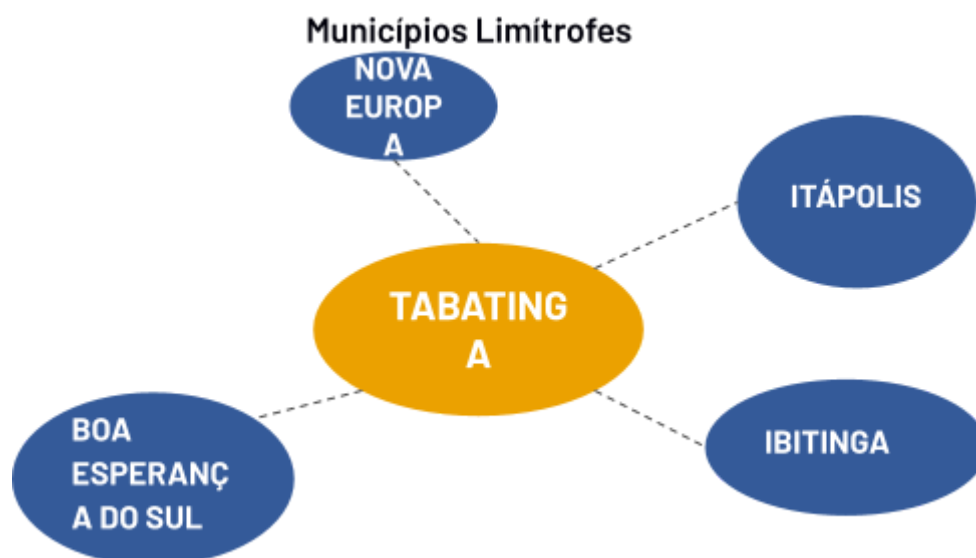
Grande parte do Estado do Amazonas é ocupada pela Floresta Amazônica, o mais importante ecossistema para o planeta, onde vivem populações que necessitam tanto quanto outras de atenção às suas necessidades, especialmente àquelas relacionadas à saúde. Nosso também é cortado por um grande número de rios de grande dimensão, e a presença de vasta quantidade de água, caracteriza o estado por uma grande população ribeirinha. O trânsito de pessoas, materiais e serviços na região é feito por via fluvial ou aérea, dificultando o trânsito e

o acesso de pessoas à serviços que só estão disponíveis na capital. Considerando Tefé, que possui uma grande demanda de atividades comerciais, Tabatinga que faz parte das tríplice fronteira e Itacoatiara que tem uma grande movimentação de serviços devido à grande zona portuária existente, elencam toda a necessidade de profissionais especializados na área de Logística.

Vejamos os três casos citados no diagrama abaixo:







Cenário loco-regional da oferta de saúde a população local

Vale destacar que o Amazonas possui cerca de 4.144.597 de habitantes e sua capital possui aproximadamente 2.057.711 habitantes, colocando-se como a 7ª capital com mais habitantes do país (IBGE). E de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, no campo da saúde, a mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 34,2 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 14,2 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 43,2%. Já na unidade da federação, a taxa era de 17,0, em 2010, de 38,0, em 2000 e 50,4, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 óbitos por mil nascidos vivos para 16,7 óbitos por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 óbitos por mil nascidos vivos. De acordo com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015 (PNUD).

A educação no Município de Manaus possui uma taxa de analfabetismo de 2,1%, menor que o nível nacional (6,8%). A taxa de analfabetismo no Amazonas foi a 8ª menor dentre as capitais. A maior foi em Rio Branco (7,5%) e a menor foi em Porto Alegre (1,2%), de acordo com os dados do IBGE em 2018. Sua taxa de escolarização de ensino médio de toda a sua população é de 52,7% e de ensino superior é de 14,8%, sendo a média brasileira de 16,5%. Entretanto, apesar da demanda reprimida por ensino superior e formação de profissionais qualificados para o setor terciário.

Ademais, há necessidade de formação especializada de profissionais em recursos humanos para o atendimento das peculiaridades da região, como a exemplo da legislação do Modelo de Desenvolvimento Econômico da Zona Franca de Manaus e da forte influência do comércio local, para que os profissionais possam se adaptar às normativas praticadas pelo estado e município.

Em referência aos aspectos culturais da cidade de Manaus, temos uma grande contribuição de nossa população através da miscigenação dos índios com os nordestinos que

migraram para o Amazonas durante o período do Ciclo da Borracha. Além desta herança, o período de extração da Borracha deixou ícones da nossa cultura que são conhecidos mundialmente e que geram um comércio expressivo de souvenirs, lembranças e objetos locais que fazem referências aos principais atrativos turísticos como o Teatro Amazonas, Palácio da Justiça, Alfândega, dentre outros. Observa-se também, outros pontos turísticos que ressaltam a riqueza dos nossos rios como o Encontro das Águas e o Parque Nacional de Anavilhanas e a Floresta Amazônica, considerada o pulmão do mundo e Patrimônio da Humanidade. Outros patrimônios socioculturais do estado do Amazonas que também merecem destaque são o Festival de Parintins, mundialmente conhecidos pela rivalidade de dois bois bumbás no município de Parintins, Festival da Canção de Itacoatiara, Festa do Cupuaçu, entre outros.

No que dizem respeito aos aspectos ambientais, os principais agentes poluentes do Município são as invasões de terras, a contaminação por lixo dos rios e igarapés, a falta de saneamento e a falta de arborização no centro urbano se caracterizam como os grandes fatores complicadores para a sustentabilidade da região. Com o desafio urgente de combinar sustentabilidade socioambiental à econômica, cada vez mais as empresas investem recursos em práticas que promovam a conservação do meio ambiente, diminuição da população, o uso devido dos recursos naturais e a redução dos impactos de suas ações na natureza. Na cidade de Manaus, uma cidade amazônica por definição, nada mais natural que as empresas adotem políticas que protejam a floresta e os rios para que contribuam para uma sociedade mais sustentável.

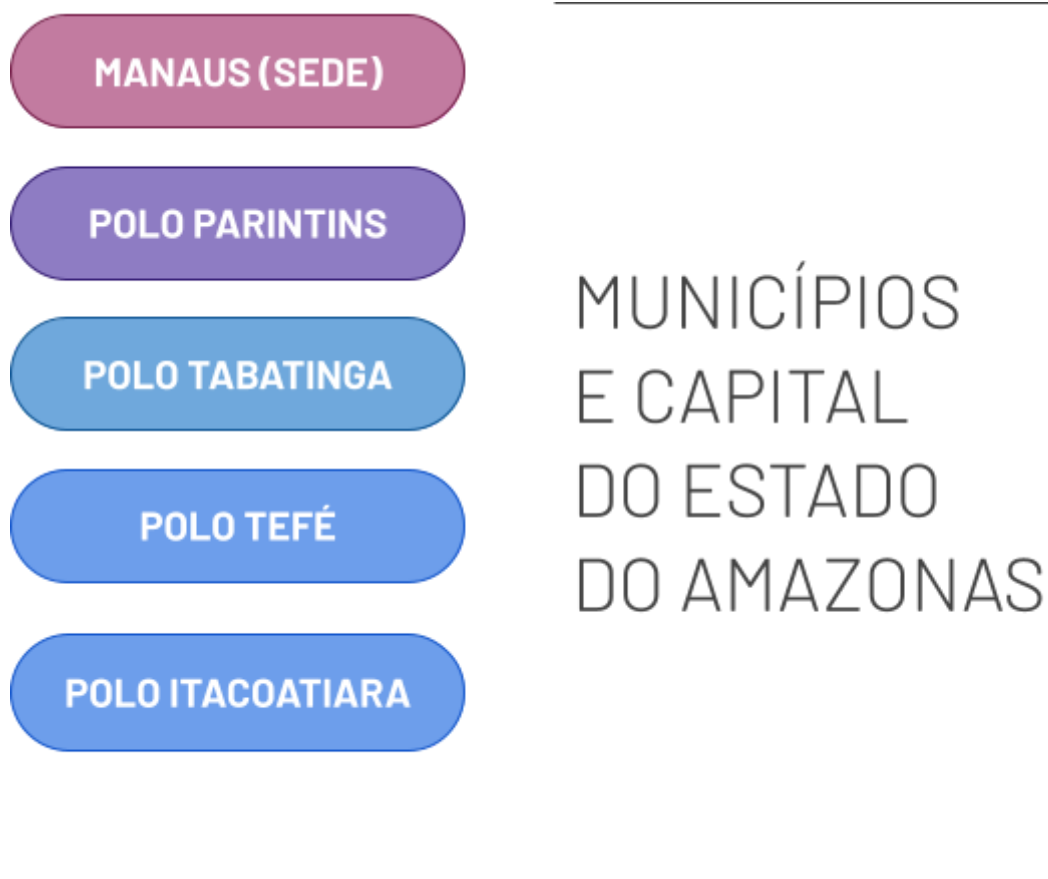
O Curso Superior de Logística EAD da IES apresenta além da abordagem técnica uma abordagem humanística, considera as diferentes culturas organizacionais influenciadas inclusive por diferenças regionais. O incentivo à leitura, ao desenvolvimento de projetos que envolvam a pesquisa permeiam o desenvolvimento e a consolidação do conhecimento necessário para a formação do profissional em Logística. Considera-se no arcabouço teórico e prático deste Projeto a Missão, os Objetivos e o Perfil Profissiográfico desejado para o aluno egresso.

A de atuação do Tecnólogo em Logística compreende a organização, comunicação, capacidade de solucionar problemas, conhecimento de gestão de times, capacidade de gerenciamento de decisões, dentre as principais características do Tecnólogo em Logística. Assim, a necessidade de um profissional habilitado e estratégico, alinhados a novas tendências na área de Logística, leva-nos a acreditar que em qualquer local do país ou mesmo no mercado externo há empresas e organizações carentes de profissionais com boa formação na área de Logística.

Nessa perspectiva são embasadas às inúmeras particularidades loco regionais, a contribuição da formação em Logística para região transcende a necessidade de demanda, sendo de fundamental importância para o desenvolvimento econômico, social e humano, ressaltando-se a relevância da atuação desses profissionais.

Oferta local de espaços de formação e demanda por serviços em Logística na Região, Manaus é naturalmente, pelo cenário apresentado, o local para onde convergem todas essas demandas, a cidade contribui com 79% do PIB do Estado do Amazonas. Mediante este contexto, para onde convergem inúmeros fatores de ordem econômica, social e cultural, o CEUNI-FAMETRO, alinhada a sua missão institucional, propõe a autorização de 500 vagas do

Curso Superior em Logística EAD, para atender, como instituição de formação, quer seja oferecendo atendimento qualificado, quer seja por meio de seus esforços, para formar profissionais em Logística, um contingente populacional de aproximadamente 17 milhões de habitantes espalhados pela Região Norte do País, com apoio de sua Sede e de quatro Polos próprios já estão em funcionamento nas seguintes cidades do interior:



1.20.3. Formas de Acesso ao Curso

O ingresso de alunos a qualquer curso ministrado pelo IME se dá, conforme exigência da legislação em vigor, sempre através de um processo seletivo.

O ingresso em um curso de graduação se dará através de:

Processo Seletivo;

Transferência;

Transferência ex officio

Portador de Diploma de Curso Superior;

Reopção;

ENEM.

1.20.4. Do Processo Seletivo

O Processo Seletivo é um exame seletivo e classificatório a que se submetem aqueles que concluíram o ensino médio ou equivalente e que desejam ingressar em curso de graduação. O Processo Seletivo será aberto por edital e será elaborado em articulação com o ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade.

A classificação dos candidatos aprovados obedecerá à ordem decrescente de pontos obtidos, até o preenchimento das vagas definidas para cada curso e turno da preferência do candidato registrado no ato de sua inscrição. O Processo Seletivo, com validade exclusiva para o ano destinado, é realizado antes do início de cada ano letivo, sob a responsabilidade do Diretor Acadêmico.

Processo Seletivo Contínuo

O Processo Seletivo Contínuo é um processo seletivo sequenciado destinado aos estudantes que ainda estão cursando o ensino médio e que pretendem, após sua conclusão, ingressar em curso de graduação.

O Processo Seletivo Contínuo, aberto por edital, só tem validade para o estudante que se submeter aos três exames correspondentes a 1ª, 2ª e 3ª ano do ensino médio e tem validade exclusiva para o ano imediatamente subsequente ao ano de conclusão do ensino médio.

A média final do aluno que se submete ao Processo Seletivo Contínuo corresponde à média aritmética dos resultados dos três exames mencionados no parágrafo anterior.

A classificação dos candidatos para o preenchimento das vagas definidas pelo Conselho Maior para o Processo Seletivo Contínuo obedece à ordem decrescente das médias obtidas na forma do parágrafo anterior. O Processo Seletivo contínuo é planejado e coordenado pelo Diretor Acadêmico.

1.20.5. Da Transferência Externa

Transferência é a forma de admissão de estudantes oriundos de outra Instituição de Ensino Superior – IES no decorrer de um curso de graduação. A transferência facultativa depende da existência de vaga no curso ou curso, e sua autorização está condicionada ao atendimento das exigências das normas estabelecidas pelo Conselho Maior, mediante processo seletivo. O processo de transferência facultativa inicia-se com o pedido de declaração de vaga.

A IES, ao deferir o pedido de declaração de vaga, solicita da IES de origem do candidato a respectiva guia de transferência acompanhada da seguinte documentação:

Histórico escolar completo do aluno a ser transferido, no qual conste inclusive o semestre e ano letivo em que foi aprovado no processo seletivo;

Currículo pleno do curso, com a indicação do programa e carga horária de cada disciplina cursada;

Regime ou critério de aprovação.

1.20.6. Transferência ex officio

A Transferência ex officio a que se refere o Parágrafo Único do Art.49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 se opera independente de época e disponibilidade de vaga sendo assegurada aos servidores públicos efetivos federais e estaduais, civis e militares e/ou seu(s) dependente(s) estudante(s) que sejam removidos ou transferidos compulsoriamente implicando em mudança de domicílio. A Transferência é concedida para curso idêntico ao de origem, ou na inexistência deste, para curso afim.

O interessado solicita à SECAD, por meio de requerimento junto ao Setor de Protocolo Geral da IES, acompanhado dos seguintes documentos:

a – Histórico Escolar completo e atualizado, constando as notas do vestibular (doc. Original);

b – Declaração de regularidade de matrícula na IES – Instituição de Ensino Superior de origem, no período letivo em exercício; (doc. Original)

c – Programas das disciplinas cursadas; (doc. Original)

d – Declaração de Reconhecimento do Curso pelo MEC e/ou Conselho Estadual de Educação, no caso de Instituição Estadual de Ensino Superior, onde conste o número do Decreto ou Portaria e data de publicação no Diário Oficial da União ou do Estado; (doc. Original)

e – Portaria de remoção ou equivalente, de publicação em Boletim, Diário Oficial;

f – Comprovação de dependência, quando for o caso; (Certidão de Nascimento, Casamento, Sentença Judicial ou Declaração de IR.)

g – Documento comprobatório que indique a mudança de domicílio para a área de atuação da IES.

Após a conclusão do processo e aprovada a transferência compulsória, caso o período letivo regular da FAMETRO já tenha iniciado, a matrícula em componentes curriculares será autorizada.

A SECAD encaminha o processo à coordenação do curso, a qual define, conforme o aproveitamento de estudos, em qual período letivo o (a) requerente está matriculado (a). A matrícula somente poderá ser efetivada após a confirmação do recebimento da Guia de Transferência do (a) requerente por parte da SECAD- Secretaria Acadêmica da IES.

1.20.7. Do Portador de Diploma de Curso Superior

Transferência é a forma de admissão de estudantes oriundos de outra IES no decorrer de um curso de graduação. A transferência facultativa depende da existência de vaga no curso ou curso e sua autorização está condicionada ao atendimento das exigências das normas estabelecidas pelo Conselho Maior, mediante processo seletivo. O processo de transferência facultativa inicia-se com o pedido de declaração de vaga.

A IES, ao deferir o pedido de declaração de vaga, solicita da IES de origem do candidato a respectiva Guia de Transferência acompanhada da seguinte documentação:

Histórico escolar completo do aluno a ser transferido, no qual conste inclusive o semestre e ano letivo em que foi aprovado no processo seletivo;

Currículo pleno do curso, com a indicação do programa e carga horária de cada disciplina cursada;

Regime ou critério de aprovação.

1.20.8. Da Reopção

Reopção é uma transferência interna de um curso de graduação para outro da mesma área permitida a alunos regulares da FAMETRO, através de seleção. Os critérios exigidos para o deferimento do pedido de reopção são:

Existência de vaga no curso pretendido;

Comprovação de regularidade de matrícula no curso de origem; e

Comprovação de que o estudante já tenha cursado, pelo menos, dois semestres do curso de origem.

1.20.9. Do ENEM

Através do resultado do ENEM, o candidato concorre às vagas sem precisar fazer o vestibular, desde que obtenha média igual ou superior a 450 (QUATROCENTOS E CINQUENTA PONTOS).

1.20.10. Matrícula

A primeira matrícula institucional é o cadastramento do candidato selecionado por uma das formas de admissão a um curso de graduação ou pós-graduação, tornando-se por este ato, um aluno regular vinculado ao Curso da FAMETRO.

Por ocasião do cadastramento, o aluno recebe um número permanente no curso, o qual indica o ano de seu ingresso, o código da área de estudo e a sequência numérica do curso.

A matrícula institucional é feita pela secretaria Acadêmica no prazo fixado no calendário acadêmico, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado e aceito pelo Conselho Superior.

A não efetivação da primeira matrícula institucional, expirados todos os prazos de chamada, implica na perda do direito à vaga.

A solicitação de matrícula institucional é feita em formulário próprio pelo acadêmico ou seu representante legal, anexando a esta, a seguinte documentação:

Certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente;

II - Histórico escolar do ensino médio;

III - Diploma do ensino superior;

IV - Título de eleitor;

V - Comprovante de estar quites com o serviço militar, para os homens;

VI - Uma foto $\frac{3}{4}$.

Os itens I e II são exigidos para os cursos de graduação e os itens III e IV para os cursos de pós-graduação ou cursos de graduação com ingresso como portador de diploma de nível superior.

A solicitação de matrícula institucional, sem qualquer exceção, só pode ser feita à vista de toda documentação exigida. É anulada a matrícula efetuada quando não tenham sido observadas todas as exigências legais e regimentais, o que é notificado.

1.21. INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO (Licenciaturas)

1.21.1. Convênios e Integração com as Redes Públicas de Ensino

Não se aplica

1.21.2. Desenvolvimento, Testagem, Execução e Avaliação de Estratégias Didático-Pedagógicas

Não se aplica

1.21.3. Utilização de Tecnologias Educacionais

Não se aplica

1.21.4. Documentação das Experiências proporcionadas pela Integração

Não se aplica

1.21.5. Planejamento/execução de Ações Inovadoras

Não se aplica

1.22. INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE – SUS (Cursos de Saúde)

1.22.1. Convênios e Integração com o Sistema Local e Regional de Saúde

Não se aplica

1.22.2. Formação Discentes em Serviço e sua Inserção em Equipes Multidisciplinares e Multiprofissionais nos Diferentes Cenários do Sistema e Diferentes Níveis de Complexidade

Não se aplica.

1.23. ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA ÁREAS DE SAÚDE (Cursos da Saúde)

Não se aplica.

1.23.1. Atividades Práticas de Ensino da Saúde em Conformidade com as DCNs

Não se aplica.

1.23.2. Regulação para a Orientação, Supervisão e Responsabilidade Docentes para a Inserção nos Cenários do SUS e Outros Ambientes Profissionais

Não se aplica.

1.23.3. Desenvolvimento de Competências Específicas da Profissão relacionadas ao Contexto de Saúde da Região

Não se aplica

1.24. ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS

1.24.1. Atividades práticas de Ensino da Licenciatura com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica, da formação de formação de Professores e da Área de Conhecimento da Licenciatura

Não se aplica

1.24.2. Distribuição das Atividades de Teoria e Prática ao Longo do Curso

Não se aplica

2. DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL

2.1. Núcleo Docente Estruturante – NDE

As normas do NDE compreendem os seguintes itens:

O NDE de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso;

O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso;

São atribuições do NDE: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso, zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo, indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso, zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;

A IES, por meio dos seus colegiados superiores, devem definir as atribuições e os critérios de constituição do NDE, atendidos, no mínimo, os seguintes: ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso; ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu; ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral; assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso;

O NDE constituído reúne-se no mínimo 2 vezes por semestre em reuniões ordinárias previstas em calendário acadêmico. Caso haja necessidade de outras reuniões, o Presidente do NDE convoca reuniões extraordinárias;

As reuniões ordinárias e extraordinárias são registradas em ata aprovada por todos os membros. O presidente nato do NDE é o Coordenador do Curso de Graduação. O NDE não se constitui em instância deliberativa devendo suas propostas serem submetidas aos Colegiados de Curso.

2.1.1. Composição do NDE

Seguindo as novas diretrizes do MEC, em resposta ao novo instrumento de Avaliação de Cursos de graduação presencial, a Direção da IES designou os professores relacionados no quadro a seguir para, sob coordenação do curso, constituir o Núcleo Docente Estruturante (NDE), responsável pela formação, implementação e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso e outras atividades pertinentes ao curso, que constam em regulamento próprio.

2.1.2. Atribuições do NDE de Acompanhamento, Consolidação e Atualização do PPC

O Núcleo Docente Estruturante do Curso é formado por professores, contratados em regime integral ou parcial, que participaram efetivamente da construção do Projeto Pedagógico e juntos com o coordenador são responsáveis pela implantação do curso. Possuem formação *stricto sensu* e experiência na área. As reuniões do NDE ocorrem duas vezes ao semestre em caráter ordinário, convocadas pelo presidente do Núcleo. As demais reuniões ocorrem em caráter extraordinário, podendo também acontecer em conjunto com o colegiado de curso, devendo ser convocada pelo presidente do núcleo e o coordenador de curso.

2.1.3. Planejamento dos Estudos e Avaliação Periódica o PPC pelo NDE

Semestralmente são realizadas ao mínimo duas reuniões do NDE para debate e discussão de melhorias do curso, assim como avaliação e adequação (se necessário) do PPC, o qual será levado para discussão e deliberação por parte do colegiado do curso. As informações coletadas e organizadas pelo NDE são encaminhadas, no caso dos cursos a distância, para a Equipe Multidisciplinar. A Avaliação Qualitativa do PPC, tem um ciclo de trienal, ou no momento da alteração de legislação que afete a oferta do curso. No momento da avaliação trienal, são observados os indicadores do Projeto de Curso com a observação dos itens apontados abaixo na tabela que segue este texto.

INDICADORES PARA AVALIAÇÃO PERIÓDICA DO PPC DO CURSO	SIM	NÃO	NECESSITA DE APERFEIÇOAMENTO E/OU ALTERAÇÃO
--	-----	-----	---

O PPC expressa com clareza a articulação das políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa (quando for o caso), alinhadas com a Missão, a Visão, os princípios e valores educacionais da Instituição?			
O Perfil do Egresso se encontra atual e dialoga com as demandas atuais do mundo do trabalho?			
As competências previstas no perfil do egresso estão alinhadas com as DCN's e se mostram atualizadas com previsão de desenvolvimento de novas competências que se expressem em termos de inovação para o mundo do trabalho.			
Os Objetivos do Curso atendem as DCN's e se mostram exequíveis e compatíveis com a capacidade técnico-científica da Instituição?			
As Metodologias de ensino previstas, estão alinhadas aos princípios da política de ensino e guardam a proposta de oferta de atividades problematizadoras e mobilizadoras de conhecimentos?			
O processo de avaliação descrito no PPC recomenda a adoção das dimensões diagnósticas; formativas e somativas da avaliação, com orientações claras e exemplos exequíveis aos docentes?			
As tecnologias da Informação e da Comunicação estão inseridas como suporte metodológico ao ensino?			
Os Programas e Regulamentos Institucionais são respeitados e os regulamentos internos, específicos de curso guardam relação com os mesmos?			
A estrutura Curricular que demonstra o itinerário de formação do aluno necessita de alteração em face às novas demandas e processos?			
A participação Discente e Docente está prevista no PPC?			
Os requisitos legais previstos na legislação vigente estão contemplados e seus processos de execução estão claros e oferecem direcionamento para a adoção das mesmas pelo professor?			
Aspectos de Análise Qualitativa – Parecer técnico do membro do Núcleo Docente Estruturante			

2.2. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

2.2.1. Equipe Multidisciplinar responsável pela Concepção, Produção e Disseminação de tecnologias, metodologias e recursos educacionais a distância

A Equipe Multidisciplinar do EAD Fametro é composta por integrantes de diferentes áreas do conhecimento, tais como educação, *design*, comunicação, logística, docência, audiovisual, dentre outras, que atuam de forma integrada na excelência dos cursos a distância da instituição, bem como nas disciplinas desta modalidade utilizadas parcialmente nos cursos presenciais. Totaliza aproximadamente 30 integrantes.

Dentre suas atribuições é responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para a EaD, assim como preveem os instrumentos de avaliação, bem como os Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância (2007), este último que preconiza que os recursos humanos configuram equipe com funções de planejamento, implementação e gestão dos cursos a distância. Todo o trabalho no Núcleo de Educação à Distância é norteado pelo Plano de Ação implementado e validado na própria equipe em questão.

A equipe multidisciplinar elabora o seu Plano de Ação semestralmente. No que diz respeito aos cursos a distância, o item é elaborado em conformidade com o PPC dos cursos da IES, por meio das informações obtidas das coordenações de cursos, NDE e das pesquisas promovidas pela CPA. Há uma constante voltada para as disposições legais acerca da EaD, com vistas à adoção de medidas para as adequações que se fazem necessárias no modelo de EaD estabelecido ou de impacto nos cursos.

Das atribuições

Está no escopo da equipe promover modelos instrucionais, em conformidade com as necessidades acadêmicas, nos níveis micro, meso e macro, ou seja, que compreende desde o envolvimento na estruturação de um curso até um objeto virtual de aprendizagem em uma aula do material didático. Outro processo importante é assegurar o cumprimento do processo produtivo do material didático em todas as suas etapas, a fim de atender a demanda estabelecida no Plano de Ação, uma vez que fora estabelecido pela IES que ela própria produz seu conteúdo para os estudos dos alunos.

São de responsabilidade da equipe as capacitações do corpo docente e tutorial, bem como os estudantes, além do corpo técnico-administrativo, no que diz respeito às particularidades da modalidade a distância, tais como a própria modalidade em si, ambiente virtual de aprendizagem, laboratórios virtuais, bibliotecas virtuais, lousas digitais, TV *touch screen* e TICs em geral adotadas pela IES. A organização das capacitações, orientações e atividades nos polos de apoio presencial. Por fim, o suporte aos estudantes no AVA.

A equipe multidisciplinar tem diversas outras funções, pois sua estrutura principal surge como um setor autônomo e funcional, em que se agrega alguns componentes transversais, tais como coordenação de ensino, para que haja um diálogo rico e produtivo na equipe, visto que esse profissional transita em cursos presenciais e a distância.

Das demais funções podemos listar:

- Coordenar a execução das políticas e diretrizes para Educação a Distância;
- Propor a estrutura física e de recursos necessários ao desenvolvimento dos cursos e/ou programas de EaD, bem como acompanhar e avaliar a execução do processo de ensino aprendizagem nos cursos ofertados na modalidade a distância;
- Assegurar o envolvimento da comunidade acadêmica na modalidade de EaD, mediante a articulação contínua com todos os setores da IES;
- Oferecer cursos e/ou atividades formativas de Graduação e de Pós-graduação Lato Sensu e de Extensão;

- Produzir material didático e assegurar sua distribuição no AVA;
- Garantir a funcionalidade do AVA assim como a sua atualização contínua;
- Assessorar e dar suporte a todas as iniciativas e experiências em EaD, no âmbito das IES;
- Apoiar e incentivar a aplicação do conhecimento adquirido em EaD;
- Estudar, elaborar e difundir modalidades de EaD;
- Buscar o desenvolvimento de habilidades em novas tecnologias aplicadas à EaD;
- Propor normas de organização, gestão e avaliação da EaD no âmbito das IES;
- Promover as melhores práticas pedagógicas em todos os cursos ofertados em EaD;
- Promover parcerias com outras instituições nacionais e internacionais, públicas e privadas, governamentais e não governamentais;
- Promover congressos, simpósios e similares sobre assuntos relacionados com EaD;
- Disseminar tecnologia, metodologias e os recursos educacionais para a EAD.

De uma perspectiva específica, podem-se destacar algumas peças principais no andamento das atividades acadêmico pedagógicas, tais como:

O Gerente/Coordenador EAD, que é o responsável pela gestão acadêmica da unidade EAD, da equipe EAD, bem como por processos estratégicos, juntamente e, com equivalente peso decisório, à Diretoria de Expansão, com reporte direto à Reitoria e à Presidência da IES.

A Coordenação Pedagógica EAD, a qual é responsável pelo desenvolvimento dos projetos pedagógicos, manuais e regulamentos junto com os coordenadores de cursos, revisão, controle e acompanhamento do ambiente virtual do aluno, organização, planejamento e controle dos tutores e conteudistas. Tem conhecimento na área pedagógica, incluindo didática e metodologias, gestão educacional, técnicas de ensino-aprendizagem, docência e uso de mídias e tecnologias.

O Analista de Tecnologia Educacional EAD, que auxilia na escolha das tecnologias e mídias a serem utilizadas nas atividades e nos cursos oferecidos e a operacionalização da construção do material didático. Também é responsável por coordenar todos os processos que visam ao funcionamento do AVA, bem como coordenar a operacionalização dos materiais didáticos, o design institucional do AVA, o design institucional dos estúdios de gravações.

A Supervisão de Produção EAD, que é responsável pela produção, gerenciamento e orientação aos docentes no processo de produção e gravação das videoaulas com vistas a garantir a qualidade técnica e pedagógica desse recurso didático, produção de recursos para as videoaulas, gerenciamento das demandas relativas às videoaulas, orientação dos professores quanto ao conteúdo das videoaulas e sua relação com o conteúdo escrito, orientação aos professores quanto à estrutura e recursos para a gravação das videoaulas, recepção e apoio aos docentes durante sua estada no Núcleo de Educação a Distância, acompanhamento das gravações e produzir relatórios sobre o andamento das gravações.

Secretaria Acadêmica (Secad), que é o setor responsável por todos os processos, registros e controles acadêmicos, e pelo relacionamento com alunos e com os polos de apoio presencial.

A Coordenação de Curso por Área de Conhecimento, que tem como atribuições:

- Elaborar e coordenar o desenvolvimento de currículo para a formação profissional;
- Elaborar documentação oficial do curso, contemplando todas as prerrogativas legais e institucionais;
- Analisar e emitir pareceres acerca dos cursos: análise curricular para aproveitamento de disciplinas; estágio; práticas obrigatórias; atividades complementares; outras inerentes aos cursos;
- Assegurar as ações pertinentes aos cursos previstas no calendário acadêmico;
- Representar o curso perante aos discentes, bem como ao MEC;
- Acompanhamento e controle de processos e requisitos para a funcionamento do curso;
- Promover apresentações pertinentes a função de coordenação de curso, junto aos discentes;
- Promover inovação nos cursos;
- Acompanhar, bem como potencializar o desempenho dos estudantes;
- Realizar atendimento aos discentes quando necessário;
- Elaborar e acompanhar as atividades pedagógicas inerentes aos cursos;
- Atendimento aos polos, acerca das funcionalidades dos cursos;
- Gerar relatórios de controle das demandas de atendimentos.

Plano de Ação

O EaD utiliza-se de toda a estrutura da IES, tais como outros núcleos, coordenações, NDE, secretarias, pessoal e infraestrutura para o desenvolvimento das atividades por ele coordenadas, incluindo àquelas previstas em Regimento Interno. O plano de ação da equipe multidisciplinar é apresentado sempre que necessário, para assegurar de forma objetiva que todas as premissas estabelecidas sejam cumpridas. O Plano de Ação tem previsão semestral e apresenta as principais ações pertinentes à equipe multidisciplinar.

Assim, o presente plano apresentado, a seguir, foi composto a partir das demandas dos cursos ministrados no âmbito desta IES e pretende definir as ações da equipe multidisciplinar, em consonância com o que está previsto no Projeto Pedagógico de Curso.

Ações

AÇÃO	OBJETIVO	META	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	RESPONSÁVEL	MONITORAMENTO
Levantamento de dados sobre os	Conhecer as demandas	01 relatório situacional por	Fevereiro/abril	Coordenação EAD.	Os relatórios Apresentados não

resultados de execução dos cursos.	existentes em cada curso ofertado na EAD para encaminhamentos de melhoria	oferta.			Possibilitaram uma Visão real da situação do curso.
Reunião com coordenadores de cursos e equipe de tutoria.	Dar suporte teórico e metodológico à equipe, atuando como elemento articulador dos fundamentos para a construção e/ou fortalecimento das diretrizes curriculares;	1 a cada mês.	Fevereiro a novembro	Coordenação EAD e Equipe Multidisciplinar	Apresentação de relatórios
Elaborar instrumentos de acompanhamento e de avaliação de desempenho dos profissionais que atuam na EAD.	Dar o suporte dentro das possibilidades e acompanhando metódico nos instrumentos de avaliação como: provas, trabalhos, material didático, apostilas, mídias e outros que venham ser utilizados como material de avaliação;	A análise é feita de acordo com a necessidade de cada modalidade	Fevereiro a novembro	Coordenação EAD e Equipe Multidisciplinar	Com o Coordenador e Professor mediando e adequando materiais avaliativos utilizados em sala de aula virtuais/ presenciais.
Emitir parecer técnico pedagógico concernente a projetos, planos de cursos e planos de ensinios desenvolvidos nos cursos sob a responsabilidade do	Analisar planos de ensino adequando cada um realidade da modalidade hoje desenvolvida no EAD no que compete habilidade/ competências objetivos, conteúdos, metodologia, avaliação e referências bibliográficas; (vide PPC de cada curso)	1 por plano de ensino.	Fevereiro a novembro	Coordenação EAD e Equipe Multidisciplinar	Socializar com todos os coordenadores, possibilitando uma visão real e adequação dos instrumentos ao curso
Acompanhar os processos de elaboração e reformulação dos Projetos Pedagógicos de Cursos ofertados na EAD;	Acompanhar o desenvolvimento dos projetos, sua legalidade e as atividades de integração de professores.	1 por projeto	Fevereiro a novembro	Coordenação EAD Equipe Multidisciplinar	Analisar e dar parecer nos projetos desenvolvidos em EaD adequando cada um à realidade/ possibilidade no que compete objetivos, metodologias, avaliação e desenvolvimento.

Organizar e promover reuniões de cunho pedagógico com a equipe de coordenadores dos cursos e tutores	Refletir quanto aos processos de ensino aprendizagem da Modalidade EaD visando à redefinição de procedimentos para a melhoria da aprendizagem.	Seguindo as instruções da Direção Acadêmica de acordo com a necessidade da IES	Fevereiro a novembro	Coordenação Pedagógica	Articular as ações inerentes aos processos de ensino aprendizagem de acordo com as demandas de cada curso
Atendimento individual a professores EaD.	Orientar pedagogicamente os docentes quanto a projetos, avaliações, planos e outras ações de planejamento e encaminhamentos do curso.	Seguindo as instruções da Direção Acadêmica de acordo com a necessidade da IES	Fevereiro novembro	Coordenação Pedagógica e de Curso	Professor que apresenta deficiências pedagógicas diagnosticar o problema e buscar a melhor forma de resolver tal problemática, também os professores que são solicitados pelas turmas via documento encaminhado a Coordenação do EAD.
Apoio aos Coordenadores dos Cursos EaD.	Auxiliar as Coordenações e Professores nas demandas pedagógicas apresentadas.	de acordo com a demanda	Fevereiro a Novembro	Coordenação Pedagógica.	Apoiar/orientar individualmente Coordenadores de cursos quanto aos procedimentos desenvolvidos EaD.
Acompanhamento /apoio aos Coordenadores dos cursos nos processos que dizem respeito a encaminhamento e ações pedagógicas em EaD encaminhados ao EAD.	Acompanhar as Coordenações dos Cursos da modalidade na fundamentação prazo de ciência ao solicitante e parecer dos processos encaminhados ao Departamento.	De acordo com a demanda	Fevereiro Novembro	Coordenação Pedagógica.	Apoiar/orientar individualmente Coordenadores de cursos quanto aos procedimentos desenvolvidos EaD.
Apoio ao processo de estruturação dos Cursos em EaD.	Dar suporte às coordenações dos cursos da modalidade para revisão, reestruturação e implantação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC)	Seguindo as instruções do EAD e/ou de acordo com a necessidade da IES	Fevereiro Novembro	Coordenação EAD e Equipe Multidisciplinar	Apoio ao processo de estruturação e reestruturação
Criar cronograma de produção de material didático provisionando possíveis	Garantir a produção do material didático para atendimento aos cursos	De acordo com a demanda	Decorrer do ano	Coordenação EAD e Equipe Multidisciplinar	Monitoramento do Controle de produção de material didático

Atualizar o material didático	Assegurar a atualização do material didático de forma a atender o disposto legal do curso	De acordo com a demanda	Decorrer do ano	Coordenação EAD, coordenação pedagógica e de coordenação de cursos	Reuniões sistemáticas com as coordenações de curso e acompanhamento dos dispositivos legais
-------------------------------	---	-------------------------	-----------------	--	---

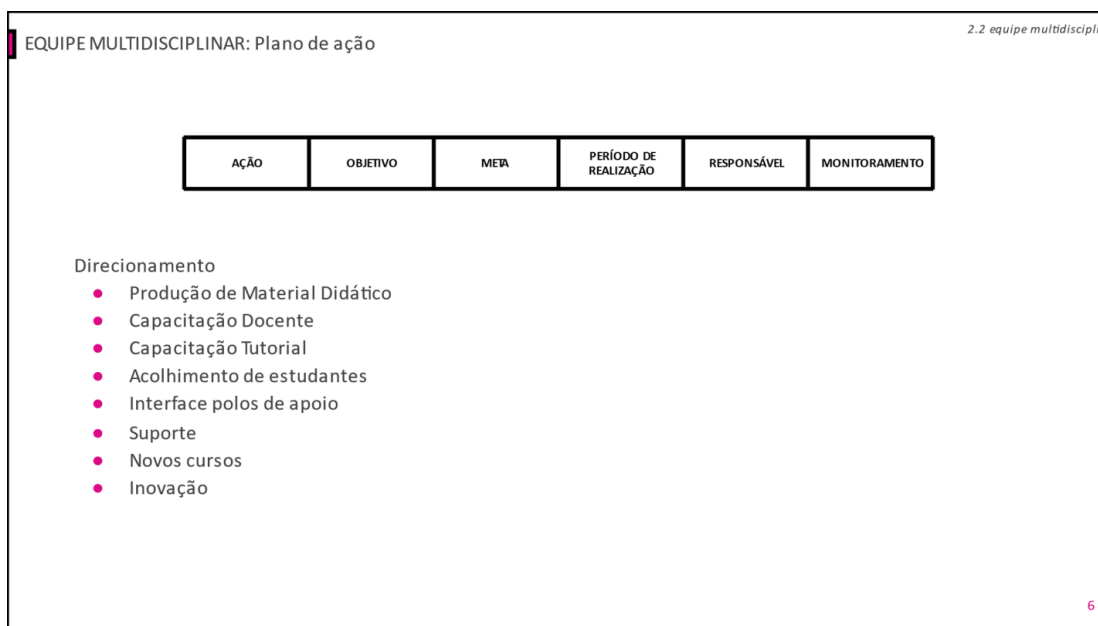
2.2.2. Plano de Ação da Equipe Multidisciplinar e Processos de Trabalho Formalizados

A equipe multidisciplinar da Educação a Distância desta IES, tem a finalidade de auxiliar as instâncias administrativo-pedagógicas no planejamento e implementação de ações que visem a melhoria da qualidade do ensino dos cursos ofertados pela instituição. Ressalta-se que não existe um modelo único de equipe multidisciplinar. Em regra, o modelo se adequa às demandas dos cursos criados em cada IES e nessa perspectiva a equipe multidisciplinar do EaD não se afasta dessa realidade.

O principal documento que serve de embasamento para a elaboração deste documento é o Referencial de Qualidade para a Educação Superior a Distância, instituído pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação, em 2007, que aponta que na "(...) educação a distância, há uma diversidade de modelos, que resulta em possibilidades diferenciadas de composição dos recursos humanos necessários à estruturação e funcionamento de cursos nessa modalidade" (2007, p. 19).

Entretanto, esse mesmo documento indica que, independentemente da configuração do modelo de equipe multidisciplinar, essa deverá ter como funções o planejamento, a implementação e a gestão dos cursos à distância (2007)⁴. A equipe multidisciplinar do EaD da IES é composta por integrantes de diferentes áreas, mas que buscam atuar de forma integrada na excelência dos cursos da instituição.

Com esse intuito, a equipe multidisciplinar visa estabelecer um contínuo diálogo entre as instâncias de decisão, como o Núcleo Docente Estruturante (NDE), coordenadores/as de curso, professores/as formadores/as, tutores/as, técnicos/as administrativos/as, os/as quais participam direta e indiretamente das ações propostas por esta equipe multidisciplinar, com o propósito de elaborar o Plano de Ação da Equipe Multidisciplinar, conforme o modelo abaixo:



Este documento define as ações da Equipe Multidisciplinar em consonância com o que está previsto nas resoluções do Conselho Superior e nos Projetos Pedagógicos de Cursos – PPCs.

A Equipe Multidisciplinar tem um papel fundamental na organização do trabalho pedagógico no processo de Educação a Distância, pois os desafios complexos inerentes à modalidade demandam um conjunto de saberes e expertises que só podem ser levados a cabo com sucesso, mediante “um conjunto estruturado de funções, desenvolvidas por profissionais de diferentes áreas e saberes”.

Sendo assim, são atribuições da equipe multidisciplinar:

- Assegurar o envolvimento da comunidade acadêmica na modalidade de EaD, mediante a articulação contínua com todos os setores das IES;
- Propor a estrutura física e de recursos necessários ao desenvolvimento dos cursos e/ou programas de EaD, bem como acompanhar e avaliar a execução do processo de ensino aprendizagem nos Cursos ofertados na modalidade a Distância;
- Oferecer cursos e/ou atividades formativas de Graduação e de Pós-graduação lato sensu, e de Extensão;
- Assegurar a distribuição do material didático no AVA;
- Garantir a funcionalidade do AVA assim como a sua atualização contínua;
- Qualificar docentes e técnicos administrativos para atuarem em EaD;
- Assessorar e dar suporte a todas as iniciativas e experiências em EaD, no âmbito das IES;
- Apoiar e incentivar a aplicação do conhecimento adquirido em EaD;
- Estudar, elaborar e difundir modalidades de EaD;
- Buscar o desenvolvimento de habilidades em novas tecnologias aplicadas a EaD;
- Propor normas de organização, gestão e avaliação da EaD no âmbito das IES;

- Promover as melhores práticas pedagógicas em todos os cursos ofertados em EaD;
- Promover parcerias com outras instituições nacionais e internacionais, públicas e privadas, governamentais e não governamentais;
- Promover congressos, simpósios e similares sobre assuntos relacionados com EaD;
- Disseminar tecnologia, metodologias e os recursos educacionais para a EAD.

2.3. ATUAÇÃO DO COORDENADOR

O perfil de atuação do coordenador que a IES tem é de alguém que seja mais que um simples mediador entre alunos e professores, ou seja, deseja-se um gestor para promover as alterações e introduzir propostas inovadoras no ambiente universitário. Sendo capaz de transformar, diariamente, conhecimento em competência.

A atuação do coordenador de curso é definida pelas seguintes competências:

- Reconhecer as necessidades da área em que atua;
- Tomar decisões que possam beneficiar toda a comunidade acadêmica;
- Atender as exigências legais do Ministério da Educação;
- Gerir e executar o projeto político-pedagógico do curso;
- Operar novas tecnologias;
- Avaliar o trabalho dos docentes;
- Estar comprometido com a missão, crença e valores da instituição;
- Estar atento às mudanças impostas pelo mercado de trabalho a fim de adequar e modernizar o curso com foco na garantia de qualidade;
- Gerir equipes e processos, pensando e agindo estrategicamente;
- Colaborar com o desenvolvimento dos alunos e com o crescimento da instituição em que trabalha.

Assim, ser coordenador de curso pressupõe possuir competências nos aspectos: legal, mercadológico, científico, organizacional e de liderança. Trata-se não apenas de competência técnica, centrada no saber fazer de modo operacional, mas no conhecer, no saber ser e no saber viver junto, ou seja, o conhecimento dos dados isolados é insuficiente; é preciso articulá-los à iniciativa, a motivação para o trabalho, às relações interpessoais, aliando saberes sócio-afetivo e cognitivo.

O coordenador de curso deve ser político e com perfil de liderança a fim de garantir a boa relação com os docentes, discentes e tutores. Sendo assim, exemplo para sua equipe e alunos. Com atitude participativa, colaborativa e estimuladora para constituir um grupo entusiasmado.

No que compete a representatividade do coordenador nas instâncias colegiadas institucionais, possuindo assento no Conselho Maior da Instituição, sendo ainda, presidente nato do colegiado de curso e membro do Núcleo Docente Estruturante.

Em acordo com a política institucional que promove a participação dos setores da instituição nos órgãos colegiados, os coordenadores dos cursos de graduação participam efetivamente do colegiado de curso do NDE do Comitê de Qualidade de Ensino e possui uma representatividade no Conselho Superior a partir de membro eleito pelos seus pares.

O Plano de Gestão Acadêmico Administrativo é um instrumento decorrente do processo de autoavaliação de curso e que serve de plano de ação interno de gestão da do curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base na autoavaliação de curso, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:

- Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.
- Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.
- Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.
- Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

a) Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter à apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos ou dificuldades na sua realização. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a contínua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da FAMETRO, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI.

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

i) Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui, podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição.

São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidades específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e outros. As atividades extracurriculares não

possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo, consideradas como atividade complementar.

Como exemplo desta atividade, temos o projeto Conecta Mundo Fametro que visa a integração do conhecimento entre teoria e prática, a fim de medir o desempenho dos alunos por meio de atividades capazes de trazer o seu desenvolvimento pedagógico. Esta atividade está planejada para o ano letivo corrente (2022/1) como possibilidade de integração entre os alunos a partir do retorno das atividades presenciais.

ii) Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que carecem de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual.

São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido, podem ser feitos projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela sua orientação e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos.

São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros. A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares e que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem.

Já as atividades extracurriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatório. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

iii) Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção dos nossos alunos no mundo do trabalho.

iv) Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.

v) Autoavaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação

elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.

vi) Atividades Complementares: as atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.

vii) Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

viii) Atividades de Incentivo à Produção Científica Discente e Docente: planejar ações de incentivo à produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.

ix) Monitoria: planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos

x) Avaliação do Rendimento: planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

2.3.1. Indicadores de Desempenho do Coordenador e sua Publicação

Para a definição dos indicadores, realiza-se um simples ciclo de especificação, implementação, acompanhamento e avaliação. A parte final (avaliação) é realizada por meio de observação e entrevista do coordenador. Por fim, é utilizado uma ficha padrão, que possibilita a clara avaliação do desempenho do coordenador. A seguir, estão os indicadores para avaliação do desempenho do coordenador que são realizados semestralmente:

ESFERA 1 - ACADÊMICA		
ITEM	PARECER (SIM/NÃO)	OBSERVAÇÃO
O número de disciplinas com alto grau de reprovação é de acordo com a média?		
Realiza feedback com o corpo docente durante e ao final de cada semestre?		
Realiza e/ou disponibiliza treinamento para o seu corpo docente?		
Possui estratégias pedagógicas para minimizar a evasão de alunos?		
Possui boa relação com seu corpo docente?		
Possui boa relação com seu corpo discente?		

É pontual?														
Possui um alto índice de resolubilidade de protocolos?														
Detém um alto rendimento em avaliações de alta escala externa?														
ESFERA 2 - AVALIAÇÃO INTERNA														
Para as esferas 2 e 3, realizar parecer de acordo com a Escala Likert:														
<table border="1"> <thead> <tr> <th>PARECER</th> <th>LEGENDA</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1</td> <td>Discordo totalmente</td> </tr> <tr> <td>2</td> <td>Discordo parcialmente</td> </tr> <tr> <td>3</td> <td>Não concordo, nem discordo</td> </tr> <tr> <td>4</td> <td>Concordo parcialmente</td> </tr> <tr> <td>5</td> <td>Concordo totalmente</td> </tr> </tbody> </table>			PARECER	LEGENDA	1	Discordo totalmente	2	Discordo parcialmente	3	Não concordo, nem discordo	4	Concordo parcialmente	5	Concordo totalmente
PARECER	LEGENDA													
1	Discordo totalmente													
2	Discordo parcialmente													
3	Não concordo, nem discordo													
4	Concordo parcialmente													
5	Concordo totalmente													
ITEM	PARECER (1 a 5)	OBSERVAÇÃO												
Média do curso de satisfação por disciplina básica;														
Média do curso satisfação por disciplina específica;														
Média de satisfação por docente em relação ao aluno;														
Quantidade de aulas práticas por semestre;														
Quantidade de visitas técnicas por semestre;														
Quantidade de atividades extensionistas do Curso;														
ESFERA 3 - AVALIAÇÃO EXTERNA														
Titulação docente;														
Estimulação ao corpo docente para educação continuada: cursos, palestras, congressos e treinamentos;														
Publicações do corpo docente em revistas científicas indexadas.														

Após realizada a avaliação do coordenador, e tendo em posse os resultados da CPA, os resultados serão discutidos individualmente para oportunidades de melhorias e indicação dos

pontos fortes da gestão em curso. Após o processo de atendimento individual, os resultados serão publicizados nas vias de comunicação interna e externa da Instituição

2.3.2. Planejamento da Administração do Corpo Docente

O corpo docente dos cursos de graduação do Centro Universitário FAMETRO encontra-se ligado hierarquicamente à Coordenação do curso. Esta coordenação, a partir de calendário interno e plano acadêmico administrativo, realizou o planejamento e administração das ações do corpo docente no âmbito do curso semestralmente. Este planejamento é revisto sistematicamente, tendo em vista os resultados alcançados no período anterior e a prospecção de ações futuras que possam colocar o corpo docente, de maneira mais eficiente, alinhado aos objetivos do curso ao perfil profissional do egresso.

2.4. REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO

2.4.1. Regime de Trabalho do Coordenador

O coordenador tem regime integral (40h) com carga horária dividida:

- 34h de Coordenação;
- 03h Docente;
- 03h de Núcleo Docente Estruturante.

2.4.2. Atribuições do Coordenador

A atuação do coordenador de curso é definida pelas seguintes competências:

- Reconhecer as necessidades da área em que atua;
- Tomar decisões que possam beneficiar toda a comunidade acadêmica;
- Atender as exigências legais do Ministério da Educação;
- Gerir e executar o projeto político-pedagógico do curso;
- Operar novas tecnologias;
- Avaliar o trabalho dos docentes;
- Estar comprometido com a missão, crença e valores da instituição;
- Estar atento às mudanças impostas pelo mercado de trabalho, a fim de adequar e modernizar o curso com foco na garantia de qualidade;
- Gerir equipes e processos, pensando e agindo estrategicamente;
- Colaborar com o desenvolvimento dos alunos e com o crescimento da instituição em que trabalha.

Assim, ser coordenador de curso pressupõe possuir competências nos aspectos: legal, mercadológico, científico, organizacional e de liderança. Trata-se não apenas de competência técnica, centrada no saber fazer de modo operacional, mas no conhecer, no saber ser e no saber viver junto, ou seja, o conhecimento dos dados isolados é insuficiente; é preciso articulá-los à iniciativa, a motivação para o trabalho, às relações interpessoais, aliando saberes sócio-afetivo e cognitivo.

No que compete a representatividade do coordenador nas instâncias colegiadas institucionais, possuindo assento no Conselho Maior da Instituição, sendo ainda, presidente nato do colegiado de curso e membro do Núcleo Docente Estruturante.

2.4.3. Relação do Coordenador com Docentes, Discentes, Tutores

O coordenador de curso deve ser político e com perfil de liderança a fim de garantir a boa relação com os docentes, discentes e tutores. Sendo assim, exemplo para sua equipe e alunos. Com atitude participativa, colaborativa e estimuladora para constituir um grupo entusiasmado.

2.4.4. Representatividade do Coordenador nos Colegiados Superiores

Em acordo com a política institucional que promove a participação dos setores da instituição nos órgãos colegiados, os coordenadores dos cursos de graduação participam efetivamente do colegiado de curso do NDE do Comitê de Qualidade de Ensino e possui uma representatividade no Conselho Superior a partir de membro eleito pelos seus pares.

2.4.5. Plano Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso, sua Documentação e Compartilhamento

O Plano de Gestão Acadêmico Administrativo é um instrumento decorrente do processo de autoavaliação de curso e que serve de plano de ação interno de gestão da do curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base na autoavaliação de curso, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:

- Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.
- Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.
- Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.
- Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

b) Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter à apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos ou dificuldades na sua realização. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso

tendo em vista a contínua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da FAMETRO, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI.

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

i) Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui, podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição.

São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidades específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e outros. As atividades extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo, consideradas como atividade complementar.

Como exemplo desta atividade, temos o projeto Conecta Mundo Fametro que visa a integração do conhecimento entre teoria e prática, a fim de medir o desempenho dos alunos por meio de atividades capazes de trazer o seu desenvolvimento pedagógico. Esta atividade está planejada para o ano letivo corrente (2022/1) como possibilidade de integração entre os alunos a partir do retorno das atividades presenciais.

ii) Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que carecem de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual.

São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido, pode ser feitos projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela sua orientação e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos.

São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros. A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares

e que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem.

Já as atividades extracurriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatório. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

iii) Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção dos nossos alunos no mundo do trabalho.

iv) Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.

v) Autoavaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.

vi) Atividades Complementares: as atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.

vii) Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

viii) Atividades de Incentivo à Produção Científica Discente e Docente: planejar ações de incentivo à produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.

ix) Monitoria: planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos

x) Avaliação do Rendimento: planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

2.4.6. Indicadores de Desempenho do Coordenador e sua Publicação

Para a definição dos indicadores, realiza-se um simples ciclo de especificação, implementação, acompanhamento e avaliação. A parte final (avaliação) é realizada por meio de observação e entrevista do coordenador. Por fim, é utilizado uma ficha padrão, que possibilita a clara avaliação do desempenho do coordenador. A seguir, estão os indicadores para avaliação do desempenho do coordenador que são realizados semestralmente:

ESFERA 1 - ACADÊMICA														
ITEM	PARECER (SIM/NÃO)	OBSERVAÇÃO												
O número de disciplinas com alto grau de reprovação é de acordo com a média?														
Realiza feedback com o corpo docente durante e ao final de cada semestre?														
Realiza e/ou disponibiliza treinamento para o seu corpo docente?														
Possui estratégias pedagógicas para minimizar a evasão de alunos?														
Possui boa relação com seu corpo docente?														
Possui boa relação com seu corpo discente?														
É pontual?														
Possui um alto índice de resolubilidade de protocolos?														
Detém um alto rendimento em avaliações de alta escala externa?														
ESFERA 2 - AVALIAÇÃO INTERNA														
Para as esferas 2 e 3, realizar parecer de acordo com a Escala Likert:														
<table border="1"> <thead> <tr> <th>PARECER</th> <th>LEGENDA</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1</td> <td>Discordo totalmente</td> </tr> <tr> <td>2</td> <td>Discordo parcialmente</td> </tr> <tr> <td>3</td> <td>Não concordo, nem discordo</td> </tr> <tr> <td>4</td> <td>Concordo parcialmente</td> </tr> <tr> <td>5</td> <td>Concordo totalmente</td> </tr> </tbody> </table>			PARECER	LEGENDA	1	Discordo totalmente	2	Discordo parcialmente	3	Não concordo, nem discordo	4	Concordo parcialmente	5	Concordo totalmente
PARECER	LEGENDA													
1	Discordo totalmente													
2	Discordo parcialmente													
3	Não concordo, nem discordo													
4	Concordo parcialmente													
5	Concordo totalmente													
ITEM	PARECER (1 a 5)	OBSERVAÇÃO												
Média do curso de satisfação por disciplina básica;														
Média do curso satisfação por disciplina específica;														

Média de satisfação por docente em relação ao aluno;		
Quantidade de aulas práticas por semestre;		
Quantidade de visitas técnicas por semestre;		
Quantidade de atividades extensionistas do Curso;		
ESFERA 3 - AVALIAÇÃO EXTERNA		
Titulação docente;		
Estimulação ao corpo docente para educação continuada: cursos, palestras, congressos e treinamentos;		
Publicações do corpo docente em revistas científicas indexadas.		

Após realizada a avaliação do coordenador, e tendo em posse os resultados da CPA, os resultados serão discutidos individualmente para oportunidades de melhorias e indicação dos pontos fortes da gestão em curso. Após o processo de atendimento individual, os resultados serão publicizados nas vias de comunicação interna e externa da Instituição

2.4.7. Planejamento da Administração do Corpo Docente

O corpo docente dos cursos de graduação do Centro Universitário FAMETRO encontra-se ligado hierarquicamente à Coordenação do curso. Este, a partir de calendário interno e plano acadêmico administrativo, realiza o planejamento e administração das ações do corpo docente no âmbito do curso semestralmente. Tal planejamento é revisto sistematicamente, tendo em vista os resultados alcançados no período anterior e a prospecção de ações futuras que possam colocar o corpo docente, de maneira mais eficiente, alinhado aos objetivos do curso ao perfil profissional do egresso.

2.5. CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO

O Corpo Docente é constituído por professores com titulação no mínimo de especialização e que tenham sido admitidos após banca de seleção de docentes organizada pela Coordenação de Ensino.

O Centro Universitário tem procurado contratar, preferencialmente, profissionais com doutorado ou mestrado concluído ou em andamento, mas leva em conta, também, a experiência profissional na docência e a produção científica dos candidatos. Quanto à titulação dos docentes da IES incluem:

- Doutores;
- II- Mestres;

III- Especialistas

Os professores são contratados pela Entidade Mantenedora, conforme as normas do Plano de Cargos e Salários homologado no Ministério do Trabalho.

O processo seletivo de docentes incluiu os seguintes passos:

- Análise do currículo dos candidatos previamente selecionados na “banca de currículos” da IES ou dos que apresentarem, mediante divulgação do processo seletivo, em edital publicado em jornal de grande circulação desta capital;
- Banca de avaliação de uma aula dos candidatos sobre um tema relacionado à disciplina em questão;
- Entrevista com o candidato;
- Argumentação oral sobre um tema relacionado à disciplina para cuja vaga o candidato estiver concorrendo.

2.5.1. Relação do Corpo com a Respectiva Titulação

Os professores que atuam no curso foram contratados mediante a realização de processo seletivo, executado por comissão designada para esse fim, e que incluiu os seguintes passos:

- Análise do currículo dos candidatos previamente selecionados na “banca de currículos” da IES e ou dos que apresentarem, mediante divulgação do processo seletivo, em edital publicado em jornal de grande circulação desta capital;
- Banca de avaliação de uma aula dos candidatos sobre um tema relacionado à disciplina em questão;
- Entrevista com o candidato;
- Argumentação oral sobre um tema relacionado à disciplina para cuja vaga o candidato estiver concorrendo.

A IES tem procurado contratar, preferencialmente, profissionais com doutorado ou mestrado concluído ou em andamento, mas leva em conta, também, a experiência profissional na docência e a produção científica dos candidatos. Os professores previstos para o curso estão elencados no quadro em anexo.

2.5.2. Estudo que Demonstra e Justifica a Relação da titulação dos docentes com seu desempenho de Análise de conteúdos curriculares, Fomento do raciocínio crítico, Estímulo ao acesso à pesquisa de ponta e produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa e da publicação

Entendendo que a análise crítica da realidade existente é imprescindível para sua transformação, o nosso quadro de docentes analisa as competências dos componentes curriculares na fomentação do raciocínio crítico, reflexivo e dialógico. O conhecimento acadêmico do corpo docente traz contribuições para o alargamento da consciência crítica dos educandos nas práticas institucionais concretamente situadas na construção da democracia social e educacional. O relatório está inserido no anexo deste documento.

2.6. REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE

2.6.1. Relação do Corpo Docente com o Respeetivo Regime de Trabalho

O regime de trabalho do corpo docente possibilita o atendimento integral da demanda, considerando a docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem, os documentos comprobatórios encontram-se no anexo na pasta da dimensão 2.

2.6.2. Atribuição dos Docentes e Forma de Registro das Atribuições Individuais Considerando a Carga Horária por Atividade

Os professores horistas exclusivamente às atividades de sala de aula. Os professores que trabalham em regime parcial contratados para atuar com 12h ou mais horas semanais reservam ao menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes. Os docentes contratados em regime integral atuam 40h semanais na IES, sendo destas 20h semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação.

2.7. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE FORA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

2.7.1. Relação do corpo docente com as respectivas experiências profissionais

A IES considera a importância da relação entre a experiência profissional do corpo docente visto que tal conhecimento reflete diretamente no desempenho em sala de aula. Segue em anexo a este a tabela com a relação dos docentes e as respectivas experiências profissionais fora do magistério superior.

2.7.2. Estudo que Demonstra e Justifica a Relação da experiência do corpo docente previsto e seu desempenho para a Contextualização, Aplicação da teoria à prática profissional, Promoção da interdisciplinaridade, Análise de competência do perfil do egresso e Atualização contínua

A IES considerando o perfil do egresso constante no PPC traça um relatório evidenciando a importância da experiência profissional do corpo docente para o bom desempenho em sala de aula ao aplicar, analisar e exemplificar de forma contextualizada, problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional. O referido relatório estará disponível para análise no anexo deste documento.

2.8. EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA (Licenciaturas)

Não se aplica.

2.8.1. Estudo que Demonstra e justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Educação Básica do Corpo Docente previsto e seu Desempenho na Exposição de Conteúdo em Linguagem Aderente, Contextualização dos Conteúdos das Disciplinas, Elaboração de Atividades para Alunos com Dificuldades, Avaliação Diagnóstica, somativa e formativa, Liderança e Produção reconhecida

Não se aplica

2.9. EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

2.9.1. Estudo que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Docência Superior do Corpo Docente e seu Desempenho na Identificação das Dificuldades de Aprendizagem, Contextualização dos conteúdos, Avaliação diagnóstica, formativa, somativa, Liderança e Produção reconhecida

Considerando o perfil do egresso a IES ressignifica a relação entre a experiência no exercício da docência superior do corpo docente e seu desempenho em sala de aula, neste contexto as ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos, expor o conteúdo em linguagem adequada e apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, além de promover avaliações coerentes com os objetivos da aprendizagem. A tabela com os docentes e as respectivas experiências no ensino superior são apresentadas em anexo na pasta da dimensão 2.

2.10. EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

2.10.1. Estudo que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Docência na Educação a Distância do Corpo Docente e seu Desempenho na Identificação das Dificuldades de Aprendizagem, Contextualização dos Conteúdos, Avaliação diagnóstica, formativa e somativa, Liderança e Produção reconhecida.

Abordar sobre saberes docentes é uma tarefa difícil devido à complexidade desta análise, uma vez que os saberes nascem de conhecimentos e experiências no decorrer de sua práxis educativa.

Tardif (2014), em seus estudos, considera dois importantes aspectos relacionados aos professores: o saber em seu trabalho e o saber em sua formação. Para o autor, não há como estudar o saber do docente sem fazer a relação com o contexto e com os condicionantes em que os professores estão inseridos. Portanto, os saberes só possuem sentido quando estão relacionados com o trabalho dos docentes. Tudo aquilo que já foi vivenciado como processo educativo faz parte e fará parte da prática profissional do docente, seja de forma positiva ou não. Quando o docente se depara com as necessidades é quando ele fará sua atuação de fato.

O saber não é uma coisa que flutua no espaço: o saber dos professores é o saber deles e está relacionado com a pessoa e a identidade deles, com a experiência de vida e com a sua história profissional, com as suas relações com os alunos em sala de aula e com os outros atores escolares na escola, etc. Por isso, é necessário estudá-lo relacionando-o com esses elementos constitutivos do trabalho docente (TARDIF, 2014, p. 11)

A função do docente não está dissociada do saber docente. Todavia não há como dissociar estes papéis. Embora haja uma rotina de trabalho diferenciada na modalidade a distância, o trabalho acontece da mesma forma, de forma colaborativa e coletiva.

As experiências vivenciadas pelos docentes nas salas de aulas de cursos presenciais, no que diz respeito aos processos metodológicos, técnicas inovadoras, processos avaliativos serão de suma importância para aquele docente que vai atuar no ensino a distância, uma vez que o mesmo se depara com todas essas situações, seja através de um ambiente virtual, ou mesmo de encontros semipresenciais. Para isso, é preciso que o docente além destas experiências desenvolva competências e habilidades inerentes a função de um docente EAD. Sobre esse contexto, afirma Masetto (2015, p.143) que, [...] compreende-se melhor a função docente do professor, “colocando-o na contingência de conhecer novos recursos tecnológicos, adaptar-se a eles, usá-los e compreendê-los em prol de um processo de aprendizagem mais dinâmico e motivador para seus alunos”.

Para Belloni (2015, p. 89), é crucial a redefinição do papel do docente para que ocorra o sucesso dos processos educacionais, tanto presencial como a distância. A atuação desse profissional na EaD passa do [...] monólogo sábio da sala de aula para o diálogo dinâmico dos laboratórios, salas de meios, e-mail, telefone e outros meios de interação mediatizada, do monopólio do saber à construção coletiva do conhecimento, por meio da pesquisa, do isolamento individual ao trabalho em equipes interdisciplinares e complexas; da autoridade à parceria no processo de educação para a cidadania.

Para Tenório, Santos e Tenório (2016), as competências impostas ao professor na modalidade presencial, igualmente, são imprescindíveis ao tutor na educação a distância, devendo ser adaptadas de acordo com as especificidades da modalidade. Com isso, percebe-se que as duas figuras, compartilham das mesmas competências, mesmo que com funções diferentes.

Desta forma, é possível perceber que é de suma importância os saberes e experiências dos docentes adquiridos durante sua trajetória, mas também é muito mais importante que ele inove e se renove a cada dia, principalmente no que diz respeito aos recursos tecnológicos.

No que se refere ao trabalho do docente tutor Mill (2014, p. 26) o define como polidocência. “O termo [...] não é necessariamente novo e [...] poderia ser definido como uma

docência coletiva, isto é, onde cada parte é realizada por um trabalhador distinto”. Nesta concepção, uma nova situação acontece no processo de ensino e de aprendizagem, sobretudo na educação a distância: o uso das TDIC. Para Masetto (2015), o desenvolvimento das TDIC impactou na educação, a partir do uso de computadores e da internet; do acesso em tempo real e imediato às informações, às experiências, ao conhecimento e aos projetos transformadores. Fica evidente que não é suficiente apenas conhecer as ferramentas, cabendo ao docente saber utilizá-las na prática.

Com o desenvolvimento da cultura digital, a mediação pedagógica, baseada no uso das TDIC, entra em discussão. Masetto (2015) entende por mediação pedagógica a atitude do professor que se posiciona como um facilitador, um motivador ou um incentivador da aprendizagem. Para o autor, esse comportamento se apresenta como uma ponte entre a aprendizagem e seu aprendiz, colaborando ativamente para o alcance dos objetivos do aluno. Suas experiências docentes, seja de saberes (conhecimentos), técnicas e metodologias diferenciadas, bem como suas experiências como um tutor, mediador e um “professor digital”, contribui significativamente para sua atuação enquanto tutor, na interação com os estudantes, na exposição de conteúdos e consequentemente resultando em práticas exitosas e inovadoras para o processo de ensino e aprendizagem.

Contudo, muitos tutores encontram algumas dificuldades no desenvolvimento de seu fazer pedagógico. Oliveira e Santos (2013) verificaram em seus estudos, que muitos profissionais que atuam na EaD não possuem experiências nessa modalidade em sua formação. Configura-se, então, um ambiente de novos desafios e descobertas, porém com o enfrentamento de certas dificuldades. Cabe a Instituição, deixar claro o papel do tutor EAD, bem como do seu fazer pedagógico, promovendo reuniões periódicas para deixá-los a par de orientações gerais, bem como de alteração em documentos legais relacionados ao EAD e promovendo formações continuadas que desenvolvam habilidades no seu corpo docente.

Quando o tutor possui habilidades desenvolvidas para a mediação pedagógica possibilita vivenciar aspectos que surgem do e no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), gerando situações em que o estudante seja capaz de realizar conexões entre os conhecimentos construídos e os conteúdos do curso, de modo que a aprendizagem seja realmente incorporada em diversos contextos, aponta Schlunzenet al. (2016).

Nessa perspectiva, fica evidente a necessidade de conhecer e entender as competências de um tutor. Por competência, Perrenoud (2000, p. 35) entende ser “[...] a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.), para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações”. Sobre as competências necessárias ao tutor, conforme os estudos de Maggio (2001, p. 41) aponta uma série de conhecimentos necessários como: conhecimento de conteúdo pedagógico, conhecimento do contexto educacional, bem como de valores educativos de suas raízes históricas e filosóficas.

Desta forma, para se desenvolver competências para a tutoria são necessárias situações e experiências que demonstrem a precisão de mobilizar o saber e executá-lo. Ao considerar o tutor como a figura fundamental na educação a distância, torna-se necessário falar sobre a sua capacitação e sua formação para atuar nos vários cursos disponibilizados pelas instituições. De acordo com Belloni (2015, p. 92), a formação inicial objetiva “[...]

prepará-los para a inovação tecnológica e suas consequências pedagógicas e também para a formação continuada, numa perspectiva de formação ao longo da vida”. No anexo deste está disposta a relação comprobatória da experiência do corpo docente na educação à distância.

2.11. EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

2.11.1. Estudo que Demonstra e Justifica a Relação da experiência no exercício da Tutoria na Educação à Distância do Corpo Tutorial e seu Desempenho no fornecimento de suporte às atividades dos docentes, mediação pedagógica junto aos Discentes, Relacionamento com Estudantes, Incremento de Processos de Ensino Aprendizagem, Orientação dos Alunos para atividades e leituras complementares.

A capacitação e preparação do tutor continuamente é primordial para o desenvolvimento de suas funções. Mesmo possuindo todos os pré-requisitos necessários para atuar com a tutoria, esse profissional passa por constante avaliação a fim de serem verificados os pontos positivos de sua atuação e àqueles pontos que precisam ser trabalhados para que sua atuação mediante a aprendizagem do aluno, leve aos resultados e objetivos traçados.

Essas atualizações são feitas por meio de treinamentos virtuais através de sites voltados à EAD, assim como presencialmente em momentos com a coordenação pedagógica, por meio de estudos de casos, análise de artigos e reflexão sobre as ações e desenvolvimento de habilidades e atitudes e estudo do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Para garantir a formação do corpo de tutores com o objetivo de formatar as atitudes e habilidades dentro das funções relacionadas, é necessário estabelecer características e perfis profissionais fundamentais para o processo laborar do tutor. Para assegurar o cumprimento da qualidade e excelência já conhecidos desta IES são realizadas formações continuadas ao corpo tutorial.

Nessa perspectiva, para ter o seu corpo de tutoria atendidos com projetos de qualificação a IES busca promover:

- Ampliar os incentivos para participação em eventos científicos/técnicos e culturais;
- Promover Formação Continuada didático-pedagógica, no início de cada semestre com oficinas, palestras, etc;
- Valorizar a titulação acadêmica, experiência na tutoria e fora dela, produção científica e tecnológica como critério de seleção para admissão de tutores;
- Valorizar a produção científica como critério de ascensão horizontal para níveis sucessivos das categorias docentes;
- Disponibilizar acervo bibliográfico online aos tutores;
- Criar programa de Inter formação entre os tutores EAD e professores da graduação presencial;
- Garantir expansão de domínio dos tutores de novas tecnologias e ferramentas para uso na modalidade EAD;

- Disponibilizar ferramentas para aumento de interação com os alunos com a devida formação dos tutores para uso;
- Promover Formação específica por meio digital;
- Valorizar e capacitar o uso de ferramentas móveis para complemento do ambiente virtual de aprendizagem.

É importante ainda destacar que a IES busca correlacionar todas as experiências no exercício da tutoria para que estes profissionais se sintam valorizados e sobretudo aptos a desenvolver todas as atividades inerentes ao seu respectivo papel no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, assegurando a estes o pleno desenvolvimento de suas competências e habilidades necessárias à sua formação. Nesse escopo, realizar mediação pedagógica, relacionar-se com docentes, incrementar processos de ensino-aprendizagem, orientar e sugerir atividades e leituras complementares.

Nos anexos deste está disposta a relação comprobatória da experiência do corpo docente na educação a distância.

2.12. ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO

O coordenador, os professores do curso e um representante discente participam ativamente dos órgãos colegiados da IES, nos termos do Regimento Institucional, especialmente o Colegiado de Curso. O Colegiado de Curso é o órgão colegiado da unidade do curso, sendo integrado pelos seguintes membros:

- Coordenador, que o preside;
- Corpo docente do curso;
- Um representante do corpo discente.
- Compete ao Colegiado de Curso:
 - Aprovar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas elaborados pelo NDE;
 - Aprovar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectivas cargas horárias de acordo com as diretrizes curriculares elaborado pelo NDE;
 - Acompanhar os resultados da auto avaliação do curso realizado pela CPA;
 - Colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;
 - Articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional e formação de professores;
 - Exercer outras atribuições de sua competência.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre, estas reuniões possuem caráter deliberativo e pauta voltada para as questões de organização acadêmico-administrativa do curso. As demais reuniões ocorridas no semestre são convocadas pelo coordenador de curso em caráter extraordinário. Algumas reuniões extraordinárias podem ocorrer em conjunto com reuniões do NDE, desta maneira a convocação é realizada pelo presidente do núcleo e o coordenador do curso.

O conteúdo das reuniões é registrado em ata e os pleitos encaminhados via Comunicação Interna com cópia da ata para a Direção geral a qual cabe tomar as medidas acadêmico-administrativas pertinentes às demandas do curso.

2.12.1. Institucionalização do Colegiado com Representatividade dos Segmentos e Periodicidade e Registro das Reuniões

O coordenador, os professores do curso e um representante discente participam ativamente dos órgãos colegiados da IES, nos termos do Regimento Institucional, especialmente o Colegiado de Curso. O Conselho de Curso é o órgão colegiado da unidade do curso, sendo integrado pelos seguintes membros:

Coordenador, que o preside;

Corpo docente do curso;

Um representante do corpo discente.

Compete ao Colegiado de Curso:

- I. aprovar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas elaborados pelo NDE;
- II. aprovar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectivas cargas horárias de acordo com as diretrizes curriculares elaborado pelo NDE;
- III. acompanhar os resultados da auto avaliação do curso realizado pela CPA;
- IV. colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;
- V. articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional e formação de professores;
- VI. exercer outras atribuições de sua competência.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre, estas reuniões possuem caráter deliberativo e pauta voltada para as questões de organização acadêmico-administrativa do curso. As demais reuniões ocorridas no semestre são convocadas pelo coordenador de curso em caráter extraordinário. Algumas reuniões extraordinárias podem ocorrer em conjunto com reuniões do NDE, desta maneira a convocação é realizada pelo presidente do núcleo e o coordenador do curso. Os conteúdos das reuniões são registrados em ata.

2.12.2. Fluxo para Encaminhamentos das Decisões, Encaminhamento e Execução.

Após o registro das reuniões em ata, os pleitos devem ser encaminhados via Comunicação Interna com cópia da ata para a Pró-reitoria acadêmica, a qual cabe tomar as medidas acadêmico-administrativas pertinentes às demandas do curso, e assim responder também por meio de Comunicação Interna a decisão para execução por parte da coordenação e do colegiado.

2.12.3. Avaliação Periódica do Desempenho das Decisões Colegiadas para Implementação ou Ajuste de Práticas de Gestão

A avaliação periódica das decisões colegiadas e a implementação dos ajustes de práticas de gestão, é feita mediante os resultados apontados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e pela autoavaliação do curso a partir de práticas democráticas de discussão e reflexão acerca dos resultados alcançados no período de um semestre. Essa avaliação alicerça a possibilidade de planejamento de ações futuras e ajusta a prática de gestão, sempre em busca da melhoria da qualidade de ensino e demais ações praticadas no interior do curso.

2.13. TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES

2.13.1. Demonstração de que todos os Tutores são Graduados na Área da Disciplina e da Titulação da sua Maioria

A IES, considerando o perfil do egresso constante no PPC, apresenta em anexo na pasta da dimensão 2, a relação do corpo de tutores presenciais e a distância com suas respectivas titulações e formação.

2.14. EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES

2.14.1. Estudos que Demonstram e Justificam a Relação entre a Experiência dos Tutores em Educação a Distância e seu Desempenho na Identificação de Dificuldades de Aprendizagem, Exposição do Conteúdo em Linguagem Aderente, Contextualização dos Conteúdos, Adoção de Práticas Exitosas e Inovadoras

Com o desenvolvimento da cultura digital, a mediação pedagógica baseada no uso das TICs, ganha um destaque fundamental na relação ensino-aprendizagem. A atitude do tutor na mediação pedagógica é aquela que se posiciona como um facilitador, um motivador ou um incentivador da aprendizagem. Esse comportamento se apresenta como uma ponte entre a aprendizagem e seu aprendiz, colaborando ativamente para o alcance dos objetivos do aluno. Suas experiências docentes, seja de saberes (conhecimentos), técnicas e metodologias diferenciadas, seja de experiências como um tutor, mediador e um “professor digital”, contribui significativamente para sua atuação enquanto tutor, na interação com os estudantes, na exposição de conteúdos e, conseqüentemente, no resultando em práticas exitosas e inovadoras para o processo de ensino e aprendizagem.

Nessa perspectiva, a IES preza pela contratação de tutores com formação específica na área de conhecimento da referida disciplina, assim como agregar experiências com o ensino a distância, pois isto, em muito, contribui para a formação dos estudantes.

A relação entre a experiência dos tutores em Educação a Distância e seu desempenho na identificação de dificuldades de aprendizagem configura-se em questão *sine qua non* para o estabelecimento de uma mediação pedagógica mais produtiva para com os estudantes.

Cabe à instituição, deixar claro o papel do tutor EAD, bem como do seu fazer pedagógico, promovendo reuniões periódicas para deixá-los a par de orientações gerais, além

de alteração em documentos legais relacionados ao EAD e promovendo formações continuadas que desenvolvam habilidades no seu corpo docente. Pois, quando o tutor possui habilidades desenvolvidas para a mediação pedagógica, possibilita vivenciar aspectos que surgem no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), gerando situações em que o estudante seja capaz de realizar conexões entre os conhecimentos construídos e os conteúdos do curso, de modo que a aprendizagem seja realmente incorporada em diversos contextos.

Nessa perspectiva, fica evidente a necessidade de conhecer as competências de um tutor, visto que ele mobiliza um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações, etc.), para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações. Diante disso, podemos considerar como competências necessárias ao tutor, uma gama de conhecimentos necessários como: conhecimento de conteúdo pedagógico, do contexto educacional, de valores educativos de suas raízes históricas e filosóficas.

Desta forma, para se desenvolver competências para a tutoria são necessárias situações e experiências que demonstrem a precisão de mobilizar o saber e executá-lo. Ao considerar o tutor como a figura fundamental na educação a distância, torna-se imprescindível falar sobre a sua capacitação e sua formação para atuar nos vários cursos disponibilizados pelas instituições. Sendo assim, a IES busca capacitar seus tutores na contextualização dos conteúdos assim como fomentar nestes a adoção de Práticas Exitosas e Inovadoras com o objetivo de assegurar a qualidade na formação dos respectivos estudantes.

2.15. INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADORES

A interação entre os tutores a distância e docentes e coordenador de curso, ocorre de forma sistemática e programada tanto presencialmente quanto no AVA, com o objetivo de desenvolver estratégias e implementar ações que contribuam para o melhor andamento das disciplinas e conforme as DCNs do curso.

As tutorias online têm atribuições distintas com o objetivo de melhor apoiar o estudante no processo de ensino-aprendizagem. Contudo, as tutorias são amparadas e estão sob responsabilidade de um professor denominado aqui, como docente responsável. Todos esses atores, envolvidos nesse processo são definidos de forma conjunta entre coordenador de curso e coordenação acadêmica e pedagógica do NEaD. A interação entre os tutores presenciais, tutores a distância, docentes e coordenadores de curso, ocorre de forma sistemática e programada tanto presencialmente quanto no AVA, com o objetivo de desenvolver estratégias e implementar ações que contribuam para o melhor andamento das disciplinas e conforme as DCNs do curso.

A interação com o estudante é potencializada de diversas formas, seja de forma presencial, via contato telefônico, e-mails e pelo uso criativo dos recursos do Ambiente Virtual de Aprendizagem. A proposta pedagógica do Ensino a distância da IES utiliza a Plataforma Moodle para gerenciar seu ambiente virtual de aprendizagem. O AVA é estruturado para atender os estudantes de forma que se sintam em uma sala de aula. Utiliza ferramentas síncronas e assíncronas. Cada participante desse cenário e que faz parte do processo de aprendizagem utiliza canais específicos de comunicação.

Os tutores EAD são responsáveis pelo gerenciamento da disciplina, pelo acompanhamento das atividades realizadas pelos estudantes no AVA, cria fóruns de discussão

e interage nestes fóruns, aplica atividades avaliativas, interage com o estudante através de comunicação síncrona e assíncrona, orienta e tira dúvidas de forma online e presencial e realiza encontros presenciais. Estão divididos entre Tutores EAD e presenciais, interagindo de forma diferenciada.

Parceiro do aluno de EaD:

- Orienta, de acordo com o ritmo de cada aluno, todas as etapas do processo ensino aprendizagem;

Mediador:

- Através do seu conhecimento global do curso, leva o aluno à aprendizagem usando de estratégias mediadoras;

Multiplicador de conhecimento:

- Apoia os docentes da equipe com orientações claras e didáticas quanto à preparação de materiais e ao acompanhamento das atividades geradas;

Conhecedor e entusiasta da abordagem interdisciplinar do conhecimento:

- Mostra aos alunos como os conteúdos e disciplinas se integram no curso, dando-lhes um conhecimento mais completo, não fragmentado, interdisciplinar; Orienta os professores nesta mesma direção;

Facilitador da aprendizagem discente:

- Objetiva proporcionar ao aluno de EaD autonomia para aprender mais e de modo correto, através de oportunidades colaborativas de aprendizagem seja entre aluno-tutor seja entre alunos-alunos ou aluno-tutor-aluno;

Usuário da comunicação dialógica:

- Mostra, através do diálogo didaticamente estruturado, que existem caminhos para as soluções de problemas;
- Estabelece etapas em que a comunicação do aluno é indispensável à execução de uma tarefa e/ou pesquisa;

Orientador pedagógico:

- Atendendo aos alunos presencial e virtualmente em suas dúvidas de origem técnica ou de conteúdo; avalia e seleciona materiais de apoio; elaborar a apresentação dos materiais de apoio, que leve o aluno ao uso da tecnologia, motivando-o a conhecer mais e mais;

Veículo de Interatividade:

- Atua com outros professores e tutores na elaboração de processos interativos;
- Identifica o grau de interatividade dos alunos;
- Tenta resgatar os alunos resistentes ou desmotivados;

Assessor dos professores das disciplinas:

- Passam aos colegas os conhecimentos/experiências adquiridas em eventos sobre EaD;
- Participa de discussões sobre a elaboração e uso de material didático de EaD;
- Leva ao especialista de conteúdos (professor da disciplina) as dúvidas do aluno para poder ajudá-lo via chat, e-mail, fax, etc;

Usuário e conhecedor da TI:

- Utiliza as tecnologias e informação (TI) como veículo de interação com os seus orientandos;
- Organiza atividades e as desenvolve com os alunos usando as TIC's.

2.15.1. Planejamento da Interação entre Tutores, Docentes e Coordenadores

Por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela IES, é possível a cooperação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso o que possibilita um trabalho em equipe, com a finalidade de atingir a um objetivo comum. Academicamente essa cooperação é importante, porque tem o aluno como o objetivo principal de todo o processo ensino e aprendizagem.

Segundo a proposta da IES, o coordenador de curso é o responsável pelo acompanhamento das disciplinas quanto à adequação ao projeto pedagógico do curso. A interação entre coordenador de curso e tutores ocorre em vários momentos e de formas diferentes. A primeira forma a ser citada é através de reuniões presenciais para relato de problemas e soluções, assim como compartilhamento de experiências entre tutores.

O planejamento da Interação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso ocorre de forma sistematizada e sempre voltado para a melhoria dos resultados e otimização dos processos em que esses atores atuam.

De forma síncrona, o meio de reuniões através de ferramentas específicas para tal, a exemplo do meet e do jitsi. Entretanto, para otimizar o fluxo de comunicação e oportunizar uma maior interação entre esses atores, a solução adotada foi a criação no Moodle de uma sala chamada "Sala Multidisciplinar". Nesta sala estão inseridos tanto o coordenador do curso, coordenação acadêmica e pedagógica, tutores presenciais e de tutores EaD.

Com base na atuação dos tutores na Sala Multidisciplinar, através da criação de fóruns e o registro das discussões, o processo de gestão das várias disciplinas e principalmente o acompanhamento das dificuldades enfrentadas pelos tutores presenciais e a distância, conseguem ser identificadas e sanadas a contento evitando maiores prejuízos para o aluno e garantindo a qualidade do acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem.

Na Sala Multidisciplinar são disponibilizados, além de fóruns, outros recursos como arquivos para download, enquetes, questionários de avaliação, entre outros. A garantia da disponibilidade de material em um local único e a possibilidade de estabelecer troca de informações e compartilhar problemas e soluções é de grande valia como uma forma de garantir o alinhamento das informações, estabelecer um fluxo de comunicação e acompanhar as etapas do processo de ensino-aprendizagem do aluno.

2.15.2. Avaliação Periódica para Incremento na Interação entre os Interlocutores

Na contextualização da interação entre professores e tutores presenciais e a distância, são realizadas por meio de comunicação de grupos de estudos, sistema de comunicação interna, distribuição de materiais entre os mesmos sempre prezando pela qualidade de ensino em EAD. Neste sentido, a gestão do ensino a distância, é responsável pela promoção de planejamento de interação que possibilite condições de mediação e articulação entre tutores, docentes e coordenação do curso, considerando uma análise sobre a interação para encaminhamento de questões de gestão acadêmica do curso.

A interação garante a mediação e a articulação entre tutores, docentes e coordenador do curso, para a realização de avaliações periódicas para a identificação de problemas ou incremento na interação entre os interlocutores. Os mecanismos de interações dos alunos com os docentes e tutores são pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), sala multiprofissional virtual e de forma oportuna, presencialmente.

Nesses ambientes são criados links para facilitar os processos de comunicação multimídia em tempo real e off-line. Esses mecanismos permitem processos de interação com os professores e tutores em grupo e individual. Além disso, o serviço de tutoria acessa os mecanismos de interação periodicamente para realizar atendimento ao aluno. Os tutores têm a função de mediação pedagógica entre os alunos e os conteúdos com atendimento periódicos das demandas dos alunos em horário de trabalho pré-definido pela coordenação do curso. O serviço de tutoria também tem a função de animação pedagógica dos alunos com monitoria permanente para saber se estão participando ou afastados das atividades pedagógicas de ensino e aprendizagem.

2.16. PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

2.16.1. Relação da Quantidade de Produções do Colegiado do Curso

A IES considerando a oferta do Curso e o corpo docente para o perfeito cumprimento do perfil do egresso constante no PPC, apresenta no drive do curso na pasta da dimensão 2, a relação do corpo docente e suas respectivas produções.

3. DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA

3.1. ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

O curso oferece gabinetes de trabalho equipados, na proporção de um gabinete de trabalho para cada professor de tempo integral lotado na respectiva unidade acadêmica. Esses gabinetes encontram-se equipados com internet, terminais de computador para livre acesso dos docentes e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessárias à atividade proposta.

3.2. ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR

A coordenação possui uma sala própria com condições adequadas em termo de dimensão, equipamentos e conservação para comportar o gabinete individual do coordenador e o gabinete para a funcionária auxiliar. A sala dispõe de arquivos e prateleiras para a organização da documentação do curso. O coordenador e a funcionária possuem acesso à impressora na própria sala e a internet irrestrita. As acomodações do espaço permitem o atendimento individualizado de discentes e docentes tanto pelo coordenador como pela funcionária que auxilia nos processos administrativos do setor.

3.3. SALA COLETIVA DE PROFESSORES

As instalações para docentes (salas de professores) estão equipadas segundo a finalidade e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade como mesas, cadeiras, sofás, bebedouro, necessária à atividade proposta.

3.4. SALAS DE AULA

As salas de aula estão equipadas, segundo a finalidade e atendem, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta e contém uma média de 50 cadeiras estofadas com braço, um quadro branco, ar condicionado, uma mesa de professor e recursos pedagógicos à disposição.

3.5. ACESSO DOS ALUNOS AOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

A IES possui laboratórios de informática com terminais, softwares e acesso à internet para o uso de professores e alunos mediante sistema de agendamento. Nos laboratórios os alunos contam com suporte de um técnico de informática que assessora a utilização dos mesmos.

Laboratório de Informática:

LABORATÓRIO INFORMÁTICA MÓVEL		
Relação de Equipamentos		
Equipamento	Quant.	Local
Armário em aço inox escovado para acondicionamento Notebook	1	UNIDADE III
Carrinho de transporte	1	UNIDADE III
Positivo Master N170I	48	UNIDADE III
Suporte para notebook em madeira	48	UNIDADE III
Teclado em braille para PC adaptado com USB	1	UNIDADE III

3.6. BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR

Para a Modalidade de Ensino à Distância, todas as referências bibliográficas que compõem este ementário são de acesso virtual por meio do convênio com uma biblioteca virtual, dispostas no portal AVA do discente.

3.7. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR

Para a Modalidade de Ensino à Distância, todas as referências bibliográficas que compõem este ementário são de acesso virtual por meio do convênio com uma biblioteca virtual, dispostas no portal AVA do discente.

Segue lista de periódicos:

TÍTULOS EM ASSINATURA DIGITAL

- HSM Management
- People + Strategy Journal
- Gestão RH

TÍTULOS ONLINE LIVRE ACESSO

1. Revista de Administração FACES Journal

<http://www.fumec.br/revistas/facesp/index>

2. Gestão & Planejamento - G&P

<http://revistas.unifacs.br/index.php/rgb>

3. Perspectivas em Gestão & Conhecimento

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc>

4. Revista Econômica & Gestão

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/index>

5. REGEPE - Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas

<http://www.regepe.org.br/index.php/regepe>

6. RBFin - Revista Brasileira de Finanças

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbfin/index>

7. Revista Psicologia: Organizações e Trabalho

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/rpot/index>

8. RAUSP Management Journal: Revista de Administração da USP

<http://rausp.usp.br/>

9. Gestão & Regionalidade

http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/index

10. GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaoorg/index>

11. RAC - Revista de administração Contemporânea

<https://rac.anpad.org.br/index.php/rac>

12. ReBAC - Revista Brasileira de Análise do Comportamento da UFPA

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/rebac>

13. Revista Portuguesa de Gestão Contemporânea

<https://www.revistas.editoraenterprising.net/index.php/rpgc>

14. RH - Revista Eletrônica de Recursos Humanos da FMB

<https://rh.faculadefmb.edu.br/>

15. Revista de Carreiras e Pessoas da PUC

<https://revistas.pucsp.br/index.php/ReCaPe/about>

16. RAE - Revista de Administração de Empresas

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/39028>

17. Revista Brasileira de Economia da Fundação Getúlio Vargas

<https://www.scielo.br/j/rbe/>

18. Revista Gestão & Produção da Universidade de São Carlos

<https://www.scielo.br/j/gp/>

19. RHevista RH - Portal de Gestão

<https://www.rhevistarh.com.br/portal/>

LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA

3.7.1. Laboratórios Básicos

- No Curso de Logística foi utilizado o laboratório de informática do polo, o qual deve atender as diversas disciplinas da matriz como suporte para execução de práticas que exigem o uso da ferramenta do computador contribuir para que envolvidos no processo de aprendizagem construam conhecimentos e conceitos, de forma crítica e ativa. Para fazer esta transição, todos os esforços são necessários, desde tecnológicos, até a adaptação dos móveis escolares que atendam estas necessidades.

Os polos EAD mantêm infraestrutura física, tecnológica e administrativa adequados aos projetos pedagógicos. Desta forma, O laboratório de informática atende às necessidades institucionais de apoio presencial aos alunos da EAD, com capacidade para 36 alunos, possui computadores com recursos de multimídia, ligados em rede com acesso à Internet banda larga, acessibilidade, climatizados e iluminação apropriada, contém software especializado em acordo com o plano acadêmico de cada curso, é atualizado em conformidade com o planejamento da área de TI.

Consideramos ainda que a Estrutura da Organização Curricular compreende as competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do graduado. Portanto, a articulação é tratada na utilização de ferramentas, como Software Lucidchart.

Os alunos do curso de graduação em Logística receberam apoio nas diversas fases de desenvolvimento de sua formação profissional. Podemos destacar, como suporte à formação e desenvolvimento de competências, o acesso a atividades curriculares complementares e atividades extracurriculares. Neste sentido, a capacitação dos discentes se deu em diferentes contextos educativos, com diferentes metodologias e variados suportes tecnológicos a fim de que seu perfil profissional seja plenamente alcançado

3.7.2. Normas de Funcionamento, Utilização e Segurança

NORMAS GERAIS PARA DOCENTES E DISCENTES DURANTE AS AULAS PRÁTICAS NA ÁREA DA SAÚDE E TECNOLÓGICO

MANUAL DE UTILIZAÇÃO DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

OBJETIVOS

Este documento regulamenta e normatiza o processo de utilização dos Laboratórios de Informática da IES, de modo a sustentar o seu bom uso e funcionamento no âmbito acadêmico

Os Laboratórios caracterizam-se por sua natureza didático-pedagógica, servindo de complemento aos usuários, na busca pela informação e do conhecimento.

Os Laboratórios têm por finalidade atender aos alunos de todos os anos/cursos oferecidos pela IES permitindo a prática de atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa e ao desenvolvimento do conhecimento.

Os Laboratórios de Informática da IES, oferecem espaço e equipamentos de informática e multimídia para atividades de ensino, pesquisa e extensão, que visem, especificamente, a:

- Estimular e promover o conhecimento das tecnologias informatizadas aplicadas à comunicação e ao aprendizado em geral aos alunos dos cursos regulares;
- Desenvolver projetos de pesquisa e extensão individuais ou coletivos;
- Dar o suporte às disciplinas dos cursos da IES. A política de uso foi criada com os objetivos básicos de melhorar o gerenciamento dos equipamentos e serviços do Laboratório de Informática, bem como impedir o mau uso destes recursos. Ela se baseia na ideia de que o acesso a estes recursos é um direito que gera deveres.

O LABORATÓRIO

Os Laboratórios de Informática têm a missão de apoiar os alunos oferecendo um ambiente favorável para realizações de trabalhos e pesquisas. Todos os computadores possuem acesso à

internet, com uma boa velocidade, e bons equipamentos para propiciar conforto e agilidade. Todos os alunos têm direito de utilizar os laboratórios e podem contar com auxílio do laboratorista ou professor responsável que estão à disposição para esclarecer dúvidas e resolver problemas que venham a ocorrer durante a utilização.

NORMAS GERAIS

I - Do Horário de Funcionamento

Art. 19. Os Laboratórios de Informática funcionam de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00 às 22:00 e nos sábados de 08:00 às 12:00, durante o período letivo regular. Os horários poderão ser alterados, e flexíveis para o laboratório móvel, a bem da comunidade, por ato da direção da IES.

II - Dos Usuários

Art. 2º. Enquadra-se como usuário do Laboratório de Informática todo e qualquer integrante do corpo docente, discente (regularmente matriculado) e funcional da IES, sendo o Laboratório de Informática de uso exclusivo destes. A interrupção de vínculo com a IES acarreta a consequente e imediata perda do direito de utilização do Laboratório de Informática.

III - das Reservas

Art. 3º. Nos horários reservados para a utilização dos Laboratórios de Informática por parte do corpo docente, para aulas curriculares ou esporádicas, é vedada a utilização concomitante da mesma sala por outros usuários.

Art. 4º. Os professores que desejarem utilizar o Laboratório de Informática para atividades acadêmicas devem efetuar reservas, com antecedência mínima de 24 horas, em formulário próprio junto aos funcionários do Suporte.

IV - Da Utilização

Art. 5º O Laboratório de Informática deve ser utilizado único e tão somente para atividades acadêmicas ligadas ao ensino, pesquisa e extensão. É vedada a sua utilização para fins não relacionados à atividade acadêmica.

Art. 6º Os usuários que incorrerem em tal situação estão sujeitos a sanções e penalizações previstas no item X. O usuário é responsável, durante a sua utilização, dos recursos do Laboratório de Informática.

Art.8º.O funcionário responsável deverá ser informado de qualquer anormalidade ocorrida durante a utilização dos recursos computacionais. O professor deve orientar os alunos para que deixem o ambiente limpo, organizado e com todos os recursos computacionais devidamente desligados, após o término das atividades acadêmicas.

Art. 9º. Cada usuário recebe uma conta no servidor, com a respectiva senha pessoal e intransferível, que provê acesso e espaço em disco para gravação de arquivos.

V - Dos Deveres

Art. 10º. É dever de todo usuário do Laboratório de Informática zelar pelas instalações e recursos computacionais compostos de hardware, software e respeitar os funcionários do Laboratório de Informática.

VI - Das Proibições

Art.11º. Fica expressamente proibido no âmbito do Laboratório de Informática da IES:

- A). Acessar modificar ou distribuir materiais de ação ofensiva racial, social ou religiosa;
- B). Acessar, modificar ou distribuir materiais de conteúdo adulto/pornográfico;
- C). Usar vocabulário de baixo calão/ofensivo,
- D). Utilizar sites ou salas de bate-papo, ICQ, MSN Messenger e assemelhados;
- E) Utilizar Jogos eletrônicos - salvo utilizados em atividades acadêmicas devidamente autorizadas;
- F). Violar direitos autorais/propriedade intelectual:
- G) Propaganda político/partidária;
- H) Comer, beber ou portar alimentos;
- I). Fumar ou conduzir cigarros e assemelhados acesos;
- J). Utilizar equipamentos de comunicação como telefones celulares;
- K). Perturbar o ambiente com brincadeiras e algazarras;
- L). Praticar atividades que afetam ou colocam em risco as instalações e os recursos computacionais;
- M). Praticar atividades que promovam o desperdício de recursos de energia e computacionais;
- N) Instalação ou desinstalação de softwares e hardware nos equipamentos do laboratório;

O) Atos de vandalismo digital, tais como quebra de privacidade, invasões internas e externas, captura de senhas e pirataria de software;

P). Abrir, modificar, consertar ou reconfigurar a configuração dos recursos computacionais;

Q) Utilização de usuário e senha alheia;

R). Permanecer nas salas administrativas do Laboratório de Informática, salvo quando solicitado ou necessário.

VII - da Segurança lógica dos dados

Art.12º O Suporte não se responsabiliza pela integridade dos arquivos gravados nos servidores, devendo cada usuário ser responsável pela cópia de segurança dos seus arquivos.

VIII - da Conduta

Art. 13º. E de responsabilidade dos funcionários responsáveis pelo Laboratório de Informática manter a disciplina e ordem no Laboratório de Informática.

Art. 14º Durante a utilização do mesmo para atividades acadêmicas esta responsabilidade decai sobre o professor responsável pela atividade.

Art. 15º O Laboratório de Informática é um local de estudo e, portanto, devem ser observadas a ordem e o silêncio.

Art. 16º Qualquer conduta indevida deve ser comunicada aos responsáveis pelo Laboratório de Informática, através de memorando interno, com provas anexadas para providência de medidas cabíveis.

IX - Das Punições

Art.17º O não cumprimento das normas deste regulamento aqui especificadas ser penalizado de acordo com a sua gravidade conforme descrito abaixo e pelo ressarcimento de prejuízos e danos causados a infraestrutura do Laboratório de

Informática:

I. Advertência oral;

II. Advertência escrita;

III Suspensão temporária dos direitos de utilização do Laboratório de Informática

IV. Suspensão definitiva dos direitos de utilização do Laboratório de Informática;

V. Responsabilidades civis ou pessoais cabíveis dentro da lei.

X- Dos Funcionários Responsáveis

Art. 18º. Os funcionários responsáveis pelo Laboratório de Informática da IES têm como atribuições:

- I. Prestar suporte técnico aos usuários no desenvolvimento das atividades acadêmicas que necessitem dos recursos do Laboratório de Informática;
- II. Supervisionar e controlar o comportamento dos usuários e utilização dos equipamentos;
- III. Zelar pela conservação e manutenção dos recursos computacionais;
- IV. Instalar e configurar recursos computacionais;
- V. Prover manutenção dos recursos computacionais, salvo atividades que requerem intervenção externa especializadas por profissionais ou empresas

Art. 19º. Não constituem atribuições dos funcionários: I. Desempenhar funções de monitoria em atividades acadêmicas;

XI - Dos Casos Omissos

Art. 20º Os casos omissos neste regulamento do Laboratório de Informática serão apreciados, em primeira e única instância, por uma comissão designada pela direção da IES.

Art. 21º Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

NORMAS DE SEGURANÇA DE LABORATÓRIOS

OBJETIVOS

A presente norma tem por objetivo estabelecer diretrizes e condutas para a utilização de recursos de TI disponibilizados nos laboratórios da IES.

Para efeito de nomenclatura considerar-se-á recurso de TI todos os equipamentos e serviços instalados nos referidos laboratórios, incluindo computadores, periféricos (mouse, mouse pad, teclado, webcam e similares), switches, estabilizadores, no-breaks, sistemas operacionais e aplicativos.

ABRANGÊNCIA

Esta norma aplica-se a todos os usuários dos recursos de TI disponibilizados nos laboratórios.

Consideram-se usuários todos os alunos regularmente matriculados no campus bem como os servidores em exercício, alunos de cursos de extensão, além de estagiários, monitores e bolsistas externos.

SEGURANÇA

3.1 Os Usuários são responsáveis pela utilização correta dos recursos de informática (Computadores, redes e redes wireless e softwares) colocados à sua disposição e das informações disponibilizadas através da rede, devendo utilizá-los para os fins a que se destinam no estrito interesse da instituição, notadamente no que se refere às atividades acadêmicas.

3.2 Sob nenhuma circunstância está o usuário dos recursos de informática autorizado a se engajar em qualquer atividade que seja considerada ilícita, que afronte a moral, a ordem pública e os costumes locais, estaduais, nacionais e internacionais.

3.3 Sob nenhuma circunstância está o usuário dos recursos de informática autorizado a:

3.3.1 Utilizar ou divulgar material que viole os direitos de propriedade intelectual de qualquer natureza, bem como fazer cópia não autorizada de material protegido por direitos autorais, incluindo, exemplificativamente, músicas, textos, digitalização e distribuição de fotografias, livros ou outras fontes protegidas por direitos autorais;

3.3.2 Instalar, distribuir ou utilizar softwares não autorizados ou não licenciados para uso na instituição.

3.3.3 Adquirir, criar, produzir, reproduzir, dirigir, transmitir, distribuir, possuir ou armazenar, tornar disponível por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança e/ou adolescente, conforme o disposto nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C, 241-D e 241-E da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

3.3.4 Divulgar informações injuriosas, caluniosas ou difamatórias, que violem o direito à honra ou à imagem das pessoas;

3.3.5 Divulgar material de cunho racista, que constitua ameaça a alguém ou, ainda, qualquer material que viole quaisquer leis e demais normas vigentes;

3.3.6 Introduzir programas com códigos maliciosos na rede ou nos servidores, como por exemplo: vírus, worms, cavalos de tróia, e-mails infectados, etc;

3.3.7 Fornecer senhas de acesso à rede, a e-mails e a demais sistemas informatizados para pessoas não autorizadas;

3.8. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

3.8.1. Laboratórios Especializados

Para o desenvolvimento de atividades práticas a unidade onde está localizado o curso dispõe de laboratórios básicos para a formação do aluno, locais em que a partir das disciplinas ministradas, os alunos podem realizar atividades acadêmicas de natureza prática. Estes laboratórios estão disponíveis à comunidade acadêmica e atendem os alunos de graduação a partir de agendamento de horários, respeitando o limite de capacidade dos mesmos, garantindo que todos os alunos possam ter acesso a equipamentos de maneira qualitativa. Os referidos laboratórios possuem normatização própria que regula as disciplinas e confere as normas de segurança para a atividade que é realizada. Essas informações estão à disposição em regulamento acessível para alunos e professores nos respectivos laboratórios. Para a organização e manutenção dos laboratórios, estão alocados técnicos com formação técnica para junto com os professores prever as atividades que ali serão realizadas e manter o pleno funcionamento dos mesmos.

3.8.2. Normas de Funcionamento, Utilização e Segurança

NORMAS GERAIS PARA DOCENTES E DISCENTES DURANTE AS AULAS PRÁTICAS NA ÁREA DA SAÚDE E TECNOLÓGICO.

Não se aplica

3.9. LABORATÓRIOS DE ENSINO PARA A ÁREA DE SAÚDE (Cursos da Saúde)

3.9.1. Laboratório Específicos e Multidisciplinares em Conformidade com as DCNs

Não se Aplica

3.9.2. Abordagem dos Diferentes Aspectos Celulares e Moleculares das Ciências da Vida

Não se aplica

3.10. LABORATÓRIOS DE HABILIDADES (Cursos da Saúde)

3.10.1. Laboratório de Habilidades da Atividade Médica ou de Saúde

Não se Aplica

3.10.2. Capacitação dos Discentes nas Diversas Competências nas Diferentes Fases do Curso

3.11. UNIDADES HOSPITALARES E COMPLEXO ASSISTENCIAL CONVENIADOS

3.11.1. Unidades Hospitalares Conveniadas em Condições para a Formação dos Estudantes

Não se Aplica.

3.11.2. Sistema de Referência e Contrarreferência

Não se aplica.

3.11.3. Práticas Interdisciplinares e Interprofissionais na Atenção à Saúde

Não se Aplica

3.12. BIOTÉRIOS

Não se aplica.

3.13. PROCESSO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

A produção de material didático na EaD é de grande importância para a efetiva aprendizagem do estudante e, para isso, exige alguns diferenciais em sua elaboração, aspectos que devem ser observados por todos os profissionais que integram o seu processo de produção.

O CEUNI Fametro, por decisão institucional e em definição pela equipe multidisciplinar, optou por produção própria do seu material didático, este que, grosso modo, é composto por videoaulas, *e-book*, exercícios e *slides*. Embora haja um processo bem definido no Núcleo de Educação a Distância - NEaD, o processo de produção própria é complexo. São diversas etapas estabelecidas neste trâmite que somente documentadas permitem o seu êxito na execução, por isso, também, todo o processo de controle de produção ou distribuição de material didático EAD Fametro está formalizado.

Na equipe multidisciplinar há um profissional que é o responsável por gerenciar o processo de produção, bem como a distribuição virtual do material. Virtual, pois o modelo desenhado pela IES para seu EaD se dá pela WEB. Este profissional acompanha os conteudistas, coordenadores de curso, profissionais de estúdio, profissionais de design multimídia, revisores de texto e analistas de tecnologia.

Conteudistas

No Plano de Ação do EAD há previsão semestral referente à demanda de material didático dos cursos e disciplinas a distância a ser produzida no ciclo subsequente. Abre-se um processo para a captação de professores conteudistas. A priori, numa perspectiva endógena,

com olhar para os professores atuantes na própria IES. Na ausência desses profissionais, o Departamento de Recursos Humanos abre processo seletivo para público externo, conforme diretrizes da gestão do Núcleo.

O NEaD é quem escolhe cada conteudista, baseando-se em seus cinco critérios iniciais instituídos, ora citados, a saber:

- Experiência docente;
- Experiência EAD;
- Formação e titulação;
- Aderência à unidade curricular;
- Experiência com gravações de vídeos.

Este processo estabelecido, aplica-se a todas as unidades curriculares de um curso a distância.

Também mencionado, as videoaulas são parte do material didático. Portanto, após a seleção do conteudista à luz dos cinco critérios supramencionados, este profissional é submetido a uma aula teste (piloto) de até quinze minutos. Dá-se, então, uma análise baseada em cinco outros critérios, que são específicos para esta linguagem audiovisual, a saber:

- Desenvoltura;
- Dicção;
- Postura;
- Adequação da Linguagem;
- Conteúdo/Vivência/experiências.

Processo de Produção - Fluxo

O processo de produção de conteúdo e seu controle são realizados pela Gestão do EAD Fametro, seguindo os seguintes procedimentos operacionais, apresenta 21 etapas entre a concepção da ideia e a conclusão do trabalho, visualizado no diagrama a seguir:

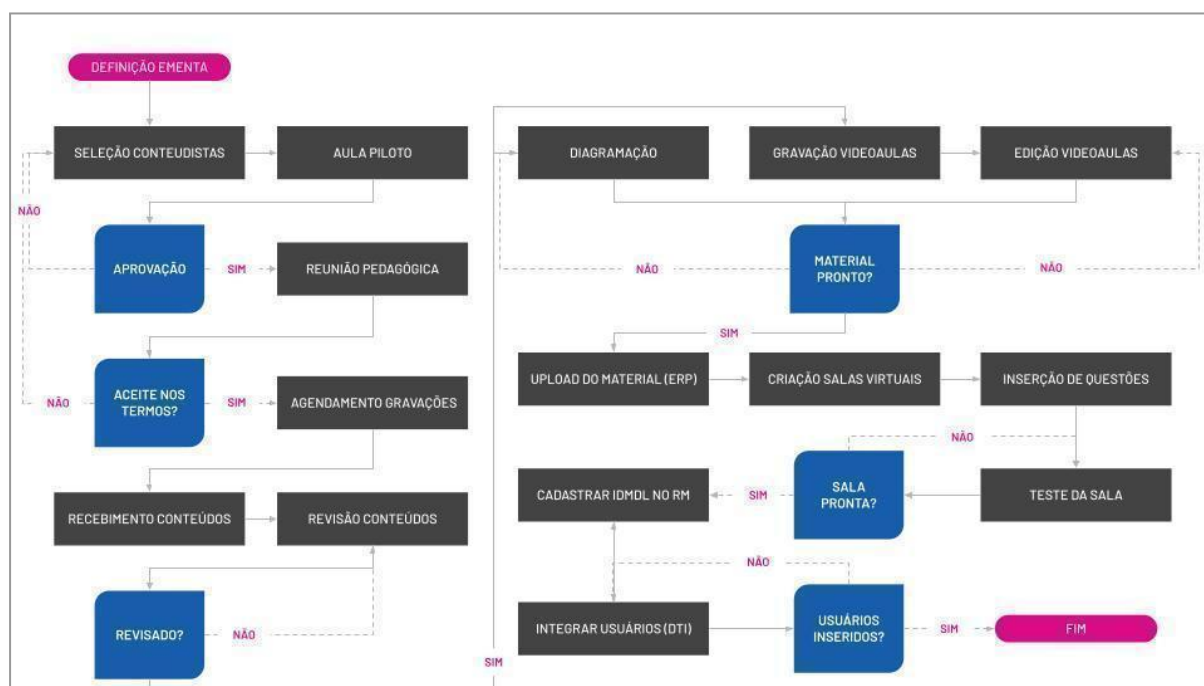


Figura: Fluxo de produção e distribuição de material didático EaD.

Processos

Para que o processo produtivo apresentado no fluxograma ocorra conforme o planejamento, as etapas são gerenciadas por meio de alguns sistemas adotados ou desenvolvidos na própria IES (figura).

- Contingência

A EaD da IES está suportada por servidores próprios. Há uma redundância no link de internet, com duas redes de fibra óptica, em que a segunda é acionada automaticamente quando necessário, sem que cause prejuízo ou seja percebido pelos usuários.

Há também redundância no AVA, pois uma outra instância Moodle (AVA) fica em *stand-by* e é ativada se necessário.

- Sistema ERP

O ERP é um sistema de gestão integrada que foi desenvolvido pela própria IES, a fim de permitir a integração dos conteúdos multimídia com o AVA, bem como o acompanhamento do fluxo produtivo do material didático até a sua publicação no próprio sistema, que funciona como um workflow, e todos os envolvidos da equipe multidisciplinar do processo têm acesso e faz os inputs conforme sua alçada de privilégio e papel. É um sistema online, ou seja, pode ser acessado de qualquer local com internet pelo endereço <https://erpead.fametro.edu.br>.

- Google for Education

A IES é adepta (institucionalizado) ao programa Google for Education, onde utiliza diversos recursos disponibilizados em seu modelo de EaD. Na produção do material didático a

principal ferramenta é o Google Planilhas. Há um modelo sistêmico para cada etapa do processo de produção, que tem características essenciais do Planilhas, tais como compartilhamento online, edição por múltiplos usuários, atribuição de privilégios de acesso, programação própria para desenvolvimento de mini sistemas integrados, dentre outros.

■ SIED

Cabe destacar que internamente na IES também foi criado um sistema chamado SIED – *Sistema Integrador de Ensino Digital*, em que este permite gerenciar as informações cadastrais dos cursos, bem como todo o material didático multimídia armazenado em outros serviços utilizados, por exemplo, o *Google For Education*, o qual a IES é adepta dos serviços. Em suma o SIED faz o *link* entre o Material Didático e o AVA.

Toda a tecnologia empregada na construção do AVA *Fametro* tem o objetivo de garantir tanto os elementos elementares quanto os inovadores. O processo de atualização e de melhorias é constante e apresenta materiais, recursos e tecnologias apropriadas, que permitem desenvolver a cooperação entre tutores, discentes e docentes. A médio prazo, o SIED substitui o ERP.

#	Vínculo	Descrição	Cidade	Coordenador	Email	Contatos	Status	Opções
12	Prepito	EAD - Minas Este	Minas	-	-	-	Ativo	⋮
13	Prepito	EAD - Autazes	Autazes	-	autazes@fametro.edu.br	-	Ativo	⋮
14	Prepito	EAD - Barão	Barão	-	barao@fametro.edu.br	-	Ativo	⋮
1	Prepito	EAD - Boa Vista	Boa Vista	Ana Celia	anacelia.p@fametro.edu.br	(95)98125.7722	Ativo	⋮
15	Prepito	EAD - Capangapá	Capangapá	-	capangapa@fametro.edu.br	-	Ativo	⋮
8	Prepito	EAD - Casimiroes	Minas	-	-	-	Ativo	⋮
6	Prepito	EAD - Coari	Coari	Eduardo Sanchez	eduardo.sanchez@fametro.edu.br	(92)98474.8476	Ativo	⋮
2	Prepito	EAD - Itacaramira	Itacaramira	Laura Karo	laura.karo@fametro.edu.br	(92)99103.0563	Ativo	⋮
5	Prepito	EAD - Maracapaná	Maracapaná	Fátima de	fania.carmo@fametro.edu.br	(92)99197.2028	Ativo	⋮
7	Prepito	EAD - Parintins	Parintins	Larissa Garcia	larissa.garcia@fametro.edu.br	(92)99192.6684	Ativo	⋮
9	Prepito	EAD - Tumbalá	Tumbalá	Maria Tereza	maria.tereza@fametro.edu.br	(97)99175.4314	Ativo	⋮
16	Prepito	EAD - Tumbalá	Tumbalá	Q	-	-	Ativo	⋮
4	Prepito	EAD - Turi	Turi	-	-	-	Ativo	⋮
18	Prepito	EAD - Uruará	Uruará	Q	-	-	Ativo	⋮
10	Prepito	EAD - Zona Oeste	Minas	Carson de	carson.rodrigues@fametro.edu.br	(92)98102.1270	Ativo	⋮
3	Prepito	EAD - Zona Norte	Minas	-	-	-	Ativo	⋮

Figura: Tela do SIED.

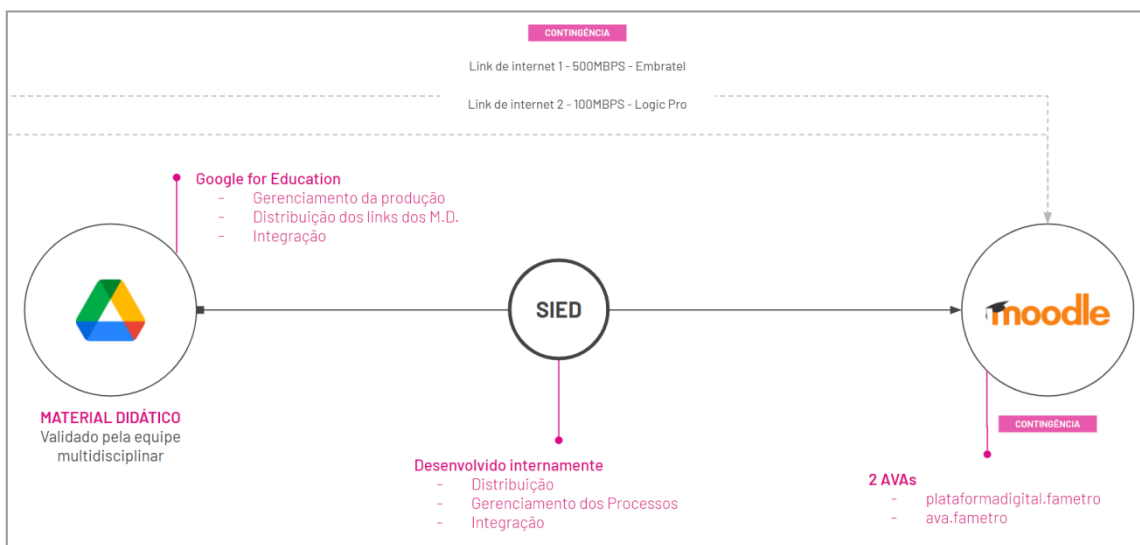


Figura: Acompanhamento e gerenciamento.

PROFESSOR	TITULAÇÃO	PERÍODO	Ordem	CONHEÇA SUA DISCIPLINA			
				APRES. DO PROF E DISCIPLINA			PLANO
				GRAV.	EDIT	UP	GRAV.
		5º	1				
MARCELO MUNIZ DA SILVA	MESTRE(A)	5º	1				
Paula Mirana de Sousa Ramos	DOUTOR(A)	5º	2				
		MEC	MEC				
Gustavo Paiva de Carvalho	DOUTOR(A)	MEC	MEC				
Livia da Silva Oliveira	MESTRE(A)	5º	2				
VICTOR DA SILVA ALMEIDA	MESTRE(A)	5º	1				
		4	1				
		4	3				
		4	1				
MARIA FRANCENILDA GUALBERTO DE OLIVEIRA	MESTRE(A)	MEC	MEC				

Figura: Acompanhamento e gerenciamento de gravações e publicação das mídias.

PROGRESSO	PROFESSOR	Período	ORDEM	E-BOOK		QUESTÕES EXCLUSIVAS		INTERDISCIPLINA	
				DIAGRAMAÇÃO	ERP	REVISADO	MOODLE	REVISADO	MOODLE
100%	MONIQUE FERREIRA DE MENEZES	4	1						
100%	ADRIANA GURGEL LIMA	4	1						
100%	MONIQUE FERREIRA DE MENEZES	4	2						
100%	SANDRA ALFAIA LIMA	4	1						
100%	KAMILLA INGRID LOUREIRO E SILVA	4	1						
100%	RENATA MARIA DA SILVA	4	1						
100%	SANDRO SERGIO DE ANDRADE MAGALHAES	4	1						
100%	DAVID BARBOSA DE ALENCAR	4	1						
100%	ROSANE SOUZA CAVALCANTE	4	1						
100%	MATEUS DE SOUZA DUARTE	4	1						
100%	KEEGAN BEZERRA PONCE	4	1						
100%	CHELLSEA HORTENCIO ALCANTARA SILVA	4	1						
100%	JORGE ROSARIO DE CARVALHO	4	1						
100%	JOSÉ ROBERTO LIRA PINTO JÚNIOR	4	1						
100%	MARIA FRANCENILDA GUALBERTO DE OLIVEIRA	4	1						
100%	SORAYA NURIEH AUZIER COSTA	4	1						
100%	HELLEN CRISTINA DA SILVA ÁVILA PONCE	4	1						
100%	ANTÔNIA MÁRCIA ARAÚJO GUERRA URQUIZO VALDÍVIA	4	1						
100%	MAISA CAXIAS SOARES	4	1						

Figura: Acompanhamento e gerenciamento de material didático Ead.

	E-BOOK	QUESTÕES EXCLUSIVAS	PLANO DE APRENDIZAGEM	QUESTÕES DIAGNÓSTICO	QUESTÕES INTER-TRANS	SLIDES
Ordem	REVISÃO	REVISÃO	REVISÃO	REVISÃO	REVISÃO	REVISÃO
2						
1						
3						
1						

Figura: Acompanhamento e gerenciamento de material didático.

foto	nome	login	nivel	status	perfil			
	Wenderson Costa	wenderson.costa@fametro.edu.br	Administrator	Autorizado	administrativo			
	Ronilson Soares	ronilson.soares@fametro.edu.br	Administrator	Autorizado	administrativo			
	Jéssica Nogueira	jessica.nogueira@fametro.edu.br	Administrator	Autorizado	administrativo			
	Ilmara Araújo	ilmara.araujo@fametro.edu.br	ATENDIMENTO	Autorizado	administrativo			
	teste	teste@fametro.edu.br	PROFESSOR	Autorizado	professor			
	Lilian Santos	lilian.santos@fametro.edu.br	ATENDIMENTO	Autorizado	administrativo			
	Lucas Matheus Sampaio Campos	lucas.campos@fametro.edu.br	Administrator	Autorizado	administrativo			
	KATYANNE FERREIRA PINTO	tutor.katyane.pinto@fametro.edu.br	TUTORES	Autorizado	professor			
	Wenderson dos Santos Cid	wenderson_cid@hotmail.com	TUTORES	Autorizado	professor			
	Joel dos Santos Souza	joel.souza@fametro.edu.br	Administrator	Autorizado	administrativo			

Figura: Sistema ERP - próprio - tela de usuários.



Figura: Sistema ERP - próprio - menu gerenciamento das mídias e material didático.

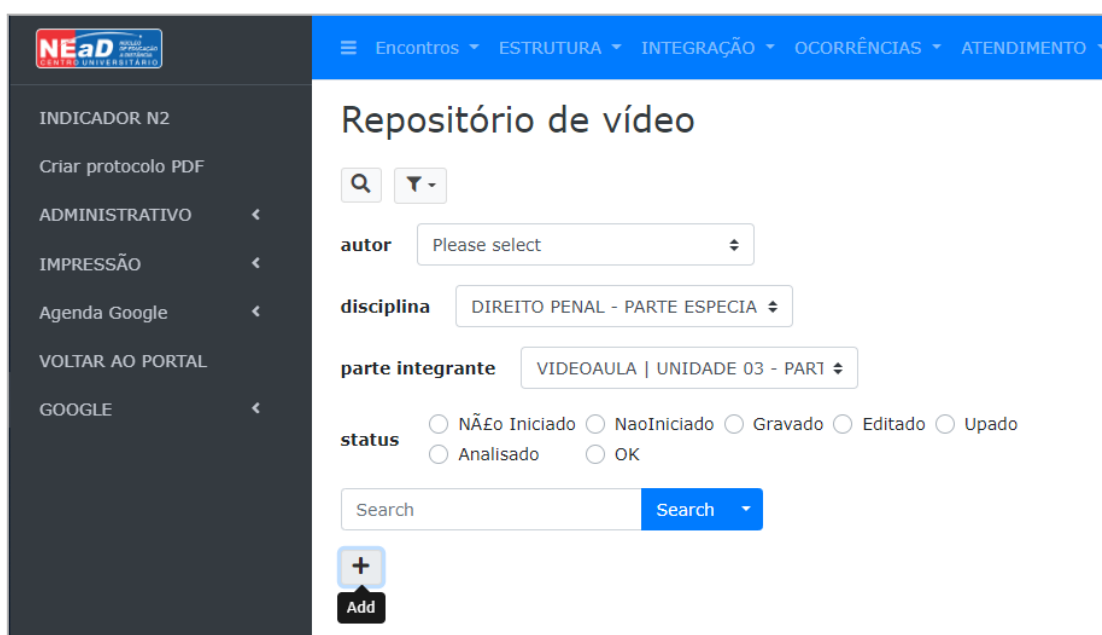


Figura: Sistema ERP - próprio - repositório de vídeos.

Figura: Sistema ERP - próprio - repositório de vídeos.

Plano de contingência para garantia de continuidade de funcionamento

O modelo de EAD da Fametro é predominantemente baseado na WEB e, por isso, depende de rede de internet, servidores, plataformas, dentre outros recursos tecnológicos. No que diz respeito à produção de material didático os pontos de atenção para o cumprimento do planejamento de produção e distribuição são a produção das videoaulas e o fator humano que são os professores conteudistas. Entende-se por distribuição a disponibilização do material didático para o estudante no ambiente virtual de aprendizagem, já que o conteúdo é digital. Entretanto, extra AVA há a produção de livros físicos, também como componentes do material didático. Estes são também de responsabilidade da IES, no que tange a distribuição aos polos, logo, aos estudantes, e isso é feito por equipe própria da IES.

Para a implementação do plano de contingência foi necessário pensar em quatro instâncias, a saber:

- servidor WEB;
- link de internet;
- AVA;
- conteudistas.

Servidor WEB - A IES dispõe de diversos servidores próprios para suportar o seu ambiente virtual de aprendizagem. Na contingência um novo servidor pode ser acionado para a migração de banco de dados, de uma instância do AVA, dentre outros serviços. São servidores que estão fisicamente na instituição e, por isso, pode ser feita, inclusive, qualquer intervenção física. Hoje a IES tem 74 servidores virtuais e 4 servidores físicos.

Link de Internet - A contingência para a internet se dá na redundância no link de internet, com duas redes de fibra óptica contratadas, em que a segunda é acionada automaticamente quando necessário, sem que cause prejuízo ou seja percebido pelos usuários. Se a rede primária apresentar alguma instabilidade a secundária assume imediatamente o tráfego. O link principal, da Embratel, é de 500 Mbps. E o link secundário é da *LogicPro*, de 100 Mbps.

AVA - O AVA Fametro está alocado em uma estrutura de servidores próprios, em que sua arquitetura prevê a separação de alguns componentes para garantir a segurança dos dados: software e banco de dados estão separados. Nesse contexto, a contingência está prevista para ser aplicada a partir do momento em que, por algum motivo, o software venha a apresentar alguma instabilidade ou inoperância. A ação por parte de equipe responsável de Tecnologia de Informação - DTI - é a de acionar a instância AVA redundante já instalada em outro servidor que, por si só já é uma contingência, e ativá-la ao servidor do banco de dados. Isso feito, basta alterar o endereçamento para o estudante no Portal do Aluno, ação que exige 5 minutos de dedicação. O endereçamento direto não interessa ao estudante, mas, para fins deste documento, os *links* são:

Instância Moodle (AVA) primária: <https://ava.fametro.edu.br>

Instância Moodle (AVA) secundária: <https://ead.fametro.edu.br>

Conteudistas - No cenário que envolve o conteudista e a sua entrega do material didático, a contingência se dá desde o planejamento. Isso porque as demandas a serem ofertadas aos estudantes são preparadas sempre em um ciclo anterior ao da oferta. Embora haja esse planejamento, também há algumas medidas cautelares, a saber:

- Para a demanda atual de videoaulas, utilizamos 4 estúdios, localizados na Sede da IES, em Manaus.
- Um outro recurso de contingência para gravações homologado pela Equipe Multidisciplinar é a possibilidade de o professor gravar em estrutura própria. A equipe consegue configurar remotamente os recursos necessários no equipamento do conteudista via *Any Desk* e conversam via *Google Meet*.
- No momento da captação de professores conteudistas, prezamos por ter conteudistas suplentes para o caso de alguma eventualidade. Quando possível, temos até 3 suplentes aprovados, pois gravam o vídeo de teste (piloto).

CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO			
Disciplina:			
Item	Plano de Aprendizagem	Atende	Não Atende

1	Pertinência das temáticas em relação à ementa		
2	Relação do objetivo geral com rol de conteúdos da ementa		
3	Objetivos específicos correlacionados aos conteúdos da disciplina		
4	Distribuição e organização das unidades de ensino		
5	Metodologia de ensino, recursos didáticos e formas de avaliação		
6	Relação das temáticas da ementa às bibliografias básica e complementar		
7	Organização e normas na bibliografia básica e complementar		
Avaliações			
8	Clareza e objetividade dos assuntos propostos pela ementa		
9	Contextualização dos enunciados		
10	Ortografia e linguagem		
11	Organização do conteúdo da avaliação no template		
Slides de Apoio			
12	Formatação do Conteúdo no Slide		
13	Aspectos Didáticos na Organização do Slide (cores, fontes, gravuras etc.)		
14	Distribuição do Plano de Aprendizagem no Slide		
15	Estética do material apresentado pelo professor		
Videoaulas			
16	Organização das temáticas		
17	Distribuição dos conteúdos na tela e na oralidade do professor		
18	Tempo de apresentação		
19	Clareza visual das cartelas de cores utilizadas		
20	Trilha sonora para conteúdos de aprendizagem (se necessário)		
21	Organização do roll, nomes, funções e palavras		
22	Organização da bibliografia no roll (normas da ABNT)		
23	Ortografia e linguagem		

Mapa Conceitual			
24	Quantidade e qualidade de conceitos, considerados suficientes para a compreensão e apreensão do conteúdo		
25	Níveis de hierarquização dos conteúdos		
26	Número de inter-relações entre conteúdos		
27	Palavras de enlace e proposições com significado lógico		
28	Estrutura do mapa conceitual		
29	Representatividade dos conteúdos e criatividade		

3.13.1. Sistema Informatizada de Gerenciamento do Processo e Uso de Indicadores

3.14. NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS (Cursos de Direito)

3.14.1. Regulamento

Não se aplica

3.14.2. Práticas Jurídicas Simuladas, Arbitragem, Negociação, Conciliação, Mediação

Não se aplica

3.14.3. Atividades Jurídicas Reais

Não se aplica

3.14.4. Visita Orientadas

Não se aplica

3.14.5. Interdisciplinaridade das Matérias Legais

Não se aplica

3.14.6. Avaliação Periódica do Atendimento da Demanda

Não se aplica

3.15. COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

Não se aplica

3.16. COMITÊ DE ÉTICA NA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS (CEUA)

Não se aplica

3.17. AMBIENTES PROFISSIONAIS VINCULADOS AO CURSO

3.17.1. Ambientes Profissionais Vinculados ao Curso

A IES possui plataforma EAD que é um sistema de gestão de aprendizagem desenvolvido a partir de uma metodologia pedagógica para promover o ensino online de forma eficiente e bem estruturada, foi desenvolvida para oferecer toda uma estrutura necessária para a criação de cursos online. Nesta plataforma EAD é possível criar cursos ou disciplinas online, para cursos 100% ou com até 40% em EaD, personalizados de acordo com o interesse da IES em potencial, além de fazer uma gestão pedagógica, acadêmica, financeira completa e eficiente do ensino da instituição.

Na IES contamos com a plataforma do AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) um software que proporciona o desenvolvimento e distribuição de conteúdo diversos para cursos e disciplinas on-line para os discentes. Trata-se de um ambiente virtual desenvolvido com o objetivo de auxiliar os docentes e tutores no gerenciamento das disciplinas, projetos para os discentes e gestão. Neste ambiente, é possível acompanhar o processo de aprendizagem dos discentes, além de gerar relatórios sobre performance e progresso do curso online. Portanto, é possível trabalhar de forma assertiva em cima de possíveis problemas que possam ocorrer garantindo a eficácia do processo e do ambiente virtual de aprendizagem como um todo. Além disso, é na plataforma EAD que o discente é apresentado a toda a estrutura de cursos, bem como os conteúdos, aulas, módulos e avaliações.

O AVA é usado como ferramenta para EAD (educação a distância), e em alguns casos para complementar aulas presenciais com conteúdos virtuais.

Nesta modalidade o discente terá seus componentes curriculares oferecidos em plataforma digital totalmente online denominada AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) em formato modular do tipo carrossel.

Na IES é utilizado o formato modular carrossel que consiste na oferta de componentes curriculares agrupados em blocos, ou seja, um bloco após o outro seguindo sequência pré-definida.

Na modalidade EaD 100% online, o discente terá obrigatoriamente apenas os encontros presenciais relacionados às atividades avaliativas, conforme previsto na legislação proposta pelo MEC (Ministério da Educação), que são elas:

Avaliações de estudantes;

Estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;

Defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente;
e Atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso.

Os materiais didáticos, assim como todas as mídias referentes aos estudos, ficam disponíveis para o discente em seu AVA com possibilidade de Downloads ou impressão.

Neste formato existem as aulas online em cursos presenciais cujo discentes podem interagir com seus colegas de cursos, professores e tutores. Nas aulas presenciais são aplicadas metodologias ativas, aulas de laboratório, visitas técnicas ou outras atividades cuja presença do acadêmico é imprescindível.

3.17.2. Atendimentos aos Objetivos do PPC para Complementação de Práticas Laboratoriais e/ou Profissionais

O AVA é usado como ferramenta para EAD (educação a distância), e em alguns casos para complementar aulas presenciais com conteúdos virtuais. Nesta modalidade o discente tem seus componentes curriculares oferecidos em plataforma digital totalmente online denominada AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) em formato modular do tipo carrossel.

Na modalidade EaD 100% online, o discente tem obrigatoriamente apenas os encontros presenciais relacionados às atividades avaliativas, conforme previsto na legislação proposta pelo MEC (Ministério da Educação), que são elas:

- a) Avaliações de estudantes;
- b) Estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;
- c) Defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente; e
- d) Atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso.

3.17.3. Experiências Diferenciadas de Aprendizagem

Na IES utilizamos o formato modular carrossel que consiste na oferta de componentes curriculares agrupados em blocos, ou seja, um bloco após o outro seguindo sequência pré-definida.

Os materiais didáticos, assim como todas as mídias referentes aos estudos, ficam disponíveis para o discente em seu AVA com possibilidade de Downloads ou impressão. Neste formato existirão as aulas online em cursos presenciais cujo discente poderão interagir com seus colegas de cursos, professores e tutores. Nas aulas presenciais serão aplicadas metodologias ativas, aulas de laboratório, visitas técnicas ou outras atividades cuja presença do acadêmico seja imprescindível.

3.17.4. Avaliação Periódica Documentada e Ações de Melhoria

A plataforma do AVA (AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM) proporciona o desenvolvimento e distribuição de conteúdos diversos para cursos e disciplinas online para discentes. Trata-se de um ambiente virtual desenvolvido com o objetivo de auxiliar os docentes e tutores no gerenciamento de disciplinas, projetos para os seus discentes e na gestão completa. Neste ambiente, é possível acompanhar o processo de aprendizagem dos discentes, além de gerar relatórios sobre performance e progresso do curso online. Portanto, é possível trabalhar de forma assertiva em cima de possíveis problemas que possam ocorrer garantindo a eficácia do processo e do ambiente virtual de aprendizagem como um todo.

■ **ANEXOS**

■ **ANEXO I**

A IES, conta com as seguintes dependências administrativas:

SEDE - prédios 1 e 2

Descrição	2019			2021		
	Quant.	M ²	Cap.	Quant.	M ²	Cap.
Recepção	1	20,10m ²	15	1	20,10m ²	15
Reitoria	1	18,00m ²	6	1	18,00m ²	6
Pro Reitoria	1	17,40m ²	5	1	17,40m ²	5
Presidência	1	40,00m ²	10	1	40,00m ²	10
Vice Presidência	1	30,00m ²	5	1	30,00m ²	5
Sala dos Professores	1	65,00m ²	40	1	65,00m ²	40
Gabinete de Trabalho Docente	1	70,30m ²	22	1	70,30m ²	22
Coordenação do Curso Engenharia Elétrica	1	15,00m ²	5	1	15,00m ²	5
Coordenação do Curso Engenharia Civil	1	15,00m ²	5	1	15,00m ²	5
Coordenação do Curso Engenharia Produção	1	15,00m ²	5	1	15,00m ²	5
Coordenação do Curso Engenharia Mecânica	1	15,00m ²	5	1	15,00m ²	5
Coordenação do Curso Engenharia Ambiental	1	15,00m ²	5	1	15,00m ²	5
Coordenação de Curso Sistema da Informação	1	15,00m ²	5	1	15,00m ²	5
Coordenação de Curso Desing Gráfico						
Coordenação de Curso Arquitetura e Urbanismo	1	15,00m ²	5	1	15,00m ²	5
Coordenação de Curso Direito	1	15,00m ²	5	1	15,00m ²	5
Coordenação de Curso Pedagogia	1	15,00m ²	5	1	15,00m ²	5
Coordenação de Curso Serviço Social	1	15,00m ²	5	1	15,00m ²	5
Coordenação de Curso Turismo	1	15,00m ²	5	1	15,00m ²	5
Coordenação de Curso Jornalismo	1	15,00m ²	5	1	15,00m ²	5
Salas de Aula com Pranchetas	10	50,00m ²	35	10	50,00m ²	35
Salas de Aula	66	48,00m ²	45	66	48,00m ²	45
Salas de Aula	16	62,30m ²	60	16	62,30m ²	60
Salas de Aula	14	70,00m ²	80	14	70,00m ²	80
Mini-Auditório	1	139,10m ²	150	1	139,10m ²	150
Auditório	1	380,73m ²	500	1	380,73m ²	500
RH	2	45,05m ²	14	2	45,05m ²	14
Diretório Acadêmico	1	15,00m ²	4	1	15,00m ²	4
NOPE - Núcleo de Pesquisa e Extensão	1	15,00m ²	6	1	15,00m ²	6
Nadi - Núcleo de Atendimento ao Discente	1	15,00m ²	6	1	15,00m ²	6
Compras	1	10,00m ²	4	1	10,00m ²	4
Diretoria Administrativa	1	15,00m ²	2	1	15,00m ²	2
Diretoria de Expansão	1	10,00m ²	2	1	10,00m ²	2
Diretoria Financeira	1	20,00m ²	2	1	20,00m ²	2
Arquivo	1	40,00m ²	2	1	40,00m ²	2
Tesouraria	1	60,00m ²	15	1	60,00m ²	15
Financeiro	1	50,00m ²	10	1	50,00m ²	10

Contabilidade	1	40,00m ²	12	1	40,00m ²	12
Controladoria	1	30,00m ²	8	1	30,00m ²	8
Cobrafix	1	10,00m ²	2	1	10,00m ²	2
Sala de Estudo	1	60,50m ²	40	1	60,50m ²	40
Departamento de Tecnologia da Informação - TI	1	20,20m ²	10	1	20,20m ²	10
Assessoria de Projetos e Obra	1	30,00m ²	12	1	30,00m ²	12
Segurança Patrimonial	1	15,00m ²	25	1	15,00m ²	25
Recurso Pedagógico	1	15,00m ²	7	1	15,00m ²	7
Ambulatório	1	8,00m ²	3	1	8,00m ²	3
Coordenação Administrativa	1	18,00m ²	5	1	18,00m ²	5
Jurídico	1	17,00m ²	7	1	17,00m ²	7
NEAD - Núcleo de Educação a Distância	1	102,00m ²	10	1	102,00m ²	10
Laboratório de Informática 1	1	38,00m ²	25	1	38,00m ²	25
Laboratório de Informática 2	1	55,05m ²	45	1	55,05m ²	45
Laboratório de Informática 3	1	62,00m ²	50	1	62,00m ²	50
Laboratório de Jornalismo	1	15,00m ²	10	1	15,00m ²	10
Laboratório de Fotografia	1	15,00m ²	10	1	15,00m ²	10
Laboratório de TV	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30
Laboratório de Redação e Publicação	1	15,00m ²	10	1	15,00m ²	10
Laboratório de Multidisciplinar de Eletrônica	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30
Laboratório de Multidisciplinar de Instalações Elétrica	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30
Laboratório Multidisciplinar de Física	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30
Laboratório Multidisciplinar de Hidráulica	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30
Laboratório multidisciplinar Energias	1	60,00m ²	40	1	60,00m ²	40
Laboratório de Maquetaria	1	20,00m ²	15	1	20,00m ²	15
Laboratório de Desenho Técnico	1	15,00m ²	10	1	15,00m ²	10
Laboratório Canteiro de Construção Civil	1	104,80m ²	30	1	104,80m ²	30
Laboratório Multidisciplinar de Resistência de Materiais	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30
Laboratório Multidisciplinar Topografia	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30
Laboratório de Ateliê Design Gráfico	1	70,80m ²	30	1	70,80m ²	30
Brinquedoteca	1	35,00m ²	20	1	35,00m ²	20
Almoxarifado	1	25,00m ²	4	1	25,00m ²	4
Manutenção	1	15,00m ²	8	1	15,00m ²	8
Banheiros Masculinos	10	15,00m ²	10	10	15,00m ²	10
Banheiros Femininos	10	15,00m ²	10	10	15,00m ²	10
Banheiros PNE	5	4,50m ²	1	5	4,50m ²	1
Fraldário	1	4,50m ²	2	1	4,50m ²	2
Loja de Papelaria e Conveniência	1	15,00m ²	10	1	15,00m ²	10
Praça de Alimentação	2	115,00m ²	100	2	115,00m ²	100
Area de Convivência com anfiteatro	1	167,00m ²	300	1	167,00m ²	300
Area de circulação	15	25,00m ²	20	15	25,00m ²	20
Repografia	1	15,00m ²	5	1	15,00m ²	5
Loja de Serviço Gráfico	1	15,00m ²	5	1	15,00m ²	5
Elevadores	4	4,00m ²	5	4	4,00m ²	5

SEDE - PRÉDIOS 3 E 5

Descrição	2019			2021		
	Quant.	M ²	Cap.	Quant.	M ²	Cap.
Recepção	1	70,10m ²	30	1	70,10m ²	30
Biblioteca	1	280,00m ²	60	1	280,00m ²	60
Capela	1	98,30m ²	70	1	98,30m ²	70
Pós Graduação	1	18,00m ²	5	1	18,00m ²	5
Sala dos Professores	1	66,00m ²	40	1	66,00m ²	40
Gabinete de Trabalho Docente	1	80,30m ²	30	1	80,30m ²	30
Coordenação de Ensino	1	15,00m ²	6	1	15,00m ²	6
Procuradoria Institucional	1	15,00m ²	6	1	15,00m ²	6
Comissão Própria de Avaliação - CPA	1	10,30m ²	6	1	10,30m ²	6
Departamento de Tecnologia da Informação - TI	1	30,15m ²	10	1	30,15m ²	10
Ambulatório	1	10,30m ²	2	1	10,30m ²	2
Administrativo - Recurso Pedagógico	1	20,00m ²	8	1	20,00m ²	8
Coordenação do Curso de Administração	1	8,00m ²	2	1	8,00m ²	2
Coordenação do Curso Psicologia	1	8,00m ²	2	1	8,00m ²	2
Coordenação do Curso de Estética	1	8,00m ²	2	1	8,00m ²	2
Coordenação do Curso de Farmácia	1	8,00m ²	2	1	8,00m ²	2
Coordenação do Curso de Fisioterapia	1	8,00m ²	2	1	8,00m ²	2
Coordenação de Curso Fonoaudiologia	1	8,00m ²	2	1	8,00m ²	2
Coordenação de Curso Medicina Veterinária	1	8,00m ²	2	1	8,00m ²	2
Coordenação de Curso de Nutrição	1	8,00m ²	2	1	8,00m ²	2
Coordenação de Curso de Odontologia	1	8,00m ²	2	1	8,00m ²	2
Coordenação de Curso de Enfermagem	1	8,00m ²	2	1	8,00m ²	2
Coordenação de Curso de Biomedicina	1	8,00m ²	2	1	8,00m ²	2
Coordenação de Curso Ciências Contábeis	1	8,00m ²	2	1	8,00m ²	2
Coordenação de Curso Educação Física	1	8,00m ²	2	1	8,00m ²	2
Coordenação de Curso de Química	1	8,00m ²	2	1	8,00m ²	2
Coordenação de Curso Tecn. Gastronomia	1	8,00m ²	2	1	8,00m ²	2
Coordenação de Curso Tecn. Gestão da Produção	1	8,00m ²	2	1	8,00m ²	2
Coordenação de Curso Tecn. Gestão da Qualidade	1	8,00m ²	2	1	8,00m ²	2
Coordenação de Curso Tecn. Petróleo e Gás	1	8,00m ²	2	1	8,00m ²	2
Coordenação de Curso Tecn. Logística	1	8,00m ²	2	1	8,00m ²	2
Coordenação de Curso Tecn Recursos Humanos	1	8,00m ²	2	1	8,00m ²	2
Coordenação de Curso Tecn Segurança Trabalho	1	8,00m ²	2	1	8,00m ²	2
Coordenação de Curso Tecn Radiologia	1	8,00m ²	2	1	8,00m ²	2
Coordenação de Curso Tecn Marketing	1	8,00m ²	2	1	8,00m ²	2
Salas de Aula	42	48,00m ²	50	42	48,00m ²	50
Salas de Aula	107	62,30m ²	60	107	62,30m ²	60
Salas de Aula	18	70,50m ²	80	18	70,50m ²	80
Mini-Auditório	1	160,10m ²	250	1	160,10m ²	250
Laboratório de Informática 1	1	41,00m ²	40	1	41,00m ²	40

Laboratório de Informática 2	1	41,00m ²	40	1	41,00m ²	40
Laboratório de Informática 3	1	62,00m ²	50	1	62,00m ²	50
Laboratório de Informática 4	1	35,00m ²	30	1	35,00m ²	30
Laboratório de Informática 5	1	62,00m ²	50	1	62,00m ²	50
Lab. Fonoaudiologia I: Audiologia	1	15,00m ²	10	1	15,00m ²	10
Lab. Fonoaudiologia II: Voz	1	40,00m ²	25	1	40,00m ²	25
Lab. Fonoaudiologia III: Avaliação Fonoaudiológica	1	40,00m ²	25	1	40,00m ²	25
Lab. Estética e Cosmética I: Corporal	1	40,00m ²	25	1	40,00m ²	25
Lab. Estética e Cosmética II: Facial	1	40,00m ²	25	1	40,00m ²	25
Lab. Estética e Cosmética III: Capilar	1	40,00m ²	25	1	40,00m ²	25
Lab. Ed. Física II: Exp. Corporal/Lutas e Danças	1	70,00m ²	40	1	70,00m ²	40
Lab. Ed. Física I: Avaliação Física e Fisiologia do Exercício	1	40,00m ²	25	1	40,00m ²	25
Lab. Radiologia: Dosimetria e Imaginologia	1	40,00m ²	25	1	40,00m ²	25
Lab. Radiologia: Processamento de Análise de Imagem	1	40,00m ²	25	1	40,00m ²	25
Lab. Fisioterapia Geral I	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30
Lab. Fisioterapia Geral II	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30
Lab. Enfermagem: Semiologia e Suporte Básico à Vida	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30
Lab. Enfermagem simulação Realística I - Urgência e Emergência	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30
Lab. Enfermagem Simulação Realística II - Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30
Lab. Enfermagem Simulação Realística III (Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem)	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30
Lab. Anatomia Humana I	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30
Lab. Anatomia Humana II	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30
Lab. Anatomia Animal	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30
Lab. Patologia Animal - Medicina veterinária	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30
Lab. Microscopia - Medicina Veterinária	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30
Lab. Análises Clínicas I: Hematologia/Bioquímica	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30
Lab. Análises Clínicas II: Parasitologia e Urinálise	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30
Lab. Análises Clínicas III: Microbiologia	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30
Lab. Citologia, Histologia e Embriologia	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30
Lab. Química Geral	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30
Lab. Petróleo e Gás/Segurança do Trabalho	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30
Lab. Gastronomia I: Sala de Degustação	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30
Lab. Gastronomia II: Cozinha Quente e Fria	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30
Lab. Gastronomia III: Panificação e Confeitaria	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30
Lab. Multidisciplinar de Odontologia	1	45,00m ²	30	1	45,00m ²	30
Clínica de Odontologia I	1	95,00m ²	22	1	95,00m ²	22
Clínica de Odontologia II	1	104,80m ²	50	1	104,80m ²	50
Clínica Veterinária	1	145,00m ²	30	1	145,00m ²	30
Clínica Multidisciplinar	1	165,00m ²	30	1	165,00m ²	30
Brinquedoteca	1	35,00m ²	20	1	35,00m ²	20

Manutenção	1	15,00m ²	8	1	15,00m ²	8
Banheiros Masculinos	28	15,00m ²	6	28	15,00m ²	6
Banheiros Femininos	28	15,00m ²	6	28	15,00m ²	6
Banheiros PNE	27	4,50m ²	1	27	4,50m ²	1
Fraldário	1	4,50m ²	2	1	4,50m ²	2
Praça de Convivência e Alimentação	1	315,00m ²	200	1	315,00m ²	200
Cantinas	7	16,00m ²	8	7	16,00m ²	8
Area de Convivência	1	117,00m ²	100	1	117,00m ²	100
Area de circulação	15	25,00m ²	20	15	25,00m ²	20
Reprografia	1	15,00m ²	5	1	15,00m ²	5
Agencia Bancaria	1	20,00m ²	15	1	20,00m ²	15
Loja de Conveniência	1	15,00m ²	10	1	15,00m ²	10
Loja de Serviço Gráfico	1	15,00m ²	5	1	15,00m ²	5
Elevadores	6	8,00m ²	20	6	10,00m ²	20

UNIDADE ZONA SUL

Descrição	2019			2020		
	Quant.	M ²	Cap.	Quant.	M ²	Cap.
Recepção	1	19,75m ²	10	1	19,75m ²	10
SECAD	1	39,69m ²	10	1	39,69m ²	10
Sala dos Professores/Gabinete de Trabalho	1	20,15m ²	15	1	42,15m ²	10
Direção Acadêmica	1	14,05m ²	3	1	14,05m ²	3
Coordenações de Curso	1	54,51m ²	4	1	54,51m ²	4
Salas de Aula 01	1	62,68m ²	60	1	68,56m ²	60
Salas de Aula 02	1	44,30m ²	40	1	70,20m ²	60
Salas de Aula 03	1	44,30m ²	40	1	70,08m ²	60
Salas de Aula 04	1	42,09m ²	30	1	79,10m ²	90
Salas de Aula 05	-	-	-	1	75,80m ²	90
Salas de Aula 06	-	-	-	1	78,31m ²	90
Salas de Aula 07	-	-	-	1	78,79m ²	90
Salas de Aula 08	-	-	-	1	80,12m ²	90
Salas de Aula 09	-	-	-	1	60,76m ²	48
Salas de Aula 10	-	-	-	1	65,14m ²	48
Salas de Aula 11	-	-	-	1	57,42m ²	65
Salas de Aula 12	-	-	-	1	57,38m ²	56
Salas de Aula 13	-	-	-	1	58,04m ²	69
Salas de Aula 14	-	-	-	1	57,98m ²	69
Salas de Aula 15	-	-	-	1	67,65m ²	90
Mini-Auditório	1	260m ²	250	1	260m ²	250
Biblioteca	1	183,00m ²	30	1	183m ²	30
Laboratório de Informática	1	81,70m ²	35	1	81,70m ²	35

Sala de Monitoria/Arquivo/Recurso	1	22,66	2	1	22,66	2
Direção Acadêmica	1			1		
CPA	1	15,69m ²	6	1	15,69m ²	6
DTI	1	17,50m ²	2	1	17,50m ²	2
Banheiro Masculino	2	41,37m ²	5	2	41,37m ²	5
Banheiro Feminino	2	42,38m ²	5	2	42,38m ²	5
Banheiro Acessibilidade	1	4,68M ²	1	1	4,68M ²	1
Banheiro Familiar	1	3,08M ²	1	1	3,08M ²	1
DML	1	2,42m ²	2	1	2,42m ²	2
Copa	1	28,08m ²	2	1	28,08m ²	2
Área de Circulação	1	42,03m ²	30	1	42,03m ²	30
Reprografia	1	7,90m ²	1	1	7,90m ²	1

UNIDADE ZONA LESTE

Descrição	2019			2020		
	Quant.	M ²	Cap.	Quant.	M ²	Cap.
Recepção	1	19,75m ²	10	1	19,75m ²	10
SECAD	1	39,69m ²	10	1	39,69m ²	10
Sala dos Professores/Gabinete de Trabalho	1	20,15m ²	15	1	42,15m ²	10
Direção Acadêmica	1	14,05m ²	3	1	14,05m ²	3
Coordenações de Curso	1	54,51m ²	4	1	54,51m ²	4
Salas de Aula 01	1	62,68m ²	60	1	68,56m ²	60
Salas de Aula 02	1	44,30m ²	40	1	70,20m ²	60
Salas de Aula 03	1	44,30m ²	40	1	70,08m ²	60
Salas de Aula 04	1	42,09m ²	30	1	79,10m ²	90
Salas de Aula 05	-	-		1	75,80m ²	90
Salas de Aula 06	-	-		1	78,31m ²	90
Salas de Aula 07	-	-		1	78,79m ²	90
Salas de Aula 08	-	-		1	80,12m ²	90
Salas de Aula 09	-	-		1	60,76m ²	48
Salas de Aula 10	-	-		1	65,14m ²	48
Salas de Aula 11	-	-		1	57,42m ²	65
Salas de Aula 12	-	-		1	57,38m ²	56
Salas de Aula 13	-	-		1	58,04m ²	69
Salas de Aula 14	-	-		1	57,98m ²	69
Salas de Aula 15	-	-		1	67,65m ²	90
Mini-Auditório	1	260m ²	250	1	260m ²	250
Biblioteca	1	183,00m ²	30	1	183m ²	30
Laboratório de Informática	1	81,70m ²	35	1	81,70m ²	35

Sala de Monitoria/Arquivo/Recurso	1	22,66	2	1	22,66	2
Direção Acadêmica	1			1		
CPA	1	15,69m ²		1	15,69m ²	
DTI	1	17,50m ²		1	17,50m ²	
Banheiro Masculino	2	41,37m ²		2	41,37m ²	
Banheiro Feminino	2	42,38m ²		2	42,38m ²	
Banheiro Acessibilidade	1	4,68M ²		1	4,68M ²	
Banheiro Familiar	1	3,08M ²		1	3,08M ²	
DML	1	2,42m ²		1	2,42m ²	
Copa	1	28,08m ²		1	28,08m ²	
Área de Circulação	1	42,03m ²	30	1	42,03m ²	30
Reprografia	1	7,90m ²		1	7,90m ²	1

A IES, conta com a seguinte estrutura no NEaD:

item	Descrição	QUANTID.	Patrimônio / n°s	local
1	DESKTOP DELL (LOCAÇÃO)	1	JH1KSY2	COORD. NEAD
2	DESKTOP DELL (LOCAÇÃO)	4	-	COORD. NEAD
3	MONITOR LCD DELL (LOCAÇÃO)	5	-	COORD. NEAD
4	CADEIRA SEM BRAÇO	2	-	COORD. NEAD
5	MONITOR LCD DELL (CPJUR)	1	-	COORD. NEAD
6	MONITOR LCD ACER	1	-	COORD. NEAD
7	DESKTOP AMAZON PRINT	1	-	COORD. NEAD
8	DESKTOP DELL OPITLEX 3020	1	DXLV9B2	COORD. NEAD
9	MONITOR LCD DELL	1	-	COORD. NEAD
10	DESKTOP DELL INSPIRION	1	5HXKVG2	COORD. NEAD
11	DESKTOP DELL CINZA	1	DXPS9B2	COORD. NEAD
12	DESKTOP AMAZON PRINT	1	-	COORD. NEAD
13	TV PANASONIC VIEIRA 42"	1	-	COORD. NEAD
14	RACK MEDIO DE INFORMATICA	1	-	COORD. NEAD
15	DESKTOP POSITIVO	1	4A2719L2X	COORD. NEAD
16	APARADOR ALTO EM MDF (CPJUR)	2	-	ESTUDIO 1
17	DESKTOP DELL OPITLEX 7050 (CPJUR)	1	-	ESTUDIO 1
18	MESA DE CORTE SE 650 (CPJUR)	1	-	ESTUDIO 1

19	POLTRONA COM ALMOFADA CINZA	2	-	ESTUDIO 1
20	PROJETOR SMART (CPJUR)	2	-	ESTUDIO 1 E 2
21	DESKTOP DELL	1	IBXK2K2	ESTUDIO 2
22	CONTROLE DE CAMERA aw-rp50 PANASONIC (CPJUR)	1	-	ESTUDIO 2
23	TRICASTER NEWTEC (CPJUR)	1	NA5074459841387	ESTUDIO 2
24	DATA VIDEO NVS - 25 (CPJUR)	1	-	ESTUDIO 2
25	REFLETOR MASTER FLO 55W (CPJUR)	2	-	ESTUDIO 2
26	CAMERA ROBOTICA 360° AW -HE40HKP (CPJUR)	1	K6TQD008	ESTUDIO 2
27	MONITOR 23" LG (CPJUR)	1	-	ESTUDIO 2
28	LOUSA INTERATIVA SMART BOARD 800 (CPJUR)	1	-	ESTUDIO 2
29	MICROFONE DE LAPELA (CPJUR)	2	-	ESTUDIO 2
30	CADEIRA TECIDO MARROM E PRETO SEM BRAÇO	6	-	ESTUDIO 2
31	MESA DE PROFESSOR	1	-	ESTUDIO 2
32	MESA DE PROFESSOR	1	-	METOD. ATIVAS
33	CADEIRA TECIDO MARROM E PRETO SEM BRAÇO	5	-	METOD. ATIVAS
34	CADEIRA PARA OBESO	2	-	METOD. ATIVAS
35	QUADRO BRANCO	1	-	METOD. ATIVAS
36	CONDICIONADOR DE AR SPLIT TRIVOLT 30000 BTUS	2	-	METOD. ATIVAS
37	CONDICIONADOR DE AR SPLIT TRIVOLT 30000 BTUS	1	-	LAB. INFO. EAD

ESTRUTURA DOS POLOS EAD

De acordo com o Ministério da Educação – MEC, o Polo de Educação a Distância, ou polo de apoio presencial, é o local devidamente credenciado pelo MEC, no país ou no exterior, próprio para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância. É no polo que o estudante terá as atividades de tutoria presencial, biblioteca, laboratórios, web aulas e avaliações. Os polos de Educação a

Distância deverão manter infraestrutura física, tecnológica e administrativa adequada aos projetos pedagógicos e de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso.

Essa definição tem como base a Portaria Normativa nº 11 de 2017, conforme segue:

Art. 10. O polo de EAD é a unidade acadêmica e operacional descentralizada, no país ou no exterior, para o desenvolvimento de atividades presenciais relativas aos cursos superiores a distância.

Art. 11. O polo EAD deverá apresentar identificação inequívoca da IES responsável pela oferta dos cursos, manter infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequada ao projeto pedagógico dos cursos a ele vinculados, ao quantitativo de estudantes matriculados e à legislação específica, para a realização das atividades presenciais.

Art. 12. As IES credenciadas para a oferta de cursos superiores a distância poderão criar polos EAD por ato próprio, observando os quantitativos máximos definidos.

GESTÃO DO NEaD

O Núcleo de Educação a Distância (NEaD) é a unidade institucional responsável pela gestão dos processos acadêmicos e pedagógicos de cursos e atividades educacionais na modalidade a distância, o que inclui: organizar, implantar e gerenciar as atividades a distância nos cursos, inclusive orientando e supervisionando os docentes envolvidos nessa modalidade de ensino.

Sua composição inclui os diferentes setores, planejados para atender as demandas dos cursos EAD da Instituição.

- Gestor do NEaD;
- Assessora Pedagógica e Acadêmica do NEaD;
- Revisor de língua portuguesa;
- Revisor de língua portuguesa;
- Supervisor de Tutoria
- Apoio Psicopedagógico;
- Coordenação de Mídia e Tecnologias.
- Analista de Sistemas;
- Analista de Design WEB e Analista de Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- Assistente Administrativo Acadêmico De Logística De Materiais e Documentos.
- Assistente de Produção 01;
- Assistente de Produção 02;
- Secretária Acadêmica do CEUNI IES;
- Assistente Administrativo do SECAD;
- Assistente Administrativo De Apoio Ao Estudante 1;
- Assistente Administrativo De Apoio Ao Estudante 2.

SECRETARIA ACADÊMICA - SECAD

A SECAD é o setor responsável por todos os processos, registros e controles acadêmicos, e pelo relacionamento com estudantes e com os polos de apoio presencial.

Composição:

- Assistentes administrativos acadêmicos para a secretaria: atendimento on-line e por telefone aos estudantes;
- Assistente administrativo acadêmico para logística: controle materiais didáticos e documentos;
- Assistentes administrativos acadêmicos para apoio ao estudante: atendimento on-line e por telefone aos estudantes;
- Ouvidoria: atendimento on-line e por telefone aos estudantes.

INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA DO NEaD

O NEaD da IES está localizado no 07º andar, da unidade sede, em Manaus. Dispõe de 158,3m² para suas atividades, divididas nos seguintes setores: Recepção aos Professores; Setores Administrativo e Pedagógico; Setor de Mídias e Tecnologias; Estúdios de Gravação. A Recepção do NEaD ocupa um espaço de 12,5m², destinada, principalmente, à recepção dos professores para a gravação das aulas. Esse espaço contém o seguinte mobiliário: 01 mesa; 01 cadeira; 01 persiana; 01 tapete; 02 sofás/poltronas; 01 filtro; 01 ar condicionado; 01 telefone; 01 fone de ouvido; 01 computador; e 01 roteador.

Para as atividades administrativas e pedagógicas, o NEaD dispõe de um espaço de 51m², sendo uma sala individual e privativa para a Gestão do NEaD, mobiliada com: 01 mesa; 03 cadeiras; 03 armários; 2 persianas; 01 ar condicionado; 01 televisão; 01 telefone; 01 fone de ouvido e 01 computador. Contígua à sala de Gestão, e para viabilizar a integração da equipe pedagógica com a coordenação de produção e de mídias e tecnologias, há 13 estações de trabalho, com o seguinte mobiliário: 14 cadeiras; 03 armários; 01 aparador; 05 persianas; 01 filtro; 01 ar condicionado; 04 telefones; 13 fones de ouvido; 13 computadores; e 01 impressora. O Estúdio possui 94,5m² e é composto por:

- 01 sala onde há: 02 estações trabalho; 02 cadeiras; 01 mesa de centro; 01 mesa de café; 01 tapete; 01 frigobar; 01 cafeteira; 01 filtro; e 01 ar condicionado.
- 01 camarim onde há: 01 armário; 01 mesa com gavetas; 01 cadeira; 01 espelho; e 12 cabides.
- 01 sala de maquiagem onde há: 01 bancada; 01 cadeira; 01 espelho; itens para maquiagem e cabelo.
- 02 salas de edição com isolamento acústico total, onde há em cada uma: 01 mesa com 4m x 1,3m; 03 cadeiras; 01 armário; 01 computador desktop; 01 computador laptop; 01 mesa de áudio Behinger com 08 canais; 01 mesa de corte Roland; 01 Matrox Monarch HD; 01 Splitter HDMI 4 x 1; 02 monitores; 02 nobreak; 01 microfone; 01 caixa de som; 03 fones de ouvido; 01 HD externo; 02 carregadores de pilha; e 01 ar condicionado.
- 02 estúdios com isolamento acústico total, onde há: 01 aparador; 01 lousa interativa SMART Board X885 de 80 polegadas; 01 TV de LED 58 polegadas; 02 câmeras filmadoras Panasonic AG90; 02 Tripés LIBEC com cabeça hidráulica; 01 monitor de retorno; 01 microfone de lapela SONY; 01 microfone de mão Shure; e 01 ar condicionado.

REDES E EQUIPAMENTOS

O desenvolvimento das atividades EAD é feito pela plataforma denominada Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), utilizando a ferramenta MOODLE, um ambiente virtual de aprendizagem de software livre e código aberto, amplamente utilizado no Brasil e no mundo. Diferentes ferramentas disponíveis no AVA garantem a comunicação rápida e eficiente dos estudantes

entre si e destes com os tutores, além de possibilitar o desenvolvimento de dinâmicas diversificadas de integração relativas às atividades de ensino-aprendizagem.

Ainda que o contato presencial seja dispensável em quase todos os momentos do processo de desenvolvimento de cursos EAD, o diálogo e a comunicação constantes é indispensável nesta modalidade de ensino. Para tanto, é imprescindível uma organização em rede que possibilite o processo de interlocução permanente entre todos os atores da ação pedagógica, razão pela qual o NEaD disponibiliza, em seu polo de apoio presencial, laboratório de informática exclusivo para esta modalidade, além de outros recursos e espaços disponíveis na instituição para o planejamento de aulas e desenvolvimento de outras atividades pedagógicas por parte de professores, tutores e estudantes.

Vale ressaltar que o espaço físico atualmente disponível para o NEaD, incluindo os estúdios de gravação, foi planejado pensando no plano de expansão para os próximos anos. Assim, de acordo com o plano de expansão, o mobiliário, as máquinas e softwares serão adquiridos e/ou atualizados, conforme a necessidade do Núcleo e de acordo com o planejamento financeiro da IES.

PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

Contando com o apoio da Assessoria Acadêmica e Pedagógica do NEaD, e da equipe responsável pela produção de videoaulas, e demais integrantes de sua equipe técnica e operacional, Núcleo de Educação a Distância mobiliza todos os recursos necessários para a produção de materiais didáticos qualidade, indispensáveis ao processo de aprendizagem do estudante.

É importante ter em mente que o estudante de cursos à distância vivencia uma dinâmica diferente daquela de um curso presencial, no qual a presença do professor oferece a oportunidade para que sane suas dúvidas em tempo real. Em cursos na modalidade EAD é necessário prever formas que possibilitem esse "diálogo", apesar da distância física do professor, a fim de que se aproprie dos conteúdos das aulas. Dentre elas, destaca-se a qualidade e interatividade do material didático disponibilizado ao estudante.

No roteiro didático das videoaulas, por exemplo, é importante que o professor apresente exemplos, informações e dicas complementares para ampliação e enriquecimento das unidades de ensino. Esses conteúdos devem ser explorados, preferencialmente, nas atividades propostas pelos tutores presenciais e a distância, e supervisionados pelo Supervisor dos Tutores.

Na elaboração dos materiais didáticos dos cursos, o NEaD recomenda observar os seguintes quesitos:

- ser compatível com o público-alvo a que se destina;
- delimitar objetivos de aprendizagem claros e apropriados;
- definir mídias e tecnologias adequadas;
- apresentar sequenciamento e segmentação apropriados;
- possibilitar interatividade, motivação e feedback;
- viabilizar a transferência de informações e a construção do conhecimento;
- reconhecer a necessidade de avaliação permanente de todo o processo.

Respeitando a autonomia pedagógica e as características, objetivos e público-alvo de cada curso, a elaboração e produção dos materiais e atividades de ensino e aprendizagem são de responsabilidade dos professores/autores designados pelo coordenador do curso, em

consonância com as diretrizes pedagógicas e o desenho educacional definido pelo NEaD. Para tanto, contam com o suporte da equipe pedagógica e técnica do NEaD, especialmente pela equipe responsável pela produção desses materiais.

INFRAESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DE APOIO PEDAGÓGICO

Os serviços de apoio aos coordenadores, professores, tutores e estudantes são ambientados em espaços adequados, com toda a infraestrutura de mobiliário, redes de telefonia e de internet, copiadoras e computadores de última geração, sob a responsabilidade de funcionários com experiência e capacitação para as respectivas funções. Alguns setores compõem essa infraestrutura de prestação de serviços, a saber:

SECAD: setor responsável por todos os processos, registros e controles acadêmicos dos cursos EAD;

Setor de Apoio ao Estudante: responsável pelo atendimento aos estudantes por telefone, e-mail e fórum, e elaboração de relatórios de atendimento sobre dúvidas pedagógicas, administrativas e técnicas;

APA: é um serviço oferecido pelo NEaD aos estudantes regularmente matriculados em cursos EAD e tem, como objetivo principal, ações de prevenção e de intervenção para melhorar sua qualidade de vida acadêmica e, conseqüentemente, seu processo de aprendizagem durante o curso e de formação como indivíduo e profissional;

Ouvidoria: localizada na sede, é o setor responsável pelo recebimento de dúvidas, reclamações e sugestões, constituindo-se em um canal permanente de comunicação que busca a melhoria da qualidade e o aperfeiçoamento dos serviços prestados aos participantes dos cursos e atividades EAD e o fortalecimento das relações entre estudantes, funcionários, professores, tutores, coordenadores e a equipe do NEaD. As manifestações são analisadas criteriosamente e encaminhadas, diretamente, às áreas competentes. A ouvidoria é responsável, também, pelo direcionamento das respostas ao autor da solicitação, fornecendo-lhe os devidos esclarecimentos, alternativas e soluções. O trabalho da Ouvidoria é realizado de forma transparente, objetiva e isenta, assegurando o sigilo absoluto como forma de preservar a identidade do manifestante. A comunicação com a Ouvidoria pode ser feita por meio de endereço eletrônico próprio.

SISTEMA DE GESTÃO ACADÊMICA DA EAD

A IES trabalha com o sistema acadêmico e financeiro: TOTVS - RM, uma ferramenta de gestão acadêmica que ajuda a instituição a tomar decisões estratégicas, gerenciar processos e introduzir novos mecanismos de controle de qualidade. O RM realiza todas as atividades de gestão acadêmica e financeira de estudantes de cursos presenciais e também de EAD, desde a organização dos cursos, o acompanhamento da execução do projeto pedagógico, a avaliação contínua do desempenho acadêmico e financeiro, processo seletivo à conclusão do curso.

Esta ferramenta possui os módulos e funções abaixo descritas:

- Estudante Online: módulo web que disponibiliza informações e serviços que facilitam a vida do estudante. A matrícula é efetuada pela Internet, com emissão de contrato e pagamentos por boleto ou cartão de crédito. Permite ao estudante a consulta de horários, agenda, calendário de provas, notas, faltas e sua situação financeira, além de acessar materiais didáticos disponibilizados pelos docentes.

- Controle Acadêmico: permite o cadastro de estudantes, histórico escolar, aconselhamento de Matrícula baseado no histórico e na matriz curricular, matrícula on-line com verificação de pré-requisitos e compatibilidade de horários, emissão de comprovante de matrícula, trancamentos e transferências controle da carga horária dos docentes, lançamento de notas, biblioteca com algoritmos para cálculo de notas finais, lançamento e contabilização de créditos obtidos em outros cursos (inscrição, comparecimento, resultado). Efetua todos os controles acadêmicos da vida do estudante, inclusive atividades complementares e monografias.
- Currículos e Horários: realiza o cadastramento e a manutenção dos cursos da instituição, incluindo critérios de aprovação para as disciplinas, carga horária, pré-requisitos e equivalências. Possui um assistente para a montagem da estrutura curricular dos cursos, efetua a agenda de turmas, docentes e dependências físicas.
- Gestão de Polos EAD: possibilita executar atividades acadêmicas e financeiras através da Internet de forma intuitiva e amigável, facilitando as tarefas do gestor dos cursos EAD. Cada polo pode ter valores distintos de mensalidades, remuneração de tutores e repasse ao parceiro.
- Processo Seletivo Online: interface web com o processo totalmente automatizado e integrado aos módulos acadêmico e financeiro. A internet é utilizada para a inscrição de candidatos e pagamento via 'boleto bancário'. A classificação pode ser acompanhada após o encerramento do concurso. O candidato pode visualizar notas e resultados.

INFRAESTRUTURA FÍSICA DO POLO DE APOIO PRESENCIAL

O polo de apoio presencial deve estar apto para operar com cursos 100% online e semipresenciais. Deve contar com espaços acessíveis e adequados para receber os candidatos, aplicação de provas, salas de aulas para encontros presenciais e acesso livre ao laboratório de informática, além de infraestrutura para os alunos poderem acessar o AVA. Os espaços devem garantir o pleno desenvolvimento das atividades previstas nos instrumentos formais desta parceria. Conforme o Instrumento de Avaliação para o Credenciamento de Polo EAD disponibilizado pelo MEC, o polo deve disponibilizar a seguinte infraestrutura mínima:

- Coordenação do Polo e Tutoria;
 - Recepção e Secretaria do Polo;
 - Salas de Aulas/Auditório;
 - Laboratório de Informática;
 - Biblioteca;
 - Espaço de convivência;
 - Sanitários.
 - Coordenação do Polo e Sala de tutoria
 - Esse espaço tem a finalidade de sediar a Coordenação do Polo e tutores (se necessário).
- Por sua maior complexidade e diversidade de atribuições, a Coordenação deverá ter sua sala de trabalho com privacidade para recepcionar e atender os alunos EAD, além de tratar de assuntos de gestão e preservar documentos de caráter administrativo e acadêmico. Os equipamentos a seguir são necessários para oferecer suporte ao Coordenador:
- Computador com câmera;
 - Telefone;
 - Internet;
 - Mesa;

- Cadeira;
- Armário;
- Mural informativo.

Recepção e secretaria do Polo

Esse setor tem como finalidade o acolhimento com qualidade ao estudante, este ambiente deve ter os equipamentos necessários para que o atendimento aconteça, tais como: Computador;

Telefone;

Internet;

Impressora com scanner.

Sala de aula/Auditório

As salas de aulas devem ter os equipamentos suficientes para o seu funcionamento, podendo ser utilizada também como auditório. Este local pode ser compartilhado para o uso de outras atividades do polo.

Biblioteca

Havendo disponibilizado para uma biblioteca física, a mesma deverá conter os equipamentos necessários para o seu funcionamento, são esses:

- Internet;
- Computador;
- Estante;
- Mesas;
- Cadeiras;
- Acervo Bibliográfico;
- Sala(s) de estudo em grupo;
- Cabines para estudo individual.

Laboratório de Informática

O laboratório de informática deverá ser equipado com computadores, internet e recursos de multimídia suficientes para atender os alunos do polo.

Espaço de convivência

O espaço de convivência deve ser equipado e ficar à disposição dos alunos durante ou mesmo fora do período dos encontros presenciais. Este ambiente pode ou não contar com cantina e copiadora, mas deve ser amplo e mobiliado para permitir que o aluno possa usufruir de sua estrutura adequadamente. Este espaço pode ser compartilhado com outras atividades da Unidade.

Sanitários

O polo de apoio presencial deve contar com sanitários para os públicos masculino e feminino e com adaptação para deficientes, ou seja, banheiro para PCD.

ACESSIBILIDADE

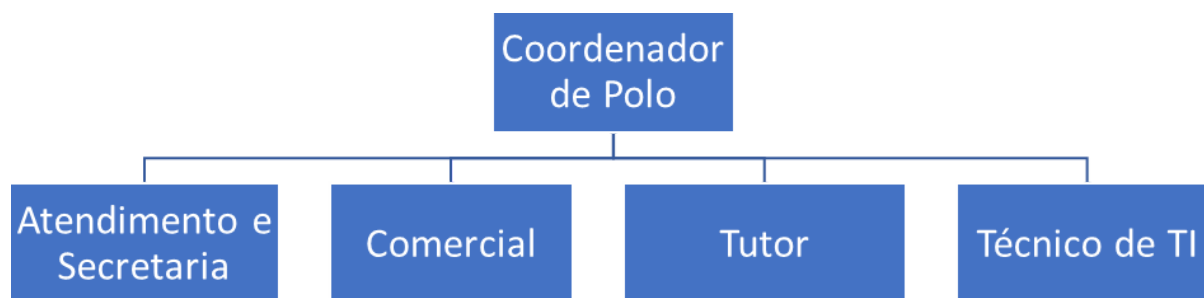
Conforme o Decreto nº. 5.296/2004, que regulamenta as leis nº. 10.048/2000 e nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, todo estabelecimento de atendimento ao público deve oferecer:

- Entradas dos edifícios e de salas sem degraus ou com rampa;
- Assoalhos e pisos antiderrapantes;
- Corrimãos em todas as escadarias, estendendo-se além do primeiro e último degraus;
- Sanitários com boxes amplos e barras de apoio;
- Bebedouros mais baixos, para serem utilizados por pessoas em cadeiras de rodas.

Para que os padrões estabelecidos por lei não sejam descumpridos, é necessário que o coordenador do polo observe constantemente as orientações acima descritas.

EQUIPE DO POLO

O polo de apoio presencial da IES deve ser composto por uma equipe de profissionais devidamente qualificados que se responsabilizem pelas funções apresentadas no organograma e descritas a seguir:



Coordenador de Polo

O coordenador do polo é o profissional que atuará com o objetivo de administrar e zelar pela estrutura física e recursos humanos do polo, dar suporte nas atividades de ensino, no acolhimento e fidelização dos alunos, assegurar o bom funcionamento do polo e manter diálogo com a Sede. O coordenador desempenhará as seguintes atividades:

- Organizar o espaço necessário para a implantação do Polo, conforme as especificações exigidas neste manual;
- Auxiliar na implantação e consolidação do polo;
- Zelar pelo nome e pela reputação da IES, abstendo-se de praticar qualquer ato que possa comprometer sua imagem ou sua credibilidade perante seus acadêmicos ou terceiros;
- Elaborar e encaminhar à SEDE relatórios periódicos de acordo com diretrizes estabelecidas IES;
- Acompanhar, executar e coordenar as atividades administrativas do polo
- Avaliar o serviço de acesso à internet banda larga necessário à transmissão e acesso aos conteúdos dos cursos oferecidos no polo;
- Participar do processo de planejamento da divulgação dos cursos;
- Realizar a divulgação do polo e a captação de potenciais alunos inscritos nos cursos ofertados na modalidade a distância;
- Participar dos eventos de capacitação promovidos pela IES, presenciais ou a distância;

- Dialogar e trabalhar de forma integrada e colaborativa com a equipe do polo e os alunos;
- Acompanhar as atividades de ensino presenciais;
- Realizar eventos acadêmicos e de integração do polo à comunidade; Suas demais responsabilidades são definidas pela equipe corporativa da IES.

Atendimento e Secretaria

Tem como atividade a recepção dos candidatos, orientação para inscrição no processo seletivo, dúvidas sobre o EAD da IES, auxílio no atendimento do ambiente de estudos/biblioteca, solicitar e acompanhar serviços demandados pelos alunos do polo junto a secretaria acadêmica, departamento financeiro entre outros setores da IES, orientar alunos sobre os procedimentos adequados para estas necessidades e como realizá-los via Portal do Aluno.

Comercial

As atribuições do consultor comercial são divulgar e promover ações comerciais, atender clientes pessoalmente e virtualmente, fazer cadastros de potenciais alunos e apresentar os cursos nas empresas conveniadas ou em eventos.

Suas demais responsabilidades são definidas pela equipe comercial corporativa.

Técnico de TI

É responsabilidade do Técnico de TI montar, instalar, dar manutenção em computadores, instalar e utilizar softwares, interligar sistemas de computadores, diagnosticar e corrigir falhas no funcionamento de computadores e programas de softwares. Também é de sua atribuição o atendimento aos alunos no laboratório de informática.

Tutor

O Tutor atua junto aos estudantes sob estrita orientação e supervisão da coordenação do polo, principalmente como mediador pedagógico e facilitador nos processos de ensino - aprendizagem. É necessária formação em nível superior, preferencialmente na área do curso onde atuará. As principais responsabilidades do Tutor serão:

- Atender os estudantes nos polos, em horários preestabelecidos;
- Auxiliar os estudantes no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo;
- Acompanhar o processo de aprendizagem dos alunos;
- Esclarecer dúvidas em relação ao uso das tecnologias disponíveis e exigidas nas disciplinas do curso;
- Promover grupos de estudo e outras atividades para fomentar o hábito da pesquisa entre os alunos;
- Avaliar progressos e dificuldades dos discentes, oferecendo explicações e esclarecendo dúvidas, quando necessário;
- Manter o aluno informado quanto ao seu desempenho ao longo e ao final da disciplina, fornecendo feedback, repassando notas e fazendo revisões quando solicitado;
- Participar de momentos presenciais, obrigatórios, como aulas, avaliações, práticas em laboratórios e estágios supervisionados;
- Suas demais responsabilidades são definidas pela equipe de EAD da IES.

Atendimento ao Aluno

No polo de apoio presencial há atendimento personalizado para esclarecer questões administrativas, acadêmicas e financeiras.

Seguem alguns atendimentos que o polo de apoio presencial realiza:

- Esclarecer dúvidas sobre o curso, a metodologia e o material didático;
- Esclarecer dúvidas sobre a plataforma de estudos, as avaliações on-line e presenciais;
- Retirar todos os tipos de declarações;
- Esclarecer dúvidas e fazer solicitações administrativas, acadêmicas e financeiras;
- Atualizar dados cadastrais;
- Solicitar programa das disciplinas do curso;
- Esclarecer dúvidas sobre estágio supervisionado;
- Solicitar assinatura de termo de estágio;
- Entregar relatório de estágio;
- Entregar o TCC (Trabalho de Conclusão de Curso);
- Esclarecer dúvidas sobre processo de colação de grau e entregar os documentos para essa cerimônia.
- Retirar histórico escolar, certificado de conclusão de curso ou diploma.

REGULAMENTO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR I DA DEFINIÇÃO

Art. 1º Por Interdisciplinaridade o CeUNI - FAMETRO entende ser uma estratégia de abordagem e tratamento do conhecimento em que duas ou mais disciplinas/unidades curriculares ofertadas simultaneamente estabelecem relações de análise e interpretação de conteúdos, com o fim de propiciar condições de apropriação, pelo discente, de um conhecimento mais abrangente e contextualizado.

Art. 2º. No CeUNI - FAMETRO, a interdisciplinaridade é uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de projetos interdisciplinares, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração horizontal dos componentes curriculares de um determinado período.

II DO OBJETIVO

Art 3º. O Projeto Interdisciplinar tem como objetivo geral a aplicação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos em situações ou problemas teórico-práticos, selecionados de maneira a permitir a integração entre disciplinas, aprofundamento da socialização dos alunos, contextualização dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, organização, pontualidade e desenvolvimento de habilidades. Além de promover e incentivar atividades de pesquisa e trabalho em equipe, identificar habilidades e aplicar conceitos.

Art 4º. O Projeto Interdisciplinar deve também contribuir para:

- a) Desenvolver uma proposta de intercomunicação entre disciplinas;
- b) Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações;
- c) Despertar nos discentes o gosto pela investigação científica;
- d) Orientar o desenvolvimento de trabalhos seguindo normas específicas;
- e) Oportunizar aos alunos atividades práticas nas quais possam vivenciar os conteúdos trabalhados em sala de aula;
- f) Registrar as conclusões dos participantes do projeto expondo-as aos demais integrantes da série.

III DA REALIZAÇÃO

Art. 4º. A interdisciplinaridade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, de uma situação problema, de necessidades de intervenção práticas, do desenvolvimento de novas técnicas, de soluções inovadoras para problemas pertinentes as disciplinas, os alunos desenvolverão atividades de teórico e práticas, utilizando como referência os conteúdos curriculares das disciplinas com a finalidade de compreender e analisar o tema, resolver o problema, ou desenvolver novas técnicas que os remetam a compreensão da interligação e da intercomunicação do conhecimento numa perspectiva integradora.

Art. 5º. Este tema gerador, a situação problema, ou atividade teórico-prática a ser realizada deve necessariamente concorrer para a integração das disciplinas de um mesmo período letivo, prevendo a utilização dos conteúdos previstos para as mesmas em acordo com as suas ementas.

Art. 6º. Os projetos interdisciplinares fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto.

Art.7º. Na Modalidade de Ensino à Distância os projetos Interdisciplinares também se denominam Estudos Interdisciplinares.

IV DO PLANEJAMENTO

Art. 8º. Os projetos serão planejados ao início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando a integração horizontal das disciplinas de um mesmo período.

Art. 9º. Os referidos projetos deverão conter a apresentação, justificativa, metodologia, formas e processos de avaliação.

Art. 10º. Os projetos devem conter ainda, a indicação de quais professores, e de quais disciplinas, estarão envolvidas no projeto. Devem trazer também, a indicação de quais conteúdos, de cada disciplina, serão explorados tendo em vista as necessidades geradas pelo projeto.

Art. 11º. No caso de Estudos Interdisciplinares, estes se apresentam em forma de disciplina, com carga horária prevista e professor designado, e todo o seu processo de realização deverá ser feito no ambiente virtual de aprendizagem

Art. 12. As atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, devem obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência como as competências e habilidade previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso, com a finalidade de fortalecer o perfil do egresso.

V DA CARGA HORÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR

Art. 13º. O projeto interdisciplinar é de caráter obrigatório e para a sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida.

Art. 14º. No caso dos Estudos Interdisciplinares a carga horária para o desenvolvimento das atividades estará determinada nas matrizes curriculares.

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 15º. Cabe aos professores:

- a) Participar efetivamente da elaboração e do planejamento do projeto interdisciplinar, identificando nos projetos as possíveis aplicações da sua disciplina, enriquecendo-o e tornando-o realmente interdisciplinar;
- b) Comentar e repassar as atividades da disciplina no projeto de acordo com o calendário de apresentações;
- c) Sugerir a qualquer momento, ideais que possam vir a melhorar o resultado esperado do Projeto;
- d) Orientar todas as equipes ao longo do período de projeto, tirando as dúvidas que competem às suas respectivas disciplinas;
- e) Avaliar os resultados a partir dos critérios estabelecidos para o mesmo. Art. 16º. Cabe aos Coordenadores de Curso:
 - a) Acompanhar o desenvolvimento dos projetos a partir do contanto com professores e alunos;
 - b) Subsidiar os professores com todo o aparato institucional necessário para a melhor realização dos projetos;
 - c) Mediar possíveis dificuldades encontradas entre o corpo docente. Art. 17º. Cabe aos alunos:
 - a) Realizar as atividades com dedicação e esmero para o melhor desenvolvimento do trabalho;
 - b) Reportar aos professores e/ou aos coordenadores de curso, qualquer dificuldade na realização e/ou desenvolvimento do projeto interdisciplinar;
 - c) O Projeto Interdisciplinar é obrigatório, e comporá a nota da avaliação parcial dos acadêmicos;

VI DO REGISTRO DA INTERDISCIPLINARIDADE

Art. 18º. A descrição da atividade a ser realizada como projeto interdisciplinar deverá estar contido obrigatoriamente no plano de ensino em espaço reservado para este fim

Art. 19º. No registro do projeto interdisciplinar no plano de ensino, deverá ser indicada as aulas (em dias e quantidade), respeitando a carga horária máxima para a sua realização.

VII AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art. 20º. Como critério de avaliação, o projeto deverá conter a descrição detalhada dos critérios de avaliação e para a composição de sua nota final deve ser computado até 20% da nota institucional, dentro de uma escala de 0 a 10.

VIII DO RELATÓRIO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR

Art. 21º. Deverá ao final do semestre ser apresentado à Coordenação de Curso, relatório consubstanciado do Projeto Interdisciplinar, que demonstre todas as atividades realizadas, previstas no projeto, e analise os resultados alcançados;

Art. 22º. As atas de notas do projeto interdisciplinar e todo material produzido para este, deve estar em anexo ao relatório final;

Art. 23º. Este relatório ficará arquivado na Coordenação de Curso, junto com o projeto que originou o mesmo, por no mínimo de 03 (Três) anos;

Art. 24º. Para a Modalidade à distância os estudos Interdisciplinares ficarão repostos no ambiente virtual para posterior transição ao repositório institucional.

REGULAMENTO DO PROJETO TRANSVERSAL

I DA DEFINIÇÃO

Art. 1º Por Transversalidade o CeUNI - FAMETRO entende ser à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade).

Art. 2º. No CeUNI - FAMETRO, a Transversalidade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de Projetos Transversais, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração vertical e horizontal dos componentes curriculares de um determinado período em duas áreas temáticas específicas, a saber:

- a) Educação Ambiental
- b) Relações Étnico-Raciais

II DO OBJETIVO

Art. 3º. O Projeto Transversal tem como finalidade proporcionar aos alunos a compreensão da importância de debater esses temas para a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde atuam e vivem, e para uma atuação cidadã dos futuros profissionais formados pelo CeUNI - FAMETRO.

Art. 4º. O Projeto Transversal deve também contribuir para:

- g) Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações; debater e obter conhecimento acerca de temas contemporâneos relativos as áreas temáticas identificadas;
- h) Despertar nos discentes o gosto pelo debate, pela troca de experiência, pela intercomunicação de conhecimentos e vivência e pela tolerância na perspectiva da acessibilidade atitudinal e da consciência ambiental.

Art.5º. Na Modalidade de Ensino à Distância os projetos transversais também se denominam Estudos Transversais.

III DA REALIZAÇÃO

Art. 5º. A Transversalidade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, os alunos desenvolverão atividades teóricas e/ou práticas, utilizando como referência temáticas pertinentes a Educação Ambiental e as Relações Étnico- raciais e afrodescendentes, com destaque para as temáticas culturais locais.

Art. 6º. Este tema gerador, deve necessariamente concorrer para a integração da realidade refletida à luz de conhecimentos adquiridos e desenvolvidos no percurso formativo dos alunos.

Art. 7º. Os projetos Transversais fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma reflexão acerca das questões ambientais e étnico-raciais, proporcionando aos alunos uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto.

IV DO PLANEJAMENTO

Art. 8º. Os projetos serão planejados ao início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando à integração transversal dos conteúdos relacionados à Educação Ambiental e Relações Étnico-Raciais e afrodescendentes, e terão caráter permanente e contínuo.

Art. 9º. Os referidos projetos deverão conter a apresentação, justificativa, metodologia, formas e processos de avaliação.

Art. 10º. Os projetos devem conter ainda, a indicação de quais professores, e de quais disciplinas, estarão envolvidas no projeto. Devem trazer também, a indicação de quais temas serão abordados referentes às áreas temáticas indicadas neste regulamento.

Art. 11º. As atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, devem obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência com as competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso.

V DA CARGA HORÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO TRANSVERSAL

Art. 12º. O projeto Transversal é de caráter obrigatório e para a sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida.

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 13º. Cabe aos professores:

- f) Participar efetivamente da elaboração e do planejamento do Projeto Transversal.
- g) Comentar e repassar as atividades da disciplina no projeto de acordo com o cronograma do projeto;
- h) Sugerir a qualquer momento ideias que possam vir a melhorar o resultado esperado do Projeto;

- i) Orientar todas as equipes ao longo do período de projeto, tirando as dúvidas que competem às suas respectivas disciplinas;
- j) Avaliar os resultados a partir dos critérios estabelecidos para o mesmo. Art. 14º. Cabe aos Coordenadores de Curso:
 - d) Acompanhar o desenvolvimento dos projetos a partir do contato com professores e alunos;
 - e) Subsidiar os professores com todo o aparato institucional necessário para a melhor realização dos projetos;
 - f) Mediar possíveis dificuldades encontradas entre o corpo docente. Art. 15º. Cabe aos alunos:
 - d) Realizar as atividades com dedicação e esmero para o melhor desenvolvimento do trabalho;
 - e) Reportar aos professores e/ou aos coordenadores de curso, qualquer dificuldade na realização e/ou desenvolvimento do projeto Transversal;
 - f) No Projeto Transversal é obrigatório a participação dos alunos.

VI DO REGISTRO DA TRANSVERSALIDADE

Art. 16º. A descrição da atividade a ser realizada como Projeto Transversal deverá estar contido obrigatoriamente no plano de ensino em espaço reservado para este fim

Art. 17º. No registro do Projeto Transversal no plano de aprendizagem, deverá ser indicada as aulas (em dias e quantidade), respeitando a carga horária máxima para a sua realização. VII AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art 18º. Como critério de avaliação, o projeto deverá conter a descrição detalhada dos critérios de avaliação e para a composição de sua nota final deve ser computado até 20% da nota institucional, dentro de uma escala de 0 a 10.

Art. 19º. No caso dos Estudos Transversais este não comporá nota e sim horas de atividades complementares.

VIII DO RELATÓRIO DO PROJETO TRANSVERSAL

Art. 20º. Deverá ao final do semestre ser apresentado à Coordenação de Curso, relatório consubstanciado do Projeto Transversal, que demonstre todas as atividades realizadas, previstas no projeto, e analise os resultados alcançados.

Art. 21º. As atas de notas do projeto Transversal e todo material produzido para este, deve estar em anexo ao relatório final.

Art. 22º. Este relatório ficará arquivado na Coordenação de Curso, junto com o projeto que originou o mesmo, por no mínimo de 03 (Três) anos.

Art. 23º. Para a Modalidade à distância os estudos transversais ficarão repostos no ambiente virtual para posterior transição ao repositório institucional.

REGULAMENTO DA EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS

I Da definição

Art 1º Direitos Humanos são entendidos como aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política.

II Dos Objetivos da Educação para os Direitos Humanos

Art 2º. Conforme o Art. 5º da Resolução no. 1 de 30 de maio de 2012, a Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário.

III Dos Temas

Art 3º. Conforme o artigo 3º. Da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, a Educação em Direitos Humanos, No CeUNI - FAMETRO será desenvolvida preferencialmente a partir dos seguintes eixos e temas:

I - Dignidade humana;

II - Igualdade de direitos;

III - Reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - Laicidade do Estado;

V - Democracia na educação;

VI - Transversalidade, vivência e globalidade; e VII - Sustentabilidade socioambiental.

IV Das Formas de Operacionalização

Art 4º. No CeUNI - FAMETRO, a educação para os direitos humanos, será desenvolvida por meio da transversalidade em projetos de trabalho que contemplem as diferentes temáticas assinaladas neste regulamento.

§ 1º. Todas as Matrizes Pedagógicas dos Cursos de Graduação ofertarão em caráter optativo a disciplina Educação para os Direitos Humanos.

§ 2º. Nos Cursos de Licenciatura a Educação em Direitos Humanos será componente curricular obrigatório orientando a formação dos profissionais da educação.

Art 5º. O CEUNI - FAMETRO fomentará e divulgará, conforme determina a lei estudos e experiências bem sucedidas realizados na área dos Direitos humanos e da Educação em

Direitos Humanos. Art 6º. O CEUNI - FAMETRO estimulará ações de extensão voltadas para a promoção de Direitos Humanos, em diálogo com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e a gestão pública.

Art. 7º. Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

REGULAMENTO DO ATENDIMENTO AO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

CAPÍTULO I - DA DEFINIÇÃO

Art. 1. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) engloba diferentes síndromes marcadas por perturbações do desenvolvimento neurológico com três características fundamentais, que podem manifestar-se em conjunto ou isoladamente. São elas: dificuldade de comunicação por deficiência no domínio da linguagem e no uso da imaginação para lidar com jogos simbólicos, dificuldade de socialização e padrão de comportamento restritivo e repetitivo.

CAPÍTULO II - DO QUADRO CLÍNICO E DA CLASSIFICAÇÃO DO TEA

a. Autismo clássico - o grau de comprometimento pode variar muito. De maneira geral, os portadores são voltados para si mesmos, não estabelecem contato visual com as pessoas nem com o ambiente, além disso, conseguem falar, mas não usam a fala como ferramenta de comunicação. Embora possam entender enunciados simples, têm dificuldade de compreensão e apreendem apenas o sentido literal das palavras. Não compreendem metáforas nem o duplo sentido. Nas formas mais graves, demonstram ausência completa de qualquer contato interpessoal. São crianças isoladas, que não aprendem a falar, não olham para as outras pessoas nos olhos, não retribuem sorrisos, repetem movimentos estereotipados, sem muito significado ou ficam girando ao redor de si mesmas e apresentam deficiência mental importante;

b. Autismo de alto desempenho (antes chamado de síndrome de Asperger) - os portadores apresentam as mesmas dificuldades dos outros autistas, mas numa medida bem reduzida. São verbais e inteligentes. Tão inteligentes que chegam a ser confundidos com gênios, porque são imbatíveis nas áreas do conhecimento em que se especializam. Quanto menor a dificuldade de interação social, mais eles conseguem levar vida próxima à normal.

c. Distúrbio global do desenvolvimento sem outra especificação (DGD-SOE) - os portadores são considerados dentro do espectro do autismo (dificuldade de comunicação e de interação social), mas os sintomas não são suficientes para incluí-los em nenhuma das categorias específicas do transtorno, o que torna o diagnóstico muito mais difícil.

CAPÍTULO III - DA ORIENTAÇÃO AO PORTADOR DE TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA

Art. 3. Em atendimento ao disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a Faculdade garante proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista.

Art. 4. O aluno será atendido em suas necessidades e dificuldades referentes a sua vida escolar, à sua aprendizagem e qualidade de relacionamento que mantém com seus pares na instituição, no trabalho e na família

CAPÍTULO III - DO ACESSO AO ATENDIMENTO

Art. 5. A orientação aos discentes será definida de acordo com a demanda e análise prévia de cada situação problema.

Art. 6. Para o corpo discente, a demanda de orientação poderá ser manifestada pelo próprio discente ou por encaminhamento dos professores

CAPÍTULO IV - DO SIGILO PROFISSIONAL

Art.7. As atividades do Apoio Psicopedagógico, Orientação Pedagógica e à Pessoa com Transtorno de Espectro Autista (orientações e aconselhamentos), quando executados por profissional da área da Educação e ou/Psicologia, serão registradas em formulários específicos, respeitando o critério de sigilo profissional e as normas e resoluções do Profissional; Resolução CFP07/2003; 01/2009 e alterações.

Art. 8. Os dados das orientações e aconselhamentos realizados serão de acesso exclusivo do profissional psicólogo, registrado no órgão de classe, e serão arquivados em armários com chaves onde apenas o mesmo terá acesso para consulta e registros dos casos acompanhados.

Art.9. Outros profissionais da instituição não terão acesso às informações confidenciais, salvo outros profissionais psicólogos autorizados pelo profissional de apoio Psicopedagógico coordenador do Serviço de Psicologia e Orientação Pedagógica que componham a equipe de trabalho ou o usuário ou responsável por menores de idade, de acordo com a Resolução CFP 01/2009. No caso da extinção do serviço ou da substituição de funções ou profissionais da área clínica serão adotados procedimentos do Art. 15, do Código de Ética Profissional/CFP.

CAPÍTULO X - DA LOCALIZAÇÃO E DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO

Art 10. O Apoio Psicopedagógico à Pessoa com Transtorno de Espectro Autista funcionará em local próprio e seu horário de funcionamento será definitivo pela Direção Geral em cada semestre letivo.

CAPÍTULO XI - CONDUTAS DE ATENDIMENTO

Art 11. No contexto do atendimento ao adulto e ao idoso com TEA, alguns fatores adicionais devem ser considerados. Primeiro, a demanda por esse tipo de serviço tem aumentado no mundo e o mesmo é esperado aqui no Brasil. Ainda que intervenções precoces e intensivas tragam imensos ganhos para o indivíduo com TEA e suas famílias, muitas das dificuldades vividas por esses indivíduos ultrapassam os anos da infância e da juventude. A necessidade por serviços e cuidados pode, portanto, se estender durante toda a vida do indivíduo.

Art 12. É essencial que a definição do projeto terapêutico das pessoas com TEA leve em conta as diferentes situações clínicas envolvidas nos transtornos do espectro do autismo. Ou seja, é necessário distinguir e ter a capacidade de responder tanto às demandas de habilitação/reabilitação de duração limitada

Art 13. Após o diagnóstico e a comunicação à família, inicia-se imediatamente a fase do tratamento e da habilitação/reabilitação. A escolha do método a ser utilizado no tratamento e a avaliação periódica de sua eficácia devem ser feitas de modo conjunto entre a equipe e a família do paciente, garantindo informações adequadas quanto ao alcance e aos benefícios do tratamento, bem como favorecendo a implicação e a corresponsabilidade no processo de cuidado à saúde.

Art 14. No atendimento à pessoa com TEA, é importante manter uma rotina clínica (horários, espaço clínico, participantes da sessão, instrumentos, o diálogo como ponto fundamental de inserção da pessoa), pois tal estrutura impõe o caráter terapêutico à situação.

CAPÍTULO XII -DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 15. Este Regulamento só pode ser alterado se aprovado pela maioria simples dos membros do Conselho Superior.

REGULAMENTO DO NAPA – NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO E INCLUSÃO

CAPÍTULO I - EIXOS DE TRABALHO DO NAPAA

Art. 1 O NAPA realiza suas intervenções considerando quatro eixos fundamentais:

- I. atendimento ao corpo discente;
- II. apoio à coordenação de cursos e de ensino;
- III. pesquisa de demanda da Faculdade;
- IV. projetos institucionais.

CAPÍTULO II - DOS ATENDIMENTOS

Art. 2 Os atendimentos ao corpo discente, poderão ser individuais ou em grupo, de acordo com a demanda e análise prévia de cada situação problema.

Art 3. A demanda de atendimento poderá ser manifestada pelo próprio aluno junto ao NAPA ou pela coordenação de ensino, considerando relatório da coordenação de curso.

Art 4. Os atendimentos individuais serão agendados nos horários de funcionamento do NAPA e comunicado ao interessado.

Art 5. Os atendimentos individuais visam:

- a) atendimento aos casos relativos às dificuldades de aprendizagem e estudo;
- b) atendimento a alunos e funcionários com problemas psicoafetivos;
- c) encaminhamento para profissionais e serviços especializados dependendo da demanda apresentada;
- d) atendimento relativo às dificuldades de relacionamento interpessoal que ofereçam dificuldades de adaptação e motivação na dimensão acadêmica e profissional;
- e) atendimento aos casos relativos ao comportamento e conduta do acadêmico;
- f) atendimento aos encaminhamentos da direção, coordenação de curso, coordenação de estágio, corpo docente e Comissão Própria de Avaliação (CPA).
- g) Atendimento às demandas relacionadas à profissão e à formação profissional.

Art 6. Cada acadêmico poderá ser atendido individualmente em no máximo 10 (dez) sessões por semestre, de acordo com disponibilidade.

Art 7. O NAPA utilizará um formulário padrão – Prontuário de Atendimento – para registro dos atendimentos individuais.

Art 8. Os atendimentos em grupo serão agendados nos horários de funcionamento do NAPA e comunicado aos interessados.

Art 9. Os atendimentos em grupo serão realizados em um espaço de reflexão e enfrentamento de problemas cognitivos, relacionais e desenvolvimento de habilidades acadêmicas e profissionais no que se refere à dimensão relacional.

Art 10. Os atendimentos de grupo terão um limite de participantes, a ser definido pelo coordenador do NAPA, de acordo com o tipo de trabalho a ser desenvolvido.

Art 11. Os encontros dos atendimentos em grupo serão planejados a partir das demandas dos alunos, das pesquisas institucionais desenvolvidas pelo NAPA, das solicitações dos colegiados de cursos e/ou da CPA.

Art 12. Para a Modalidade de Educação à Distância, os atendimentos serão agendados via e-mail e realizados de forma remota. Quando necessário os atendimentos poderão ser presenciais com apoio do Polo referência.

Art. 13 Os temas e áreas envolvidos nos atendimentos em grupo envolvem:

a) Orientação Profissional: reflexão sobre as necessidades, dúvidas e enfrentamento de dificuldades relacionadas à escolha profissional ou adaptação acadêmica.

b) Relações Humanas: oficinas de dinâmica de grupo visando o desenvolvimento de competências relacionais e interpessoais, liderança, comunicação e resolução de conflitos interpessoais.

c) Treinamento de Assertividade: oficinas de dinâmicas de grupo diretamente relacionada a alunos que apresentem alto grau de ansiedade presente em situações que envolvam apresentação de trabalhos em público ou dificuldades relacionadas a relações de trabalhos de equipe.

d) Orientação de Estudos: grupo reflexivo que aborda temas ligados a maximização de recursos envolvendo o planejamento de estudos acadêmicos ou voltados para concursos profissionais e/ou públicos.

e) Inclusão e Acessibilidade Pedagógica

Art. 14. Cada grupo poderá ser atendido em no máximo 5 (cinco) sessões por semestre, de acordo com disponibilidade.

Art 15. O NAPA utilizará um formulário padrão – Plano de Trabalho – para planejamento e registro dos atendimentos em grupo.

CAPÍTULO III - DO APOIO À COORDENAÇÃO DE CURSOS E DE ENSINO

Art. 16. O NAPA irá atuar junto à coordenação dos cursos e de ensino na compreensão e resolução de problemas específicos de aprendizagem e relacionais, juntamente com a assessoria pedagógica da Faculdade.

Art 17. O NAPA participará do planejamento do curso de Formação Continuada dos Docentes, promovido pela Faculdade, atuando principalmente na reflexão e orientação de situações problemas comuns, a partir dos dados coletados em suas pesquisas.

Art 18. O NAPA irá, em situações específicas, disponibilizar aos professores um acompanhamento na implementação de projetos de inclusão de acadêmicos portadores de necessidades especiais.

Art 19. O apoio à coordenação de cursos e de ensino será realizado pelo NAPA através de reuniões institucionais, atendimentos individuais e orientações específicas.

CAPÍTULO IV - DA PESQUISA DE DEMANDA DA FACULDADE

Art. 20. O NAPA poderá, por solicitação da direção, elaborar pesquisas e relatórios com o objetivo de auxiliar na compreensão do perfil dos alunos, suas dificuldades e possíveis intervenções.

Art. 21. No caso de utilização de dados gerados a partir dos atendimentos individuais ou em grupo, ou ainda, oriundos da CPA, para elaboração de pesquisas e relatórios, o NAPA deverá observar o critério de sigilo profissional que envolve essas informações.

CAPÍTULO VI - DOS PROJETOS INSTITUCIONAIS

Art.22. O NAPA participa de projetos institucionais que envolvam as dimensões acadêmicas, culturais, semana das profissões, atividades extracurriculares, projetos de inclusão de necessidades especiais, estágios profissionalizantes.

Art 23. O NAPA realiza suas atividades em parceria com a Coordenação de Estágio, o Programa de Nivelamento – o Núcleo de Extensão – Coordenação de Ensino.

CAPÍTULO VII - DOS RELATÓRIOS

Art 24. A partir das atividades desenvolvidas pelo NAPA serão elaborados relatórios informativos para fundamentar pesquisas e avaliações dos processos acompanhados, podendo estes serem disponibilizados para a direção e coordenação dos cursos.

Art. 25. Os relatórios previstos devem tratar apenas de dados referentes ao número de atendimentos, tipologia dos atendimentos, tipologia da demanda ou outras informações que não comprometam o sigilo profissional.

CAPÍTULO VIII- DO SIGILO PROFISSIONAL

Art 26. Os atendimentos e atividades do NAPA, quando executados por profissional da área da Psicologia e da Pedagogia serão registrados em formulários específicos, respeitando nos atendimentos clínicos individuais e grupais o critério de sigilo profissional e as normas e resoluções do CFP (Código de Ética Profissional; Resolução CFP 07/2003; 01/2009).

Art. 27. Os dados dos atendimentos individuais e em grupo serão de acesso exclusivo do profissional psicólogo, registrado no órgão de classe, e serão arquivados em armários com chaves onde apenas o mesmo terá acesso para consulta e registros dos casos acompanhados.

Art. 28 Outros profissionais da instituição não terão acesso às informações confidenciais, salvo outros profissionais psicólogos autorizados pelo coordenador do NAPA, que componham a equipe de trabalho ou o usuário ou responsável por menores de idade, de acordo com a Resolução CFP 01/2009.

Art 29. No caso da extinção do serviço ou da substituição de funções ou profissionais da área clínica serão adotados os procedimentos do Art.15, do Código de Ética Profissional/CFP.

REGULAMENTO DA MOBILIDADE E O INTERCÂMBIO ACADÊMICO INTERNACIONAIS DO CEUNI - FAMETRO

Art. 1º Regular a Mobilidade e o Intercâmbio Acadêmico Internacionais, no âmbito do CeUNI - FAMETRO, destinados a permitir que alunos dos cursos FACULDADE, participem de atividades acadêmicas realizadas em instituições no exterior, e que alunos de graduação de instituições de ensino superior estrangeiras possam participar de atividades acadêmicas na IES.

CAPÍTULO I

DA MOBILIDADE E INTERCÂMBIO INTERNACIONAIS PARA ALUNOS DO CEUNI - FAMETRO

Art. 2º Fica facultado ao aluno de graduação, regularmente matriculado em qualquer curso do CeUNI - FAMETRO, realizar componentes curriculares em instituições estrangeiras de ensino superior que possuem, ou não, Acordo de Cooperação com o CeUNI - FAMETRO.

§ 1º As atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais deverão ser realizadas em Instituições de Ensino Superior, Centros de Pesquisas, Redes Universitárias e entidades semelhantes.

§ 2º As atividades realizadas e devidamente comprovadas serão creditadas no histórico escolar do aluno, de acordo com o Regimento Interno do CeUNI - FAMETRO.

§ 3º O afastamento do aluno para essas atividades, preferencialmente, estará amparado por Convênio ou Acordo de Cooperação firmado entre o CeUNI - FAMETRO e a instituição receptora.

§ 4º No caso de instituições que não possuem Convênios ou Acordos de Cooperação com o CeUNI - FAMETRO, cabe a Direção Geral aprovar a mobilidade ou o intercâmbio, levando em consideração o padrão de qualidade da instituição de ensino.

§ 5º O intercâmbio e a mobilidade acadêmica nos termos descritos neste regulamento se estende para todos os alunos da Instituição (Modalidade Presencial e a Distância)

Art. 3º Serão consideradas atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais, passíveis de aproveitamento curricular de estudo, apenas aquelas de natureza acadêmica, supervisionadas, ou não, por tutor da instituição anfitriã, como disciplinas, cursos, estágios e pesquisas que visem ao aprimoramento da formação do aluno.

Art.4º A participação do aluno em atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais terá a duração de um semestre letivo, podendo ser prorrogado por mais um semestre consecutivo.

§ 1º O prazo estipulado no caput poderá ser alterado, se este for proveniente de programas específicos, desde que haja a aprovação dos órgãos competentes.

§ 2º Compete a Coordenação de Ensino coordenar o Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais no âmbito do CeUNI - FAMETRO, e se responsabilizará pelos procedimentos gerais relativos aos Acordos de Cooperação.

§ 3º Durante o período de afastamento, o processo instruído ficará na Coordenação de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação para o acompanhamento da Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais. Findado o afastamento, o processo será encaminhado à Secretaria Acadêmica para arquivo na pasta do aluno.

Art.5º O pedido de afastamento deverá ser submetido à apreciação do respectivo Conselho Superior da Faculdade, sendo que a Resolução com a aprovação para o aluno desempenhar atividades acadêmicas em instituição estrangeira deverá ser encaminhado à Coordenadoria de Coordenação de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação.

§ 1º O Conselho Superior deverá considerar, na aprovação dos Contratos de Estudo, a carga horária e a presença dos conteúdos relevantes e significativos previstos na estrutura curricular do curso.

§ 2º A realização de intercâmbio sem aprovação do Contrato de estudos prévio só poderá ocorrer com suspensão de matrícula, devendo o Conselho Superior apreciar a posteriori o possível aproveitamento dos componentes curriculares cumpridos em intercâmbio.

Art. 6º O Conselho Superior deverá indicar, para cada aluno selecionado à mobilidade e ao intercâmbio, um tutor, que deverá ser professor do curso e ficará responsável pelo acompanhamento da realização das atividades previstas no Contrato de Estudos e aprovação de eventuais alterações.

Parágrafo Único - As eventuais alterações aceitas pelo Tutor Acadêmico no Contrato de Estudos serão submetidas a Direção Geral.

Art. 7º O aluno do CeUNI - FAMETRO interessado em participar de atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais deverá proceder da seguinte forma:

I - executar os expedientes formais para vinculação à instituição onde deseja efetuar seus estudos;

II - arcar com todas as despesas pessoais e estudantis decorrentes da sua adesão ao Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais;

III - preencher formulário de candidatura próprio e anexar os documentos necessários;

IV - Inscrever-se nos termos dos editais e demais convocações do ESAI.

Art. 8º O afastamento com vínculo temporário deverá ser registrado na faculdade de origem do aluno, de acordo com o Sistema de Controle Acadêmico, devendo esse registro ser substituído pelo lançamento de créditos equivalentes no histórico escolar do aluno, obrigatoriamente reconhecidos, por ocasião do retorno do mesmo.

Parágrafo Único: O afastamento do aluno do CeUNI - FAMETRO para vínculo temporário só se efetivará quando a instituição receptora manifestar formalmente o aceite do pedido do aluno, por meio de documento específico.

Art. 9º No período de afastamento por vínculo temporário, o aluno terá sua vaga assegurada no respectivo curso e esse período deve ser computado na contagem do tempo máximo previsto para integralização curricular.

Parágrafo Único: Para assegurar o previsto neste artigo, o aluno deverá efetuar sua matrícula normalmente para o semestre seguinte ao término do intercâmbio ou mobilidade.

Art.10º poderá participar do Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais, o aluno que atender os seguintes requisitos:

I - Estar regularmente matriculado No CeUNI - FAMETRO; II - Ter concluído o segundo semestre;

III - Apresentar bom rendimento acadêmico, com média de aproveitamento igual ou superior a 6,0 (seis);

IV - Apresentar plano de atividades acadêmicas a serem cumpridas na instituição anfitriã;

V - Comprovar proficiência no idioma do país onde pretende realizar a mobilidade ou intercâmbio, ou em outro aceite pela instituição anfitriã, exceto quando se tratar de países lusófonos.

VI - Observar e cumprir os prazos para candidatura e entrega da documentação.

Art. 11 Os cursos ou atividades acadêmicas realizadas pelo aluno durante o período da mobilidade ou intercâmbio poderão ser aproveitados para integralização curricular, como disciplinas obrigatórias, eletivas ou optativas, conforme o caso.

Art. 12 O aluno participante do programa estará, obrigatoriamente, subordinado às normas institucionais da instituição receptora.

Art. 13 O CEUNI - FAMETRO, enquanto instituição de origem exime-se de quaisquer responsabilidades relacionadas às despesas de manutenção de aluno participante no Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais, incluindo deslocamento, alimentação, moradia e atendimento médico e hospitalar, entre outras.

Art. 14 O CEUNI - FAMETRO fará a aquisição de apólice de seguro coletivo contra acidentes pessoais em favor do estudante participante do Programa.

CAPÍTULO II

Da Mobilidade e intercâmbio Internacionais de alunos estrangeiros No CeUNI - FAMETRO

Art. 15 Fica facultado ao aluno de graduação, regularmente matriculado em instituições estrangeiras de ensino superior com acordo de cooperação, ou não com o CeUNI - FAMETRO realizar componentes curriculares No CeUNI - FAMETRO, durante o período de um semestre letivo, podendo ser prorrogado por mais um semestre consecutivo.

Art. 16 O Conselho Superior da respectiva Faculdade, deverá aprovar o Contrato de Estudos de alunos estrangeiros que solicitarem intercâmbio No CeUNI - FAMETRO.

Art.17 Para cada aluno aceito No CeUNI - FAMETRO, o Conselho Superior indicará um tutor que o acompanhará academicamente em sua permanência No CeUNI - FAMETRO.

Art. 18 As despesas pelo cumprimento do programa correrão por conta do aluno em mobilidade, sem prejuízo de bolsas que possa obter das agências de fomento nacionais e internacionais.

CAPÍTULO III

Disposições Complementares

Art. 19 Os casos não previstos nesta Resolução serão resolvidos pelo Conselho Superior

Art. 20 Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DO CEUNI - FAMETRO

CAPÍTULO I - DAS FINALIDADES

Art. 1º - As Atividades Complementares constituem em parte integrante do currículo dos cursos de Graduação.

§1º - As Atividades Complementares são desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico, sendo componente curricular obrigatório para a graduação do aluno.

§2º - Caberá ao aluno participar de Atividades Complementares que privilegiam a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais. Tais atividades serão adicionais às demais atividades acadêmicas e deverão contemplar os grupos de atividades descritos neste Regulamento.

Art. 2º - As Atividades Complementares têm por objetivo enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando:

- I. atividades de complementação da formação social, humano e cultural;
- II. atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo;
- III. atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional.

CAPÍTULO II - DO LOCAL E DA REALIZAÇÃO

Art. 3º - As Atividades Complementares poderão ser desenvolvidas no próprio CeUNI – FAMETRO ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando o alcance dos objetivos previstos nos Artigos 1º e 2º deste Regulamento.

Parágrafo único - As Atividades Complementares deverão ser realizadas preferencialmente aos sábados ou no contraturno do aluno, não sendo justificativa para faltas em outras disciplinas/unidades curriculares.

CAPÍTULO III - DAS ATRIBUIÇÕES SEÇÃO I

DO COORDENADOR DO CURSO

Art. 4º - Ao Coordenador do Curso compete:

- I. indicar à Coordenação de Ensino, o professor responsável por coordenar as ações das Atividades Complementares no âmbito de seu curso;
- II. propiciar condições para o processo de avaliação e acompanhamento das Atividades Complementares;
- III. supervisionar o desenvolvimento das Atividades Complementares;
- IV. definir, ouvido o Colegiado de Curso, para as atividades relacionadas no Art. 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- V. validar, ouvido o Colegiado de Curso, as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- VI. julgar, ouvido o Colegiado de Curso, a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO II

DO COLEGIADO DO CURSO

Art. 5º - Ao Colegiado do Curso compete:

- I. propor ao Coordenador do Curso, para as atividades relacionadas no Art. 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- II. propor ao Coordenador do Curso as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- III. propor ao Coordenador do Curso a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO III

DO PROFESSOR RESPONSÁVEL

Art. 6º - Ao professor responsável pelas Atividades Complementares compete:

- I. analisar e validar a documentação das Atividades Complementares apresentadas pelo aluno, levando em consideração este Regulamento;
- II. avaliar e pontuar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, de acordo com os critérios estabelecidos, levando em consideração a documentação apresentada;

- III. orientar o aluno quanto à pontuação e aos procedimentos relativos às Atividades Complementares;
- IV. fixar e divulgar locais, datas e horários para atendimento aos alunos;
- V. controlar e registrar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, bem como os procedimentos administrativos inerentes a essa atividade;
- VI. encaminhar à Secretaria Acadêmica – SECAD, o resultado da matrícula e da avaliação das Atividades Complementares;
- VII. participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.

SEÇÃO IV DO ALUNO

Art. 7º - Aos alunos do CeUNI - FAMETRO, matriculados nos cursos de Graduação, compete:

- I. informar-se sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora do CeUNI - FAMETRO que propiciem pontuações para Atividades Complementares;
- II. inscrever-se e participar efetivamente das atividades;
- III. solicitar a matrícula e a avaliação em Atividades Complementares, conforme prevê este Regulamento;
- IV. providenciar a documentação comprobatória, relativa à sua participação efetiva nas atividades realizadas;
- V. entregar a documentação necessária para a pontuação e a avaliação das Atividades Complementares, até a data limite estabelecida no Calendário Acadêmico;
- VI. arquivar a documentação comprobatória das Atividades Complementares e apresentá-la sempre que solicitada;
- VII. retirar a documentação apresentada junto ao professor responsável em até 60 dias corridos após a publicação do resultado.

§1º - A documentação a ser apresentada deverá ser devidamente legitimada pela Instituição emitente, contendo carimbo e assinatura ou outra forma de avaliação e especificação de carga horária, período de execução e descrição da atividade.

§2º - A documentação não retirada no prazo estabelecido neste Regulamento será destruída.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO DE COMPROVAÇÃO

Art. 8º - O aluno deverá protocolar junto ao professor responsável a entrega da documentação comprobatória para avaliação em Atividades Complementares, no momento que julgar ter os pontos necessários para avaliação.

§1º - A documentação comprobatória deverá ser entregue até a data limite prevista em Calendário Acadêmico.

§2º - Caso o aluno complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula será realizada, sendo o aluno considerado aprovado.

§3º - Caso o aluno não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula não será realizada.

§4º - Caso o aluno tenha como único requisito faltante para conclusão do curso as Atividades Complementares e não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação, a matrícula será realizada e o aluno será considerado reprovado.

Art. 9º - A matrícula e a avaliação em Atividades Complementares deverão ser realizadas até a data limite para lançamento de notas estabelecida no Calendário Acadêmico.

Art. 10 - Não será aceita matrícula em enriquecimento curricular em Atividades Complementares.

Art. 11 - Não haverá dispensa ou convalidação das Atividades Complementares.

CAPÍTULO V

DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 12 - Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelo aluno, serão considerados:

- I. A compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento, e os objetivos do curso em que o aluno estiver matriculado;
- II. O total de horas dedicadas à atividade.

Parágrafo único - Somente será considerada, para efeito de pontuação, a participação em atividades desenvolvidas a partir do ingresso do aluno no Curso.

Art. 13 - Poderão ser validadas como Atividades Complementares:

Grupo 1 - Atividades de complementação da formação social, humana e cultural, estando inclusas:

- i. atividades esportivas - participação nas atividades esportivas;
- ii. cursos de língua estrangeira - participação com aproveitamento em cursos de língua estrangeira;
- iii. participação em atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, radioamadorismo e outras;
- iv. participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural;
- v. participação como expositor em exposição artística ou cultural.

Grupo 2 - Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo, estando inclusas:

- i. participação efetiva em Diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselhos e Colegiados internos à Instituição;
- ii. participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, CIPAS, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares;
- iii. participação em atividades beneficentes;
- iv. atuação como instrutor em palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, desde que não remunerados e de interesse da sociedade;
- v. engajamento como docente não remunerado em cursos preparatórios e de reforço escolar;
- vi. participação em projetos de extensão, não remunerados, e de interesse social.

Grupo 3 - Atividades de iniciação científica, inovação tecnológica e de formação profissional, estando incluídas:

- i. participação em cursos extraordinários da sua área de formação, de fundamento científico ou de gestão;
- ii. participação em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;
- iii. participação como apresentador de trabalhos em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;
- iv. participação em projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do Curso;
- v. participação como expositor em exposições técnico-científicas;
- vi. participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico;
- vii. publicações em revistas técnicas;
- viii. publicações em anais de eventos técnico-científicos ou em periódicos

científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional;

- ix. estágio não obrigatório na área do curso;
- x. trabalho com vínculo empregatício, desde que na área do curso;
- xi. trabalho como empreendedor na área do curso;
- xii. estágio acadêmico;
- xiii. participação em visitas técnicas organizadas pelo CeUNI - FAMETRO;
- xiv. participação e aprovação em disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular de interesse do Curso, desde que tais disciplinas/unidades curriculares tenham sido aprovadas pelo Colegiado de Curso e estejam de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.
- xv. Participação em Empresa Júnior, Hotel Tecnológico, Incubadora Tecnológica;
- xvi. Participação em projetos multidisciplinares ou interdisciplinares.

§1º - Os estágios previstos referem-se a estágios de característica opcional por parte do discente (estágio não obrigatório). O Estágio Curricular Obrigatório não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga horária e registro de nota próprios.

§2º - Os projetos multidisciplinares ou interdisciplinares referem-se àqueles de característica opcional por parte do discente, não previstos no currículo do curso do aluno. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga horária e registro de nota próprios.

§3º - Para fortalecer o fomento e incorporação de inovações tecnológicas (informática e novos materiais e recursos) no exercício profissional não serão aplicadas as regras de percentuais máximo de carga horária contabilizada.

§4º Para fins de aproveitamento de atividades de inovação como atividades complementares, o aluno deve estar vinculado a:

- a) Desenvolvimento ou registro de patentes;
- b) Desenvolvimento de novos materiais para a aplicação na área profissional do seu curso de origem;
- c) Desenvolvimento de novos processos para aplicação na área profissional do seu curso de origem;
- d) Desenvolvimento de novas metodologias para o ensino no âmbito do seu curso de origem;

e) Outros, mediante aprovação do Colegiado de Curso.

CAPÍTULO VI DA PONTUAÇÃO

Art. 14 - As Atividades Complementares serão avaliadas, segundo a carga horária ou por participação efetiva nas atividades, atendendo ao disposto no parágrafo 1º do Art. 7º deste Regulamento.

Parágrafo único - As atividades que se enquadram em mais de um item serão pontuadas por aquele que propiciar maior pontuação.

Art. 15 - O aluno deverá participar de atividades que contemplem os Grupos listados no Artigo 13 deste Regulamento, completando no mínimo 20 pontos em cada um dos grupos.

Art. 16 - O aluno poderá integralizar:

- I. No grupo 1 o máximo de 30 pontos;
- II. No grupo 2 o máximo de 30 pontos;
- III. No grupo 3 o máximo de 40 pontos.

Art. 17 - Caberá ao Colegiado de Curso propor ao Coordenador do Curso a pontuação dos itens de cada Grupo, respeitados os Artigos 15 e 16.

Parágrafo único - O Anexo 1 deste Regulamento será utilizado como referência para definição dos pontos em cada item.

CAPÍTULO VII DAS FORMAS INOVADORAS DE APROVEITAMENTO

Art. 18. As atividades classificadas como pertencentes ao grupo 3, tratado no Art. 13, terão tramitação distinta, podendo obter aproveitamento duplicado em dois grupos a saber:

- I. atribuição de aproveitamento no grupo 2 (Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo, estando incluídas atividades de extensão) e grupo 3 (Atividades de iniciação científica, inovação tecnológica e de formação profissional)

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19 - Os casos omissos neste Regulamento serão tratados pela Coordenação do Curso.

PONTUAÇÃO SUGERIDA PARA AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Conforme determina o Art. 17 deste regulamento, este anexo trata-se apenas de uma referência para regulamentação própria de cada Colegiado de Curso.

Os alunos deverão enquadrar-se na pontuação estabelecida para o curso em que estiverem matriculados.

- 1) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos por semestre por participação nas atividades esportivas em Instituições, de acordo com o Art. 3º deste Regulamento.
- 2) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos, por semestre, por participação nas atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, radioamadorismo e outras, em Instituições, de acordo com o Art. 3º deste Regulamento.
- 3) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos, por semestre, por participação efetiva em Diretórios Acadêmicos e Entidades de Classe.

- 4) Serão atribuídos 10 (dez) pontos, por semestre, por participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, CIPAS, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares.
- 5) Será atribuído 0,5 (meio) ponto, por hora, por participação em cursos da área específica de cada curso de graduação, de fundamento científico ou de gestão.
- 6) Será atribuído 1,0 (um) ponto, por hora, pela participação em palestras técnicas, congressos e seminários.
- 7) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos, por semestre, para o aluno que obtiver frequência e aprovação em cursos de língua estrangeira.
- 8) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos, por hora, por apresentação de palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, de cada curso de graduação.
- 9) Serão atribuídos até 10 (dez) pontos a artigos científicos publicados e até 15 (quinze) pontos a projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do Curso.

MANUAL DA BIBLIOTECA CEUNI FAMETRO

A Biblioteca do CEUNI Fametro, objetiva fornecer apoio acadêmico de ensino, pesquisa e extensão aos seus usuários, oferecendo informação atualizada com qualidade. Subordina-se

à Pró-Reitoria, e conta em seu quadro funcional com bibliotecários qualificados e registrados no Conselho Regional de Biblioteconomia.

ACERVO

O acervo é composto por livros, teses, bases de dados online e biblioteca virtual. O acesso às Bases de Dados assinadas pela IME (Pearson) pode ser realizado pelo usuário institucional (docentes e discentes) através de qualquer dispositivo eletrônico dentro e fora da Instituição. Via internet, é possível a consulta aos acervos através do Portal do aluno, inserindo LOGIN e SENHA, disponibilizados ao aluno no momento da matrícula.

INFRAESTRUTURA

Como espaço físico a biblioteca disponibiliza:

Atendimento do guarda-volumes

Serviço de referência (balcão de atendimento); Salão de leitura

Espaço do acervo

Cabines de estudo individual e em grupo Salas de estudo em grupo

Bancadas de acesso à internet (com acesso cadeirante) Espaço físico atendendo à acessibilidade

No salão principal:

Terminais com computadores de acesso livre à internet e sistema da biblioteca; Bancadas para consulta de acervo e/ou estudo;

Mesas de leitura (com acesso cadeirante)

Nos espaços de estudo:

Cabines individuais;

Cabine reservada para estudo em grupo. Com espaço cadeirante

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Segunda à sexta-feira de 8h às 22h. Sábados de 8h às 13h

SERVIÇOS OFERECIDOS

- Consulta orientada ao sistema;
- Serviços de Referência (empréstimo, devolução, renovação, e orientação à consulta de acervo)
- Visita inaugural orientada aos calouros (acolhida de usuários);
- Acesso à internet;
- Normatização de trabalhos acadêmicos (TCC) e orientação aos alunos na utilização das Normas da ABNT;
- Elaboração de ficha catalográfica dos trabalhos de conclusão de curso;
- Auxílio ao acesso bases de dados.

USUÁRIOS DA BIBLIOTECA

São considerados usuários da biblioteca, alunos de graduação, pós-graduação, alunos dos cursos técnicos, docentes e colaboradores da instituição.

UTILIZAÇÃO DA BIBLIOTECA

Considerando que a biblioteca é de livre acesso, é disponibilizada chave para guarda- volumes para que o usuário possa entrar em suas dependências. Desta forma, sua utilização:

- Somente durante a permanência do usuário na biblioteca (a devolução da chave deve ser realizada no mesmo dia da retirada, havendo a cobrança de multa diária de R\$1,00 por atraso).
- Se precisar se ausentar da biblioteca, mesmo que venha a retornar depois, o usuário deverá retirar seus pertences do armário e devolver a chave.
- Nos armários devem ser guardados bolsas, mochilas, case de notebook, pastas e similares. (carteira porta-cédulas, notebooks, celulares e demais objetos de valor não devem ser guardados nos armários);
- Não utilizar os armários para guarda de alimentos, vestuário, material de higiene pessoal, etc.
- No caso de perda ou extravio da chave, o usuário fica responsável pela sua reposição.
- Diariamente ao final do atendimento, os armários serão abertos e o material lá encontrado será encaminhado para o Setor de Recursos Pedagógicos, localizado no andar G1.

NORMAS PARA USO DO ESPAÇO

- Apresentar impreterivelmente documento de identificação com foto ou carteira de identificação institucional;
- Respeitar as normas de convivência no espaço da biblioteca;
- Manter silêncio necessário para o estudo de todos, principalmente não utilizando aparelhos sonoros nas dependências da biblioteca;
- Respeitar as datas estipuladas de devolução de material em empréstimo;
- Pagar a multa estabelecida e respeitar as penalidades impostas em caso de atraso na devolução de material;
- Preservar e zelar pelo material a ele confiado em empréstimo;
- No caso de roubo, perda, extravio, ou quaisquer danos ao material emprestado, o usuário deverá repor material idêntico, não havendo esta possibilidade, a reposição deverá ser de material atualizado, com mesmo conteúdo, com valor igual ao extraviado, ou ainda, conforme deliberação da Pró-Reitoria a qual a biblioteca se subordina.

CONSULTA

A consulta ao acervo é realizada nos terminais disponibilizados aos usuários na biblioteca, podendo também ser realizada através de seus dispositivos eletrônicos pessoais com a conexão WI-FI disponível.

Obras exclusivamente de consulta:

- Periódicos;
- Obras de referência (dicionários e enciclopédias);
- Trabalhos de Conclusão de Curso (somente leitura local).

OBS: Demais materiais que por valor, quantidade ou outros critérios forem considerados de consulta pela biblioteca;

As obras em consulta local são devidamente registradas em sistema no nome do consulente, com data de devolução para o mesmo dia;

Os livros com status LOCAL, só podem ser retirados em Empréstimo Domiciliar nas sextas-feiras, com devolução agendada para a segunda-feira seguinte.

EMPRÉSTIMO

- Para realizar o empréstimo o usuário deverá apresentar documento de identificação institucional ou documento com foto.
- Somente usuários com vínculo institucional podem realizar empréstimos (local e/ou domiciliar).
- A validade dos cadastros dos usuários é atualizada a cada 06 meses, conforme cada período letivo.
- O empréstimo é pessoal e intransferível, não sendo permitida a utilização de documentação de terceiros para retirada de material na biblioteca.

TABELA DE PRAZOS PARA EMPRÉSTIMO DOMICILIAR

Tipo de usuário	Quantidade títulos empréstimo	de por	Período Empréstimo corridos	de (dias)	Quantidade Renovações	de
Aluno graduação/técnico	03		04		03	
Formandos	05		07		03	
Aluno graduação pós-	05		07		03	
Professor	07		15		03	
Funcionários	03		05		03	

OBS.: As renovações são presenciais e também solicitadas via WhatsApp, e não podem ultrapassar a quantidade de três.

Os empréstimos não podem incluir títulos iguais para o mesmo usuário.

REGIME DISCIPLINAR

- O usuário que não efetuar suas devoluções no prazo determinado ficará sujeito à multa no valor diário de R\$1,00 (por título);
- Enquanto estiver com qualquer pendência no sistema (atraso na devolução ou multa), o usuário permanecerá impedido de utilizar os serviços de empréstimo na biblioteca, seja de consulta Local ou Domiciliar.
- As cobranças do material em atraso serão efetuadas a partir de 24 horas da data apazada, por telefone e/ou e-mail.
- Os usuários que necessitarem de documentação tais como: colação de grau, trancamento, cancelamento ou transferência, deverão solicitar o Nada Consta da Biblioteca, inclusive, os procedimentos requeridos só deverão ser autorizados após a verificação da situação dos usuários na biblioteca.

SOLICITAÇÃO DE FICHA CATALOGRÁFICA

Processo realizado a partir do Portal do Aluno, na aba SECRETARIA, OPÇÃO REQUERIMENTOS, SOLICITAÇÃO DE FICHA CATALOGRÁFICA.

Preencher formulário com detalhes do requerimento, informando:

- Página de rosto do trabalho (onde estão disponibilizados o nome completo do aluno, o nome do orientador, o título do trabalho e curso);
- Resumo (com palavras-chaves);
- Informar a quantidade final de páginas do trabalho;

- A conclusão deste passo-a-passo, implicará na emissão de um boleto no sistema com a taxa da elaboração da ficha;
- O comprovante deste pagamento precisa ser enviado para o seguinte e-mail da biblioteca: ficha.fametro@gmail.com (inclusive, para agilizar o processo as informações também podem ser enviadas por e-mail);
- A ficha pronta e demais orientações, serão respondidas no mesmo e-mail no prazo de até 3 dias úteis.

PLANO DE CONTINGÊNCIA

BIBLIOTECA GRUPO FAMETRO PARA A MODALIDADE PRESENCIAL E ENSINO A DISTÂNCIA

INTRODUÇÃO

O presente plano de contingência tem por objetivo apresentar uma estrutura estratégica e operativa que ajudará a controlar situações de urgência e emergência e minimizar as suas consequências negativas para os usuários da Biblioteca da IES. Tem por benefício principal

garantir a continuidade do funcionamento do Sistema de Bibliotecas do Grupo FAMETRO em face de quaisquer eventualidades materiais ou pessoais.

ACERVO

As transações no serviço de empréstimo e renovação efetuadas por meio do sistema RM (TOTVS), em casos de imprevistos, como por exemplo, a queda de energia elétrica e/ ou a falta de internet, a biblioteca adota o procedimento manual para todos esses serviços não comprometendo assim os estudos e as atividades de seus usuários.

No que se refere especificamente ao acervo bibliográfico dos cursos, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) contempla um referencial básico para cada unidade curricular e um referencial complementar. Na bibliografia básica a quantidade de exemplares é baseada no número de vagas ofertadas por curso anualmente e de outros que utilizem os títulos, conforme descrições dos PPCs, sendo todos informatizados e tombados junto ao patrimônio da IES. Na bibliografia complementar são adquiridos no mínimo 2 exemplares de cada título. No entanto, é possível adquirir maiores quantidades de exemplares conforme a demanda de uso das obras que geraram índice significativo de empréstimos no sistema de gerenciamento da biblioteca.

As bibliografias básicas e complementares do curso contam também com o suporte da Biblioteca Virtual da Pearson, possuindo um contrato de acesso firmado entre a IES e a empresa representante da plataforma, que permite o acesso às obras 24 horas por dia e 7 dias por semana, de qualquer lugar com acesso à internet.

Os quantitativos de exemplares por bibliografia apresentados visam o atendimento aos alunos, conforme as vagas ofertadas. Entretanto, para que a biblioteca sempre apresente a informação solicitada, é mantido sempre um exemplar com status LOCAL, que não sai para empréstimo, ficando disponível por toda a semana para consulta local, aos finais de semana este exemplar pode ser emprestado com retorno agendado para a segunda-feira.

No caso de não possuir o livro buscado, o mesmo não fazendo parte das bases virtuais disponíveis, a solicitação de aquisição do material bibliográfico será realizada por docentes via biblioteca, através de e-mail bem como sugestões de usuários, pelo mesmo processo, seguindo o trâmite da IES para aprovação. As aquisições são realizadas através das cotações com fornecedores externos.

Semestralmente, visando ainda a otimização dos recursos destinados ao desenvolvimento das coleções e atualização do acervo, a IES pode estabelecer reuniões baseadas nos relatórios elaborados na biblioteca a partir das solicitações de docentes, coordenações e sugestões de usuários.

INTERNET

Para a garantia de acesso ao acervo a biblioteca conta com computadores conectados à internet, além de rede sem fio (Wi-Fi) que permite aos usuários se conectarem utilizando dispositivos próprios, tais como, notebooks, tablets e/ou smartphones.

SISTEMAS UTILIZADOS

Todos os computadores tem instalado o Sistema Operacional Windows e pelo menos um editor de texto e planilhas, um navegador e um software para visualizar arquivos em formato PDF. Há computador de uso dos alunos que possui também instalado o programa DOSVOX voltado para usuários com necessidades especiais.

MEDIDAS PREVENTIVAS

Em casos de emergências, que podem ser causadas por riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e acidentais, são adotadas medidas preventivas. Para tanto, levamos em consideração as seguintes questões:

- Identificar os tipos de riscos mais frequentes em bibliotecas;
- Identificar medidas de prevenção de desastres;
- Proteger bens, ambiente e pessoas;
- Minimizar riscos de acidentes;
- Organizar plano de evacuação;
- Possibilitar socorros no menor espaço de tempo após o acidente.

Finalidade:

A avaliação de riscos permite tomar todas as precauções necessárias para tornar a biblioteca e seu acervo o mais seguro possível.

O Plano de Contingência inclui regras de comportamento e é de conhecimento da equipe da biblioteca, em caso de manutenção, evacuação e vigilância.

- Todos os dias as mesas (de estudo individual e em grupo), o chão, o balcão de atendimento, e os computadores são limpos;
- Uma vez por semana a biblioteca recebe manutenção por uma equipe responsável pela limpeza do espaço;
- É proibido o consumo de alimentos e bebidas na Biblioteca, de forma a evitar que se sujeem os livros e as mesas, e dessa forma evitando o aparecimento de insetos e roedores;

- Nenhum dos livros e revistas ficam encostados nas paredes, de forma a evitar mofo e bolor;
- As prateleiras são de material de ferro, tipo de material que evita mofo, cupim e roedores (tal como a madeira);

Riscos Ergonômicos: Postura inadequada. Possuímos cadeiras e mesas adequadas para o trabalho.

Riscos ambientais: O arranjo físico e a iluminação estão adequados. A Biblioteca possui extintores de incêndio e luzes de emergência nos locais de maior probabilidade de queda.

Sobre os tipos de riscos mais específicos e sobre suas devidas prevenções, temos:

Roubos e Furtos:

Medidas de prevenção adotadas:

- A biblioteca possui câmeras espalhadas em locais estratégicos.
- É proibida a entrada na biblioteca portando bolsas, mochilas, sacolas e similares.
- O balcão de atendimento (para empréstimos e devoluções) está localizado em local estratégico, permitindo que os funcionários vejam quem entra e quem sai.
- A Faculdade possui seguranças/vigilantes.
- Em caso de ocorrência manter a calma e não reagir.

Incêndios

Medidas de prevenção adotadas:

- A biblioteca possui extintores de incêndio.
- Todos os equipamentos eletrônicos (computadores, impressoras) são desligados quando do encerramento do turno, e permanecem desligados nos finais de semana.
- Os livros têm boas condições de armazenamento, sendo que as prateleiras ficam longe de canalizações e instalações elétricas.
- Respeitar as zonas de proibição de fumo (locais fechados)
- Não sobrecarregar as tomadas.
- Não aproximar materiais inflamáveis das fontes de calor
- Não obstruir saídas
- Realizar a manutenção periódica dos extintores de incêndio. A manutenção é feita por empresa terceirizada.

Em caso de ocorrência, como agir:

- Manter a calma. Não gritar, não correr.
- Em caso de usuários na biblioteca, alertá-los de forma calma para evacuarem a biblioteca, e auxiliar pessoas que tenham dificuldades (mobilidade reduzida, pessoas idosas, crianças).
- Acionar o Corpo de Bombeiros.
- Com o extintor portátil, tentar extinguir o incêndio.

- Se na roupa atear fogo, não corra, deite-se e role no chão, de forma a apagá-lo do corpo/roupa.
- Se ouvir uma explosão, atire-se para o chão e proteja a nuca com os braços.
- Após a evacuação, todos devem ficar juntos e verificar se ninguém voltou atrás.
- Deixe objetos pessoais para trás. Nunca retorne ao local do incêndio.
- Em caso de pessoas feridas, acionar uma ambulância.

Inundação/goteiras (itens molhados):

Medidas de prevenção adotadas:

- Manutenção do forro/telhado;
- A Faculdade é localizada em local sem riscos de inundações; Em caso de ocorrência, como agir:
 - Secagem por circulação de ar (ventiladores) de pequenos lotes de materiais e troca de papel toalha absorvente entre as páginas dos livros;
 - Secagem em estufa de secagem, na temperatura entre 70º e 80º;
 - Caso algum reparo tenha que ser realizado nos livros – devido a acidente com água – será feita uma lista de prioridades, e do que efetivamente poderá ser restaurado e o que terá de ser comprado (sendo feito orçamento e verificando os mais emprestados / solicitados).

Queda de energia:

Medidas de prevenção adotadas:

- Luzes de emergência localizadas estrategicamente;
- Sistema de backup de segurança nos computadores, evitando a perda de trabalhos que estejam sendo realizados antes da queda;

Em caso de ocorrência, como agir:

- Evacuar o ambiente da Biblioteca;
- Auxiliar pessoas que tenham dificuldade.

Ameaça de bomba:

Em caso de ocorrência, como agir:

- Perguntar ao interlocutor a localização da bomba e o momento possível de sua explosão;
- Tentar identificar pela voz (sexo, idade aproximada, se tem algum ruído ao fundo). Se houver denúncia de ameaça de bomba, deve-se:
 - Manter a calma e avisar o mais rápido possível um responsável pela segurança;
 - Fazer o registro da situação com as autoridades competentes;
 - Fazer a evacuação do ambiente, caso as autoridades digam que é necessário.

Atuação em outros e qualquer caso de evacuação não previstos:

Em caso de evacuação da biblioteca, deve-se:

- Manter a calma e caminhar junto ao grupo restante de pessoas para evacuação do ambiente;
- Auxiliar, sempre que possível, as pessoas com mobilidade reduzida, os idosos e as crianças;
- Confirmação da evacuação total e garantia de que ninguém tenha retornado ao local;
- Cumprir as instruções transmitidas.

PRÁTICAS EXITOSAS E/OU INOVADORAS

- Melhorar os serviços de pesquisa da web oferecendo mais opções de filtro, interatividade, serviço de alerta, integração com outras bases de dados;
- Orientação para acesso aos principais serviços da Biblioteca;
- Orientação na elaboração e formatação de trabalhos acadêmicos (ABNT NBRs 14.724, 6023);
- Processo de Política de Formação e Desenvolvimento do Acervo - uma ferramenta que permita a integração docente-biblioteca nas indicações e/ou atualizações das ementas das disciplinas ministradas e que esteja, automaticamente, "alimentando" o sistema da Biblioteca, que captará essas informações, sem a necessidade de ele - o docente - requisitar os títulos daquela disciplina novamente

Inserido nesse mesmo contexto de conscientização/envolvimento dos agentes/fatores, outro diferencial será a tentativa de maior aproximação e, conseqüentemente, mais participação dos docentes, principalmente daqueles que não haviam solicitado quantidade compatível de títulos e exemplares para adequação de suas bibliografias.

■ ANEXO II

REGULAMENTO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR

I DA DEFINIÇÃO

Art. 1º Por Interdisciplinaridade o CeUNI - FAMETRO entende ser uma estratégia de abordagem e tratamento do conhecimento em que duas ou mais disciplinas/unidades curriculares ofertadas simultaneamente estabelecem relações de análise e interpretação de conteúdos, com o fim de propiciar condições de apropriação, pelo discente, de um conhecimento mais abrangente e contextualizado.

Art. 2º. No CeUNI - FAMETRO, a interdisciplinaridade é uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de projetos interdisciplinares, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração horizontal dos componentes curriculares de um determinado período.

II DO OBJETIVO

Art 3º. O Projeto Interdisciplinar tem como objetivo geral a aplicação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos em situações ou problemas teórico-práticos, selecionados de maneira a permitir a integração entre disciplinas, aprofundamento da socialização dos alunos, contextualização dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, organização, pontualidade e desenvolvimento de habilidades. Além de promover e incentivar atividades de pesquisa e trabalho em equipe, identificar habilidades e aplicar conceitos.

Art 4º. O Projeto Interdisciplinar deve também contribuir para:

- a) Desenvolver uma proposta de intercomunicação entre disciplinas;
- b) Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações;
- c) Despertar nos discentes o gosto pela investigação científica;
- d) Orientar o desenvolvimento de trabalhos seguindo normas específicas;
- e) Oportunizar aos alunos atividades práticas nas quais possam vivenciar os conteúdos trabalhados em sala de aula;
- f) Registrar as conclusões dos participantes do projeto expondo-as aos demais integrantes da série.

III DA REALIZAÇÃO

Art. 4º. A interdisciplinaridade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, de uma situação problema, de necessidades de intervenção práticas, do desenvolvimento de novas técnicas, de soluções inovadoras para problemas pertinentes as disciplinas, os alunos desenvolverão atividades de teórico e práticas, utilizando como referência os conteúdos curriculares das disciplinas com a finalidade de compreender e analisar o tema, resolver o problema, ou desenvolver novas técnicas que os remetam a compreensão da interligação e da intercomunicação do conhecimento numa perspectiva integradora.

Art. 5º. Este tema gerador, a situação problema, ou atividade teórico-prática a ser realizada deve necessariamente concorrer para a integração das disciplinas de um mesmo período letivo, prevendo a utilização dos conteúdos previstos para as mesmas em acordo com as suas ementas.

Art. 6º. Os projetos interdisciplinares fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto.

Art.7º. Na Modalidade de Ensino à Distância os projetos Interdisciplinares também se denominam Estudos Interdisciplinares.

IV DO PLANEJAMENTO

Art. 8º. Os projetos serão planejados ao início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando a integração horizontal das disciplinas de um mesmo período.

Art. 9º. Os referidos projetos deverão conter a apresentação, justificativa, metodologia, formas e processos de avaliação.

Art. 10º. Os projetos devem conter ainda, a indicação de quais professores, e de quais disciplinas, estarão envolvidas no projeto. Devem trazer também, a indicação de quais conteúdos, de cada disciplina, serão explorados tendo em vista as necessidades geradas pelo projeto.

Art. 11º.No caso de Estudos Interdisciplinares, estes se apresentam em forma de disciplina, com carga horária prevista e professor designado, e todo o seu processo de realização deverá ser feito no ambiente virtual de aprendizagem

Art. 12. As atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, deve obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência como as competências e habilidade previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso, com a finalidade de fortalecer o perfil do egresso.

V DA CARGA HORÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR

Art. 13º. O projeto interdisciplinar é de caráter obrigatório e para a sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida.

Art. 14º. No caso dos Estudos Interdisciplinares a carga horária para o desenvolvimento das atividades estará determinada nas matrizes curriculares.

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 15º. Cabe aos professores:

a) Participar efetivamente da elaboração e do planejamento do projeto interdisciplinar, identificando nos projetos as possíveis aplicações da sua disciplina, enriquecendo-o e tornando-o realmente interdisciplinar;

b) Comentar e repassar as atividades da disciplina no projeto de acordo com o calendário de apresentações;

c) Sugerir a qualquer momento, ideais que possam vir a melhorar o resultado esperado do Projeto;

d) Orientar todas as equipes ao longo do período de projeto, tirando as dúvidas que competem às suas respectivas disciplinas;

e) Avaliar os resultados a partir dos critérios estabelecidos para o mesmo.

Art. 16º. Cabe aos Coordenadores de Curso:

- a) Acompanhar o desenvolvimento dos projetos a partir do contanto com professores e alunos;
- b) Subsidiar os professores com todo o aparato institucional necessário para a melhor realização dos projetos;
- c) Mediar possíveis dificuldades encontradas entre o corpo docente.

Art. 17º. Cabe aos alunos:

- a) Realizar as atividades com dedicação e esmero para o melhor desenvolvimento do trabalho;
- b) Reportar aos professores e/ou aos coordenadores de curso, qualquer dificuldade na realização e/ou desenvolvimento do projeto interdisciplinar;
- c) O Projeto Interdisciplinar é obrigatório, e comporá a nota da avaliação parcial dos acadêmicos;

VI DO REGISTRO DA INTERDISCIPLINARIDADE

Art. 18º. A descrição da atividade a ser realizada como projeto interdisciplinar deverá estar contido obrigatoriamente no plano de ensino em espaço reservado para este fim

Art. 19º. No registro do projeto interdisciplinar no plano de ensino, deverá ser indicada as aulas (em dias e quantidade), respeitando a carga horária máxima para a sua realização.

VII AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art. 20º. Como critério de avaliação, o projeto deverá conter a descrição detalhada dos critérios de avaliação e para a composição de sua nota final deve ser computado até 20% da nota institucional, dentro de uma escala de 0 a 10.

VIII DO RELATÓRIO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR

Art. 21º. Deverá ao final do semestre ser apresentado à Coordenação de Curso, relatório consubstanciado do Projeto Interdisciplinar, que demonstre todas as atividades realizadas, previstas no projeto, e analise os resultados alcançados;

Art. 22º. As atas de notas do projeto interdisciplinar e todo material produzido para este, deve estar em anexo ao relatório final;

Art. 23º. Este relatório ficará arquivado na Coordenação de Curso, junto com o projeto que originou o mesmo, por no mínimo de 03 (Três) anos;

Art. 24º. Para a Modalidade à distância os estudos Interdisciplinares ficarão repostos no ambiente virtual para posterior transição ao repositório institucional.

REGULAMENTO DO PROJETO TRANSVERSAL

I DA DEFINIÇÃO

Art. 1º Por Transversalidade o CeUNI - FAMETRO entende ser à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade).

Art. 2º. No CeUNI - FAMETRO, a Transversalidade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de Projetos Transversais, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a

partir da integração vertical e horizontal dos componentes curriculares de um determinado período em duas áreas temáticas específicas, a saber:

- a) Educação Ambiental
- b) Relações Étnico-Raciais

II DO OBJETIVO

Art. 3º. O Projeto Transversal tem como finalidade proporcionar aos alunos a compreensão da importância de debater esses temas para a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde atuam e vivem, e para uma atuação cidadã dos futuros profissionais formados pelo CeUNI - FAMETRO.

Art. 4º. O Projeto Transversal deve também contribuir para:

g) Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações; debater e obter conhecimento acerca de temas contemporâneos relativos às áreas temáticas identificadas;

h) Despertar nos discentes o gosto pelo debate, pela troca de experiência, pela intercomunicação de conhecimentos e vivência e pela tolerância na perspectiva da acessibilidade atitudinal e da consciência ambiental.

Art.5º. Na Modalidade de Ensino à Distância os projetos transversais também se denominam Estudos Transversais.

III DA REALIZAÇÃO

Art. 5º. A Transversalidade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, a partir de um tema gerador, os alunos desenvolvem atividades teóricas e/ou práticas, utilizando como referência temáticas pertinentes a Educação Ambiental e as Relações Étnico-raciais, com destaque para as temáticas culturais locais.

Art. 6º. Este tema gerador, deve necessariamente concorrer para a integração da realidade refletida à luz de conhecimentos adquiridos e desenvolvidos no percurso formativo dos alunos.

Art. 7º. Os projetos Transversais fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma reflexão acerca das questões ambientais e étnico-raciais, proporcionando aos alunos uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto.

IV DO PLANEJAMENTO

Art. 8º. Os projetos serão planejados no início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando à integração transversal dos conteúdos relacionados à Educação Ambiental e Relações Étnico-Raciais, e terão caráter permanente e contínuo.

Art. 9º. Os referidos projetos deverão conter a apresentação, justificativa, metodologia, formas e processos de avaliação.

Art. 10º. Os projetos devem conter ainda, a indicação de quais professores, e de quais disciplinas, estarão envolvidas no projeto. Devem trazer também, a indicação de quais temas serão abordados referentes às áreas temáticas indicadas neste regulamento.

Art. 11º. As atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, deve obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência como as competências e habilidade previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso.

V DA CARGA HORÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO TRANSVERSAL

Art. 12º. O projeto Transversal é de caráter obrigatório e para a sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida.

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 13º. Cabe aos professores:

- f) Participar efetivamente da elaboração e do planejamento do Projeto Transversal.
- g) Comentar e repassar as atividades da disciplina no projeto de acordo com o cronograma do projeto;
- h) Sugerir a qualquer momento ideias que possam vir a melhorar o resultado esperado do Projeto;
- i) Orientar todas as equipes ao longo do período de projeto, tirando as dúvidas que competem às suas respectivas disciplinas;
- j) Avaliar os resultados a partir dos critérios estabelecidos para o mesmo.

Art. 14º. Cabe aos Coordenadores de Curso:

- d) Acompanhar o desenvolvimento dos projetos a partir do contanto com professores e alunos;
- e) Subsidiar os professores com todo o aparato institucional necessário para a melhor realização dos projetos;
- f) Mediar possíveis dificuldades encontradas entre o corpo docente.

Art. 15º. Cabe aos alunos:

- d) Realizar as atividades com dedicação e esmero para o melhor desenvolvimento do trabalho;
- e) Reportar aos professores e/ou aos coordenadores de curso, qualquer dificuldade na realização e/ou desenvolvimento do projeto Transversal;
- f) No Projeto Transversal é obrigatório a participação dos alunos.

VI DO REGISTRO DA TRANSVERSALIDADE

Art. 16º. A descrição da atividade a ser realizada como Projeto Transversal deverá estar contido obrigatoriamente no plano de ensino em espaço reservado para este fim

Art. 17º. No registro do Projeto Transversal no plano de aprendizagem, deverá ser indicada as aulas (em dias e quantidade), respeitando a carga horária máxima para a sua realização.

VII AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art 18º. Como critério de avaliação, o projeto deverá conter a descrição detalhada dos critérios de avaliação e para a composição de sua nota final deve ser computado até 20% da nota institucional, dentro de uma escala de 0 a 10.

Art. 19º. No caso dos Estudos Transversais este não comporá nota e sim horas de atividades complementares.

VIII DO RELATÓRIO DO PROJETO TRANSVERSAL

Art. 20º. Deverá ao final do semestre ser apresentado à Coordenação de Curso, relatório consubstanciado do Projeto Transversal, que demonstre todas as atividades realizadas, previstas no projeto, e analise os resultados alcançados.

Art. 21º. As atas de notas do projeto Transversal e todo material produzido para este, deve estar em anexo ao relatório final.

Art. 22º. Este relatório ficará arquivado na Coordenação de Curso, junto com o projeto que originou o mesmo, por no mínimo de 03 (Três) anos.

Art. 23º. Para a Modalidade à distância os estudos transversais ficarão repostos no ambiente virtual para posterior transição ao repositório institucional.

REGULAMENTO DA EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS

I Da definição

Art 1º Direitos Humanos são entendidos como aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política.

II Dos Objetivos da Educação para os Direitos Humanos

Art 2º. Conforme o Art. 5º da Resolução no. 1 de 30 de maio de 2012, a Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário.

III Dos Temas

Art 3º. Conforme o artigo 3º. Da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, a Educação em Direitos Humanos, No CeUNI - FAMETRO será desenvolvida preferencialmente a partir dos seguintes eixos e temas:

I - dignidade humana;

II - igualdade de direitos;

III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;

IV - laicidade do Estado;

V - democracia na educação;

VI - transversalidade, vivência e globalidade; e

VII - sustentabilidade socioambiental.

IV Das Formas de Operacionalização

Art 4º. No CeUNI - FAMETRO, a educação para os direitos humanos, será desenvolvida por meio da transversalidade em projetos de trabalho que contemplem as diferentes temáticas assinaladas neste regulamento.

§ 1º. Todas as Matrizes Pedagógicas dos Cursos de Graduação ofertarão em caráter optativo a disciplina Educação para os Direitos Humanos.

§ 2º. Nos Cursos de Licenciatura a Educação em Direitos Humanos será componente curricular obrigatório orientando a formação dos profissionais da educação.

Art 5º. O CEUNI - FAMETRO fomentará e divulgará, conforme determina a lei estudos e experiências bem sucedidas realizados na área dos Direitos humanos e da Educação em Direitos Humanos. 135

Art 6º. O CEUNI - FAMETRO estimulará ações de extensão voltadas para a promoção de Direitos Humanos, em diálogo com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e a gestão pública.

Art. 7º. Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

REGULAMENTO DO ATENDIMENTO AO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

CAPÍTULO I - DA DEFINIÇÃO

Art. 1º. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) engloba diferentes síndromes marcadas por perturbações do desenvolvimento neurológico com três características fundamentais, que podem manifestar-se em conjunto ou isoladamente. São elas: dificuldade de comunicação por deficiência no domínio da linguagem e no uso da imaginação para lidar com jogos simbólicos, dificuldade de socialização e padrão de comportamento restritivo e repetitivo.

CAPÍTULO II - DO QUADRO CLÍNICO E DA CLASSIFICAÇÃO DO TEA:

a. Autismo clássico – o grau de comprometimento pode variar de muito. De maneira geral, os portadores são voltados para si mesmos, não estabelecem contato visual com as pessoas nem com o ambiente; conseguem falar, mas não usam a fala como ferramenta de comunicação. Embora possam entender enunciados simples, têm dificuldade de compreensão e apreendem apenas o sentido literal das palavras. Não compreendem metáforas nem o duplo sentido. Nas formas mais graves, demonstram ausência completa de qualquer contato interpessoal. São crianças isoladas, que não aprendem a falar, não olham para as outras pessoas nos olhos, não retribuem sorrisos, repetem movimentos estereotipados, sem muito significado ou ficam girando ao redor de si mesmas e apresentam deficiência mental importante;

b. Autismo de alto desempenho (antes chamado de síndrome de Asperger) – os portadores apresentam as mesmas dificuldades dos outros autistas, mas numa medida bem reduzida. São verbais e inteligentes. Tão inteligentes que chegam a ser confundidos com gênios, porque são imbatíveis nas áreas do conhecimento em que se especializam. Quanto menor a dificuldade de interação social, mais eles conseguem levar vida próxima à normal.

c. Distúrbio global do desenvolvimento sem outra especificação (DGD-SOE) – os portadores são considerados dentro do espectro do autismo (dificuldade de comunicação e de interação social), mas os sintomas não são suficientes para incluí-los em nenhuma das categorias específicas do transtorno, o que torna o diagnóstico muito mais difícil.

CAPÍTULO III - DA ORIENTAÇÃO AO PORTADOR DE TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA

Art. 3º. Em atendimento ao disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a Faculdade garante proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista.

Art.4º O aluno será atendido em suas necessidades e dificuldades referentes a sua vida escolar, à sua aprendizagem e qualidade de relacionamento que mantém com seus pares na instituição, no trabalho e na família

CAPÍTULO III - DO ACESSO AO ATENDIMENTO

Art. 5º. A orientação aos discentes será definida de acordo com a demanda e análise prévia de cada situação problema.

Art. 6º Para o corpo discente, a demanda de orientação poderá ser manifestada pelo próprio discente ou por encaminhamento dos professores

CAPÍTULO IV - DO SIGILO PROFISSIONAL

Art.7º As atividades do Apoio Psicopedagógico, Orientação Pedagógica e à Pessoa com Transtorno de Espectro Autista (orientações e aconselhamentos), quando executados por profissional da área da Educação e ou/Psicologia, serão registradas em formulários específicos, respeitando o critério de sigilo profissional e as normas e resoluções do Profissional; Resolução CFP07/2003; 01/2009 e alterações.

Art.8º Os dados das orientações e aconselhamentos realizados serão de acesso exclusivo do profissional psicólogo, registrado no órgão de classe, e serão arquivados em armários com chaves onde apenas o mesmo terá acesso para consulta e registros dos casos acompanhados.

Art. 9º Outros profissionais da instituição não terão acesso às informações confidenciais, salvo outros profissionais psicólogos autorizados pelo profissional de apoio Psicopedagógico coordenador do Serviço de Psicologia e Orientação Pedagógica que componham a equipe de trabalho ou o usuário ou responsável por menores de idade, de acordo com a Resolução CFP 01/2009. No caso da extinção do serviço ou da substituição de funções ou profissionais da área clínica serão adotados procedimentos do Art. 15, do Código de Ética Profissional/CFP 138

CAPÍTULO X - DA LOCALIZAÇÃO E DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO

Art. 10º O Apoio Psicopedagógico à Pessoa com Transtorno de Espectro Autista funcionará em local próprio e seu horário de funcionamento será definido pela Direção Geral em cada semestre letivo.

CAPÍTULO XI - CONDUTAS DE ATENDIMENTO

Art. 11º No contexto do atendimento ao adulto e ao idoso com TEA, alguns fatores adicionais devem ser considerados. Primeiro, a demanda por esse tipo de serviço tem aumentado no mundo e o mesmo é esperado aqui no Brasil. Ainda que intervenções precoces e intensivas tragam imensos ganhos para o indivíduo com TEA e suas famílias, muitas das dificuldades vividas por esses indivíduos ultrapassam os anos da infância e da juventude. A necessidade por serviços e cuidados pode, portanto, se estender durante toda a vida do indivíduo.

Art. 12º É essencial que a definição do projeto terapêutico das pessoas com TEA leve em conta as diferentes situações clínicas envolvidas nos transtornos do espectro do autismo. Ou seja, é necessário distinguir e ter a capacidade de responder tanto às demandas de habilitação/reabilitação de duração limitada (

Art. 13º Após o diagnóstico e a comunicação à família, inicia-se imediatamente a fase do tratamento e da habilitação/reabilitação. A escolha do método a ser utilizado no tratamento e a avaliação periódica de sua eficácia devem ser feitas de modo conjunto entre a equipe e a família do paciente, garantindo informações adequadas quanto ao alcance e aos benefícios do tratamento, bem como favorecendo a implicação e a corresponsabilidade no processo de cuidado à saúde.

Art. 14º No atendimento à pessoa com TEA, é importante manter uma rotina clínica (horários, espaço clínico, participantes da sessão, instrumentos, o diálogo como ponto fundamental de inserção da pessoa), pois tal estrutura impõe o caráter terapêutico à situação.

CAPÍTULO XII -DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 15. Este Regulamento só pode ser alterado se aprovado pela maioria simples dos membros do Conselho Superior.

REGULAMENTO DO NAPA – NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO E INCLUSÃO

CAPÍTULO I - EIXOS DE TRABALHO DO NAPAA

Art. 1º O NAPA realiza suas intervenções considerando quatro eixos fundamentais:

- I. atendimento ao corpo discente;
- II. apoio à coordenação de cursos e de ensino;
- III. pesquisa de demanda da Faculdade;
- IV. projetos institucionais.

CAPÍTULO II - DOS ATENDIMENTOS

Art. 2º Os atendimentos ao corpo discente, poderão ser individuais ou em grupo, de acordo com a demanda e análise prévia de cada situação problema.

Art. 3º A demanda de atendimento poderá ser manifestada pelo próprio aluno junto ao NAPA ou pela coordenação de ensino, considerando relatório da coordenação de curso.

Art.4º Os atendimentos individuais serão agendados nos horários de funcionamento do NAPA e comunicado ao interessado.

Art. 5º Os atendimentos individuais visam:

- a) atendimento aos casos relativos às dificuldades de aprendizagem e estudo;
- b) atendimento a alunos e funcionários com problemas psico-afetivos;
- c) encaminhamento para profissionais e serviços especializados dependendo da demanda apresentada;
- d) atendimento relativo às dificuldades de relacionamento interpessoal que ofereçam dificuldades de adaptação e motivação na dimensão acadêmica e profissional;
- e) atendimento aos casos relativos ao comportamento e conduta do acadêmico;
- f) atendimento aos encaminhamentos da direção, coordenação de curso, coordenação de estágio, corpo docente e Comissão Própria de Avaliação (CPA).
- g) Atendimento às demandas relacionadas à profissão e à formação profissional.

Art. 6º Cada acadêmico poderá ser atendido individualmente em no máximo 10 (dez) sessões por semestre, de acordo com disponibilidade.

Art. 7º O NAPA utilizará um formulário padrão – Prontuário de Atendimento – para registro dos atendimentos individuais.

Art. 8º Os atendimentos em grupo serão agendados nos horários de funcionamento do NAPA e comunicado aos interessados.

Art. 9º Os atendimentos em grupo serão realizados em um espaço de reflexão e enfrentamento de problemas cognitivos, relacionais e desenvolvimento de habilidades acadêmicas e profissionais no que se refere à dimensão relacional.

Art. 10º Os atendimentos de grupo terão um limite de participantes, a ser definido pelo coordenador do NAPA, de acordo com o tipo de trabalho a ser desenvolvido.

Art. 11º Os encontros dos atendimentos em grupo serão planejados a partir das demandas dos alunos, das pesquisas institucionais desenvolvidas pelo NAPA, das solicitações dos colegiados de cursos e/ou da CPA.

Art. 12º. Para a Modalidade de Educação à Distância, os atendimentos serão agendados via e-mail e realizados de forma remota. Quando necessário os atendimentos poderão ser presenciais com apoio do Polo referência.

Art. 13º Os temas e áreas envolvidos nos atendimentos em grupo envolvem:

a) Orientação Profissional: reflexão sobre as necessidades, dúvidas e enfrentamento de dificuldades relacionadas à escolha profissional ou adaptação acadêmica.

b) Relações Humanas: oficinas de dinâmica de grupo visando o desenvolvimento de competências relacionais e interpessoais, liderança, comunicação e resolução de conflitos interpessoais.

c) Treinamento de Assertividade: oficinas de dinâmicas de grupo diretamente relacionada a alunos que apresentem alto grau de ansiedade presente em situações que envolvam apresentação de trabalhos em público ou dificuldades relacionadas a relações de trabalhos de equipe.

d) Orientação de Estudos: grupo reflexivo que aborda temas ligados a maximização de recursos envolvendo o planejamento de estudos acadêmicos ou voltados para concursos profissionais e/ou públicos.

e) Inclusão e Acessibilidade Pedagógica

Art. 14º. Cada grupo poderá ser atendido em no máximo 5 (cinco) sessões por semestre, de acordo com disponibilidade.

Art 15º. O NAPA utilizará um formulário padrão – Plano de Trabalho – para planejamento e registro dos atendimentos em grupo.

CAPÍTULO III - DO APOIO À COORDENAÇÃO DE CURSOS E DE ENSINO

Art. 16º. O NAPA irá atuar junto à coordenação dos cursos e de ensino na compreensão e resolução de problemas específicos de aprendizagem e relacionais, juntamente com a assessoria pedagógica da Faculdade.

Art 17º. O NAPA participará do planejamento do curso de Formação Continuada dos Docentes, promovido pela Faculdade, atuando principalmente na reflexão e orientação de situações problemas comuns, a partir dos dados coletados em suas pesquisas.

Art 18º. O NAPA irá, em situações específicas, disponibilizar aos professores um acompanhamento na implementação de projetos de inclusão de acadêmicos portadores de necessidades especiais.

Art 19º. O apoio à coordenação de cursos e de ensino será realizado pelo NAPA através de reuniões institucionais, atendimentos individuais e orientações específicas.

CAPÍTULO IV - DA PESQUISA DE DEMANDA DA IES

Art. 20º. O NAPA poderá, por solicitação da direção, elaborar pesquisas e relatórios com o objetivo de auxiliar na compreensão do perfil dos alunos, suas dificuldades e possíveis intervenções.

Art. 21º. No caso de utilização de dados gerados a partir dos atendimentos individuais ou em grupo, ou ainda, oriundos da CPA, para elaboração de pesquisas e relatórios, o NAPA deverá observar o critério de sigilo profissional que envolve essas informações.

CAPÍTULO VI - DOS PROJETOS INSTITUCIONAIS

Art.22º. O NAPA participa de projetos institucionais que envolvam as dimensões acadêmicas, culturais, semana das profissões, atividades extracurriculares, projetos de inclusão de necessidades especiais, estágios profissionalizantes.

Art. 23º. O NAPA realiza suas atividades em parceria com a Coordenação de Estágio, o Programa de Nivelamento – o Núcleo de Extensão – Coordenação de Ensino.

CAPÍTULO VII - DOS RELATÓRIOS

Art. 24º. A partir das atividades desenvolvidas pelo NAPA serão elaborados relatórios informativos para fundamentar pesquisas e avaliações dos processos acompanhados, podendo estes serem disponibilizados para a direção e coordenação dos cursos.

Art. 25º. Os relatórios previstos deve tratar apenas de dados referentes ao número de atendimentos, tipologia dos atendimentos, tipologia da demanda ou outras informações que não comprometam o sigilo profissional.

CAPÍTULO VIII- DO SIGILO PROFISSIONAL

Art 26º.Os atendimentos e atividades do NAPA, quando executados por profissional da área da Psicologia e da Pedagogia serão registrados em formulários específicos, respeitando nos atendimentos clínicos individuais e grupais o critério de sigilo profissional e as normas e resoluções do CFP (Código de Ética Profissional; Resolução CFP 07/2003; 01/2009).

Art. 27º. Os dados dos atendimentos individuais e em grupo serão de acesso exclusivo do profissional psicólogo, registrado no órgão de classe, e serão arquivados em armários com chaves onde apenas o mesmo terá acesso para consulta e registros dos casos acompanhados.

Art. 28º Outros profissionais da instituição não terão acesso às informações confidenciais, salvo outros profissionais psicólogos autorizados pelo coordenador do NAPA, que compoñam a equipe de trabalho ou o usuário ou responsável por menores de idade, de acordo com a Resolução CFP 01/2009.

Art. 29º. No caso da extinção do serviço ou da substituição de funções ou profissionais da área clínica serão adotados os procedimentos do Art.15, do Código de Ética Profissional/CFP.

REGULAMENTO DA MOBILIDADE E O INTERCÂMBIO ACADÊMICO INTERNACIONAIS DO CEUNI - FAMETRO

Art. 1º Regulamentar a Mobilidade e o Intercâmbio Acadêmico Internacionais, no âmbito do CEUNI FAMETRO, destinados a permitir que alunos dos cursos, participem de atividades acadêmicas realizadas em instituições no exterior, e que alunos de graduação de instituições de ensino superior estrangeiras possam participar de atividades acadêmicas na IES.

CAPÍTULO I

DA MOBILIDADE E INTERCÂMBIO INTERNACIONAIS PARA ALUNOS DO CEUNI - FAMETRO

Art. 2º Fica facultado ao aluno de graduação, regularmente matriculado em qualquer curso do CEUNI FAMETRO, realizar componentes curriculares em instituições estrangeiras de ensino superior que possuem, ou não, Acordo de Cooperação com o CEUNI FAMETRO.

§ 1º As atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais deverão ser realizadas em Instituições de Ensino Superior, Centros de Pesquisas, Redes Universitárias e entidades semelhantes.

§ 2º As atividades realizadas e devidamente comprovadas serão creditadas no histórico escolar do aluno, de acordo com o Regimento Interno do CEUNI FAMETRO.

§ 3º O afastamento do aluno para essas atividades, preferencialmente, estará amparado por Convênio ou Acordo de Cooperação firmado entre o CEUNI FAMETRO e a instituição receptora.

§ 4º no caso de instituições que não possuem Convênios ou Acordos de Cooperação com o CEUNI FAMETRO, cabe a Direção Geral aprovar a mobilidade ou o intercâmbio, levando em consideração o padrão de qualidade da instituição de ensino.

§ 5º O intercâmbio e a mobilidade acadêmica nos termos descritos neste regulamento se estende para todos os alunos da Instituição (Modalidade Presencial e a Distância)

Art. 3º Serão consideradas atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais, passíveis de aproveitamento curricular de estudo, apenas aquelas de natureza acadêmica, supervisionadas, ou não, por tutor da instituição anfitriã, como disciplinas, cursos, estágios e pesquisas que visem ao aprimoramento da formação do aluno.

Art.4º A participação do aluno em atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais terá a duração de um semestre letivo, podendo ser prorrogado por mais um semestre consecutivo.

§ 1º O prazo estipulado no caput poderá ser alterado, se este for proveniente de programas específicos, desde que haja a aprovação dos órgãos competentes.

§ 2º Compete a Coordenação de Ensino coordenar o Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais no âmbito do CEUNI FAMETRO, e se responsabilizará pelos procedimentos gerais relativos aos Acordos de Cooperação.

§ 3º Durante o período de afastamento, o processo instruído ficará na Coordenação de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação para o acompanhamento da Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais. Findado o afastamento, o processo será encaminhado à Secretaria Acadêmica para arquivo na pasta do aluno.

Art.5º O pedido de afastamento deverá ser submetido à apreciação do respectivo Conselho Superior da Faculdade, sendo que a Resolução com a aprovação para o aluno desempenhar atividades acadêmicas em instituição estrangeira deverá ser encaminhado à Coordenadoria de Coordenação de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação.

§ 1º O Conselho Superior deverá considerar, na aprovação dos Contratos de Estudo, a carga horária e a presença dos conteúdos relevantes e significativos previstos na estrutura curricular do curso.

§ 2º A realização de intercâmbio sem aprovação do Contrato de estudos prévio só poderá ocorrer com suspensão de matrícula, devendo o Conselho Superior apreciar a posteriori o possível aproveitamento dos componentes curriculares cumpridos em intercâmbio.

Art. 6º O Conselho Superior deverá indicar, para cada aluno selecionado à mobilidade e ao intercâmbio, um tutor, que deverá ser professor do curso e ficará responsável pelo acompanhamento da realização das atividades previstas no Contrato de Estudos e aprovação de eventuais alterações.

Parágrafo Único - As eventuais alterações aceitas pelo Tutor Acadêmico no Contrato de Estudos serão submetidas Pró-reitoria.

Art. 7º O aluno do CEUNI FAMETRO interessado em participar de atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais deverá proceder da seguinte forma:

I - executar os expedientes formais para vinculação à instituição onde deseja efetuar seus estudos;

II - arcar com todas as despesas pessoais e estudantis decorrentes da sua adesão ao Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais;

III - preencher formulário de candidatura próprio e anexar os documentos necessários;

IV - inscrever-se nos termos dos editais e demais convocações do ESAI.

Art. 8º O afastamento com vínculo temporário deverá ser registrado na faculdade de origem do aluno, de acordo com o Sistema de Controle Acadêmico, devendo esse registro ser substituído pelo lançamento de créditos equivalentes no histórico escolar do aluno, obrigatoriamente reconhecidos, por ocasião do retorno do mesmo.

Parágrafo Único: O afastamento do aluno do CEUNI FAMETRO para vínculo temporário só se efetivará quando a instituição receptora manifestar formalmente o aceite do pedido do aluno, por meio de documento específico.

Art. 9º No período de afastamento por vínculo temporário, o aluno terá sua vaga assegurada no respectivo curso e esse período deve ser computado na contagem do tempo máximo previsto para integralização curricular.

Parágrafo Único: Para assegurar o previsto neste artigo, o aluno deverá efetuar sua matrícula normalmente para o semestre seguinte ao término do intercâmbio ou mobilidade.

Art. 10º Poderá participar do Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais, o aluno que atender os seguintes requisitos:

I - estar regularmente matriculado No CEUNI FAMETRO;

II - ter concluído o segundo semestre ;

III - apresentar bom rendimento acadêmico, com média de aproveitamento igual ou superior a 6,0(seis);

IV - apresentar plano de atividades acadêmicas a serem cumpridas na instituição anfitriã;

V – comprovar proficiência no idioma do país onde pretende realizar a mobilidade ou intercâmbio, ou em outro aceito pela instituição anfitriã, exceto quando se tratar de países lusófonos.

VI – observar e cumprir os prazos para candidatura e entrega da documentação.

Art. 11º Os cursos ou atividades acadêmicas realizadas pelo aluno durante o período da mobilidade ou intercâmbio poderão ser aproveitados para integralização curricular, como disciplinas obrigatórias, eletivas ou optativas, conforme o caso.

Art. 12º O aluno participante do programa estará, obrigatoriamente, subordinado às normas institucionais da instituição receptora.

Art. 13º O CEUNI - FAMETRO, enquanto instituição de origem exime-se de quaisquer responsabilidades relacionadas às despesas de manutenção de aluno participante no Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais, incluindo deslocamento, alimentação, moradia e atendimento médico e hospitalar, entre outras.

Art. 14º O CEUNI - FAMETRO fará a aquisição de apólice de seguro coletivo contra acidentes pessoais em favor do estudante participante do Programa.

CAPÍTULO II

Da Mobilidade e intercâmbio Internacionais de alunos estrangeiros No CeUNI - FAMETRO

Art. 15º Fica facultado ao aluno de graduação, regularmente matriculado em instituições estrangeiras de ensino superior com acordo de cooperação, ou não com o CeUNI - FAMETRO realizar componentes curriculares No CeUNI - FAMETRO, durante o período de um semestre letivo, podendo ser prorrogado por mais um semestre consecutivo.

Art. 16º O Conselho Superior da respectiva Faculdade, deverá aprovar o Contrato de Estudos de alunos estrangeiros que solicitarem intercâmbio No CEUNI FAMETRO.

Art. 17º Para cada aluno aceito No CEUNI FAMETRO, o Conselho Superior indicará um tutor que o acompanhará academicamente em sua permanência No CEUNI FAMETRO.

Art. 18º As despesas pelo cumprimento do programa correrão por conta do aluno em mobilidade, sem prejuízo de bolsas que possa obter das agências de fomento nacionais e internacionais.

CAPÍTULO III

Disposições Complementares

Art. 19º Os casos não previstos nesta Resolução serão resolvidos pelo Conselho Superior

Art. 20º Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DO CEUNI FAMETRO

CAPÍTULO I - DAS FINALIDADES

Art. 1º - As Atividades Complementares se constituem em parte integrante o currículo dos cursos de Graduação.

§1º - As Atividades Complementares são desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico, sendo componente curricular obrigatório para a graduação do aluno.

§2º - Caberá ao aluno participar de Atividades Complementares que privilegiem a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais. Tais atividades serão adicionais às demais atividades acadêmicas e deverão contemplar os grupos de atividades descritos neste Regulamento.

Art. 2º - As Atividades Complementares têm por objetivo enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando:

- I. atividades de complementação da formação social, humana e cultural;
- II. atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo;
- III. atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional.

CAPÍTULO II - DO LOCAL E DA REALIZAÇÃO

Art. 3º - As Atividades Complementares poderão ser desenvolvidas na próprio CeUNI – FAMETRO ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando o alcance dos objetivos previstos nos Artigos 1º e 2º deste Regulamento.

Parágrafo único - As Atividades Complementares deverão ser realizadas preferencialmente aos sábados ou no contraturno do aluno, não sendo justificativa para faltas em outras disciplinas/unidades curriculares.

CAPÍTULO III - DAS ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I

DO COORDENADOR DO CURSO

Art. 4º - Ao Coordenador do Curso compete:

- I. indicar à Gerência de Ensino e Pesquisa o professor responsável por coordenar as ações das Atividades Complementares no âmbito de seu curso;
- II. propiciar condições para o processo de avaliação e acompanhamento das Atividades Complementares;
- III. supervisionar o desenvolvimento das Atividades Complementares;
- IV. definir, ouvido o Colegiado de Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- V. validar, ouvido o Colegiado de Curso, as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- VI. julgar, ouvido o Colegiado de Curso, a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO II

DO COLEGIADO DO CURSO

Art. 5º - Ao Colegiado do Curso compete:

I. propor ao Coordenador do Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

II. propor ao Coordenador do Curso as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

III. propor ao Coordenador do Curso a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO III

DO PROFESSOR RESPONSÁVEL

Art. 6º - Ao professor responsável pelas Atividades Complementares compete:

I. analisar e validar a documentação das Atividades Complementares apresentadas pelo aluno, levando em consideração este Regulamento;

II. avaliar e pontuar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, de acordo com os critérios estabelecidos, levando em consideração a documentação apresentada;

III. orientar o aluno quanto à pontuação e aos procedimentos relativos às Atividades Complementares;

IV. fixar e divulgar locais, datas e horários para atendimento aos alunos;

V. controlar e registrar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, bem como os procedimentos administrativos inerentes a essa atividade;

VI. encaminhar à Secretaria Acadêmica – SECAD, o resultado da matrícula e da avaliação das Atividades Complementares;

VII. participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.

SEÇÃO IV

DO ALUNO

Art. 7º - Aos alunos do CeUNI - FAMETRO, matriculados nos cursos de Graduação, compete:

I. informar-se sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora do CeUNI - FAMETRO que propiciem pontuações para Atividades Complementares;

II. inscrever-se e participar efetivamente das atividades;

III. solicitar a matrícula e a avaliação em Atividades Complementares, conforme prevê este Regulamento;

IV. providenciar a documentação comprobatória, relativa à sua participação efetiva nas atividades realizadas;

V. entregar a documentação necessária para a pontuação e a avaliação das Atividades Complementares, até a data limite estabelecida no Calendário Acadêmico; VI. arquivar a documentação comprobatória das Atividades Complementares e apresentá-la sempre que solicitada;

VII. retirar a documentação apresentada junto ao professor responsável em até 60 dias corridos após a publicação do resultado.

§1º - A documentação a ser apresentada deverá ser devidamente legitimada pela Instituição emitente, contendo carimbo e assinatura ou outra forma de avaliação e especificação de carga horária, período de execução e descrição da atividade.

§2º - A documentação não retirada no prazo estabelecido neste Regulamento será destruída.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO DE MATRÍCULA

Art. 8º - O aluno deverá protocolar junto ao professor responsável a entrega da documentação comprobatória para avaliação em Atividades Complementares, no momento que julgar ter os pontos necessários para avaliação.

§1º - A documentação comprobatória deverá ser entregue até a data limite prevista em Calendário Acadêmico.

§2º - Caso o aluno complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula será realizada, sendo o aluno considerado aprovado.

§3º - Caso o aluno não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula não será realizada.

§4º - Caso o aluno tenha como único requisito faltante para conclusão do curso as Atividades Complementares e não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação, a matrícula será realizada e o aluno será considerado reprovado.

Art. 9º - A matrícula e a avaliação em Atividades Complementares deverão ser realizados até a data limite para lançamento de notas estabelecida no Calendário Acadêmico.

Art. 10º - Não será aceita matrícula em enriquecimento curricular em Atividades Complementares.

Art. 11º - Não haverá dispensa ou convalidação das Atividades Complementares.

CAPÍTULO V

DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 12º - Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelo aluno, serão considerados:

I. a compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento, e os objetivos do curso em que o aluno estiver matriculado;

II. o total de horas dedicadas à atividade.

Parágrafo único - Somente será considerada, para efeito de pontuação, a participação em atividades desenvolvidas a partir do ingresso do aluno no Curso.

Art. 13 - Poderão ser validadas como Atividades Complementares:

Grupo 1 - Atividades de complementação da formação social, humana e cultural, estando inclusas:

i. atividades esportivas - participação nas atividades esportivas;

ii. cursos de língua estrangeira - participação com aproveitamento em cursos de língua estrangeira;

iii. participação em atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, radioamadorismo e outras;

iv. participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural;

v. participação como expositor em exposição artística ou cultural.

Grupo 2 - Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo, estando inclusas:

i. participação efetiva em Diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselhos e Colegiados internos à Instituição;

ii. participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, CIPAS, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares;

iii. participação em atividades beneficentes;

iv. atuação como instrutor em palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, desde que não remunerados e de interesse da sociedade;

v. engajamento como docente não remunerado em cursos preparatórios e de reforço escolar;

vi. participação em projetos de extensão, não remunerados, e de interesse social.

Grupo 3 - Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional, estando inclusas:

i. participação em cursos extraordinários da sua área de formação, de fundamento científico ou de gestão;

ii. participação em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;

iii. participação como apresentador de trabalhos em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;

iv. participação em projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do Curso;

v. participação como expositor em exposições técnico-científicas;

vi. participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico;

vii. publicações em revistas técnicas;

viii. publicações em anais de eventos técnico-científicos ou em periódicos científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional;

ix. estágio não obrigatório na área do curso;

x. trabalho com vínculo empregatício, desde que na área do curso;

xi. trabalho como empreendedor na área do curso;

xii. estágio acadêmico;

xiii. participação em visitas técnicas organizadas pelo CeUNI - FAMETRO;

xiv. participação e aprovação em disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular de interesse do Curso, desde que tais disciplinas/unidades curriculares tenham sido aprovadas pelo Colegiado de Curso e estejam de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.

xv. Participação em Empresa Júnior, Hotel Tecnológico, Incubadora Tecnológica;

xvi. Participação em projetos multidisciplinares ou interdisciplinares.

§1º - Os estágios previstos referem-se a estágios de característica opcional por parte do discente (estágio não obrigatório). O Estágio Curricular Obrigatório

não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga horária e registro de nota próprios.

§2º - Os projetos multidisciplinares ou interdisciplinares referem-se àqueles de característica opcional por parte do discente, não previstos no currículo do curso do aluno. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga horária e registro de nota próprios.

CAPÍTULO VI

DA PONTUAÇÃO

Art. 14º - As Atividades Complementares serão avaliadas, segundo a carga horária ou por participação efetiva nas atividades, atendendo ao disposto no parágrafo 1º do Art. 7º deste Regulamento.

Parágrafo único - As atividades que se enquadram em mais de um item serão pontuadas por aquele que propiciar maior pontuação.

Art. 15º - O aluno deverá participar de atividades que contemplem os Grupos listados no Artigo 13 deste Regulamento, completando no mínimo 20 pontos em cada um dos grupos.

Art. 16º - O aluno poderá integralizar:

- I. No grupo 1 o máximo de 30 pontos;
- II. No grupo 2 o máximo de 30 pontos;
- III. No grupo 3 o máximo de 40 pontos.

Art. 17º - Caberá ao Colegiado de Curso propor ao Coordenador do Curso a pontuação dos itens de cada Grupo, respeitados os Artigos 15 e 16.

Parágrafo único - O Anexo 1 deste Regulamento será utilizado como referência para definição dos pontos em cada item.

CAPÍTULO VII

DAS FORMAS INOVADORAS DE APROVEITAMENTO

Art. 18º. As atividades classificadas como pertencentes ao grupo 3, tratado no Art. 13, terão tramitação distinta, podendo obter aproveitamento duplicado em dois grupos a saber:

- I. atribuição de aproveitamento no grupo 2 (Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo, estando inclusas atividades de extensão) e grupo 3 (Atividades de iniciação científica, inovação tecnológica e de formação profissional).

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19º - Os casos omissos neste Regulamento serão tratados pela Coordenação do Curso.

PONTUAÇÃO SUGERIDA PARA AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Conforme determina o Art. 17 deste regulamento, este anexo trata-se apenas de uma referência para regulamentação própria de cada Colegiado de Curso.

Os alunos deverão enquadrar-se na pontuação estabelecida para o curso em que estiverem matriculados.

1) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos por semestre por participação nas atividades esportivas em Instituições, de acordo com o Art. 3º deste Regulamento.

2) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos, por semestre, por participação nas atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, radioamadorismo e outras, em Instituições, de acordo com o Art. 3º deste Regulamento.

3) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos, por semestre, por participação efetiva em Diretórios Acadêmicos e Entidades de Classe.

4) Serão atribuídos 10 (dez) pontos, por semestre, por participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, CIPAS, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares.

5) Será atribuído 0,5 (meio) ponto, por hora, por participação em cursos da área específica de cada curso de graduação, de fundamento científico ou de gestão.

6) Será atribuído 1,0 (um) ponto, por hora, pela participação em palestras técnicas, congressos e seminários.

7) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos, por semestre, para o aluno que obtiver frequência e aprovação em cursos de língua estrangeira.

8) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos, por hora, por apresentação de palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, de cada curso de graduação.

9) Serão atribuídos até 10 (dez) pontos a artigos científicos publicados e até 15 (quinze) pontos a projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do Curso.

RELATÓRIO DE ESTUDO DA TITULAÇÃO E EXPERIÊNCIA DOCENTE DENTRO E FORA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

Este relatório visa justificar e demonstrar a relação entre a titulação e a experiência do corpo docente dentro e fora do magistério superior e a expectativa da IES em relação ao desempenho docente em sala de aula.

Analisando as características da atuação pedagógica dos docentes do curso de e seus possíveis efeitos na aprendizagem dos alunos, com intuito de contribuir para que o egresso possa atuar em sua plenitude a profissão de Tecnólogo em Logística. Para tanto, foi verificada a experiência ao longo da trajetória dos profissionais que fazem parte do corpo docente do Curso de Logística da Instituição.

Sabe-se que as instituições de ensino superior buscam a qualidade nos processos de ensino aprendizagem e somos conhecedores que há lacunas, não completamente visíveis, entre o ensinar e o aprender, e entre o aprender e a prática no meio social e esta foi uma das preocupações da Instituição, para contratar os docentes que tem a missão de preparar e oferecer ao mundo do trabalho pessoas que possam fazer a diferença na sua área de atuação como gestores financeiros, contribuindo para o desenvolvimento local com ética, humanismo e responsabilidade sócio ambiental.

A titulação acadêmica tem igual importância, pois o docente detém o conhecimento de sua trajetória ao longo de sua formação acadêmica para desempenhar seu papel de educador

com qualidade no ambiente da sala de aula. Sua experiência profissional será o diferencial para associar a teoria à prática, apresentando situações vivenciadas nas organizações e assim, fortalecendo o processo de ensino aprendizagem.

Através dos relatos de experiências comprovados no currículo lattes e os resultados das avaliações internas institucionais, verificamos a qualidade do desempenho em sala de aula. As atividades Interdisciplinares que fazem parte da proposta curricular do curso tem a finalidade de proporcionar aos discentes a percepção global do conhecimento presente nas diversas disciplinas da matriz curricular do curso. A transversalidade trata das questões referentes às problemáticas das inserções sociais e busca de soluções para desenvolver no discente o respeito à conduta ética, a responsabilidade sócio ambiental e ao exercício da cidadania.

As metodologias ativas contribuem para a construção do fazer pedagógico auxiliando o docente na aplicação de princípios didático, assim como na seleção adequada das estratégias/metodologias de aprendizagem e de avaliação por meio de um conjunto conhecimentos, habilidades e atitudes articulados para serem desenvolvidas, executadas e relacionadas ao desempenho profissional complexo, criativo, não-rotineiro.

Tais requisitos são essenciais para que os docentes desenvolvam atividades de cunho pedagógico que fomentem o raciocínio lógico crítico e reflexivo tendo como base a literatura indicada, sempre vinculada aos conteúdos previstos na matriz curricular e as exigências do mundo do trabalho.

A experiência destes profissionais no mercado de trabalho traz a realidade vivenciada nos ambientes das organizações para a sala de aula, contribuindo para uma formação do perfil do egresso. O mesmo acontece com a experiência na docência que traz a maturidade pedagógica que é a capacidade de transformar a informação em conhecimento.

O aluno ao longo do curso precisa desenvolver competências e habilidades requeridas pela diretriz do Curso Superior em Logística. Esse processo é desenvolvido por meio das unidades curriculares correspondentes a cada período, nesse momento cada docente de posse de suas experiências profissionais e docência, terá o papel fundamental para desenvolver o perfil do egresso, utilizando sua expertise com metodologias ativas que propicie o desenvolvimento dessas habilidades e competências.

Expectativas do Desempenho Docente:

- Capacidade para analisar os conteúdos dos componentes curriculares, abordando a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica dos discentes;
- Fomentar o raciocínio crítico com base na literatura utilizada;
- Apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares e com relação a problemas práticos em relação ao fazer profissional;
- Se manter atualizado com relação ao conteúdo e a prática;
- Promover a interdisciplinaridade no contexto laboral;
- Analisar as competências previstas no PPC com relação ao conteúdo abordado e a profissão;
- Identificar dificuldades dos alunos por meio das avaliações diagnóstica, formativa e somativa e elaborar atividades que permitam a promoção da aprendizagem, considerando o perfil do egresso;
- Demonstrar liderança em sala de aula;

- Produzir cientificamente.

A IES justifica a escolha dos docentes do quadro do curso com base nos requisitos institucionais para habilitação de admissão constante no Plano de Cargos e Salários, considerados a priori, importantes para a construção da relação docente-discente em sala de aula.

Etapas para Escolha Docente

1. Pré-triagem dos currículos lattes pelo coordenador de curso em relação à formação, titulação e experiência dentro e fora do magistério superior, considerando os conteúdos curriculares,
2. Análise das habilidades didáticas e de avaliação dos candidatos a docentes, habilidades estas testadas em uma banca avaliadora composta de três docentes experientes,
3. Análise das referências anteriores dos docentes, e por fim,
4. Entrevista do docente pela coordenação de ensino que homologa a escolha do quadro docente do curso.

Os critérios de admissibilidade em conjunto com a triagem do coordenador e relatório da banca avaliadora são preditores do desempenho docente.

Processo de Checagem

O processo de checagem da efetiva adequação do docente em relação às expectativas de atuação docente é resultado das avaliações de desempenho realizadas nas instâncias:

- Comissão Própria de Avaliação – CPA, por meio do questionário de avaliação docente;
- Coordenação Acadêmica - avalia a participação nas semanas pedagógicas de formação dos docentes para a melhoria contínua da didática, liderança em sala de aula, aplicação de atividades contextualizadas, interdisciplinares e didático-pedagógicas;
- Coordenação de Curso - avalia o feedback dos alunos para a coordenação de curso em reuniões com os representantes de turma, sobre o desempenho dos docentes em relação às políticas da IES e a execução dos planos de ensino construídos, sempre visando as competências e habilidades do perfil do egresso.

Vale destacar que, os componentes curriculares dos cursos de graduação, possuem componentes de núcleo básico e núcleo profissionalizante, e que, portanto, o curso será composto de docentes com formação e experiência para as disciplinas profissionalizantes em suas respectivas áreas e docentes com formação e habilitação para as disciplinas do núcleo básico.

Requisitos de habilitação para docência na IES:

- I. Idoneidade moral do candidato;
- II. Títulos acadêmicos;

- III. Trabalhos publicados;
- IV. Diploma de pós-graduação lato sensu;
- V. Comprovação de experiência.

Formação Docente:

Os docentes habilitados passam semestralmente por Semanas Pedagógicas de formação e atualização didático-pedagógicas.

Planejamento Didático Pedagógico:

Os docentes habilitados passam semestralmente por discussão dos resultados da avaliação do curso feita pela CPA e constroem coletivamente e em conjunto como o coordenador do curso o Plano Acadêmico-Administrativo do semestre para potencialização de todas as ações do curso com vistas à melhoria contínua. E cada docente prepara seu plano de ensino observando as políticas institucionais no âmbito do curso de ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social, bem como o perfil pretendido do egresso.

ANEXO III

EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO EAD

N	Nome	Função
1	Leonardo Florêncio da Silva	Gestor do EaD
2	Ana Maria Oliveira de Araújo	Coordenadora Pedagógica EaD
3	Kelen Priscila de O. Buraslan Marcião	Coordenadora Pedagógica Presencial
4	Meg Rocha da Cunha Serra	Coordenadora de Cursos de Gestão e Negócios
5	Milrak Pereira Pessoa	Coordenador de TI
6	Ana Augusta de O. Simas	Revisora de material didático EaD
7	Gabriel Colares Gomes	Auxiliar de Procuradoria Educacional Institucional
8	Jéssica Nogueira da Silva	AVA - Tecnologias Digitais
9	Joel dos Santos Souza	AVA - Tecnologias Digitais
10	Ilmara Pereira de Almeida Araújo	Material Didático

11	Liene Silva da Costa	Revisora de material Didático EaD
12	Rebeca Bruna Oliveira Reis	Assistente Administrativo Jr.
13	Marcia Mello da Costa	Suporte ao aluno
14	Raimundo Thury Barbosa	Laboratório de Informática
15	Amanda Carolina Pereira Rocha	Designer Multimídia

ANEXO IV

Linhas de Pesquisa e Extensão por área de conhecimento, grupo de pesquisa e cursos.

GPEDI 1

Área de conhecimento	Grupo de pesquisa, desenvolvimento e inovação	Linhas de pesquisa	Cursos
CIÊNCIAS HUMANAS	1 - Educação e Desafios amazônicos	1 - Educação, Interdisciplinaridade e Ações Inovadoras	Educação Física Educação Física EAD Pedagogia Pedagogia EAD Química
		2 - Educação, Cidadania e Direitos Humanos	
		3 - Cultura e Meio Ambiente na Amazônia	
		4 - Produção e Cultura dos Avanços Tecnológicos	

GPEDI 2

Área de conhecimento	Grupo de pesquisa, desenvolvimento e inovação	Linhas de pesquisa	Cursos
CIÊNCIAS DA SAÚDE	2 - Saúde, Qualidade de Vida e Desafios amazônicos	1 - Saúde Mental e Expressão Cultural	Biomedicina
		2 - Serviço de saúde humanizado, Políticas Públicas e inclusão.	Educação Física (Bacharelado)
		3 - Saúde, Prevenção, Qualidade de Vida e Abordagem Multidisciplinar	Enfermagem
		4 - Prevenção e tratamento das Doenças.	Enfermagem EAD
		5 - Ciência Animal.	Estética e Cosmética
			Estética e Cosmética EAD
			Farmácia
			Farmácia EAD
			Fisioterapia
			Fonoaudiologia
			Gestão Hospitalar
			Medicina
			Medicina Veterinária
			Nutrição
			Nutrição EAD
			Odontologia
			Psicologia
			Radiologia
			Serviço Social
			Serviço Social EAD

Área de conhecimento	Grupo de pesquisa, desenvolvimento e inovação	Linhas de pesquisa	Cursos
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	3 - Gestão, Comunicação e Direito na Amazônia	1- Empreendedorismo, Empregabilidade e Cidadania na Região Amazônica.	Administração Administração EAD Arquitetura e Urbanismo Ciências Contábeis Ciências Contábeis EAD Comunicação Social Publicidade e Propaganda Design Gráfico Direito Gastronomia Gestão Comercial Gestão Comercial EAD Gestão da Qualidade Gestão da Qualidade EAD Gestão da Tecnologia Informação EAD Gestão de Produção Industrial Gestão de Recursos Humanos Gestão de Recursos Humanos EAD Gestão de Segurança Privada EAD Gestão de Turismo EAD Gestão em Recursos Humanos-EAD
		2 - Logística no Contexto amazônico	Gestão Financeira Gestão Financeira EAD Gestão Portuária EAD Gestão Pública Gestão Pública EAD Jornalismo Logística-EAD Logística Marketing Marketing EAD
		3 - Direitos Humanos e Estado Democrático de Direito	Processos Gerenciais Processos Gerenciais EAD Segurança Pública EAD Turismo
		4 - Desenvolvimento regional e Turismo na Amazônia	
		5- Processos Comunicacionais	

Área de conhecimento	Grupo de pesquisa, desenvolvimento e inovação	Linhas de pesquisa	Cursos
CIÊNCIAS EXATAS	4 - Inovação e Sustentabilidade na Amazônia	1 - Inovação, Arquitetura, Construção Civil e Qualidade de Vida	Análise e Desenvolvimento de Sistemas
		2 - Meio Ambiente e Sustentabilidade	Análise e Desenvolvimento de Sistemas EAD Engenharia Ambiental e de Recursos Renováveis
		3 - Ações Inovadoras, Produção de Energia e Alternativa Sustentáveis para a Amazônia	Engenharia Civil Engenharia Civil EAD Engenharia de Computação
		4 - Gestão de Recursos Naturais e Ações Inovadoras Sustentáveis	Engenharia de Controle e Automação Engenharia de Produção Engenharia Elétrica Engenharia Elétrica EAD Engenharia Mecânica Gestão Ambiental EAD Gestão da Produção Industrial Petróleo e Gás Segurança do Trabalho Sistema de Informação

